



REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Nº60
2011

CURITIBA PARANÁ

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
Diretoria do biênio 2011/2012

Presidente

Eduardo Rocha Virmond

Vice-Presidentes

Chloris Casagrande Justen

René Ariel Dotti

Secretários

Rui Cavallin Pinto

Albino de Brito Freire

Tesoureiros

Ernani Costa Straube

Ário Taborda Dergint

Diretores de Comunicação Social (Oradores)

Ernani Lopes Buchmann

Adherbal Fortes de Sá Júnior

Diretores de Documentação e Acervo (Bibliotecários)

Belmiro Valverde Jobim Castor

Flora Camargo Munhoz da Rocha

Diretor Jurídico

Antônio Celso Mendes

Grupo de Editoração

Belmiro Valverde Jobim Castor

Rui Cavallin Pinto

Adélia Maria Woellner

Grupo de Apoio

Clemente Ivo Juliatto

Oriovisto Guimarães

Carlos Roberto Antunes dos Santos



REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Publicação da Academia Paranaense de Letras

Ano 74, nº 60, março de 2011

A revista não se responsabiliza pela redação,
nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

Projeto gráfico (capa e miolo): Rita Soliéri Brandt



ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Fundada em 26 de setembro de 1936, teve seus estatutos registrados em 7 de março de 1974 no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, PR, arquivados sob n.º 164.893 e registrados no Livro A n.º 3.112, e também junto ao Conselho do Serviço Social do Ministério da Justiça sob n.º 53/67.

Rua Professor Fernando Moreira, 370

Curitiba/PR Tel. (041) 3222-7731

CEP 80410-120

www.academiapr.org.br

e-mail: erv@ervirmond.com.br

PRESIDENTES

Ulisses Falcão Vieira (1936-1942)

Oscar Martins Gomes (1942-1951)

Otávio de Sá Barreto (1951-1957)

Oscar Martins Gomes (1957-1966)

Osvaldo Piloto (1966-1970)

Vasco José Taborda Ribas (1970 -1990)

Felício Raitani Neto (1990 -1992)

Valfrido Pilotto (1992-1994)

Túlio Vargas (1994 - 2008)

Lauro Grein Filho (2008)

José Carlos Veiga Lopes (2008 - 2010)

Chloris Casagrande Justen (2010)

Eduardo Rocha Virmond (2011)



4

SAUDADE

HOMENAGEM PÓSTUMA

ACADÊMICOS

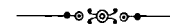
JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES

LEOPOLDO SCHERNER

FRANCISCO FILIPAK

O EXEMPLO DE JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES

Eduardo Rocha Virmond



Quem era José Carlos Veiga Lopes? Era muita coisa, era uma personalidade múltipla, era um homem bom, inteligente, diligente, cumpridor de seus deveres. Em sua realização pessoal, era um pesquisador, um investigador da história, da pequena história, da história ínfima de municípios do Paraná, de várzeas, de pequenas localidades. Impressionante de como Veiga Lopes conseguia extrair documentos e informações sobre histórias de lugares que nós, comuns dos mortais, não imaginávamos que pudessem existir. Não podíamos também imaginar que, existindo essas histórias, essas famílias pobres, essas gentes enfiadas no seu modesto cotidiano, pudéssemos nos interessar por todas elas, de saber como as suas vidas eram a seu modo de bonita riqueza. Veiga Lopes demonstrou, através de copiosa literatura histórica, que o seu exemplo deverá ser seguido, para que alguém, ou alguns poucos, possam se interessar em continuar o seu detalhado trabalho de investigação. Façamos votos que essas pessoas apareçam, que sejam outros investigadores dessas pequenas histórias, que, com elas, haverá uma grande perspectiva histórica das comunidades de todas as latitudes. Não serão essas obras modestas e difíceis, a exigir sacrifícios pessoais, com raríssimos apoios, que vêm alicerçar melhor ainda a grande história do Brasil? O exemplo também vem de fora, às vezes esquecido, de autores, na França por assim dizer, que se especializaram em detalhes de províncias distantes dos centros de atenção, de assuntos de tempos imemoriais, que enriqueceram com tais pesquisas a sua própria história. Até o próprio Braudel fez isso e mais ainda Hélène Aharweiler, famosa professora da Sorbonne, reitora da Universidade de Paris (L'histoire et la géographie de la région de Smyrna, entre les deux occupations turques – 1081-1317), Jean Guilaine (L'Age du Bronze em Languedoc occidental), Karl Ferdinand Werner, professor em Heidelberg (Structure Politiques du monde franc VIe.- XIIe siècles), para citar poucos notabilíssimos autores. É curioso saber que há centenas de historiadores, curiosos e intelectuais que se interessam vivamente por assuntos que nos parecem remotos, que vem no entanto revelar a sua presença.

5

Como também há número razoável de pessoas a se interessar pelo que fez Veiga Lopes sobre o Paraná profundo, como suas obras Icatuporangatuba – Subsídios para a história de Piraquara, Origens do Povoamento de Ponta Grossa, Raízes da Palmeira, Antecedentes históricos de Porto Amazonas, para citar apenas alguns poucos dos alentados e minuciosos trabalhos e estudos de Veiga Lopes. A sua bibliografia é riquíssima e invejável e está à disposição no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, do Centro de Letras, da Biblioteca Pública do Paraná.

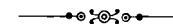
Desde que ingressou na Academia no ano de 28 setembro 1981, ele participou ativamente dos programas realizados desde essa época até morrer, interessando-se em colaborar com as iniciativas dos vários presidentes que o antecederam. As palavras de Túlio Vargas, na Biobibliografia da Academia, são significativas para exaltar a sua personalidade: “O autor recompôs em cada obra as observações recolhidas do cotidiano da atividade campestre, no convívio com os peões da fazenda, dos quais colecionou subsídios típicos. O filão regionalista da linguagem literária tornou-se importante para Veiga Lopes, transformando-se em significativo, dentro do próprio movimento modernista”.

Enfim, para os acadêmicos, sem Veiga Lopes estamos menores. Ele faz falta como inteligência, com a sua presença discreta, com o seu intenso labutar, com a vontade de colaborar delicadamente com quem quer que necessitasse, como muitos, de sua companhia, pronto a ouvir e a agir. Faz, desde que prematuramente se foi, muita falta ao Paraná e a todos nós.

JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES

Uma Vida Encontra Seu Destino

Antonio Celso Mendes



Conheci José Carlos em nosso convívio periódico na Academia Paranaense de Letras. Compenetrado, absorto em suas pesquisas voltadas à historiografia do Paraná, nunca, porém, deixou de participar nas tarefas administrativas de nosso sodalício.

Como tesoureiro e como encarregado da montagem dos artigos que compunham os exemplares de nossa Revista, nunca deixou de marcar presença como um assíduo confrade, sempre alegre e confiante nos elevados propósitos de nossa instituição.

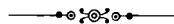
Foi com esse espírito que, logo após o falecimento de nosso então Presidente, o imortal Túlio Vargas, se apressou a se apresentar como candidato à sua sucessão, tendo recebido o apoio unânime e imediato de todos os confrades.

Como numa intuição de ter atingido o encontro de sua vida com seu destino, Veiga Lopes, durante o curto período de sua gestão como Presidente da APL, deixou a marca indelével do verdadeiro intelectual, aquele cuja única preocupação é contribuir com seus esforços na pesquisa e no aumento do saber. Por isso, torna-se imortal de fato e de direito, merecendo de nós, todos, a veneração e o carinho que só se dispensam aos grandes amigos. E ele o fez por merecer!



A IMORTALIDADE DE JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES

Chloris Casagrande Justen



José Carlos Veiga Lopes, agora na galeria da imortalidade da Academia Paranaense de Letras, deixa saudade a cada lembrança, pela essência de sua personalidade amiga, fraterna, harmoniosa, lacuna que se instala como significativa e permanente no ambiente acadêmico do Paraná.

Sua participação na pesquisa histórica séria, profunda e detalhista, que o coloca entre os maiores, torna-se ausência sentida a cada busca dos historiadores.

Não bastasse ter publicado suas variadas e profundas pesquisas sobre a maioria dos municípios do Paraná, o acervo do museu por ele instalado e organizado em sua fazenda, é um legado a toda a humanidade. Acervo desde as trilhas e raízes indígenas ressalta-se entre inúmeros elementos de notável valor para o estudo da formação do estado e do homem paranaense.

Com a tranqüilidade dos mais sábios, seu viver de olhar amplo campinas e largos horizontes, revelava-se na mansidão de sua fala, na segurança dos que compreendem a vida com a certeza de que os bens transcendentais superam todas as veleidades, que elas o tempo e o vento desfazem a um mínimo sopro.

Amava a sua terra, e lhe cabia, inteira, a poesia de Emiliano, provando que a modernidade não tem o dom de poluir as lembranças que se inserem em nossa alma. De nossa vontade ou não, o pulsar da infância nunca se apaga na alma, ainda que saibamos que o tempo vai enredando o passado em nosso presente.

Para Veiga Lopes, a Palmeira de sua infância e, porque não configurá-la como a sua Palmeira, era vida que somente a ele pertencia. Aí a poesia do Emiliano:

Não era mais que uma pequena aldeia,
Um lugarejo assim, com passarinhos,
Flores, verdura e sol. Paisagem feia.
A igreja, um velho cura, água e moinhos...

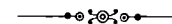
De quando em quando o fado, a lua cheia,
E casos mil fantásticos de velhinhos,
Com princesas no meio, com adivinhos,
E sempre lá no fundo a mesma idéia...

Eu não seria mais do que um moleiro.
Ocupado, ocupado, o dia inteiro,
Sem ambições jamais do que não vi.

Nem cornamusa alegre de pastores,
Nada! Nem tudo me seriam flores...
Mas quem me dera não sair d'ali!

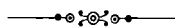
Sua imortalidade está no legado de suas obras e no exemplo de grandeza que marcou a sua vida.

Esta é a homenagem da cultura do Paraná ao homem, ao historiador, ao paranaense de escola, ao imortal Presidente da Academia Paranaense de Letras, **Acadêmico José Carlos Veiga Lopes**.



À MEMÓRIA DE JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani



Foi no ano 2000, quando comecei a frequentar regularmente o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, que tive oportunidade de iniciar um amistoso convívio com Doutor José Carlos Veiga Lopes. Já havia lido artigos seus publicados na Gazeta do Povo, sempre escritos em linguagem muito clara e deixando transparecer o pesquisador criterioso cujos textos eram embasados em minuciosa pesquisa documental e bibliográfica.

Durante as reuniões do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e, nas ocasiões de convívio dos sócios, fui desvendando a personalidade do Doutor José Carlos Veiga Lopes: não era muito falante, era discreto e só emitia opiniões quando necessário ou quando houvesse algo importante a dizer. Ao dar um parecer estava, sempre, escudado em conhecimentos sólidos. Nos seus textos, publicados em jornais, no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná ou em seus numerosos livros, estava sempre evidente o trabalho de pesquisa detalhado, revelando o Historiador dedicado, preocupado em levantar a verdade histórica.

No convívio com os confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, aos poucos, foram vindo à tona as muitas qualidades do Doutor Veiga Lopes: sempre muito cortês, tranquilo e, quando surgiam discussões mais acaloradas, ele assumia o papel de mediador, procurando acalmar os ânimos e restabelecer o clima de bom entendimento.

Além destes traços de serenidade, havia outro aspecto interessante correspondente ao estímulo do trabalho de pesquisadores menos experientes que ensaiavam os primeiros passos dentro da pesquisa histórica, fazendo uma palestra ou preparando um texto para publicação. Doutor Veiga Lopes sempre foi cordial com estes iniciantes e apontava primeiro, os pontos positivos do trabalho para, em seguida, se fosse o caso, fazer as ressalvas e as sugestões de correções que iriam valorizar o material apresentado.

Mais recentemente, fui levar ao Doutor Veiga Lopes, então Presidente da Academia Paranaense de Letras, meu currículo e minha inscrição como candidata a uma cadeira da Academia. Fui recebida, em sua residência, com toda a cortesia. Ao longo do período eleitoral, Doutor Veiga Lopes

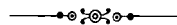
manteve sua postura elegante deixando clara sua neutralidade, em um processo eleitoral complicado, com votação em dois turnos porque éramos três candidatas a uma vaga. Anunciado o resultado do segundo turno eleitoral, foi dos primeiros acadêmicos a me cumprimentar. Estávamos conversando para acertar os últimos detalhes de minha solenidade de posse na Academia quando fomos todos surpreendidos com a inesperada notícia do seu falecimento. No momento em que o Professor Ernani Straube me telefonou para dar a triste nova, eu estava redigindo um e-mail para Doutor Veiga Lopes e pretendia lhe telefonar para solicitar um aconselhamento final referente à posse. Foi um choque: parece que me senti meio órfã e, a cada passo da preparação da solenidade de minha posse na Academia, surgia a figura serena do Doutor Veiga Lopes. No dia da posse, em meio à alegria natural do momento, ficou uma ponta de tristeza pela ausência do nosso ex - Presidente. Sei que ele teria externado sua satisfação por estar presidindo a cerimônia de minha posse na Academia Paranaense de Letras.

Ao falecer prematuramente, encerrando seu ciclo vital, Doutor José Carlos Veiga Lopes nos deixou um exemplo de vida. Pode ser caracterizado como uma pessoa íntegra, leal com os amigos, com um traço constante de cordialidade no relacionamento com todos os que tiveram o privilégio de sua convivência. Como pesquisador foi minucioso e honesto, deixando respeitável número de publicações valiosas para quantos forem estudar a História do Paraná, sobretudo se o fulcro de interesse for o Tropeirismo, área em que nosso confrade acumulou exaustivas pesquisas com levantamentos bibliográfico e documental irrepreensíveis. Seu raciocínio e sua memória privilegiada nos brindaram com obras de peso, fundamentadas em conhecimentos sólidos e estas publicações servirão de base para os trabalhos de outros pesquisadores, dedicados ao mesmo tema ou a assuntos correlatos. O conjunto de sua obra, consultado e citado por novas gerações de pesquisadores vai conferir, ao nosso caríssimo confrade, um atestado de imortalidade, uma vez que suas pesquisas, seus textos e suas reflexões irão embasar outras pesquisas e publicações. No plano pessoal, as lembranças que povoam os sentimentos de sua família e persistem na memória de seus numerosos amigos e companheiros das instituições culturais a que esteve ligado asseguram a imortalidade de sua personalidade marcante.



EVOCÇÃO MUITO BREVE DE UM AMIGO MUITO QUERIDO

João Manuel Simões



*Existe algo mais belo que um amigo?
Depois de pensar muito, e muito ler,
com toda convicção respondo. E digo:
certamente não há. Nem pode haver.*

*Ele é alguém que, eleito, sem perigo
se torna nosso irmão. Estranho ser
que, súbito, se torna esteio, abrigo,
apoio, confidente. Por dever?*

*Por amizade apenas. Amizade
que é como ponte pênsil ou corrente
que liga uns aos outros nesta vida.*

*Amigo é quase irmão. Mas, na verdade,
é importante ver no irmão da gente
o amigo – essa obra-prima conhecida.*

Lembro-me bem. Na altura, eu estava no balneário de Camboriú. Deixando a praia por volta das onze horas da manhã, comprei a GAZETA DO POVO, antes de entrar em casa.

Lá chegado, lendo o matutino curitibano, deparei-me, de súbito, com a notícia estarrecidora: José Carlos Veiga Lopes havia morrido, inesperadamente. Vinda do reino sinistro de Tanatos, a foice implacável das Parcas mais uma vez ceifava a preciosa vida de um mortal – aliás imortal – de escol.

Senti-me, naquele instante ominoso, avassalado por uma sensação de dor, invadido por uma emoção visceral, por um sentimento indizível de perda. Foi um abalo recôndito, chocante, inominável.

Confesso que, nas linhas que se seguem, talvez inexpressivas mas certamente comovidas, não irei evocar o escritor, o historiador, o cronista ou contista, facetas de um tetraedro criacional em que Veiga Lopes se revela respeitável. Mais do que isso: respeitabilíssimo.

Irei limitar-me, simplesmente, singelamente, a evocar o Homem, admirável na sua arquitetura biopsicológica, intelectual e moral. Ele tinha, sem dúvida, a dimensão e a estatura de um genuíno e autêntico varão de Plutarco – ou de um herói de Carlyle.

Limitar-me-ei, sobretudo, a evocar o Amigo que se foi. Sim, tive a honra e o privilégio de desfrutar da sua amizade, ao longo de mais de meio século. Com distanciamento maior ou menor, ao longo do tempo. Mas sempre em constante e inalterada proximidade – para não dizer sintonia – espiritual.

Era uma amizade que fluía com a serenidade de um arroio de águas transparentes correndo sobre seixos.

A sua gostosamente confessada ascendência lusíada era um fator a mais a aproximar-nos, a identificar-nos, numa espécie de comunhão anímica fraterna em que as mentes e os corações se entrelaçavam e confundiam.

Era Veiga Lopes, indubitavelmente, um ser humano excepcional. Sempre atencioso, sempre cordial, sempre amável, sempre compreensivo, combinando a generosidade mais doce e a modéstia mais sóbria, o seu olhar puro e a sua fala mansa, o seu jeito de ser e o seu modo de estar no mundo, tudo isso atraía e encantava, irresistivelmente, quem quer que com ele convivesse.

Senti profundamente a sua morte. Embora, neste instante, *hic et nunc*, me conforte a lembrança de algumas palavras emblemáticas. Como as de Guimarães Rosa: *Morte não há, nonada*. Como as de Fernando Pessoa: *A morte é a curva da estrada./ Morrer é só não ser visto*. Ou as de António Nobre: *Morre o corpo, a alma abre a asa./ Mas morrer é tão só mudar de casa*. Ou ainda, sobretudo, as de São Francisco de Assis, santo por quem Veiga Lopes nutria, como eu, especial predileção: *É morrendo que se ressuscita para a vida eterna*.

Mas não, Veiga Lopes não morreu. Como Horácio, ele poderia dizer: *Non omnis moriar*. Sim, ele vive, continua vivo na lembrança, na saudade de todos quantos tiveram a felicidade de conhecê-lo de perto, como eu próprio tive.



Penso que, no soneto singelo que escrevi há poucos anos, e que, de modo talvez heterodoxo, aproveitei para epígrafe deste texto *in memoriam*, Veiga Lopes por certo está presente, em toda a plenitude, na condição de amigo quase irmão. Que partiu, mas permanece. Vivo, na memória.

HOMENAGEM PÓSTUMA AO CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES

Lavrada na ata da reunião do Conselho de Editoração
da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná,
realizada em 10 de novembro de 2010.

Hoje queremos lembrar um ilustre colega de trabalho. Com muita saudade e com muito carinho, lembramos o escritor José Carlos Veiga Lopes, falecido no dia 03 de outubro. Engenheiro Civil, presidente da Academia Paranaense de Letras, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Membro deste Conselho de Editoração da Secretaria de Estado da Cultura. Veiga Lopes mereceu cada um desses títulos e espaços que conquistou com muito trabalho, com muita produção historiográfica, com muitos estudos sobre o Paraná.

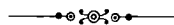
Temos certeza de que sua contribuição não será esquecida e de que seus vários livros já constituem e permanecerão constituindo ricas fontes de consulta de de conhecimento, por muitas gerações.

Veiga Lopes foi um homem generoso. Foi generoso conosco, com seus amigos e colegas, nunca se negando a qualquer colaboração. E foi generoso com a sociedade paranaense, servindo a ela como poucos ousaram ou souberam fazer.

HOMENAGEM PÓSTUMA AO PROFESSOR LEOPOLDO SCHERNER

Albino de Brito Freire

(Discurso proferido na reunião da APL, realizada em 15 de fevereiro de 2011.)



Uma das maiores honrarias que recebi, em minha vida, foi a glória de ser membro desta Academia. Quando aqui fui acolhido, não podia imaginar que, justamente nesta agremiação, eu haveria de encontrar um confrade sábio e generoso, cuja amizade eu teria o privilégio de usufruir por vários anos. Amizade sólida e cultivada com benfazeja frequência, no mínimo semanal, na discussão de temas relacionados à nossa coluna jornalística dominical, NOSSA LÍNGUA, NOSSA PÁTRIA, bem como na troca de deliciosas amenidades. Minha mulher ficava embevecida ao escutar, vez por outra, no viva voz do telefone, entre uma e outra questões gramaticais, um dueto de barítonos cantarolando músicas tão bonitas e tão antigas e sentimentais.

Nossa parceria, durante todos esses anos, sempre envolveu inabalável confiança recíproca, o que nos permitia discutir com a maior tranquilidade qualquer tema, ainda que não houvesse total concordância entre nós. Até alguns meses antes de sua morte, ele demonstrava invejável saúde mental, disposto a debater com um baiano teimoso sobre assuntos relacionados à nossa coluna dominical. Ele dizia: - Não tenho receio de discutir com você, pois eu sei que mesmo que você discorde de minhas razões, você nunca vai achar que o Scherner é “burrinho”, por isso.

Muitas vezes eu quis desistir da coluna no jornal, pois achava que nosso trabalho não era devidamente valorizado. Oito anos trabalhando por amor ao idioma, sem qualquer remuneração, e não nos davam sequer uma assinatura do jornal como cortesia, para não termos de ir comprá-lo nas bancas. Mas, o Professor Scherner, sempre generoso, me dizia: deixe estar, Albino. Ao menos, não temos de pagar por esse espaço, que usamos para transmitir algum conhecimento da língua à nossa sociedade. De fato, é uma maneira de retribuir a ela tudo que recebemos, principalmente das escolas públicas que frequentamos.

Pois bem. Depois que completou 91 anos, Scherner me disse, certa feita, em tom de queixume: Albino, só agora começo a sentir o peso da idade,

por causa de minhas quedas constantes, e por isso não me deixam mais sequer cuidar de meu jardim. Então, eu lhe disse que ele precisava, agora, adotar o uso do “andador”, para não cair. Ele foi categórico: Alto lá, mestre Albino! Andador é coisa pra velho! E ele tinha 91 anos...

Esse convívio com o Professor Scherner foi, para mim, extremamente gratificante e enriquecedor, por ser ele um homem sábio e um dos derradeiros latinistas remanescentes, homem de invejável cultura clássica. Com quem mais, poderíamos dialogar sobre alguns aspectos dos Sermões do Padre Antônio Vieira, senão com o ex-aluno de Manuel Bandeira e de Antenor Nascentes? Com quem poderíamos comentar sobre questões relacionadas às declinações e casos latinos?

Guardo, com muito carinho e uma ponta de vaidade, confesso, um episódio ocorrido, quando Túlio ainda estava entre nós, aqui nesta mesma sala. Naquela manhã, o palestrante tinha sido eu. O tema era referente a uma questão linguística bastante polêmica. Concluída minha fala, pediu a palavra o Prof. Scherner e, de pé, com extraordinária lucidez, fez uma apreciação crítica sobre o tema e sobre a palestra. Lembro-me perfeitamente do que ele disse. Afirmou que lhe parecera ver, à sua frente, no decorrer de minha palestra, três personagens distintos numa única pessoa, ou seja, eu mesmo: A parte processual (representada pelo expositor); o advogado, na defesa da tese. E, finalmente, o Juiz, que concluía o “debate” com uma sentença. Essa apreciação feita pelo Professor foi extremamente generosa, como sempre, muito além dos méritos do palestrante. Mas, de qualquer modo, constituiu um fato que marcou meu espírito com inefável doçura, reveladora de uma amizade incondicional, daquela pessoa que só quer o nosso bem, que sempre torce por nós, em qualquer circunstância, com afeição paternal. Sim, um paizão – era como eu considerava Scherner.

Eu queria tanto fazer um mimo ao nosso querido confrade, surpreendendo-o com a publicação do livro constituído pela coletânea de nossas publicações dominicais, com o mesmo título, o qual ainda está no prelo! Mas, a Providência tinha outros planos para o mestre Scherner, com suas nove décadas de vida abençoada.

Parodiando Bandeira, fico imaginando Scherner, com seu jeito elegante e bem-humorado, entrando no céu:

- Com licença, São Pedro!

- Entra, Leopoldo, aqui você não precisa pedir licença!

Meus amigos.

Quando, ontem à noite, o estimado presidente Virmond me telefonou, dando-me esta incumbência, ao mesmo tempo e espinhosa e envaidecedora, eu procurei um jeito simples e conciso, como é do meu estilo, para fazer uma homenagem ao Professor Leopoldo Scherner.

Peço mil desculpas, pelo atrevimento, aos poetas e poetisas presentes, mas não encontrei melhor forma do que esta que vou dizer. Quando Scherner completou 90 anos, eu “cometi” este pretenso poemeto, em forma de cantiga medieval, ao modo cantado pelos trovadores e menestréis, e bem ao gosto do poeta Leopoldo.

CANTIGA DE BEM-QUERER

(Em homenagem ao Prof. Leopoldo Scherner-agosto de 2009.)

Conheci uma pessoa,
faz muito, muito tempo.
Então, seus cabelos e bigode cor de prata
já denunciavam larga experiência de vida.
E grande sabedoria.

Ele já ia bem distante.
Eu, simples discípulo.
Ele, mestre.
Eu, principiante.
Aos poucos, em diálogos amenos,
fomos conquistando a confiança
um do outro.
Aos poucos, foi-se tornando um amigo,
um amigo verdadeiro,
que sempre torce pelo bem de mim.

Ó que saudades de nossas tertúlias literárias
e de nossos leais duelos filosóficos!

Sua palavra faz tão bem à minha alma,
qual unguento abençoado, que amaina meu sofrer!
E a presença dele – ou a simples lembrança –
traz imensa paz e muita luz a meu viver.

Bendita a hora, meu amigo, em que o conheci!
Bendito o anjo que o pôs em meu caminho!
Bendito o Deus que o protege e guia!

Se você, um dia, precisar de mim,
é só chamar pelo meu nome,
que, num instante, estarei aí.



NOS OITENTA ANOS DE FRANCISCO FILIPAK (in memoriam)

João Manuel Simões



Fugit irreparabile tempus...
(Virgílio)

Oitenta anos? Não parecem tantos.
Mas, como diz Virgílio, o tempo voa,
irreparável, para todos quantos
vão pela vida, certos ou à toa,

sob os olhos de Deus, puros e santos.
Ah, que o passar dos anos não te doa,
meu bom Francisco. Tu mereces cantos,
mas cantos não te dou. Assim, perdoa

que eu não saiba cantar um simples hino
às tuas qualidades, mil: distingo-as,
brilhando em teu olhar douto e menino.

Filipak excelente, amigo, irmão:
és um excelso professor de línguas
e tens pós-doutorado – em Coração.



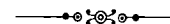
SOLENIDADE DE POSSE DE NOVOS ACADÊMICOS

LAURENTINO GOMES
CLOTILDE DE LOURDES BRANCO GERMINIANI
DANTE MENDONÇA



DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO LAURENTINO GOMES, AO ASSUMIR A CADEIRA Nº 18.

Proferido pelo acadêmico Eduardo Rocha Virmond,
no dia 15 de setembro de 2010.



Na imitação de Vladimir Nabokov, em seu ensaio sobre Dickens, quero afirmar que, com os professores convencionais de História, estarei no átrio da Universidade, à margem de suas imponentes colunas. Com Laurentino Gomes, no entanto, estarei à mesa, tomando uns copos de vinho, até mesmo uma cachaça, um whisky, completamente descontraído perante uma muqueca, uma feijoada ou um sanduíche de pernil do bar Cachorro Quente. Esta é a descontração que torna íntima a leitura da escorreita linguagem de 1808 e 1822.

As perspectivas de ingressar em terreno tão fascinante, como seja o da criação do Brasil, vão se revelar do rés do chão de terra, até as alturas do Cristo Redentor. Da mesma terra, da mesma roça de onde veio Laurentino Gomes, que ele chama de terras férteis do Norte do Paraná, na localidade de Água Boa, onde nasceu em 1956.

A sua experiência de vida se encontra nos espelhos de seus pais João Ignácio e Maria Ascensão, ela aqui presente, que o destinaram ao Seminário, do qual desistiu por falta de vocação. A insistência de seus pais em aperfeiçoar os seus filhos através da escola pública, na qual estudava a noite, conduzia Laurentino também a trabalhar para ajudar a família. Foi jardineiro, sapateiro, empacotador, auxiliar de escritório, cartorário, bancário, torneiro mecânico, até quando mudou-se para Curitiba, para fazer o curso de jornalismo da Universidade do Paraná.

Logo trabalhou no antigo Correio de Notícias, um belo jornal de vida efêmera, e no Estado do Paraná, na sucursal do jornal Estado de São Paulo, finalmente na Revista Veja, da qual foi diretor executivo durante 15 anos, e ainda diretor editorial da Editora Abril, funções que o levaram a morar em Belém do Pará, Recife, São Paulo e até Lisboa, e até se deslocando para Itú em São Paulo, onde se refugiou para a pesquisa e a escrita de seus livros.

Andando por todas essas plagas e convivendo com todos esses nossos povos, esse heterogêneo de lugares, sotaques e gentes de origem vária, Laurentino Gomes ficou cada vez mais, o que vinha desde a nascença, apaixonado pelo Brasil. Nós todos aliás, com variantes, somos, cada um a sua maneira, apaixonados pelo Brasil. Não tenham vergonha de ser patriotas. É o que nos une, nos convence a essa permanente solidariedade, a esse amor, como diz o poeta, “da terra onde nasceste”. O verdadeiro amor é como aquele da canção americana “Sometimes I’m Happy”, cuja estrofe seguinte culmina com às vezes eu te amo, às vezes eu te odeio. O verdadeiro amor se transforma em ódio, para voltar a mais amar.

Como dizia Novalis, “a poesia é o autêntico real absoluto”, epígrafe dos livros de Fernando Pessoa. Aliás lembrando que Rubem Braga dizia que a poesia é sempre necessária, eis aqui uma passagem exemplar de alto patriotismo enunciada pelo auto-apelidado poetinha, ou seja o querido Vinicius de Moraes, sua poesia “Pátria Minha”.

*“A minha pátria é como se não fosse, é íntima
Doçura e vontade de chorar; uma criança dormindo
É minha pátria”.*

E mais adiante, o poema é longo:

*“Vontade de beijar os olhos de minha pátria
De niná-la, de passar-lhe a mão pelos cabelos...
Vontade de mudar as cores do vestido (auriverde!) tão feias
De minha pátria, de minha pátria sem sapatos
E sem meias, pátria minha
Tão pobrinha!”*

Pulando, não resisto em continuar a recitar:

*“...A minha pátria não é florão, nem ostenta
Lábaro não; a minha pátria é desolação
De caminhos, a minha pátria é terra sedenta*

*E praia branca; a minha pátria é o grande rio secular
Que bebe nuvem, come terra
É urina mar.*

*Mais do que a mais garrida a minha pátria tem
Uma quentura, um querer bem, um bem
Um “libertas quae será tamen”
Que um dia traduzi num exame escrito:
“Liberta que serás também”
E repito!”*

Assim falou Vinicius.

Liberdade é...o que é a liberdade? Segundo Friedrich Hayek, o americano, cada pessoa tem em sua razão uma imagem do que seja liberdade – o que seria na verdade uma soma intuitiva de todas essas idéias. Filosoficamente, segundo Hegel, liberdade é o conhecimento da necessidade. Esta é a liberdade de pensamento, de que é pai e mãe da liberdade de expressão, por sua vez corolário a ameaçada liberdade de imprensa.

O Brasil é este liberto, pelo qual suas vibrações infinitas levaram Laurentino Gomes a sentir necessidade de escrever sobre como o Brasil foi criado, foi inventado, foi tomando lugar no mundo, se solidificando em suas raízes determinantes, a se envolver pelas suas praias, seus prados, suas montanhas, campos e florestas, a atingir todos nós pelo ar que se respira.

Por isso, ao invés de começar de Pedro Alves Cabral, pulou para 1808, para o esperançoso advento do Brasil profundo integrante do universal.

De 1808 se revelou a necessidade de ir adiante, para 1822, para uma autêntica independência. De agora em diante, Laurentino Gomes irá atingir o 1889, a República, a inevitável, tão inevitável quanto a múltipla, variante e mutante formação da população brasileira. As classes sociais só artificialmente, para satisfazer a inútil elaboração de teses universitárias, poderiam ser definidas no Brasil, que só o são pelos sectários em querer igualar nossos povos aos de formações cristalizadas, o que é absolutamente impossível.

Poderemos, no aguardo dessas perspectivas, fazer algumas perguntas, criar algumas questões que já foram analisadas por outros, muitas de tais análises insuficientes. Vamos nos atrever a perguntar.

A República foi proclamada como um ato de democracia? Não era melhor termos ficado com Dom Pedro Segundo? O Exército era mais bem constituído que a Marinha? A Marinha, cuja formação cultural inegavelmente era superior a do Exército, não era mais democrática em seu espírito e por isso teria sido supostamente aliada do mando da República? A intenção da superestrutura do Exército não se revelou com a ditadura que veio a implantar, com o agravamento pela tirania de Floriano Peixoto? Não foi a ditadura de Floriano, com as matanças que implantou, a mais violenta da história do País, pior que a de 1964? Por medo da verdade, a história oficial esconde estas questões.

Talvez Laurentino Gomes queira parar pela Proclamação da República, mas não poderá resistir a verificar que a expulsão de Pedro II teve dramáticas consequências.

Viva outra vez Ruy Barbosa – voz da consciência, da decência, da sabedoria e da vontade de acertar, culminando com a Constituição de 91, uma obra prima de lei magna, que só viria a se repetir em 46, para depois cair nas desgraças subsequentes.

Entre as desgraças, as atuais ameaças de que venha a se instaurar total controle da imprensa, como disse um de seus atuais líderes. É uma continuação do chamado plano de direitos humanos, que na verdade é uma inversão dos direitos fundamentais, pois não há nada a se regular tais direitos, ao sabor de controle de beaguins embebidos de ideologias. Não há nada a se acrescentar à declaração universal dos direitos do homem, nem às definições da própria Constituição do Brasil.

Já estou caindo na armadilha das provocações pessoais, mas é importante parar por aí, sem pretender investigar o que já vai pela cabeça do nosso homenageado de hoje.

Será ele Laurentino Gomes simplesmente um jornalista ou um historiador? Ele quer definir seu trabalho como de uma nova reportagem, para se fixar como jornalista. Se for como jornalista, vejamos os jornalistas que fizeram, como ele agora está executando, obra de maior valor. Em uma simples relação, temos para começar o maravilhoso Thomas Jefferson e

Danton, John Reed do extraordinário “Dez dias que abalaram o mundo”, no Brasil Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, ainda no século XIX o Barão do Rio Branco, que pouca gente sabe que esse Paranhos escrevia sempre para os jornais, artigos e artiguets, às vezes com pseudônimo. E Machado de Assis, que fez de tudo? De nosso século partimos de Giles Lapouge, Jean François Revel, Walter Conkrite, Edward Munrow, para Curitiba, com Acir Guimarães, Erichsen Pereira, Barros Cassal, Dicesar Plaisant. Houve sempre médicos que foram jornalistas, como o Charchetti, o notável João de Deus Freitas Neto. E hoje ninguém desmerecerá nossos companheiros Luiz Geraldo Mazza, que esteve conosco no Diário do Paraná, onde éramos profissionais de jornalismo, René Dotti e este que agora está com a palavra. E mais Nireu José Teixeira, Glauco Flores de Sá Brito, grande poeta, ainda Ernani Buchmann, Aderbal Fortes de Sá, Dante Mendonça e tantos outros, impossível mencionar todos.

De um jornalista que fazia os editoriais da Gazeta do Povo, no final da década de 40 até meados da década de 50, podemos aquilatar o seu magnífico itinerário, até chegar a embaixador do Brasil em alguns países, culminando com a Embaixada em Roma. Está aqui agora o Orlando Soares Carbonar, vivendo uma discrição inaceitável e vibrando com a cultura e o dia a dia do Brasil. Como Laurentino veio da roça, perto de Maringá, como se auto-proclama, também Carbonar veio da roça, de Entre Rios, perto de Ponta Grossa.

O jornalismo pode não abrir portas muito fechadas, mas dá a seu profissional uma visão ampla da vida brasileira, que faz despertar o espírito de emoção em grande espectro. Sentir na realidade do dia a dia o constante despertar da sensibilidade e da inteligência para a grandeza da natureza humana.

É tudo isso que faz de Laurentino Gomes um desbravador. Um curioso, um investigador que foi às consequências mais determinantes e formar nele um verdadeiro e real historiador.

Que os convencionais universitários sofram de ciúmes e até a destrutiva inveja; que alguns queiram ignorar a sua existência, por não ter se exercitado na esdrúxula formação, que levou muitos talentos a esquecer a inventiva, o exercício da imaginação; que este limbo poderá recair em uma tarefa mesquinha paralela a daqueles que, falando sozinhos, desprezam

Gilberto Freire, Pontes de Miranda, Oliveira Lima entre muitos outros, cujo desdém atingiu até poetas como Manoel Bandeira e um músico fantástico como Villa Lobos.

Quanto a ser ou não ser denominado historiador ou jornalista, o diagnóstico de Wilson Martins é de grande significado. Disse Wilson: “Toda boa obra de história é, necessariamente, uma boa obra de jornalismo investigativo (e vice versa), qualidades ambas que se encontram no livro de Laurentino Gomes”. Wilson falava do livro 1808, citando assim: “o desventurado D. João VI continua sendo vítima de visões negativas criadas pelos interesses políticos e ideológicos. Entretanto observa Laurentino que “graças a D. João VI, o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais, o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesa”.

Veremos agora como Don Pedro I aprofundou esta inserção do Brasil em sua grandeza territorial e sua vocação para a liberdade, destino deste admirável e sensível povo.

Por fim, a presença de Laurentino Gomes nesta Academia Paranaense de Letras só faz para engrandecê-la, para nós acadêmicos restará o grande prazer de tê-lo entre nós, de enriquecer esta Academia com a sua presença e a sua humanidade.

Plagiando Helena Kolody, orgulhoso e comovido por ter sido escolhido para saudá-lo, só posso dizer-lhe :

- Seja bem vindo, Laurentino Gomes, a esta Casa que é sua.



DISCURSO DE POSSE NA CADEIRA Nº 18 DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS.

Pronunciado pelo acadêmico Laurentino Gomes,
no dia 15 de setembro de 2010, no auditório
do Centro Universitário Curitiba – UniCuritiba.



Senhor presidente da Academia Paranaense de Letras, José Carlos Veiga Lopes, autoridades presentes, confrades acadêmicos, meus queridos amigos e familiares.

É com grande honra que tomo posse na cadeira número 18 da Academia Paranaense de Letras, que tem Joaquim de Almeida Faria Sobrinho como patrono, Hyppolyto Pacheco Alves de Araujo como fundador, e Manoel de Lacerda Pinto e Francisco da Cunha Pereira Filho como primeiro e segundo ocupantes.

Entre os predecessores que tive nesta cadeira número 18, incluindo o patrono e o fundador, todos eles foram advogados, embora exercessem também outras atividades relevantes no campo das letras, em especial Lacerda Pinto, considerado o fundador da APL.

Havia, porém, outro laço que os unia.

Faria Sobrinho, o patrono, Hyppolyto d'Araújo, o fundador, e Lacerda Pinto, o primeiro ocupante, eram todos filhos da cidade da Lapa. Francisco da Cunha Pereira Filho, meu antecessor imediato, embora nascido em Curitiba, tinha especial carinho por essa cidade, terra de seu avô João Cândido Ferreira, o médico que atendeu o agonizante Coronel Gomes Carneiro no heróico Cerco da Lapa de 1894.

Todos eles eram, portanto, oriundos do berço histórico e ancestral do Paraná, representado pela legendaria cidade da Lapa.

Esta circunstância em particular confere um forte caráter simbólico a esta posse na cadeira 18. Ela diz respeito às mudanças ocorridas no cenário intelectual do Paraná nas últimas décadas.

Tomou posse nesta cadeira com o privilégio e a responsabilidade de ser o primeiro membro titular da Academia Paranaense de Letras nascido nas terras férteis e novas do Norte e do Oeste do Paraná, a região compreendida por Londrina, Maringá e Cascavel, entre outras pujantes cidades. Sou, portanto, um produto típico das enormes transformações geográficas, demográficas e culturais que este Estado testemunhou nesse período.

Aqui cabe, obviamente, uma ressalva. Sou o primeiro acadêmico nascido na região norte do Estado, mas é preciso lembrar a notável trajetória de Túlio Vargas que, embora nascido em Pirai do Sul, passou quase toda a sua vida familiar, profissional e política na minha cidade natal.

Ao me eleger para esta cadeira - não a mim mas talvez ao que eu possa representar - a APL reafirma sua fina capacidade de identificar e absorver novidades, de refletir as aceleradas mudanças na vida intelectual do Paraná, com toda a sua poderosa complexidade e diversidade. Sou o primeiro “pé vermelho”, como são carinhosamente chamados os paranaenses do norte novíssimo, a adentrar este santuário das letras e do saber.

Nasci em Maringá em 1956, quando minha cidade tinha apenas oito anos completos de fundação. Naquela época, em dias de chuva as ruas ainda sem calçamento ficavam intransitáveis pelos atoleiros de terra roxa, tema de um conto antológico de Domingos Pelegrini Junior chamado “O Encalhe dos Trezentos”. Era uma região plena de sonhos e oportunidades, mas de vida cultural e intelectual relativamente tímida quando comparada ao sul e ao norte pioneiro do Paraná.

Desde então, muita coisa mudou. Com suas universidades, consideradas entre as melhores do Brasil, Londrina e Maringá são hoje focos irradiadores de novidades na área da cultura e da educação. Neto de Ignácio Tertuliano Gomes e Ambrósio Fagnani, um mineiro e outro filho de italianos, ambos pioneiros da fundação da cidade de Mandaguari, eu, modestamente, me incluo neste fenômeno de transformação cultural que tem contribuído para renovar, oxigenar e diversificar a vida cultural deste novo Estado do Paraná.

Cheguei a Curitiba em 1976, aos vinte anos de idade, para cursar Jornalismo na Universidade Federal do Paraná. Ainda com a cabeça careca pelo tradicional trote aplicado aos calouros, fui bater às portas da Gazeta do Povo. Com o desassombro típico dos jovens, queria ser repórter do mais importante

jornal da capital paranaense, embora sequer tivesse começado a frequentar as aulas do curso de Comunicação. Atendeu-me D’Aquino Pereira, secretário de Redação, que depois de me ouvir atentamente, deu-me um conselho simples e óbvio: “Meu jovem, faça o curso de Jornalismo, estude bastante e depois venha conversar comigo”.

Do curso de Jornalismo, saltei para a redação do jornal Correio de Notícias, onde tive o privilégio de trabalhar em companhia de dois atuais confrades da Academia Paranaense de Letras, Rafael Grecca de Macedo e Eduardo Rocha Virmond. Em seguida, o jornal O Estado do Paraná, o nosso querido “Estadinho”, onde sob a liderança de Mussa José de Assis, convivi com mais um confrade - o jornalista, escritor e cartunista Dante Mendonça, recém eleito para a APL. Quanto à Gazeta do Povo, nunca tive a oportunidade de realizar o antigo sonho de estudante de lá trabalhar como repórter. Mas o destino, esse caprichoso tecelão de surpresas, reservava-me uma glória ainda maior, a de ser o sucessor do dono da Gazeta, Francisco da Cunha Pereira Filho, nesta cadeira de número 18.

Poucos homens marcaram tanto a história da imprensa do Paraná como Francisco da Cunha Pereira Filho. Nascido em Curitiba no dia 7 de dezembro de 1926, filho do desembargador Francisco Cunha Pereira e de Julinda Ferreira da Cunha Pereira, meu antecessor fez suas primeiras letras no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e Colégio Santa Maria. Formou-se em Direito em 1949, turma Rui Barbosa, após intensa militância acadêmica, na qual se elegeu conselheiro da União Paranaense dos Estudantes e primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes. Como advogado, tornou parte de processos de grande repercussão. Foi eleito presidente do Instituto dos Advogados do Paraná. Em 1962, assumiu a direção do jornal Gazeta do Povo junto com Edmundo Lemansky. Na TV Paranaense, canal 12, sua presença foi marcada por um inconfundível toque de modernidade e dinamismo no jornalismo regional.

Como jornalista e empresário da área de comunicações, Pereira Filho foi um homem de seu tempo. Que tempos eram esses? Tempos de transformações aceleradas na economia, na ciência, na tecnologia, no comportamento e nos valores sociais. Na política, tempos difíceis, em que o debate era cerceado nas ruas, nas universidades e até mesmo no parlamento, fechado por medida de força em 1968, data da edição do Ato Institucional

número 5, o famigerado AI-5. Tempos em que opositores do regime eram perseguidos e, às vezes, torturados nos porões pelas suas idéias políticas. Era inevitável que as redações de jornais, revistas, emissoras de televisão e rádio se contaminassem pelo ar rarefeito da época. Censura e autocensura marcaram profundamente essa geração de jornalistas, obrigada a testemunhar e a relatar a história em ambiente de sombras e de medo.

Pereira Filho gostava de citar uma frase de Claudio Abramo, segundo a qual “Jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter”. Dizia também que “um bom jornal é feito de informação verdadeira, notícias atualizadas, reportagens, análises, abalizados artigos de opinião”. Exigente ao extremo, porém, afirmava: “Não basta fazer um bom jornal: é preciso fazer o melhor”. Elegante, formal, fino no trato, atendia a todos com gentileza e atenção. E chamava-os a todos, sem exceção, de “Doutor”, fosse um desembargador do Tribunal de Justiça, o chefe da Redação da Gazeta ou o entregador do jornal.

Rigoroso na exigência de qualidade, fazia questão de acompanhar todos os detalhes da edição da Gazeta, intervindo sempre que julgasse necessário. Já na doença que o acometeu nos últimos anos de vida, praticamente imobilizado na cama, mandava buscar na redação para revisar em casa os textos de reportagens, artigos e editoriais. Com enorme esforço físico, lia, anotava e corrigia os originais antes que fossem publicados. Afinal, a Gazeta “era o seu xodó”, como diziam os amigos e colaboradores.

Em memorável perfil publicado na Gazeta de 19 de março de 2009, dia seguinte ao falecimento de Francisco da Cunha Pereira Filho, o jornalista Francisco Camargo relatou que no dia 31 de dezembro de 2000, véspera da virada do milênio, em meio ao burburinho do fechamento, a redação da Gazeta recebeu uma ligação de Nova York. Era ele, o Dr. Francisco. Embora tivesse comunicado antes de embarcar que “estaria ausente”, e que era para a chefia de Redação tocar o jornal por conta própria, não resistira: primeiro queria saber como estavam as coisas e, é claro, qual seria a manchete principal. A quase 8.000 quilômetros de distância foi informado – e aprovou a primeira página. Minutos depois, novamente o clássico aviso da telefonista à chefia: “É o dr. Francisco”. Pedia que passassem por fax, para Nova York, uma cópia da primeira página.

À frente de seus veículos de comunicação, Francisco da Cunha Pereira Filho caracterizou-se pela defesa incessante dos interesses do Paraná. Liderou

campanhas memoráveis. Impossível descolar sua imagem com a do homem que, de forma apaixonada, defendeu o recebimento de royalties de Itaipu ou a exploração do xisto de São Mateus do Sul. Ao lado de grandes campanhas, também defendia pequenas melhorias nas relações diárias das pessoas. Em certa ocasião, pediu aos paranaenses que comprassem plantas para dar de presente no Natal. Em outra, que recolhessem o lixo nas praias. E, mais de uma vez, que distribuíssem alimentos aos mais pobres. Em plena recessão dos Anos 80, também sugeriu que criassem mais postos de trabalho com o slogan “Abra uma vaga em seu coração. Empregue pelo menos mais um”. Foi autor de idéias curiosas e geniais, como a inesquecível campanha “Bicho do Paraná”, uma parceria da TV Paranaense com o antigo Bamerindus, com o objetivo de valorizar os talentos da terra em que tinha nascido.

Idéias e campanhas como essas deram a contribuição decisiva na criação pontes de informação e cultura entre as diversas regiões do Paraná, até meio século atrás isoladas e estranhas umas às outras. Nós que hoje nos orgulhamos de ser paranaenses - seja nas lavouras de terra rocha do norte novíssimo, nas pradarias dos campos gerais ou na industrializada e inovadora região metropolitana de Curitiba - devemos nosso senso de identidade em grande parte aos novos meios de comunicação eletrônica e instantânea que une esses diferentes pedaços do Estado pelas emissoras da Rede Paranaense de Televisão. Ou pelas reportagens e artigos da Gazeta do Povo, que deixou definitivamente de ser um veículo de Curitiba – como era quando aqui cheguei 34 anos atrás - para se tornar um representante e porta-voz dos anseios de todos os paranaenses.

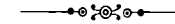
Como Francisco Cunha Pereira Filho sou atleticano e sócio da Boca Maldita – ele no grau de cavaleiro, eu de comendador. Assumo a cadeira 18 com a missão de ajudar a construir e a reforçar essas pontes entre o Paraná pioneiro e histórico e suas novíssimas e pujantes regiões agrícolas do norte, oeste e noroeste. Além de continuar meu trabalho de jornalista empenhado em ampliar o conhecimento da História do Brasil, gostaria de contribuir para promover o diálogo entre escritores e intelectuais deste Estado e de todo o Brasil, secundando o esforço já empreendido por outros acadêmicos. Entendo que tal diálogo será benéfico para a vida cultural do Paraná à medida em que nosso Estado vai assumindo um papel de relevância cada vez maior no cenário nacional.

É com esse espírito que chego a esta Casa. Agradeço aos meus confrades a forma generosa com que me acolheram, em uma eleição unânime. Agradeço, por fim, a UniCuritiba, na pessoa seu reitor, Eric David Cohen, a oportunidade de realizar esta cerimônia neste local que tanto tem contribuído para a educação e a cultura neste nosso querido Estado do Paraná.

Muito obrigado a todos.

DISCURSO DE RECEPÇÃO À ACADÊMICA CLOTILDE DE LOURDES BRANCO GERMINIANI, AO ASSUMIR A CADEIRA Nº 37.

Proferido pelo acadêmico René Ariel Dotti,
no dia 27 de outubro de 2010.



Senhora Professora CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN,
DD Presidente desta Academia Paranaense de Letras.
Demais componentes da Mesa Diretora desta sessão.
Autoridades presentes.
Acadêmicas e Acadêmicos.
Minhas senhoras e meus senhores:

Embora o vocábulo *presidente* seja um substantivo de dois gêneros, devo saudá-la como *presidenta*, não apenas em homenagem à primeira mulher que assume o honroso cargo na história desta congregação literária, fundada no ano de 1936. Assim também o faço, usando o substantivo feminino, com a autoridade do mestre ANTONIO HOUAISS, que, em seu famoso dicionário, define *presidenta* como a “mulher que exerce cargo de presidente de uma instituição”. E fornece como exemplo a “*presidenta da Academia de Letras*”.¹ Sinta-se, portanto, absolutamente à vontade: em gênero, número e grau em sua nova missão intelectual.

* * *

Valho-me das palavras de introdução do discurso com o qual a Senhora recepcionou a escritora e primeira dama do Paraná, senhora FLORA CAMARGO MUNHOZ DA ROCHA. Disse, naquela oportunidade, a atual presidente desta augusta Academia Paranaense de Letras. São suas estas palavras:

“A cerimônia de posse em uma Academia tem a especial finalidade de tornar públicas a vida e as produções literárias dos seus integrantes.

¹ Essa introdução, com o caráter de uma *licença poética*, embarcou no ligeiro debate gramatical alimentado pelos meios de comunicação e tendo como referência o interesse da candidata eleita DILMA ROUSSEF em ser assim chamada. Seria o destaque para a primeira mulher em nossa História que iria assumir o cargo de chefe do Poder Executivo federal. Mas prevaleceu o bom senso e o uso contínuo da palavra *presidente* eliminou o original exercício retórico. Por todos, é definitiva a lição de NAPOLEÃO MENDES DE ALMEIDA (1911-1998), em seu primoroso *Dicionário de Questões Vernaculares*, demonstrando que o uso correto é *presidente*. Com “e” no final.

Desde aquele que deu nome à Cadeira, aos poetas, historiadores, pensadores, escritores, que a ocuparam, até o insigne e novel intelectual a ser empossado.

As academias de Letras, fundadas sob o simbolismo da academia francesa, mantêm, mesmo nas sociedades contemporâneas, características próprias e rituais solenes, que as diferenciam das demais instituições contemporâneas.

Com a atribuição de manter a dinâmica da tradição sequencial na marcha da cultura, a Academia promove a continuidade representativa dos seus ocupantes, com o fim de assegurar o processo da permanência dos saberes e dos valores, que formam a consistência intrínseca da imortalidade.

Daí a escolha do candidato à Academia pesar, igualmente ao seu valor literário, a dignidade de sua postura frente à vida, a compreensão do seu papel entre o passado e o futuro, a sua condição de manter os valores universais integrados a uma mentalidade aberta ao progresso e à construção de um mundo melhor.”

A globalização e a perda de identidades culturais

Em texto publicado no livro *Crônicas politicamente inconveniente e outras nem tanto*, na companhia honrosa do Professor e Acadêmico BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, intitulado “A globalização e a perda de identidades culturais”, eu disse que um dos meios para evitar que as sociedades humanas sejam vítimas do processo da globalização – e consequente massificação com a perda da identidade cultural de grupos e povos – é a criação de academias para explorar o universo das culturas locais. E o Paraná é um cenário multifacetado pela Cultura e Civilização de povos e raças que aportaram nos campos e nas cidades, vindos das mais distantes regiões do mundo, ampliando os espaços do antigo *caminho das tropas* para uma imensa *terra de todas as gentes*, uma espécie de *liga das nações*.

Afinal, como diz muito bem o poeta, crítico e ensaísta JOÃO MANUEL SIMÕES: “*Vivemos a era da globalização tecnológica. Mas onde fica a globalização humanística?*” E com a luz dos grandes espíritos, ele mesmo arremata:

“*O progresso tecnológico promove uma grande metamorfose: transforma homens livres em servos de máquinas e apertadores de teclas*” (*Cem pensamentos sem pretensões*).

A mística da globalização – que massifica a informação, anula a liberdade de criação e extingue a imaginação – que é um reduto indevassável da alma – se parece com a dominação e o obscurantismo religiosos de períodos da Idade Média.

O pensamento medieval, dominado pela religião, cede lugar a uma cultura voltada para os valores do indivíduo. Os artistas, inspirando-se uma vez mais no legado clássico grego, buscam as dimensões ideais da figura humana e a representação fiel da realidade.

No século XIII, o gótico começa a dar lugar a uma revolução espiritual e cultural que resgata a escala humana. São as primeiras manifestações do que, mais tarde, se chamaria Renascimento e que renovou não apenas as artes plásticas, a arquitetura e as letras, mas também a organização política e econômica da sociedade. “*São os indivíduos que fazem a História*”. Era assim que se pensava em função daquele movimento de renovação espiritual. Embora a figura humana também fosse um esquema basilar na Idade Média era, porém, deformada e concebida mais como personagem. O Renascimento, ao contrário, interessou-se pelo homem, nascido de mulher e feito de carne e osso.

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani

A mais nova Acadêmica nasceu em Itaqui, cidade do Rio Grande do Sul, porém, desde a infância, reside em Curitiba, tendo cursado o primário na Escola de Aplicação da Escola Normal de Curitiba e Grupo Escolar Professor Cleto. O curso ginásial foi concluído no Instituto de Educação e o científico no Colégio Estadual do Paraná. É diplomada em Medicina Veterinária pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná e catedrática, por concurso público de provas e títulos, da disciplina de Fisiologia e pesquisadora na Universidade Federal do Paraná. Sempre manteve grande atividade cultural intelectual além do exercício das funções estritamente científicas. Pesquisadora

e autora de inúmeros artigos de sua especialidade em revistas técnicas e na imprensa leiga. Muitas publicações correspondem a tópicos de História do Brasil, da história da Medicina Veterinária e de assuntos gerais em crônicas ou notas curtas. Na listagem de seus textos jornalísticos estão crônicas do cotidiano e de opiniões na coluna do leitor acerca de assuntos de interesse coletivo.

CLOTILDE GERMINIANI é a única representante do Paraná na Academia Brasileira de Medicina Veterinária; é membro correspondente da Academia de Ciências, Letras e Artes de Lyon (França) e da Academia Pernambucana de Medicina Veterinária. Ocupa igual posição nos institutos Históricos de São Paulo, do Rio Grande do Norte e da Paraíba; é participante de colóquios no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com apresentação de comunicações, além de ter proferido palestras a convite da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em seu vasto e fecundo currículo constam os diplomas de conclusão dos cursos de língua e literatura francesa, pela *Alliance Française*, e de língua inglesa pela Universidade de Cambridge.

No universo das artes, a nova Acadêmica é uma das fundadoras da Pró-Música de Curitiba e secretária – no tempo em que não existiam computadores. Na realidade, o entusiasmo era tanto que funcionava também como motorista, redatora de publicidade, distribuidora de cartazes e, até, bilheteira.

Em 2006, em companhia de alguns *navegadores da quarta dimensão* do universo das emoções, ela organizou, na Biblioteca Pública do Paraná, uma exposição comemorativa dos 250 anos do nascimento de WOLFGANG AMADEUS MOZART, tendo redigido a página de abertura da exposição. A partir daquele texto, ela e o marido, HÉLIO GERMINIANI, elaboraram um pequeno opúsculo que foi distribuído em diferentes ocasiões, inclusive após uma conferência feita por ele na Associação Médica de Ponta Grossa.

HÉLIO GERMINIANI é um homem de bom coração que trata do coração dos outros. Eu o conheci como aluno de Medicina enquanto eu fazia o curso de Direito. Ambos fomos seduzidos pelo movimento existencialista de JEAN PAUL SARTRE e SIMONE DE BEAUVOIR que se irradiava do café *Les Deux Magots*, de Paris, até os corredores da Biblioteca Pública, da Galeria Cocaco e da Universidade Federal do Paraná, como faces de um triângulo escaleno de dúvidas e mistérios acerca do homem, do mundo e da vida. Era o tempo da provocação filosófica de SARTRE com a leitura difusa, a discussão arbitrária e o debate árido em função das

obras mestras do Existencialismo como *O ser e o nada* e *a náusea*. Com o primeiro, refletíamos sobre a hipótese de uma liberdade radical do ser humano e, com o segundo, meditávamos sobre a melancolia da vida. E, depois de uma noite e a ressaca de *bebida espirituosa*, eu e o HÉLIO estávamos, literalmente, com enjôo da vida e do mundo. Naqueles momentos, com a voz esgarçada, ele tartamudeava: “*A náusea, René. É a náusea*”. Foram momentos inesquecíveis de uma convivência fraterna que nos une até hoje.

O depoimento de uma ex-aluna

A Professora CLOTILDE GERMINIANI formou várias turmas em seu fecundo itinerário docente. Uma de suas ex-alunas é minha filha, CLAUDIA DOTTI MOREIRA, que, atualmente, reside no exterior em companhia do marido e filhos. Pedi que ela que prestasse um depoimento acerca da convivência entre mestre e alunos. O texto, recebido por e-mail, é o seguinte:

“Pai! Que bacana que você fará a saudação da professora Clotilde! Diga a ela que eu gostaria muito de estar aí para assistir a sua posse. Sobre ela posso afirmar que sempre foi muito dedicada às aulas e por vários motivos era muito respeitada por mim e vários colegas. Entre eles estão realmente a pontualidade, a frequência (ela não faltava nunca) e também não ‘enchia linguíça’. Tenho certeza que você achará um termo melhor para dizer isso”.

Prosseguindo em seu depoimento, Claudia disse que lembra especialmente da professora Clotilde “por um grande e importante detalhe: como as aulas eram de Fisiologia, muitas vezes trabalhávamos com cobaias nas aulas práticas, e ela sempre teve muita preocupação em relação ao sofrimento dos animais, amenizando tudo ao máximo com o cuidado ético que isso merece, ainda mais quando os alunos são do curso de Medicina Veterinária. Outra coisa que me chamava a atenção era a sua honestidade. Ela realmente lutava contra um sistema em parte viciado e contaminado negativamente de uma instituição que tem (você sabe) elementos folgados e

que se protegem atrás de um tipo de escudo que é o de funcionário público. O que não era certo ela realmente não fazia, mesmo que o sistema muitas vezes negligente lhe permitisse. Era, ao meu ver, uma grande militante.

Acho que é isso, se me lembrar de algo mais específico lhe escrevo, espero que tenha ajudado. Grande beijo, Claudia.

PS. Tenho contato direto com grande parte dos meus colegas através de um e-mail de grupo (grupo ufpr 1998) pelo qual conversamos a todo o momento. Posso também procurar juntar mais depoimentos com eles....”.

Em defesa de Mozart

A sua condição humana e o profundo amor à música chamada clássica foram demonstrados pela Acadêmica CLOTILDE em inúmeras oportunidades. Uma delas foi o artigo publicado na *Gazeta do Povo*, em 18 de julho de 2007, com o sugestivo título “Em defesa de Mozart”. Para ela, soou como absurda a afirmação do crítico inglês NORMAN LEBRECHT, publicada na Revista *Veja*, acerca do gênio JOANNES CHRYSOSTOMUS WOLFGANGUS THEOPHILOS MOZART, que a história dos compositores imortais registra apenas como MOZART. Nada mais é preciso para identificá-lo pelos séculos e séculos durante os quais sua música entrou em nossa alma e se acomodou em nosso coração. Ao menosprezar a obra de gênios como VIVALDI, BEETHOVEN e MOZART, afirmando a desnecessidade de um imenso número de gravações de uma mesma obra e perguntando “quem precisa de tudo isso?”, o crítico teve a audácia de proferir a seguinte grosseria: “Se eu fizesse uma comparação entre os autores eruditos e a gastronomia, Mozart seria o Mac Donalds”. A agressão atingiu não apenas os admiradores conhecidos e desconhecidos do compositor da *Flauta Mágica*, mas, também, e fortemente, a alma do marido da Acadêmica. Realmente, HÉLIO GERMINIANI, um compulsivo amante e estudioso da música e da arte em geral (estudou alemão para melhor conhecer e sentir a obra operística de WAGNER), jamais poderia deixar passar incólume um atentado dessa natureza. E também fez a sua parte ao demolir, *no boca a boca*, o malsinado disparate.

O texto “Em defesa de Mozart” foi mais um dos infindáveis tributos merecidos ao gênio prematuramente falecido. A respeito do gênio, BEETHOVEN afirmou: “*Nunca poderei fazer nada como Mozart*”; GOETHE disse: “*O aparecimento de um Mozart continua sendo um milagre inexplicável*”; enquanto ROSSINI confessou: “*Estudo Beethoven duas vezes por semana, Haydn quatro e Mozart todos os dias*”.

A arte como liberdade e resistência

A arte é uma das mais completas expressões de resistência ativa contra a intolerância e o abuso de poder de pessoas ou de governos. Um dos exemplos desse tipo heroico e eterno foi motivado pela denúncia das crueldades da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), deflagrada pela ditadura franquista com o apoio das forças fascistas e nazistas que já haviam dominado a Itália (1922) e a Alemanha (1933). PABLO PICASSO, nascido em Málaga, imortal pintor, escultor e humanista (1881-1973), estava em Paris quando soube do bombardeio na cidade de Guernica pelos fascistas. *Ce Soir*, vespertino dirigido pelo poeta e escritor LOUIS ARAGON (1897-1982), que o Partido Comunista Francês acabava de criar e que PICASSO lia, publicou as fotos da cidade destruída em 30 de abril de 1937. Segundo o jornalista e autor de vários textos sobre o artista, PIERRE DAIX (1922-) partiu dali o motivo da monumental criação.² Para reagir, o mestre começou a pintar com emoção e fúria. Ele deixou como legado inesquecível as palavras que definiam o estado de espírito e o momento da criação: “*O que vocês pensam que seja um artista? Um imbecil feito só de olhos, se é pintor; de ouvidos, se é músico; de coração em forma de lira, se é poeta, ou só de músculos, como se fosse um pugilista? Muito ao contrário, ele é ao mesmo tempo um ser político, sempre alerta aos acontecimentos tristes, alegres, violentos e para os quais reage de todas as maneiras. Não: a pintura não é feita para decorar apartamentos. É um instrumento de guerra para operações de defesa e ataque contra o inimigo*”.³

Com os instrumentos para esse tipo de confronto ele usou o pincel, as tintas e a tela. E mostrou o terror, a tragédia e a dor provocados pela guerra,

² *Picasso criador*, tradução do título original *Picasso créateur*, por Antonio Carlos Viana, Porto Alegre: L&M, 1989, p. 361/362.

³ *Mestres da pintura*, “Guernica: o pincel como arma de guerra” São Paulo: Abril Cultural, 1977, p. 20.

ao produzir uma obra monumental: *Guernica*. Executada para o Pavilhão da República Espanhola, na Exposição Internacional de Paris, em 1937, o painel tem as dimensões de 350 x 782 cm e constitui referência permanente contra a brutalidade da guerra. Nele, está simbolizada a destruição de vidas humanas e de uma civilização com imagens de grande carga dramática. São figuras contorcidas, disformes e dissecadas, e de cores cinza, negro e branco.

Conta-se que o embaixador da Alemanha nazista em Paris, OTTO ABETZ, ficou tão impressionado com o quadro, que perguntou a PICASSO:

« – É obra sua?

– *Não, é de vocês*», replicou o artista com frieza.⁴

Seja bem-vinda à ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, Professora CLOTILDE GERMINIANI. Seja bem-vinda a esses novos caminhos que deverá percorrer com sensibilidade, inteligência e talento nos cenários da realidade e da fantasia de que é feita a natureza humana.

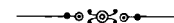
Tenho dito.

⁴ *Mestres da pintura*, cit. p. 21.

DISCURSO DE POSSE NA CADEIRA Nº 37 DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS.

Pronunciado pela acadêmica

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani,
no auditório do Clube Curitibano, Curitiba,
no dia 27 de outubro de 2010.



Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar as autoridades já nominadas. Houve autoridades não citadas e, se eu for acrescentar os nomes destas pessoas vou me alongar. Minha saudação, portanto, a todas as autoridades presentes, aos acadêmicos e aos amigos que vieram a esta solenidade. Um destaque especial para duas pessoas que vieram de mais longe: minha prima Marina – que veio de Belo Horizonte e meu amigo de infância, antigo contemporâneo do Colégio Estadual do Paraná, meu colega de Aliança Francesa e de Cultura Inglesa, Doutor César Muniz Filho, vindo do Rio de Janeiro para esta solenidade. Estão reunidas, nesta noite, muitas pessoas queridas que nos acompanharam em diferentes momentos. Estão presentes algumas colegas de colégio, do tempo em que éramos menininhas e ensaiávamos os primeiros passos para a vida. Estão presentes colegas de profissão e ex-alunos. Todas estas presenças me comovem e engrandecem esta solenidade.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento. Agradeço a todos aqueles que me encaminharam até este momento permitindo que eu pudesse me candidatar e ser eleita para esta Academia. Agradeço aos Acadêmicos da Academia Paranaense de Letras que, através de seus votos, selecionaram meu nome para ocupar a cadeira de número 37 desta Academia. Agradeço ao Acadêmico Professor Doutor René Ariel Dotti a saudação de minha recepção. Como ficou evidente para todos que ouviram Doutor René, ele é um grande amigo nosso. Foi contemporâneo de meu marido, Doutor Hélio Germiniani, na Universidade Federal do Paraná – um cursando Direito e outro estudante de Medicina, mas naquela época, a cidade e a Universidade eram pequenas e havia possibilidade de uma convivência estreita entre alunos de Cursos diferentes, dentro do que seria realmente o espírito de uma Universidade.

Mais recentemente, uma das filhas do Doutor René foi minha aluna, no Curso de Medicina Veterinária. Aliás, a Cláudia Dotti foi uma excelente aluna, inteligente, dedicada e estudiosa. Muito educada, era cordial com todos e, desde o início de seu Curso, Cláudia sabia o que queria, assim, direcionava suas atividades para atingir o objetivo programado, convivendo em harmonia com professores e colegas.

Dentro da liturgia das Academias, o novo acadêmico deve lembrar os nomes e a biografia das personalidades vinculadas à cadeira em que está sendo empossado.

O Patrono da cadeira número 37 é Ismael Alves Pereira Martins, sendo Fundador Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior, 1º Ocupante José Augusto Gumy, 2º Ocupante Dario Nogueira dos Santos, 3ª Ocupante Pompília Lopes dos Santos e 4ª Ocupante Hellê Vellozo Fernandes, portanto, estamos, a partir desta data, ocupando a vaga resultante do falecimento da Professora Hellê Vellozo Fernandes. Como se pode concluir, por esta rápida enumeração dos nomes ligados à cadeira 37, a Academia Paranaense de Letras, desde a sua fundação, em 26 de setembro de 1936, seguiu os moldes clássicos da Academia Francesa, buscando implantar em Curitiba uma instituição capaz de zelar por nossas tradições literárias e culturais.

Seguindo, então, os ditames desta casa, vamos rever os traços principais da biografia das personalidades ligadas à cadeira nº 37. A cadeira tem, como acabamos de ver, um patrono, um fundador e quatro ocupantes, portanto, teremos seis biografias. Procurarei me ater aos fatos principais, não citando datas para não ficar um relato fastidioso.

O Patrono da cadeira nº 37, Ismael Alves Pereira Martins era nascido em Campo Largo e se dedicou ao magistério e ao jornalismo. Na sua atividade jornalística preferia abordar temas políticos. Paralelamente ao exercício do jornalismo, era poeta e produziu composições inspiradas. Desde que passou a freqüentar o Instituto Neopitagórico onde conviveu com Dario Vellozo, foi influenciado pelo ilustre mestre e suas poesias adquiriram um toque espiritualista. Era idealista e só aos poucos foi percebendo as nuances da realidade. Como falava francês fluentemente, submeteu-se a um concurso para Professor na Escola Normal em Curitiba e tirou o primeiro lugar; por questões políticas não foi nomeado e o posto de Professor foi dado a outro candidato. Possivelmente foi um dos choques de realidade que recebeu.

Publicou bom número de livros e há colaborações suas em muitas revistas e jornais paranaenses, sendo que algumas vezes, publicou seus trabalhos com o pseudônimo de Raphael de Castro.

O Fundador da Cadeira nº 37 foi Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior. Era nascido em Guaratuba e se dedicou ao jornalismo desde a adolescência. Trabalhou no posto telegráfico de Guaratuba e, depois, se transferiu para Antonina, onde fundou o jornal “O Município”. Muito atuante na imprensa, granjeou a confiança de seus concidadãos, sendo Secretário Municipal e, mais tarde, Prefeito de Antonina. Teve uma iniciativa marcante ao defender a implantação da primeira colônia nipônica em Cacaatu. Seus artigos, por serem muito contundentes, foram republicados nos jornais de Tóquio e acabaram ganhando notoriedade mundial. As crônicas de Nascimento Júnior eram disputadas por dois jornais de Paranaguá: “O Itiberê” e “Marinha”. Escrevia também no “Diário do Comércio” de Paranaguá, jornal de circulação em todo o Estado. Estudou Direito na Universidade do Paraná e foi nomeado Consultor Jurídico do Estado quando Manoel Ribas era Interventor. Nascimento Júnior também se dedicou ao estudo da História, portanto, foi jornalista, historiador e homem público. Além do cabedal de conhecimentos, destacou-se por sua bondade e por sua modéstia.

O primeiro ocupante da cadeira nº 37 foi José Augusto Gumy, nascido em Curitiba. Desde a adolescência manifestou sua tendência para a poesia e veio a se revelar um poeta de grande sensibilidade. Dr. Valfrido Piloto dizia que era um poeta “messiânico”. Apesar desta sensibilidade, combateu no Contestado e foi voluntário do Batalhão João Francisco em 1930. Durante muito tempo trabalhou na Estrada de Ferro e, em Santa Catarina foi inspetor de ensino. Além de poeta, José Augusto Gumy foi orador, conferencista e jornalista, louvado em todas estas atividades. Deixou mais de seis mil crônicas publicadas em vários periódicos curitibanos e uma obra autobiográfica “Pedacos do Coração”. Fazia muitas quadras populares de sete sílabas, deixou alguns livros publicados e sua obra revela grande dimensão humanística. Foi companheiro de Emiliano Pernetta, de Serafim França e de Emílio de Menezes. Segundo Raul Rodrigues Gomes, outro jornalista seu contemporâneo e que foi nosso Professor no Curso Ginásial no Instituto de Educação, José Augusto Gumy “foi um jornalista livre, nunca se vendeu e nem maculou sua profissão com interesses financeiros”. Foi também orador

e conferencista bastante requisitado. Eram freqüentes suas palestras na Federação Espírita do Paraná. Nos anos de 1936 e 1937 foi organizador, redator, colaborador, comentarista político, tradutor de telegramas e repórter, inclusive fotografando as ocorrências comuns. Segundo um de seus companheiros, José Augusto Gumy tinha “a candura dos apóstolos, a desperdiçante boemia dos gênios e o displicente descuido dos rigorosamente fatalistas”.

O 2º Ocupante da cadeira nº 37 foi Dario Nogueira dos Santos. A partir deste ponto me sinto um pouco mais à vontade porque passo a lembrar pessoas que eu conheci. O Professor Dario Nogueira dos Santos era nascido na Palmeira em 1899 e aos 17 anos recebeu o diploma de Professor Normalista em Curitiba. Nesta época, início do século passado, era comum os homens serem Professores Normalistas. Mais tarde, a partir mais ou menos da década de 30, as mulheres foram procurando as Escolas Normais com maior freqüência e, em pouco tempo, houve um predomínio de mulheres nesta atividade. O Professor Dario foi Professor no Magistério público do estado, primeiro em Paranaguá e, depois, em Curitiba, no Instituto de Educação. Foi sua aluna no Curso Ginásial no Instituto de Educação, suas aulas eram na área de Ciências. Paralelamente, ele desenvolvia outras atividades e tinha uma bagagem literária considerável, era também poeta e excelente orador. Foi maçom convicto e integrante do Instituto Neopitagórico. Para os mais jovens, aqui presentes, é válido ressaltarmos que o Instituto Neopitagórico, criado por Dario Vellozo, além de divulgar sua filosofia específica era um centro cultural em que se discutiam temas de Filosofia, de Ciências e de História. O Professor Dario foi, também, Historiador, sendo um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

A 3ª ocupante da cadeira nº 37 sucedendo ao Professor Dario, foi sua esposa a Professora Pompília Lopes dos Santos. Era Professora Normalista e, desde muito jovem, foi se destacando por seus recursos oratórios e intelectuais. Foi Professora em Paranaguá e em Curitiba. Foi sua aluna de Francês, no ginásio do Instituto de Educação. Dona Pompília era uma senhora muito educada, discreta e de voz suave; conquistava as alunas por seu ar maternal: sentíamos-nos acolhidas em seu regaço e ela nos transmitia segurança e carinho. Apesar do aspecto de senhora tranqüila, Dona Pompília foi pioneira em muitas iniciativas culturais sendo fundadora da Academia Feminina de

Letras, do Clube Soroptimista Internacional de Curitiba e da Sala do Poeta. Também foi a primeira mulher a integrar a Academia Paranaense de Letras. Além de artigos e crônicas publicados na imprensa, foi autora de vários livros e, mesmo com o avançar dos anos, manteve sua atividade literária.

A 4ª ocupante da cadeira nº 37 foi Hellê Vellozo Fernandes. Curitibana, vinha de uma família de grande tradição intelectual. Era neta de Dario Vellozo, filha do Professor Doutor Porthos Vellozo e irmã de um ilustre Engenheiro Agrônomo, Professor da Universidade Federal do Paraná, Doutor Lycio Grein de Castro Vellozo. No Colégio Estadual do Paraná tive algumas aulas de Física com o Professor Porthos – ele não concluiu o período letivo porque se aposentou no estado. Continuou trabalhando na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, como Professor de Física Agrícola no Curso de Agronomia e era amigo de meu Pai, que era Professor de Fisiologia do Curso de Veterinária da mesma instituição. O filho do Doutor Porthos, Doutor Lycio foi Professor do Curso de Agronomia e Diretor da Escola. Tive o privilégio de conviver com ele – competente e íntegro, foi uma das pessoas que me deu apoio e orientação quando ocorreu o falecimento precoce de meu Pai de quem era amigo fiel. Tenho a especial satisfação de ter entre meus convidados, presente nesta solenidade, a filha do Professor Doutor Lycio Vellozo e sobrinha da Professora Hellê Vellozo: senhora Elisa Vellozo, minha amiga desde os tempos de criança. No Instituto Histórico e Geográfico do Paraná conheci Hellê Vellozo cujas crônicas estava habituada a ler na Gazeta do Povo. A jovem Hellê fez sua formação no Ginásio Paranaense e no Instituto de Educação do Paraná. Peço permissão para fazer um parêntesis e destacar as muitas menções aqui feitas ao Instituto de Educação e ao Colégio Estadual do Paraná. Houve uma época, até pouco mais da metade do século XX, em que os colégios públicos ofereciam ensino da melhor qualidade e era um título de glória, alguém declarar ter sido aluno do Instituto de Educação e/ou do Colégio Estadual do Paraná. Infelizmente, tudo mudou e o ensino público perdeu seu padrão de excelência. Hellê Vellozo foi Professora competente e dedicada. Atuou também como jornalista. Sua atividade foi tão marcante que chefiou a Delegação Brasileira em duas Reuniões Mundiais promovidas pela Associação Mundial de Mulheres Jornalistas e Escritoras em Washington em 1971 e em Israel em 1973. Também foi a representante do Brasil em reuniões em Lima e no México. A Professora Hellê foi membro das mais importantes

entidades culturais do estado e deixou vasta produção literária, inclusive com uma excelente “Antologia Didática de Escritores Paranaenses” – o trabalho mostra seu profundo conhecimento e sua preocupação com o ensino da literatura paranaense, ou seja, sua capacidade para uma avaliação literária criteriosa, sem esquecer, com sua formação de Professora, a necessidade de obras didáticas para poder levar aos jovens os valores de nossos escritores.

Depois deste bosquejo da trajetória dos nomes ligados à cadeira nº 37 que ora estou assumindo, vamos ver como posso me enquadrar nesta listagem.

Sou a primeira pessoa ligada à cadeira, não nascida no Paraná, mas cheguei a Curitiba aos 07 anos, já tendo morado dos 03 aos 05 anos na coudelaria de Tindiquera, em Araucária e sou paranaense adotiva porque, nesta cidade, transcorreu toda minha vida desde então. Fui incorporando as tradições e os hábitos da terra que também considero minha. Entrar na Academia Paranaense de Letras, como disse em seu discurso de posse neste sodalício o saudoso e muito querido Professor Doutor Moysés Goldstein Paciornik corresponde a “um sonho nunca sonhado”. Doutor Moysés era Médico e tinha uma carreira brilhante, escrevia literatura, mas esta não era sua atividade principal, então a entrada na Academia Paranaense de Letras representou para Doutor Moysés, como hoje representa para mim, uma recompensa fora da carreira desenvolvida. Os franceses têm uma expressão curiosa para designar estas atividades paralelas. O nome é “violon d’Ingrès” lembro que violon é violino - não violão como poderia parecer à primeira vista. Fala-se, então em violino de Ingrès. Ingrès foi um famoso pintor que tocava violino, nas horas vagas, e se orgulhava de sua habilidade musical quando, para todos parecia que seu talento de pintor já deveria ser o bastante. Então para Doutor Moysés, médico, ginecologista e obstetra competente, as crônicas eram seu “violon d’Ingrès” e me vejo, hoje, em situação semelhante: tive formação em Medicina Veterinária com especialização em Fisiologia não só Animal como Humana, fui Professora de Fisiologia, publiquei grande número de trabalhos de pesquisa, participei de congressos e de reuniões, discuti programas de cursos, me aprofundei na História da Medicina Veterinária e estou sendo recebida nesta vetusta Academia Paranaense de Letras, em grande parte pelas publicações fora da linha científica.

Minha idéia inicial era concluir meu pronunciamento nesta noite

contando um pouco da minha trajetória, mas o histórico dos que me antecederam na cadeira número 37 era muito rico e, creio eu, mais importante para ser lembrado neste momento.

Impossível não mencionarmos duas ausências muito significativas nesta solenidade. Primeiro, nosso Presidente, Doutor José Carlos Veiga Lopes, falecido inesperadamente no dia 03 de outubro próximo passado, deixando uma lacuna no meio intelectual paranaense e nesta Academia. Justamente, vinha organizando com Doutor Veiga Lopes, toda a preparação desta solenidade de posse e tivemos uma brusca interrupção de nossos entendimentos. Passei a dialogar com a Professora Chloris Justen e, naturalmente, houve necessidade de alguns ajustes pelos pontos de vista da nova Presidente. Outro ausente é o Professor Doutor Metry Bacila: seu estado de saúde o impede, no momento, de participar de muitos eventos. Doutor Bacila será mencionado mais adiante e foi decisivo seu aconselhamento para minha entrada nesta Academia.

Chego à Academia Paranaense de Letras com o coração pleno de reconhecimento por todos aqueles que, ao longo de minha vida, na família, nas instituições de ensino ou em outras entidades, me apontaram caminhos e soluções que me permitiram seguir desenvolvendo minhas atividades e aprendendo em todos os momentos, alguma lição. Espero que, na convivência com os demais acadêmicos possamos todos dar uma contribuição para a sociedade buscando sempre um mundo melhor e mais justo.

Não posso deixar de lembrar alguns momentos e pessoas. Em primeiro lugar, tive a sorte de nascer em uma casa com muitos livros e, muito cedo, aprendi a valorizar uma biblioteca. Uma lembrança distante envolve minha Mãe: ela estava acamada, por uma indisposição transitória e teve idéia de me ensinar, nos cabeçalhos de um jornal, as primeiras letras – eu tinha cinco anos e, por um método nada ortodoxo para ao entendidos em Pedagogia, fui rapidamente alfabetizada. Aprender a ler abriu um mundo novo e, até hoje, me parece uma das habilidades mais fundamentais. Lembro de meus Professores de colégio que, através, das lições de português mostraram a importância do perfeito manuseio da língua. Na hora de escolher um caminho profissional fui para uma carreira científica, mas sempre mantinha a preocupação de escrever corretamente, não só minha língua materna como as aprendidas ao longo dos anos. Já no início do meu Curso de Veterinária

fui aluna do Professor Doutor Metry Bacila, de quem fui Monitora e, mais tarde, orientada de Doutorado. Doutor Bacila, quando jovem, foi Professor de Latim e era um incentivador do correto emprego de nossa língua materna. Foi mais um motivo para incorporar a noção da necessidade de escrever corretamente textos científicos ou mesmo papéis burocráticos, como ofícios, memorandos e editais.

Aos poucos foi se tornando mais forte a vontade de fazer comentários sobre fatos corriqueiros ou sobre eventos mais significativos e, neste momento, encontrei um apoio inestimável por parte de um Membro desta Academia, hoje de saudosa memória: Dr. Francisco Cunha Pereira Filho sempre disposto a acolher quem trouxesse uma contribuição para a Gazeta. Foram muitas crônicas e notas para a Coluna do Leitor. A publicação em jornais cria situações curiosas porque, de repente, aparecem leitores – às vezes até admiradores - nos locais mais improváveis: uma farmácia, um supermercado, um motorista de táxi. Depois da pergunta: foi a senhora quem escreveu... vem uma conversa mais longa com exposição dos pontos de vista do interlocutor e, em poucos instantes, parece que estamos falando com um velho amigo.

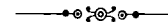
De tudo somado, atividades na Universidade, participação em muitos eventos no exterior, trabalhos científicos, pesquisas de História da Medicina Veterinária e temas afins, crônicas abordando exposições, espetáculos de teatro ou música, surgiu a idéia de apresentar a candidatura a uma vaga em nossa Academia Paranaense de Letras: deu certo e aqui estou, nesta noite, dividindo com todos, este momento muito especial, ainda mais especial porque, por uma coincidência de datas, poderemos na seqüência, homenagear o centenário de nascimento de meu Pai.

Buscando um local para realizar esta sessão solene encontrei acolhida no Clube Curitibano. Aproveito para agradecer ao Doutor Sérgio José Ferreira de Souza, aqui presente com sua esposa Suzana, que sendo Diretor de Cultura do Clube viabilizou a utilização deste teatro para esta solenidade e do espaço para o coquetel com que nossos convidados serão recepcionados. Entre as datas possíveis estava a de hoje, 27 de outubro. Depois de amanhã, no dia 29 de outubro será a data do centenário de nascimento de meu Pai. Como eu já estava pretendendo fazer um selo em homenagem à data – este selo foi usado no envio dos convites para esta solenidade e, dentro de instantes,

após o encerramento desta sessão solene de posse faremos, em companhia dos dirigentes dos Correios, a obliteração do selo.

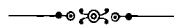
Ao encerrar meu pronunciamento, renovo meu propósito de colaborar com todas as iniciativas desta Academia. Só posso agradecer à Academia Paranaense de Letras e a todos os presentes que acompanharam esta solenidade.

Muito obrigada.



DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO DANTE MENDONÇA, AO ASSUMIR A CADEIRA Nº 1.

Proferido pelo acadêmico Ernani Buchmann,
no dia 29 de novembro de 2010.



Ilustres autoridades, já nominadas.
Caríssimas acadêmicas e acadêmicos.
Meu caro Dante José Mendonça.
Famíliares, convidados.
Senhoras e Senhores:

Imaginemos o dia 10 de agosto de 1972. Ainda não sabemos, mas daqui a pouco uma bola de fogo irá cruzar os céus, de Utah, nos Estados Unidos, a Alberta, no Canadá, transformando em dia a noite do hemisfério norte.

Eu também havia cruzado, não os céus, mas o asfalto, para uma parada estratégica na casa dos meus pais, em Curitiba, depois de alguns meses tentando a vida no Rio de Janeiro.

Bacharel em Direito tentando engatar a carreira de jornalista, naquele dia cumpríamos extensa programação, o também bacharel Luiz Fernando Gevaerd, colega de colégio, e eu.

Gevaerd tinha idealizado um semanário a ser distribuído gratuitamente, em formato jornal, copiado de um modelo lançado em São Paulo com sucesso. Ele seria o diretor comercial, eu iria dirigir a redação.

A próxima parada seria a Gazeta do Povo, onde trabalhava o futuro diagramador do jornal. Subimos as escadas, chegamos ao sótão. Ali fui apresentado a um sujeito que se apresentou com um simpático acento cantante, antes de dar mais uma tragada no cigarro.

Nascido, como ele, nascido serra abaixo, logo reconheci a origem do gajo. Eu conhecia bem o tipo: meu avô, Ernani Lopes, nascido na Ilha de Nossa Senhora do Desterro, também falava daquele jeito. E, como Dante Mendonça, era muito divertido.

Pois era Dante Mendonça o tal sujeito que fumava. O jornal não saiu, felizmente para todos, principalmente leitores e eventuais anunciantes.

Ficamos amigos, Dante e eu, incentivados por um exército de amigos comuns. Exército era, aliás, de onde ele havia saído. Não sei que posto atingiu, mas suponho ter chegado a anseçada, não tivessem sido os anseçados banidos do Exército Nacional muito antes do último deles ter protagonizado o ótimo romance Arcabuzes, do nosso caro confrade Noel Nascimento.

Dante passou a ser, em pouco tempo, curitibano nato, se os catarinenses presentes me permitirem a licença gentílica. Com o parnanguara Oswaldo Miranda, o Miran, e o paulista de Itararé, Luiz Antonio Solda, compôs desde logo a santíssima trindade dos chargistas curitibanos.

A charge, como se sabe, é a piada instantânea e demolidora. É a iconoclastia em forma de traço. Usarei para conceituar a charge o texto de Pablo Neruda sobre o surrealismo. Abro aspas:

O surrealismo é fecundo e digno das mais solícitas reverências, de vez que com um valor catastrófico muda as estátuas de lugar, abre buracos nos maus quadros e põe bigodes em Mona Lisa, que, como todos sabem, deles precisava.

Dante e sua talentosa geração colocou bigodes nas mulheres, ridicularizou também os homens, enlouqueceu os generais.

Não eram muitas as possibilidades de publicação que tínhamos. A quantidade de jornais e revistas era inversamente contrária à acessibilidade oferecida a quem tinha idéias de oposição. A coragem do Show de Jornal, da TV Iguaçu, obra de Adherbal Fortes, Renato Schaitza e Paulinho Vítola, entre outros, era saudada a cada edição, embora tenha sido o embrião da perseguição política a que veio ser vítima, anos depois, o empresário e ex-governador Paulo Pimentel.

Quem ousasse, se excedesse na zombaria, punha o pescoço a risco, razão pela qual todos tratavam os empregos possíveis com os salamaleques exigidos.

Alguns anos depois, virei diretor da Fundação Cultural, com ascendência funcional inclusive sobre este Teatro Paiol, a convite de Jaime Lerner, em sua segunda vilegiatura como alcaide.

Destaque-se, entre as realizações daquela administração municipal, a realização neste palco das Parcerias Impossíveis, que trouxeram a Curitiba, para apresentações inesquecíveis, duplas como João Saldanha e Paulinho Nogueira, Ziraldo e Sérgio Ricardo, Fernando Henrique Cardoso e Zélio Alves Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva e Maurício Tapajós, Fernando Gabeira e Ademilde Fonseca, Regina Duarte e Roberto Duailibi, e mais Grande Otelo, Jaguar, Tiago de Melo e tantos outros nomes expressivos do meio artístico-cultural do país.

Vejam: foi possível alinhar aqui, em um devassado palco de arena, dois futuros presidentes da República. Quando Lula veio, Fernando Henrique, que tinha sido o convidado anterior, estava novamente em Curitiba por conta de um evento político. Pois ao final daquela edição das Parcerias Impossíveis nos encontramos todos, Lula, Fernando Henrique, Jaime Lerner, Adherbal Fortes, Sérgio Mercer, nas democráticas mesas do Bar Palácio, traçando um traçado, caso do atual presidente, ou tomando vinho, bebida mais adequada ao perfil do presidente anterior.

O fato é que este charmoso Paiol de Pólvora, ao abrigar em seu palco tantas figuras notáveis, seguiu a tradição iniciada com a presença do poeta e músico e diplomata e boêmio – não necessariamente nesta ordem, porque ele não tinha ordem nenhuma – Vinicius de Moraes, com seus parceiros Toquinho e Marília Medaglia, naquele show antológico trazido a Curitiba por insistência de Aramis Millarch, na primeira – e marcante – gestão municipal de Jaime Lerner.

Nosso novo acadêmico faz, portanto, uma deferência à Academia Paranaense de Letras ao escolher o Teatro Paiol como local para sua posse, ele que o conhece muito bem,

Nos já mencionados anos 70, Dante estava funcionário da Fundação. Já era agitador cultural, vindo do teatro, onde protagonizou façanhas variadas, das quais narrarei uma, esperando que, ao descrevê-la, perdoem-me por ambas, descrição e indiscrição.

Dante esteve na cama de Derci Gonçalves! Da nossa mais desavergonhada atriz, senhoras e senhores.

Escandalizo os presentes ou, no mínimo, Dona Luíza Grein do Nascimento e o doutor Ney Regattieri do Nascimento, aqui presentes, e, de pronto, trato de explicar.

Derci fazia um espetáculo, com o apropriado título de *Na Cama com Derci Gonçalves*. A peça veio a Curitiba para ser apresentada no hoje demolido Teatro de Bolso, postado, na Praça Ruy Barbosa, em frente ao quartel no qual nosso Dante havia servido anos antes.

Os produtores trataram de encontrar uma cama apropriada. Os problemas, no caso, eram dois, os produtores, Dante e Solda. Escolhida e transportada a cama para o palco, restava testá-la. Solda determinou que Dante teria a incumbência.

Nosso respeitável recipiendário (esclareço: recipiendário é a forma de tratamento adequada aos que são solenemente recebidos) colocou-se à

disposição: deitou-se, pulou, virou de lado. Solda a tudo assistia com olhos de produtor, manipulando instrumentos de precisão capazes de comprovar não só o esforço e como o desgaste do material.

Ao final, aprovou a cama. E assumindo ares de dono do pedaço, coisa que sempre foi, determinou:

- Mande dizer à Dona Derci que a cama foi aprovada em teste de esforço para que ela deite-se, aqui, com o parceiro que preferir, seja ele o Rei Momo, Chacrinha, Papai Noel ou o elefante do Circo Sarrazani.

Menos com o Dante, a tal altura já procurando inventar outras marotices, como a Banda Polaca e, depois, o Bando do Porco, ao lado do Solda e da fina flor da irreverência curitibana, como os nossos tão queridos, e já transferidos para a imobilidade permanente, Osíris de Brito, Sérgio Mercer, Luiz Fernando Arzuza e Nireu Teixeira, carnavalescos cada qual a seu modo.

Dante ficou pouco tempo na Fundação, incorporando, da experiência oficial, o amor da Maí.

Sim, porque a Maí, no registro civil Maria Luiza Nascimento, já Mendonça há quase 30 anos, filha dos também citados Dr. Ney e Dona Luiza, era diligente servidora da instituição, prestando serviços na Casa Romário Martins.

Ambos bem humorados, não sei se o humor os levou ao amor ou vice-versa. Fato é que a união demonstra ser bem sucedida, como nos comprovam suas belas criações, as quais trataram de chamar de Luíza e Pedro.

Dante seguia fazendo carreira como artista gráfico. Nem o nome épico denunciaria as surpresas que o já chargista consagrado iria intentar na vida profissional.

Trabalhou na Voz do Paraná, em O Estado e na Tribuna do Paraná, no Correio de Notícias. Foi empresário da área gráfica e não podem imaginar os presentes a quantas atividades se dedicou.

Não vou me alongar no destrinche do currículo deste quase sessentão, nascido na progressista comuna de Nova Trento, como diria nosso acadêmico Belmiro Jobim Castor, em 4 de março de 1951, no Hospital das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, a congregação da Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus.

Seu currículo é, permitam-me o trocadilho óbvio, dantesco. Possui envergadura capaz de rivalizar com as Mil e Uma Noites, não só em tamanho como em aventuras. Comecei a ler a peça em um fim de tarde, terminei ao raiar do novo dia. Porém, não tenho certeza se cheguei a ler o currículo inteiro.

Fez de tudo o filho de Lauro Manoel Mendonça e de dona Cremilda Tripadalli, desde que o matricularam no Colégio Agrícola de Camboriú.

Fato é que, certo dia, encasquetou de virar cronista de O Estado do Paraná. Talvez por solidariedade matrimonial, eis que Dona Maí já cuidava com esmero das artes exigidas pela recuperação da História curitibana.

Dante tomou gosto. Danou-se a produzir livros, desde *O Botecário*. Vieram os volumes de piadas para torcedores atleticanos atazanarem os coxas-brancas e vice-versa; depois, sua versão carioca, envolvendo flamenguistas e vascaínos; seguiram-se *A Banda Polaca*; *Serra Abaixo, Serra Acima – o Paraná de Trás para Frente* e, principalmente, este achado, não o último, mas para mim a melhor de suas obras, que é *Curitiba, Melhores Defeitos, Piores Qualidades*.

Sobre ela, resenhei à época: “Curitiba está toda ali, nua como jamais ousou se mostrar. Não falta nada nem ninguém. A um kosovar, a um javanês, bastará ler *Curitiba, Melhores Defeitos, Piores Qualidades* para se sentir catedrático em curitibanidades”.

Jaime Lerner diz no prefácio do livro que ali está a Curitiba de Doravante Mendonça. Concordo e acrescento: Doravante, ora Dante, é um dos maiores cronistas que Curitiba haverá de conhecer, autor de obra tão agradável quanto esta cidade que o inspirou.

Por tudo isso, é nosso Cidadão Honorário; também é Cidadão Honorário do Paraná. E me nego a dizer que, um dia, ganhou o prêmio local como Melhor Diretor de Teatro. Certas passagens, em nossas respectivas biografias, melhor esquecer.

Jânio e Silvana: nossa enferruscada Curitiba, há mais de 40 anos, adotou este vosso irmão, que pode não ter tantos leitores quanto computa de eleitores o Peninha, Rogério de batismo, o irmão deputado federal que aqui também nos honra com a presença como honrará Santa Catarina no Congresso Nacional.

Dante, a partir de agora, terá a obrigação estatutária de seguir, na Academia Paranaense de Letras, a obra de Vieira dos Santos, de Rocha Pombo, de Valfrido Pilotto.

Irá continuar o feito de tantos jornalistas que ajudaram a fazer esta Academia, confrade de tantos oriundos das redações. Não os cito, por receio de esquecer um ou outro, porém será imperdoável deixar de nominar a Alceu Chichorro, chargista e jornalista, imortalizado na história da cultura paranaense e de quem Dante é filho por parte dos linotipos, se Jaime Lerner autorizar o uso dessa imagem de sua propriedade.

No limiar da comemoração dos 75 anos de fundação da APL, ele terá a responsabilidade de ocupar a sua Cadeira nº 1. Quanta honra, quanta generosidade o Paraná oferece a Santa Catarina.

De Dante José Mendonça imagino já ter dito quase tudo, à exceção da frase genial de seu parceiro e amigo eterno Luiz Antônio Solda:

“Dante é o verdadeiro milagre de Madre Paulina”.

Orgulhem-se dele Maria Tereza, Rosina, Rafaela e Lauro; Ney Augusto, Regina, Ney Arthur; Zélia, Luiz Carlos, Letícia, Marina, Guilherme; Jaci, Solano, Tatiana e Lorena.

Orgulhem-se todos os que vieram e os que estão aqui sem terem sido citados.

Dante Mendonça é mais paranaense do que todos nós. Fez da sua obra louvação à terra que o acolheu, o que não o impede de compor, ao meu lado, a modesta bancada de origem catarinense nesta imortal Academia Paranaense de Letras.

Por saber que o ambiente se presta a tanto, e considerando que os italianos que fizeram Nova Trento, aqui presentes, ao vivo ou em pensamento, adoram uma festa, proponho que se encerre a presente louvação, a ser consagrada, daqui a pouco, no saguão da entrada, quase sacristia, em líquidos bentos, entre os quais, imagino, haja, ao menos, um cilindro vítreo contendo a verdadeira cachaça de Santa Catarina, aquela que meu avô ilhéu ousava envelhecer em barril de carvalho.

Devo, por último, um esclarecimento. A bola de fogo, referida no início deste discurso, talvez tenha aparecido dez dias mais tarde, em 20 de agosto de 1972. Sobre o assunto há controvérsias, as quais não pude dirimir.

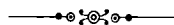
Mas, confessemos: para efeitos retóricos, a tal bola de fogo ficou melhor instalada no dia 10 de agosto de 1972.

Muito obrigado.



DISCURSO DE POSSE NA CADEIRA Nº 1 DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS.

Pronunciado pelo acadêmico Dante Mendonça,
no Teatro do Paiol, Curitiba,
no dia 29 de novembro de 2010.



Com a devida licença de cronista, proponho que Curitiba comemore dois aniversários.

O primeiro, 29 de Março de 1693, a criação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. O segundo, 27 de dezembro de 1971, a data de inauguração deste Teatro do Paiol. O antigo paiol de pólvora que representa a refundação de Curitiba, como diz o painel que está na sala ao lado:

“Símbolo cultural e histórico, o Teatro do Paiol foi um marco das transformações urbanas e culturais vividas pela cidade a partir da década de 70”.

Pertenço à geração Paiol.

Meses depois do poeta Vinícius de Moraes abençoar este palco com algumas gotas de uísque (o seu “cachorro engarrafado”), montamos aqui uma peça teatral de Manoel Carlos Karam.

Bife, no jargão do palco, é um texto longo. Do tamanho de um filé duplo. Na noite de estreia, a jovem e iniciante atriz tinha no papel um bife com a biografia de Carmen Miranda:

“Nascida em Marco de Canaveses, Portugal, em 9 de fevereiro de 1909, Maria do Carmo Miranda da Cunha era mais conhecida como Carmem Miranda. Filha de um barbeiro, ganhou o apelido de Carmen no Brasil, graças ao gosto que seu pai tinha por óperas”.

E assim seguiria o texto, terminando com o colapso cardíaco fulminante que matou Carmen Miranda no mês de agosto de 1955, aos 46 anos de idade.

Assim seguiria o texto, se o pai e a mãe da jovem atriz não estivessem sentados na primeira fila.

Bem aqui!

Com o teatro em blecaute, a estreante ajoelhou-se a dois palmos da primeira fila e, quando o iluminador Beto Bruel disparou o spot-light sobre aquele rosto angelical, a primeira frase saiu assim:

Nascida em Marco de Canaveses...

Meu pai! Minha mãe!

O bife ficou atravessado na garganta.

Num átimo, correram lágrimas naqueles olhos de estreia que não paravam de piscar.

A mãe, sentada a dois palmos, abraçou a filha. O pai, enlaçou as duas. O silêncio falou mais alto... e o público emocionado aplaudiu mais uma das cenas absurdas do teatro experimental de Manoel Carlos Karam.

Parece que foi ontem.

Karam escrevia e Beto Bruel iluminava uma trupe que fazia de tudo um pouco.

Parece que foi ontem. Com essa intimidade entre palco e plateia – uma das paixões do Paiol – sinto os olhos marejados daquela atriz estreante.

Hoje estou no papel da moça, estreando na Academia.

Infelizmente, na primeira fila não vejo o meu pai. Motorista de caminhão, certo dia tomei coragem e fui sincero com ele:

-Vou ser cartunista!

- Cartunista? O que é isso? – replicou Lauro Manoel Mendonça.

Ele queria que eu fosse advogado.

- Meu filho, nada impede que você seja artista e advogado ao mesmo tempo.

Se em 1969 meu pai conhecesse o jovem René Dotti, diria ele:

- Mire-se no exemplo do doutor René. Foi um grande ator de teatro. Hoje é o grande advogado dos presos políticos.

* * *

Também não vejo minha mãe na plateia.

Cremilda Tridapalli, a pintora que em 1970 me chamou a Curitiba com um convite para estudar pintura com Darel Valença no Festival de Inverno de Ouro Preto.

Fui, e na volta virei soldado de um tal de General Picasso de triste memória. Depois perguntem a René Dotti e Eduardo Virmond quem foi o General Picasso.

Os advogados conheceram bem suas obras de arte nas dependências da Quinta Região Militar.

Ao lado de tantos outros amigos, vejo na plateia os cartunistas. Os anfíbios do traço e do texto.

Solda conheceu minha mãe. Em 1972, eu estava comendo ameixas no telhado da garagem, quando apontou na esquina um rapaz de minha idade que nunca tinha visto antes. Nem mesmo com os cabelos mais curtos.

- Você é o Dante!

- E você é o Solda! – confirmei.

Com minha mãe fomos comer polenta com galinha, e nunca mais largamos os ossos do ofício de cartunista.

O também poeta Luiz Antônio Solda está sentado numa dessas cadeiras desenhadas pelo arquiteto Sérgio Rodrigues, mas sabemos todos que na Academia ele poderia ocupar a cadeira 32, antes pertencente ao chargista, poeta e cronista Alceu Chichorro, o primeiro híbrido desta Academia.

Na metade do século passado, Chichorro era a grande celebridade de Curitiba, com seu personagem Chico Fumaça. Tanto quanto hoje é celebrado o cartunista Tiago Recchia, com Los 3 Inimigos.

Certo dia, Chichorro paquerava na Rua XV quando o galante fez uma gracinha atrevida para uma senhorita. Ela respondeu:

- Seu cachorro!

E a resposta do cartunista famoso:

- Cachorro, não! Chichorro!

Falecido em 1972, conheci Chichorro pessoalmente. Durante seus últimos anos de vida, passava as tardes na Rua das Flores apreciando a paisagem feminina.

Aliás, uma paisagem que só trocava pela paisagem de Guaratuba. Onde ele não passava o verão, passava o inverno. Se hoje fosse feita uma eleição para escolher o mais legítimo dos curitibanos, Alceu Chichorro seria meu candidato.

* * *

Doutora Clotilde Germiniani, no seu recente discurso de posse nesta Academia, lembrou que os franceses têm uma expressão curiosa para designar atividades paralelas. O nome é *“violon d’Ingrès”*. Violon é violino. Jean-Auguste Dominique Ingrès foi um celebrado pintor e desenhista que tocava violino nas horas vagas. Ele tinha o maior orgulho de sua habilidade musical. Mas os outros achavam que o seu grande talento de pintor já deveria ser o bastante.

Millôr Fernandes, Ziraldo, Henfil, Alceu Chichorro, Francisco (Pancho) Camargo, Solda, Benett e Tiago Recchia. O escritor e pintor Nelson Padrella. Valêncio Xavier, que até poderia ter ilustrado seus próprios livros. O escritor, cartunista e saxofonista Luiz Fernando Veríssimo. O cineasta e desenhista Fellini. Jules Feiffer, um dos mais célebres cartunistas e roteiristas americanos. Ou o argentino Fontanarossa.

Destes e muitos outros insatisfeitos, essa parece ser a sina dos cartunistas: não se contentam com o que deveria ser o bastante.

Avisto daqui a professora Cassiana Lacerda.

Doutora da Lapa e da literatura paranaense, na sexta-feira retrasada fizemos o percurso do novo ocupante pela gênese da Cadeira Número UM: Antônio Vieira dos Santos, o fundador; e Rocha Pombo, o patrono desta cadeira cujo primeiro e último ocupante foi Walfrido Pilotto.

Pelo caminho da Graciosa, fomos ao encontro de Antônio Vieira dos Santos.

No Instituto Histórico de Paranaguá conheci os dois volumes originais da *“Memória Histórica, Chronológica, Topográfica e Descritiva de Paranaguá e seu Município”*, manuscritos tombados pelo Patrimônio Estadual em 2002.

Como se fosse pouco conhecer a certidão de nascimento do Paraná, de passagem pelo Rio Nhundiaquara a professora doutora me deu um cursinho intensivo de Rocha Pombo, o idealizador da Universidade Federal do Paraná.

Aos forasteiros, no Paraná serra acima recomenda-se conhecer as Cataratas do Iguaçu e os Campos Gerais. Serra abaixo, o caminho da Graciosa e os trilhos da Serra do Mar, o Rio Nhundiaquara e os manuscritos de Vieira dos Santos.

Não se sabe de qual pedra da sabedoria nasce o Rio Nhundiaquara. Sabe-se, isto sim, que naquelas águas que seguem até a Baía de Paranaguá foram batizadas as grandes inteligências do Paraná.

Antônio Vieira dos Santos nasceu em Portugal, mas parece ter sido batizado em Paranaguá, com as águas do Nhundiaquara. Outro **“violon d’Ingrès”**, o ilustrador Vieira dos Santos está escondido na caligrafia dos seus originais. E o pintor está escancarado em seu autorretrato, a única imagem que temos do *“Pai da História Paranaense”*.

Não é um retrato dos mais bonitos. É simplesmente sincero, digamos. Tão franco quanto ao retrato que Vieira dos Santos faz de si próprio na obra *“Memórias dos acontecimentos mais notáveis da vida do autor”*.

“Eu, Antônio Vieira dos Santos, nasci na cidade do Porto, na rua de Santo Antônio do Penedo, em sexta-feira 12 de dezembro de 1784. Minha fisionomia é estatura menos que ordinária, grosso de corpo, membros reforçados; rosto redondo, cheio e gordo; faces rosadas, barba preta e cerrada; boca não grande, beijos meios grossos e vermelhos, dentes ralos e largos; nariz direito porém não fino, mas cheio; sobrancelhas pretas arcadas e espaçadas”.

Pelas iluminuras nos originais de sua lavra, pelo autorretrato na tela, ou pelo autorretrato no livro, Vieira dos Santos podia ter sido um cartunista. Como também foi diretor de teatro, conforme o próprio relata na Memória Histórica de Paranaguá:

“Em 19 de junho de 1808 se representou a comédia Porfiar Errando e pantomimas dos alfaiates e dos ladrões, função feita à custa dos oficiais inferiores do regimento e de que o autor destas memórias foi o diretor, além de muitos mascarados e outros públicos regozijos com que os paranaguenses festejaram o seu primeiro Monarca”.

Por não se levar muito a sério, bom humor não faltava ao historiador que assim descreveu um monstro da melhor tradição monstruosa que teria apavorado a Baía de Paranaguá no século 18.

Abro aspas para o pai da história:

“O nosso monstro marinho foi morto em 1733 por uma bala que saiu do bacamarte de um tal de Pedro Tavares. Tinha corpo e cabeça de touro; só a cabeça media 80 centímetros de comprimento por metro e meio de largura. O pescoço, repleto de glândulas encarnadas; a testa, com crinas crespas; as orelhas, escarlates; os olhos, pretos e redondos; as ventas, do tamanho de um punho; a boca rasgada; os beijos grossos; a barba também grossa na queixada; os dentes largos, unidos e cortantes; a língua redonda e as pernas, medindo um metro. Cada dedo media vinte centímetros, e a cauda, um metro. Os pelos eram curtos e castanhos; gritava como lobo e, de suas carnes derretidas, escorreu azeite”.

Para não ferir o padre vigário de Paranaguá, Vieira dos Santos descreve em latim os órgãos genitais do monstro:

“Immodice longum... genitale homini simili”

Consta que uma historiadora, encantada com a descrição do monstro, teria perguntado:

- E a feliz Dona Monstra, por onde andaria?

Ontem e hoje, de monstros o Paraná é farto.

Temos monstros no urbanismo (Jaime Lerner) e, na literatura, um monstro que não é monstro, é um Vampiro chamado Dalton Trevisan.

Monstro na História foi José Francisco da Rocha Pombo, o patrono desta Cadeira número 1.

A cadeira do rio Nhundiaquara.

Rocha Pombo nasceu em Morretes, no dia 4 de dezembro de 1857, filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica Pires da Rocha Pombo.

Teve como irmãos um Lindolpho, um Antônio e sete Marias: Maria do Carmo, Maria das Dores, Maria Rosa, Maria Thereza, Maria América, Maria Júlia e Maria Clara.

De uma família protestante, professores no litoral paranaense, teve o privilégio de muito cedo subir a Serra do Mar, trilhando o caminho das letras. Era o que cabia, e ainda cabe, aos jovens com pouco dinheiro no bolso.

Professor com dezessete anos, jornalista aos dezoito anos, com 22 funda seu próprio jornal, em Morretes. Em 1881, publica o primeiro dos seus tantos livros. Com muitas resmas embaixo do braço, em 1892 o redator do Diário do Comércio e também deputado consegue a doação de um terreno na Praça Ouvidor Pardiniho, assenta a pedra fundamental e começa então a sonhar com a Universidade do Paraná. Um sonho interrompido pelas tramas da província, preconceitos que tão bem conhecemos.

De repente, para espanto dos *locaes*, ele consegue o financiamento para o sonho. E seguem-se então os *poréns*: Rocha Pombo *não tinha curso universitário!*

Logo ele!

Depois de cruzar o rio Nhundiaquara e, nos campos de Castro, atravessar o rio Iapó com a esposa Carmelita no colo, o idealizador da Universidade transpõe seus rios de mágoas para fixar residência no Rio de Janeiro, em 1897, com o apoio de Romário Martins.

No Rio de Janeiro, convertido em historiador, a obra de Rocha Pombo tornou-se extensa. Eleito para a Academia Brasileira de Letras, o pai da nossa Universidade morreu em 1933, antes de assumir a cadeira 39. Não teve sua obra celebrada pelo sucessor, mas o legado de Rocha Pombo foi justamente reconhecido por Wilson Martins, quando o crítico lamentou que nenhum historiador tenha se debruçado sobre a imensa obra que um dia quase se perdeu nas águas do rio Nhundiaquara.

Quando estudante de Letras, Cassiana Lacerda foi avisada de que uma enchente estava inundando de lama a Casa de Rocha Pombo em Morretes. Não a casa onde o historiador nasceu. Mas uma casa à beira do Nhundiaquara que havia sido restaurado para abrigar a obra do historiador, por iniciativa do governador Paulo Pimentel.

Ao chegar no local, Cassiana encontrou o acervo de Rocha Pombo

jogado na calçada. Numa esquina, “El espíritu Municipal em los tiempos de colonia”, obra escrita em espanhol; na outra esquina o “Dicionário de sinônimos da Língua portuguesa”; no outro lado da rua, “A História da América”; adiante a “História do Rio Grande do Norte”; acolá a “História Universal”. Alhures, a “História do Paraná”. E, na barranca do rio, os dez volumes da caudalosa “História do Brasil”.

Quando a estudante de Letras começou a juntar os restos da obra de Rocha Pombo, um senhor a convidou para entrar:

- Moça, voltou a chover! Vem comigo, vamos assistir à minha televisão de passarinho.

Cassiana nunca mais esqueceu a televisão de passarinho. Na janela que se abria para o Nhundiaquara, cheia de bananas penduradas, os passarinhos faziam o espetáculo.

Muito anos depois, professora doutora, Cassiana Lacerda foi recebida pelo presidente da Academia Brasileira de Letras.

Autorizada a acessar o arquivo de Emílio de Menezes (outro paranaense que, eleito, também não chegou a assumir sua cadeira), Cassiana se deparou com o triste espetáculo: em ambos os arquivos, apenas as cartas de Emílio de Menezes e de Rocha Pombo dirigidas ao presidente da ABL, propondo suas candidaturas.

Quanto aos demais acadêmicos, o que ela viu? Em seus arquivos, rico acervo documental e na biblioteca inúmeras edições de seus livros.

Mais uma vez, Cassiana deparou-se com o Nhundiaquara sobre os originais de Rocha Pombo. E de Emílio de Menezes. Descaso, abandono. Enquanto os demais acadêmicos tiveram suas fortunas críticas na ABL enriquecidas por críticos e estudiosos, ou governos de seus estados de origem, ou mesmo familiares (Rocha Pombo teve apenas uma filha e Emílio não teve filhos), os dois paranaenses lá estavam sem haver merecido qualquer iniciativa no sentido de edição e divulgação de suas obras.

Graças a Cassiana Lacerda, com a edição e lançamento solene na Academia Brasileira de Letras da “Obra Reunida” de Emílio de Menezes e o “Paraná no Centenário”, de Rocha Pombo, os paranaenses recuperaram o espaço reservado aos dois acadêmicos. Ainda que, no caso de Rocha Pombo, quase tudo esteja por ser feito.

Novembro de 2010. Cassiana passa os olhos no rio, e conclui:

- Rocha Pombo ainda aguarda que baixem as águas do rio Nhundiaquara.

Passo os olhos na plateia e não vejo o jornalista Aramis Millarch. O crítico e pesquisador musical graças a quem Vinícius de Moraes saiu da Bahia para inaugurar este Paiol.

Marilene Zicarelli Millarch está aqui. Quanta falta nos faz o colunista que deixou quase pronto o perfil da cidade, de A a Z. Entre eles Walfrido Pilotto, o primeiro ocupante desta cadeira que hoje assumo.

A cadeira do Rio Nhundiaquara.

No dia 3 de junho de 1990, Aramis Millarch dedicou sua coluna Tablóide ao seguinte título: “Walfrido, a juventude intelectual de 87 anos”.

Parte do texto é a que segue:

“Se o empresário Jacob Mehl, dono do Hotel-Estância Hidromineral Dorizon (da cidade de Dorizon – PR), conseguisse convencer uma das mais admiráveis personalidades de nossa vida intelectual e social a fazer um comercial para o seu empreendimento, poderia ganhar até um prêmio.

É que não há melhor demonstração de que Dorizon pode ser identificada com qualidades medicinais de que o fato de ali ter nascido, em 23 de abril de 1903, o escritor, pesquisador, homem público e sobretudo grande memória do Paraná, Walfrido Pilotto. Com uma extraordinária vitalidade, praticamente sem rugas, memória capaz de lembrar os mínimos detalhes e, principalmente, um dinamismo e entusiasmo que o faz transmitir uma verdadeira lição de (bem) viver.”

Depois de revelar que Walfrido foi aluno, amigo e admirador de Dario Vellozo, o fundador do Instituto Neopitagórico e criador do Templo das Musas na Vila Isabel, Aramis conta uma interessante história revelando o lado maçom de Dario Vellozo e Manoel Ribas. O então governador e adepto da Ordem possibilitou, em 1937, que fosse resolvida uma desagradável situação na área de segurança de Estado.

“Delegado de polícia, Walfrido preocupava-se com prisões arbitrárias (inclusive contra judeus e líderes sindicalistas) que vinham ocorrendo, sob a tolerância do então chefe de Polícia José Mehry, mas como este tinha sido seu colega de turma da Faculdade de Direito, e juntos haviam entrado na Polícia, não desejava denunciar o fato diretamente. Walfrido então usou de um truque: pediu ao jornalista Caio Machado, editor de “O Dia”, que o criticasse como responsável pelas arbitrariedades cometidas”.

“Ao mesmo tempo, solicitou ao professor Dario Vellozo que fosse ao Palácio São Francisco e, como maçom, advertisse Manoel Ribas sobre as arbitrariedades cometidas. Poucas horas depois Manoel Ribas, o Maneco Facão, chamava Walfrido e perguntava o que estava acontecendo.

Walfrido assumiu uma culpa que não era sua, mas com um objetivo maior: fazer com que o interventor determinasse a libertação dos presos imediatamente. Era o que Pilotto desejava: sem se atritar com Mehry (que afinal havia sido o determinante das prisões) conseguia reparar a injustiça. Mesmo ficando como aparente vilão. Nesse episódio, a intervenção do professor Dario Vellozo foi fundamental”.

“A longa vivência de Walfrido na Polícia (como delegado da Ordem Política e Social, depois diretor da Polícia civil e do Instituto de Identificação) teve sempre um outro lado que demonstra sua grandeza humana”, atesta Aramis Millarch. “Em abril de 1964, por exemplo, em poucas horas evitou que 56 pessoas do Norte do Estado, presas injustamente, ficassem na Penitenciária do Ahu, já que não tinham qualquer ligação com movimentos subversivos”. Intelectual que desde a infância se habituou à melhor leitura, conhecendo todos os grandes clássicos, a obra de Walfrido está em mais de 50 livros, grande parte deles edições do próprio autor.

Homem de pouca conversa, por força do cargo de delegado na ditadura de Getúlio Vargas, aos mais próximos Walfrido justificava porque fazia questão de bancar suas próprias edições;

- O que Deus me deu de graça, faço questão de não cobrar.

O jornalista italiano Alfredo Cusano, que aqui passou cinco anos, em 1911 publicou suas impressões sobre o Brasil, começando pelo Rio Nhundiaquara:

“Em Morretes e Porto de Cima, muito prósperas, encontrei por volta de uns quarenta imigrantes italianos que saíram da mediocridade para uma vida melhor. Destes, três usufruíram de uma verdadeira riqueza, porque seu patrimônio oscila entre 200 mil libras e meio milhão. São eles: Salvatori Scucato, a viúva Brambilla e Marcos Malucelli, o mais rico de todos.”

Em seguida Alfredo Cusano cita doze imigrantes que possuíam uma fortuna que variava de 80 a 150 mil libras, entre eles Vicente Bettega, Benjamin Zilli e, finalmente, vinte e cinco italianos que possuíam de 50 a 80 mil libras.

E lá estava, ao lado de um De Bona, o oriundo de Vicenza chamado Angelo Pilotto.

De família longeva, Walfrido Pilotto faleceu em 2006, aos 103 anos. Filho de dona Luiza Scheler e Egydio Pilotto, tesoureiro da estrada de ferro, seu pai morreu cedo.

Egydio foi assassinado por assaltantes na Rua Barão do Rio Branco. Em 1930, o crime abalou Curitiba.

Luiza e Egydio deixaram sete filhos: Oswaldo, Walfrido, Olívia, Alice, Raul, Mario e Luiz, que ainda mantém lúcidos 89 anos.

Caso o jornalista italiano retornasse ao Brasil para rever aqueles que saíram da mediocridade para uma vida melhor, ficaria impressionado com a fortuna deixada por Egydio Pilotto.

Não a fortuna em libras, a fortuna da inteligência.

Entre os ilustres confrades, falta nos faz o engenheiro José Carlos Veiga Lopes, nosso falecido presidente. A ele, e a todos os membros desta Academia, agradeço o reconhecimento a este cartunista que escreve de ouvido.

Como o único diploma que ganhei na vida não vale muita coisa (o de mestre agrícola do Colégio Agrícola de Camboriú), com este diploma da Academia Paranaense de Letras já posso me dizer escritor.

E sem ficar vermelho.

Não vejo na plateia Manoel Carlos Karam. Mas eu o revejo na memória, ao lembrar de sua peça “O avião parte às cinco”. No título, só os censores não enxergavam a referência ao AI-5, o Ato Institucional número 5 da ditadura militar.

Peça que tive o privilégio de dirigir neste Teatro do Paiol, no final dizia em lágrimas o ator Sansores França:

Não tenho saudade do passado.

Tenho, isto sim, saudade do futuro.

Muito obrigado.





SOLENIDADE DE POSSE DA DIRETORIA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

BIÊNIO 2011-2012

Realizada no dia 16 de dezembro de 2010
no Auditório do Instituto dos Advogados do Paraná.
DISCURSOS PROFERIDOS

DISCURSO DE ABERTURA

Chloris Casagrande Justen



Autoridades presentes, membros da Academia Paranaense de Letras, membros do Instituto dos Advogados do Paraná, senhoras e senhores.

Como Presidente da Academia Paranaense de Letras, eu, Chloris Casagrande Justen, saúdo neste instante os ilustres convidados.

A Mesa Diretora está formada pelas seguintes autoridades:

Acadêmica Chloris Casagrande Justen, Presidente da Academia Paranaense de Letras, o Acadêmico Rui Cavallin Pinto, 1º Secretário; Acadêmico Eduardo Rocha Virmond, Presidente Eleito da APL, representando sua Diretoria, a Dra. Rogéria Dotti, Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, o Dr. José Lúcio Glomb, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná, o Ministro Euclides Scalco, o Des. Ney de Freitas, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene de posse do Acadêmico Eduardo Rocha Virmond e de sua Diretoria, eleitos por unanimidade para a gestão 2011/2012.

Convido a Acadêmica Adélia Maria Woellner, titular da Cadeira 15, cujo patrono é o Dr. João José Pedrosa, fundador Clemente Ritz, primeiro ocupante Virgílio Moreira e segundo ocupante Colombo de Souza, para proceder à chamada dos Acadêmicos presentes.

Convido os presentes para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro.

A Academia Paranaense de Letras sente-se imensamente honrada em receber tão seleta platéia para prestigiar a posse da Diretoria eleita para o Biênio 2011/2012

Esta solenidade cresce em significado por ser o acadêmico eleito Presidente um ilustre intelectual, que traz à presidência o desempenho de uma vida dedicada a efetivas realizações. Sua história é referência como intelectual e como cidadão, atributos valorizados desde os primórdios das instituições fundadas em França.

A Academia Francesa, sociedade literária e lingüística, reconhecida oficialmente em 1635, após sua fundação enfrentou tumultuados períodos sociais, entre eles a Revolução Francesa, durante a qual foi suprimida.

Em 1816, completamente reestruturada, instalou-se com propósitos bem definidos e uma organização que comportava 40 cadeiras, a serem ocupadas por destacados homens públicos e reconhecidas personalidades literárias, integrantes nominados honrosamente como imortais.

Posteriormente, mantendo os mesmos princípios e rituais, instituições semelhantes surgiram, redefinindo e particularizando suas finalidades. Fundadas a exemplo daquelas de França, as academias dignificam a sua missão de valorizar a cultura, a ciência e as letras, preservar o passado e promover o futuro.

No Brasil, em 1896, sete anos após a Proclamação da República, o literato Lúcio de Mendonça reuniu um grupo de escritores monarquistas e republicanos com o mesmo objetivo: fundar uma instituição aos moldes da Academia Francesa. Após a elaboração dos estatutos, dezesseis grandes nomes da literatura da época, sob a presidência de Machado de Assis, fundaram a Academia Brasileira de Letras, com a especial finalidade de conservar e promover a cultura da língua e da literatura nacionais. Posteriormente, foram incorporados na mesma ata os demais vinte e quatro componentes do grupo, constituindo assim o corpo de 40 imortais, todos considerados fundadores.

Política e culturalmente a idéia se difundiu, e outras academias surgiram, estendendo por muitos países.

Em 1936, instalou-se definitivamente, em Curitiba, a Academia Paranaense de Letras, com a finalidade de “cultivar, preservar e divulgar o vernáculo e a literatura, em seus aspectos científicos, históricos, literários e artísticos, podendo participar de iniciativas úteis ao desenvolvimento cultural do Paraná e do Brasil.”

Tempo após tempo, as instituições vêm atualizando os seus procedimentos, em consonância com as constantes mudanças e transformações, que têm marcado as sociedades contemporâneas.

O conceito de imortalidade, essência dos fundamentos da academia, constitui o diferencial entre ela e as demais associações culturais. A imortalidade, que se personaliza como a seqüência da memória, preservada nas obras e na produção acadêmica, é revivida a cada nova posse.

É quando o acadêmico reverencia as figuras do patrono e dos ocupantes anteriores da sua Cadeira, encadeando as obras e reforçando a tessitura das linhas da imortalidade. Processo que se estende até o acadêmico que toma posse, dignificando-o pelos princípios, valores e ações, imortalizados na continuidade da Academia.

Essa dinâmica permanente é impulsionada por forças sociais irrefutáveis, em um processo permanente de transformações, que se encaminham ao conjunto mais amplo da cultura universal. Nossa academia acrescenta à sua missão a proteção de uma consciência regional, que incentive, na literatura e nas artes, os valores e as memórias das comunidades regionais.

Categorizada como processo dinâmico e crescente, a globalização expandiu-se da economia para as relações, transformando o mundo em uma aldeia, e concorrendo para uma profunda mudança nos costumes. Essas transformações entrechocam-se muitas vezes com os valores regionais, estimulando reações, contradições e acomodações, expressões agora aglutinadas no conjunto de forças denominado globalização, que visa proteger as tradições e os valores socioculturais estabelecidos, concorrendo para a consistência desses valores.

Dentro dessa dinâmica, as academias configuram e condensam a realidade cultural e as condições estruturais do pensamento das gerações, incorporando as mudanças sociais expressas nas produções da intelectualidade de cada época. Assim as academias cumprem seu relevante papel na preservação da memória dos acontecimentos e das circunstâncias, o que faz da história a revelação do processo cumulativo da cultura.

O preenchimento das cadeiras vagas assegura a continuidade, a permanência e o pertencimento necessários à logicidade do processo histórico. Ao mesmo tempo em que promovem a intercessão dos valores, aos poucos inseridos na mentalidade nacional, comprovam o seu papel de, caminhando com a sabedoria, promover o respeito e a interpretação do passado.

Às academias cabe gravar a evolução da cultura e do pensamento, finalidade precípua para manter imortalizadas as produções intelectuais de cada época. Abre-se aí, a oportunidade de a academia e os seus acadêmicos gravarem as diversas expressões dos saberes, estudarem a marcha das ciências e das artes, comprovando a dignidade dos valores que se reelaboram através das épocas. É a convivência com o passado na essência dos rituais,

que promove oportunidades para que as novas luzes, desveladas pelo avanço das ciências e da técnica, encontrem nas artes (música, literatura, artes plásticas) o processo de humanização do conhecimento.

O artigo 7º. do regimento interno reza:

Será solene a sessão de posse da diretoria, para o período administrativo a iniciar-se, sendo que caberá ao presidente a leitura do relatório da sua gestão.

Este relatório não tem a pretensão de estabelecer datas, uma vez que suas atividades se desenvolvem por projetos de significativo alcance sempre envolvendo um amplo universo no estado do Paraná.

1. Iniciativa sem dúvida vitoriosa, a “Semana da História do Paraná” é um projeto que se mantém há mais de uma década, no presente englobando parcerias com outras instituições e o poder público.

É considerada atividade tradicional, formadora de novas mentalidades de estudiosos, pesquisadores, professores, e de integrantes da comunidade paranaense.

2. O Projeto “A História do Paraná nos Sistemas de Ensino” apoiado em pesquisa de campo, realizada pela própria Academia. Ao comprovar o desconhecimento generalizado dos paranaenses sobre sua História, mesmo dos seus acontecimentos mais significativos, o projeto assumiu a característica de mobilização. Isso resultou na proposta de um anteprojeto de lei que levou a Academia a um intenso trabalho técnico na Assembléia Legislativa e, tendo as atividades do Movimento Pró Paraná como apoio, a Academia viu seu anteprojeto transformado em projeto de lei. Posteriormente, foi aprovado como Lei nº 13 381/ que torna obrigatório um novo tratamento pedagógico dos conteúdos da História do Paraná em todos os anos e séries dos cursos fundamental e médio do sistema estadual de ensino. A Academia foi ao Conselho Estadual de Educação, que exarou a Deliberação 07/06, com votos em separado, de elogios e confiança no produto esperado: a preparação de crianças e jovens, construindo a cidadania paranaense. As dificuldades de implantação da Lei estão sendo vencidas e o “Projeto Crianças Ensinando a História do Paraná”, em parceria com o Centro Paranaense Feminino de Cultura deverá ser implantado em 2011, no Sistema Municipal de Educação de Curitiba. Com a posse do novo governo estadual, a Academia já tem como estabelecida a implantação no estado todo. O projeto prevê parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, o que resultará em um material

pedagógico que revivescia a práxis pedagógica, e se estenderá para além da escola integrando o projeto municipal Comunidade Escola, com a distribuição de volantes sobre a História do Paraná, produtos da aprendizagem dos alunos, em textos elaborados como síntese do que aprenderam no processo escolar.

3. O Projeto “Nossa Língua, Nossa Pátria”, vinculado a jornais e revistas do estado, levando à correção do vernáculo, encaminha para o aperfeiçoamento em todos os graus de conhecimento da comunidade, popularizando o hábito da autorrevisão permanente. Instalado, é parte integrante da comunicação de jornais e revistas nos variados campos do conhecimento, agindo como forma de popularização da correção no uso da língua.

4. Em parceria com o Colégio Positivo a Academia é responsável pela avaliação final dos concursos de prosa e poesia dos alunos do Curso Fundamental, seleção para que as produções dos alunos componham a publicação anual Positivinho e Palavra Viva, em um trabalho que avalia mais de uma centena de textos a cada ano.

5. Visando unir os três Paranás, levantar o nível cultural da comunidade e estimular a autoestima dos pequenos e grandes centros do interior do Paraná, o “Projeto Plantando Academias”, tem sido responsável por uma especial mobilização cultural, que se instala em cada município sede de uma nova academia. De início, um total de cento e vinte personagens do município precisa ser detectado para a pesquisa que vai dar nome às quarenta cadeiras que comporão a Academia, mais quarenta que serão os fundadores, e mais quarenta, no mínimo, que serão os candidatos a ocupá-las. Esse processo é de descobertas inusitadas, reúne profissionais, interliga famílias e projeta a comunidade pela importância das pessoas, de suas jornadas, de seu destaque na comunidade, na sociedade, no município. A instalação da nova academia é um grande acontecimento cultural, com intercâmbio regional, reconhecimento de valores pessoais, participação comunitária. Imediatamente a academia fundada se dedica à publicação de uma revista, que passa a circular como um meio especial de comunicação.

Esse reconhecimento da realidade promove um respeito à sua terra, afastado de um ufanismo superficial e inadequado aos conceitos históricos mais modernos.

6. A Revista da Academia, publicada em parceria com o Colégio Positivo, transforma-se em fonte de pesquisa e de divulgação do presente.

E não se diga que a Academia é restrita e fechada, pois que a participação acadêmica, tendo pouco espaço na mídia e na imprensa falada e televisiva, é divulgada por publicações dos próprios acadêmicos e às suas expensas.

Mantendo os princípios e a importância de suas raízes e das suas tradições a Academia busca a modernização que as sociedades contemporâneas exigem, preocupada sempre em não sofrer um dos impactos da modernidade, o descredenciamento dos valores. Na pós-modernidade, é preciso recuperar os valores fundamentais. Segundo Jaques Chevalier, “a pós-modernidade se materializa simultaneamente como ante modernidade, gerando a realidade paradoxal em que vivemos”. A academia, ciente dessas contingências, olha o futuro tendo por base sonhos como os da Helena Kolody *tão grandes que não cabem inteiros nesta vida tão puros que não vivem em plagas deste mundo*.

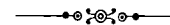
Inserida na contemporaneidade, a Academia Paranaense de Letras seguindo os princípios democráticos, elegeu a presente diretoria com altos propósitos. Este processo eleitoral se encerra nesta noite de gala, com a posse do Acadêmico Eduardo Rocha Virmond e de sua Diretoria.

Iniciando a cerimônia de posse, convido o Acadêmico René Ariel Dotti para saudar o presidente eleito.



DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO NOVO PRESIDENTE DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS.

Proferido no Auditório do Instituto
dos Advogados do Paraná.



UM CALEIDOSCÓPIO DE IDEIAS, PENSAMENTOS E EMOÇÕES

René Ariel Dotti

Por generosa deferência da Professora CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN, sensível e dinâmica presidente em exercício, fui distinguido com o honroso convite para saudar os novos dirigentes da Academia Paranaense de Letras na pessoa do Doutor EDUARDO ROCHA VIRMOND, que assume o venerando cargo de liderança de nossa entidade.

Ao contrário do discurso feito pelos novos acadêmicos que, cumprindo a liturgia, devem fazer o elogio do patrono, fundador e ocupantes da Cadeira a ele destinada, a oração de hoje não é proferida em louvor às figuras fisicamente desaparecidas, mas, sim, em homenagem a um ser vivo e de corpo e alma presentes nesta solenidade.

Como registrou o confrade VALÉRIO HOERNER JUNIOR no discurso de saudação ao novo acadêmico, o Reitor CLEMENTE IVO JULIATO, a nossa Academia Paranaense tem, assim como a Brasileira, a indicação das Letras em sua razão social. Mas, no curso de sua existência, ela tem cultivado, além da prosa e do verso puros, a Música, o Jornalismo, a Sociologia, a História, a Medicina, o Magistério, a Magistratura, a Advocacia. E observa:

“Essas áreas, científicas ou artísticas, mas especialmente assistidas pelo humanismo renascentista, costumam inserir-se com naturalidade nos contextos acadêmicos de letras, justamente porque não prescindem da lingüística no seu sentido mais específico, mormente quando nomes afloram em atividades dicotomizadas, em suma irmanados de banda no epicentro do interesse comum. Assim surgem os médicos-poetas, os advogados-contistas, os jornalistas-romancistas e por aí afora”.¹

¹ VALÉRIO HOERNER JUNIOR, “As Academias, a Cultura, a Educação e merecidas loas a um novo acadêmico”, em *Revista Paranaense da Academia de Letras*, nº 46, de 2002, p. 27.

Uma Academia de Letras não pode limitar a sua missão à produção das obras exclusivamente literárias no sentido restrito do termo. Ela é, por derivação e na extensão de sentido, uma congregação de caráter científico e artístico, além do literário.

Em seu discurso de posse, também nesta Academia, o ex-parlamentar e escritor LEO DE ALMEIDA NEVES lembrou:

“Volto à tribuna desta Assembléia Legislativa onde representei o povo nos idos de 1960, cedida à Academia Paranaense de Letras por especial deferência do eminente Presidente desta Casa, o deputado HERMAS BRANDÃO. Alguns nomes da Academia cumpriram mandato nesta Assembléia Legislativa: LAERTE MACEDO MUNHOZ, cadeira nº 11, que presidiu esta Assembléia em 1953 quando se comemorou o 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, EDWINO TEMPSKI, cadeira nº 33, o Presidente TULIO VARGAS, cadeira nº 23. Pertenceram à Academia os deputados federais NEWTON CARNEIRO, cadeira nº 31, LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO, cadeira nº 8, MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO, cadeira nº 13. O acadêmico ELIAS KARAM, cadeira nº 8, foi vereador em Curitiba por sucessivas legislaturas e presidiu a Mesa em 1964.

Enfim, dos quadros da Academia Paranaense de Letras saíram Governador do Paraná, Prefeito de Curitiba, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, Ministro e Secretários de Estado e todos se houveram com brilhantismo, probidade e devotamento à causa pública”.

• • •

Daí a necessidade desses sodalícios projetarem-se no cenário dos Estados Democráticos de Direito e das comunidades locais como núcleos de pensamento e ação para tratar determinadas questões de interesse humano e social. Especialmente nas áreas da Educação e da Cultura.

Essa diversidade cultural nas atividades profissionais dos membros da Academia, com os mais variados focos de conhecimento e exercício, é um estímulo permanente para a formação de um caleidoscópio de ideias, pensamentos, emoções.

O ex-ministro das Relações Exteriores do Governo Fernando Henrique Cardoso, CELSO LAFER, Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e membro da Associação Brasileira de Filosofia Social e Jurídica – em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras repetiu um pensamento de NORBERTO BOBBIO. O grande filósofo e escritor italiano observou que, enquanto a Política divide, a Cultura reúne; que enquanto a Política se alimenta do conflito, a cultura vive do diálogo. E prossegue o Acadêmico CELSO LAFER, recordando MACHADO DE ASSIS no discurso de encerramento das atividades da Academia Brasileira de Letras, em dezembro de 1897. Ao se referir aos projetos futuros, o autor de *Memórias Póstumas de Braz Cubas* afirmou que cabia aos seus confrades “trabalhar pela extensão das idéias humanas”.

• • •

Em minha coluna *Breviário Forense*, no jornal *O Estado do Paraná*, iniciei uma série de artigos intitulada A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E OS TIPOS INESQUECÍVEIS. E o primeiro deles foi dedicado ao nosso novo presidente.

Transcrevo alguns trechos daquele texto, publicado em 22 de novembro do ano passado.

“Um dos meus *tipos inesquecíveis* é o cidadão, advogado e intelectual, EDUARDO ROCHA VIRMOND. Eu o conheci nos anos cinquenta, quando ele já era advogado bem sucedido, jornalista de talento e crítico de arte, lúcido e vigoroso. Poucos anos depois e por algum tempo estivemos juntos vivendo as emoções da redação do *Diário do Paraná*. A sua produção de programas radiofônicos de música clássica e de jazz, com seleção de peças e comentários pontuais, marcou inesquecivelmente um estilo e uma qualidade profundamente distintos das ruidosas e não raro mercenárias apresentações atuais de *disc jockeys*, com os aparentes ou reais sucessos de ontem e de agora.

EDUARDO ROCHA VIRMOND, ex-Secretário de Estado da Cultura do Paraná e membro da Academia Paranaense de Letras, foi o grande coordenador da VII Conferência Nacional da OAB (Curitiba, maio de 1978), um dos marcos da redemocratização do país.

O plenário do Conselho Secional da OAB-PR aprovou, por unanimidade de votos, a concessão ao amigo e colega Virmond, da *Medalha Vieira Neto*, pelos relevantes serviços prestados à causa da Justiça e do Direito e à própria classe.

Ele merece a homenagem. Não é um simples redator de (boas) petições ou apenas um (bom) tribuno forense. O laureado é, com lucidez e coragem, um crítico das mazelas da administração da Justiça. Com um detalhe de boa origem: durante muitos anos, ele foi colega de escritório do mestre VIEIRA NETO e um de seus mais fiéis e dedicados companheiros.”

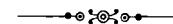
A homenagem foi prestada perante um grande público no auditório da Ordem dos Advogados. Virmond encantou a todos com o seu discurso de agradecimento: claro, límpido, crítico e alegre. No seu *inventário da saudade* ele distribuiu um notável espólio de lembranças, generosamente partilhadas com parentes, amigos e conhecidos. O registro daquelas emoções do passado contém um detalhe de seu ingresso nesta Academia Paranaense de Letras. Conta ele que os confrades WALFRIDO PILOTO e SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA foram convidá-lo para ingressar neste sodalício. São suas as palavras: ‘Eu pedi a cátedra do extraordinário intelectual ANDRADE MURICY, com quem eu tinha afinidades na crítica de arte, literatura e música. Entrei em 1994 e fui saudado pela notável e maravilhosa HELENA KOLODY, em um texto muito lisonjeiro. E muito poético como não poderia deixar de ser’.”

Presidente EDUARDO ROCHA VIRMOND: aceite, de todos os seus confrades, a saudação cordial que o honroso cargo recomenda e a manifestação de apoio para os projetos em curso e outros que certamente virão para destacar a Academia Paranaense de Letras para muito além do cenário local e regional, mantendo relações de frutuosa convivência com outras entidades congêneres e participando dos fatos relevantes da cultura nacional. A nossa associação deverá atuar sempre que a liberdade da manifestação do pensamento e de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação sofrer qualquer forma de restrição ou privação. E esses futuros momentos de intervenção lícita e necessária no interesse geral da sociedade não precisam esperar momentos ou circunstâncias especiais. Já foi dito, na canção popular de GERALDO VANDRÉ: “Quem sabe faz a hora; não espera acontecer”.

Sábias palavras e um lúcido comando de ação. E que lembram o pensamento do imortal George Bernard Shaw (1856-1950) o vencedor do prêmio Nobel de Literatura, em 1925:

“As pessoas sempre põem a culpa nas circunstâncias por serem quem são. Não acredito em circunstância: os indivíduos de sucesso são aqueles que saem e procuram as condições que desejam; e, se não as encontram, criam-nas.”

Tenho dito.



(Após o pronunciamento, a presidente retoma a direção)

A Mesa agradece ao ilustre Acadêmico Dr. René Ariel Dotti pelo seu pronunciamento, que tão bem representou a Academia nesta solenidade.

Procedida esta recepção, passo a nominar a Diretoria a ser empossada que está assim formada:

Presidente: Eduardo Rocha Virmond

1º Vice-Presidente : Chloris Casagrande Justen

2º Vice-Presidente : René Ariel Dotti

Secretários: Rui Cavallin Pinto e Albino de Brito Freire.

Tesoureiros: Ernani Straube e Ario Dergint.

Diretores de Comunicação Social: Ernani Lopes Buchmann e Adherbal Fortes de Sá Junior.

Diretores de Comunicação e Acervo: Belmiro Valverde Jobim Castor e Flora Camargo Munhoz da Rocha.

Diretor Jurídico: Antonio Celso Mendes.

Coordenadora de Publicações: Adélia M. Woellner.

Grupo de Editoração: Adélia M. Woellner,

Belmiro Valverde Jobim Castor e Rui Cavallin Pinto.

Grupo de Apoio: Clemente Ivo Juliatto, Orovisto Guimarães e Carlos R. A. Santos.

Convido o Presidente eleito e a sua Diretoria para permanecerem de pé e, após a leitura da Chapa da Diretoria eleita para a próxima gestão, procedermos à leitura do Credo Acadêmico, seguida do ato oficial da se posse.

Como Presidente, passo a ler o Credo Acadêmico.

CREMOS

Na sabedoria divina

Que nos inspira

E nos orienta

Nas letras, nas ciências

E nas artes.

CREMOS

No amor universal

Que nos une e fortalece.

CREMOS

No primado do espírito

Que nos aperfeiçoa e nos dignifica.

E na presença do Senhor

Que nos ampara e nos guarda.

(TODOS): ASSIM CREMOS.

- Senhor Presidente, prometo seguir os princípios que fundamentam o Credo Acadêmico, cumprindo, com honra e lealdade a presidência da Academia Paranaense de Letras, assumindo a sua Diretoria o mesmo compromisso?

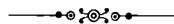
(O Presidente): – Assim o prometo!

(A Diretoria): – Assim o prometo!

(Segue-se a assinatura do termo de posse).

Formulado este compromisso, eu os declaro empossados na presidência da Academia Paranaense de Letras, desejando-lhes uma profícua e feliz gestão!

PREÂMBULO



Eduardo Rocha Virmond

Tenho a honra de receber, neste momento e em nome de todos os diretores eleitos, o cargo e o encargo de Presidente da Academia Paranaense de Letras, que me é transmitido pela magnífica pessoa e nobre intelectual Chloris Casagrande Justen, que engrandece esta Academia, pela sua atuação dedicada e detalhado conhecimento das estruturas.

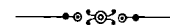
É oportuno também enaltecer essa grande figura que recentemente perdemos, José Carlos Veiga Lopes, que na realidade dedicou os seus últimos anos de vida breve à Academia, com competência e ardor, ao mesmo tempo em que escrevia os seus trabalhos relativos à história do Paraná, registrando através de incessante pesquisa episódios que jamais seriam reconhecidos se não fosse por ele.

Neste momento quero agradecer a presença de todos os que vieram prestigiar esta posse, bons amigos, boas autoridades, algumas que estão dentro da própria Academia.

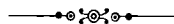
Agradeço também à professora Rogéria Dotti, presidente desta grande e nobre entidade, o Instituto dos Advogados do Paraná, a gentileza de ceder o espaço para esta sessão solene, contribuindo por este gesto para o reconhecimento da própria Academia Paranaense de Letras.

Meu caro René Ariel Dotti, você fez uma saudação muito lisonjeira para mim, assim como foi o seu artigo em meu favor, há algum tempo atrás, em que me chamou de “meu tipo inesquecível”. Aí foi demais e isso se deve à excelente ligação entre nós, desde muitos anos atrás, no

campo da literatura, da música clássica e do jornalismo, cujas afinidades de pensamento e de atitudes nos uniu até agora, enquanto as divergências foram raras, impensáveis e esquecidas. Agora não lembro de nenhuma. Sei que você, René, alia a permanente vocação de aperfeiçoamento cultural com um trabalho profissional invejável, como advogado e autor, principalmente de direito penal, cuja contribuição é reconhecida nacionalmente. Além disso, é grande e efetiva a sua participação incessante na luta, que nos une, em favor da liberdade de pensamento, da liberdade de consciência e de expressão, da presença constante em desvendarmos e denunciarmos as ofensas aos direitos fundamentais, como fizemos nos tempos da ditadura e continuaremos nesse trabalho pelos tempos afora.



DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS



SER OU NÃO SER

“..e quindi uscimmo a riveder le stelle”.

(DANTE, Inferno, XXXIV, 139)

Por Eduardo Rocha Virmond

86 Foi uma surpresa o convite para Presidente da Academia, podem acreditar. Era um vaticínio do Samuel Guimarães da Costa e do Valfrido Pilotto, que eu levei em tom de brincadeira, e eles também, para supostamente me encorajar a aceitar o cargo e o encargo honorífico de membro da Academia.

Por que eu? A Academia me soava um pouco estranha e fora do mundo. A resposta veio para atingir o próprio eu. Disseram que era preciso melhorar a Academia, que aqui já estavam o Samuel, René Dotti, Ruy Wachowicz e que as admissões a se seguir todas deveriam elevar o padrão. E que havia seis oportunidades de escolha da vaga, logo me defrontando com o nome de Andrade Muricy e eu pensei que se lá estava o Samuel, que se a vaga era do extraordinário sábio Andrade Muricy, eu não poderia me recusar a fazer parte desse grupo. Samuel disse, em discurso, que nós fomos, o nosso grupo do Café Belas Artes, de 45 a 50, sempre muito malcriados e que agora importava que nos associássemos com eles, os acadêmicos, para apagar o preconceito de adolescentes.

Fomos desaforados com Valfrido Pilotto, a quem depois eu vim a tributar grande admiração pelo fato de ser colega de turma do Vieira Netto, com quem eu trabalhava, e Chefe de Polícia na época da ditadura. Walfrido facilitava a vida de todos os presos considerados subversivos, ajudou a

tornar a prisão suportável. Essa pequena história, com variantes, é a de todo mundo na Academia. De minha parte respondi a todos eles que eles estavam enganados sobre minhas qualidades, mas o Walfrido insistiu que eu estava predestinado a ser o presidente – o que achei tão somente a gentileza que sempre o acompanhava.

E eis que aqui estou. Minha história deve ser pior ou igual a de muitos, por isso posso dizer que arriscaram escolher aquele que agora entrará perigosamente em ação. Os que tiveram a bondade de lembrar o meu nome invocaram a Ordem dos Advogados, quando fui Presidente em um dos períodos mais arriscados e difíceis. Lá só havia duas possibilidades, ser covarde, ou, com medo da cadeia, fingir ser valente. Foi o que me restou, porque pensava também na honra da família e no futuro. O que seria de mim se eu fracassasse? Fingir de valente. Na Ordem dos Advogados conseguimos a revogação do famigerado Ato Institucional n. 5 e a conquista de outras liberdades fundamentais. Isto foi mais forte, para ir adiante e chegar até aqui.

87 Dos muitos diretores que hoje tomam posse, e que as tomo em nome deles, cada um tem uma história de igual valia, de méritos diferentes, de caminhos diferentes – todos extraordinariamente interessantes, vivos, fortes.

O que vamos fazer pela e para a Academia? - Difícil dizer. A Academia de Letras, que não é só de letras (temos médicos, engenheiros) é por excelência tradicionalista. Algumas coisas poderemos fazer, com esta magnífica equipe, as idéias fervem, tentaremos conseguir algo significativo. A Academia precisa de visibilidade. Não poderá ficar calada, não poderá ficar assistindo.

Não vamos reinventar a Academia, seria uma pretensão impossível. Cada gestão é um avanço. Temos de enfrentar uma nova etapa. E uma das idéias será boa de manejar, qual seja a de estar presente nos acontecimentos que atinjam a cultura, as letras e mais do que tudo a história, a liberdade.

A liberdade de pensamento. O preço da liberdade é a eterna vigilância, lembrou Octávio Mangabeira a tradicional frase em discurso no Congresso, na reabertura da democracia em 1946. Cada vez mais necessária essa vigilância,

estarmos atentos às tentativas de obscurantismo, como aconteceu agora a censura a Monteiro Lobato.

Esse lamentável episódio serve de advertência, ainda porque aprovado por unanimidade no funesto Conselho Nacional de Educação, portanto entidade pública.

Como – unanimidade?! Quem é essa gente? Como tantos tiveram coragem de homologar tal idiotice? É um balão de ensaio? Agora poderão também censurar Machado de Assis, Capitu, Tolstoi, Ana Karenina, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira. Aliás já fizeram restrições a Gilberto Freire e a Euclides da Cunha. Qual será o próximo passo a ser dado por tais obscurantistas? O que são eles, monstros escondidos na pele de inocentes cordeiros?

Nessas horas teremos de evidenciar a presença da Academia, a sua indignação contra a arrogância de tais proposições, contra tentativas de intimidação. Volto a dizer, não podemos ficar só assistindo, não podemos ser complacentes.

Liberdade de pensamento - é a divisa de luta, que encobre a liberdade de criação, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa. Qualquer limite, mesmo que em um primeiro momento possa aparentar aos menos avisados ser razoável, significará, como diz a experiência, escolher alguém, ou alguma instituição, para impor, para censurar, para dizer o que é certo, o que é errado, segundo conceitos subjetivos de tais agentes cinzentos, donos de supostas verdades inaceitáveis. Cheios de ódios à cultura, suspeitos de intenções de mau agouro, destinadas a agredir direitos fundamentais, a açambarcar a liberdade de pensamento.

Dizia Lord Acton: “Liberdade não é um meio para se atingir um fim político. A liberdade é, por si mesma, o mais alto fim político”. E conclui: “uma nação não pode jamais abandonar o seu destino a uma autoridade que não possa ser controlada”.

Se o pensamento é livre, a criatividade se dará com naturalidade, que não

tolerará ameaças à liberdade, subordinação à vontade de autoridades despóticas de impedir a livre circulação das idéias.

Aqui na Academia ninguém é melhor que o outro. Para evidenciar isto, o convite para esta solenidade foi em ordem alfabética. Tudo nos une em um pensamento construtivo, queremos contribuir, colaborar, nos aliar para tentar melhorar aquilo que julgamos poder alcançar. Se a dádiva que recebemos das circunstâncias da vida de cada um, as que nos rodeiam, não significa qualquer superioridade, ao contrário deverá ser devolvida pelas possibilidades de engrandecer os outros e a nós mesmos, ao sabor da inteligência e da bondade.

“O direito é a liberdade”, famoso pensamento de Kant. Como símbolo, estamos na casa livre dos advogados. Sem a liberdade de pensamento, que só ocorre quando não estamos subordinados a conveniências do Poder ou ainda de outrem, não seremos nada, só um tico de poeira que passa riscando pelo vento. Dizia Hegel que “a liberdade é o conhecimento da necessidade” – um pensamento profundo que dá margem a reflexões, como a célebre frase que repetimos, mais direta, no Brasil, atribuída aqui, em 1946, a Voltaire “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. Não era de Voltaire. A frase famosa, atribuída a vários autores, tem como mais antiga referência a de uma carta escrita por um tal de Junius, entre 1769 e 1772, anonimamente a jornais londrinos. Parece que remanesce a citação de um libertário irlandês chamado John Philpot Curran, em 1809. Ele falou com mais clareza com as seguintes palavras: “A condição sob a qual Deus deu liberdade ao homem é a eterna vigilância; se esta condição for quebrada, a servidão será a imediata consequência...”. Porém atualmente a referência mais frequente é a um outro libertário de Boston, Wendell Phillips, que inverteu a frase para dizer: “eterna vigilância é o preço da liberdade”.

Os que produziram obra de valor dentro da vida em obscurantismo, são os que perseguidos se encontravam na clandestinidade, como Sartre, Braudel, Dostoiowski, o próprio Graciliano Ramos. Rachel de Queiroz e tantos outros.

Já estar na clandestinidade demonstra que o pensamento não é livre,

não pode se agigantar segundo a natural percepção e criatividade do autor, do perseguido, do fugitivo das cadeias da falsa justiça oficial.

Não será possível que todos estejamos, mesmo na Academia, de acordo em tudo. Porém, se essa concordância não houver, esperamos que predomine a tolerância, a compreensão de idéias alheias, para que venham a pôr-se em discussão, para que sejam respeitadas.

Roman Jakobson, célebre lingüista russo, perguntado sobre o que restou de importante nos trezentos congressos de que participou, respondeu que o importante foi a divergência. A divergência é boa, por que não? Tolerância, respeito, compreensão, altivez, grandeza de espírito. É o fator de aperfeiçoamento. É o que buscamos todos nós, no dia a dia, como brasileiros, como gente.

Fernand Braudel, em um simpósio no sul da França, respondeu sobre a sua carreira com estas palavras: “Eu me tornei inteligente indo ao Brasil. O espetáculo que eu tinha sob meus olhos era um tal espetáculo de história, um tal espetáculo de gentileza social, que eu passei a compreender a vida de maneira diferente. Os mais belos anos de minha vida eu os passei no Brasil”. Assim disse esse famoso historiador francês.

Precisamos às vezes olhar com mais amor: ser brasileiro deva ser algo distinto e especial, como reconhecem os estrangeiros que pelo Brasil tiveram a oportunidade de passar e alguns que resolveram definitivamente ficar.

Nós, todos nós, somos embalados pelo Brasil, sua história, sua geografia, seu viver multicultural. Goste ou não goste. “Ame-o ou deixe-o”. Não há escapatória. Somos um povo constituído de vários povos, que se dissolvem nessa nacionalidade. Sua cultura, a cultura do Brasil, não é uma estrita unidade, é uma poli-unidade. Ela vem de todas as direções, da micro-história até a grande história. De Noel Nutels, de Anísio Teixeira, Guimarães Rosa, Emiliano Pernet, Gilberto Freire, Brasil Pinheiro Machado, José Lins do Rego, Pontes de Miranda, Simões Lopes Neto. De Rocha Pombo, de José Loureiro Fernandes, Samuel Guimarães da Costa, Wilson Martins. Dos cientistas aos médicos, dos juristas aos poetas.

Ame-o ou deixe-o. Foi uma campanha derrisória divisionista para exacerbar o espírito nacionalista. Ninguém o deixou por isso. Os que deixaram foram os que fugiram da repressão, asilando-se por pouco tempo em outros países. Voltaram todos os legítimos realmente perseguidos e os ilegítimos, que se fizeram passar por vítimas e não o eram, não o foram.

Então, estar aqui é também criticar o Brasil, ou melhor, o que fizeram dele. Se fosse a Europa, via Mediterrâneo, se o exemplo viesse deles, a navegação desta magnífica costa oceânica teria resultados enriquecedores, tanto da economia, como das trocas culturais, em um tempo em que os enriquecimentos recíprocos eram dificultados pelas distâncias em terra. A política de maus bofes, ou da indiferença e da inércia acabou a navegação costeira.

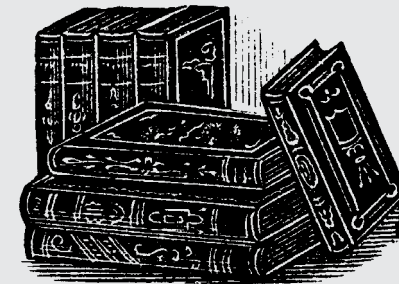
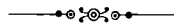
É inútil tentar escapar. É a nossa natureza, a que se segue nossa nacionalidade, estamos no Amazonas, no Canadá, na Nova Zelândia, em Morretes, em São João do Triunfo, aquela força que nos impele, com amor ou ódio disfarçado, a nós e a tantos estrangeiros que vieram para cá, que se tornaram brasileiros por deliberação própria.

Podemos nos iludir de que temos mais direitos. Temos na verdade mais obrigações, pelo menos formalmente somos dotados de aguda consciência crítica. Podemos amaldiçoar os governos, podemos divergir agressivamente de nossos companheiros. Instintivamente, em nosso subconsciente, há a sobressair a consciência crítica. Ninguém é dispensável, ninguém é dotado só de direitos. Temos mais deveres por termos sido privilegiados, obrigações individuais, deveres coletivos.

A Academia, por instinto, ou por deliberação consciente, constituiu o seu programa de Semana de História. Tive a honra, como Secretário de Estado da Cultura, de dar apoio à primeira semana, em 1995, solicitado por Ruy Wachowicz, pelo Túlio Vargas, Ernani Straube, Luiz Romaguera. Eles já tinham o sentimento de que não há macro-história sem a exploração da micro-história do Brasil profundo. Vemos hoje na constância do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná essa contínua valorização da vida de pequenas regiões e como elas são ricas.

Apesar de todos os malditos escândalos, principalmente os que ocorrem no Poder Público, com a cobertura de autoridades coniventes, há invejáveis qualidades que devemos estimar, com as mais salutares esperanças. Um corredor de automóvel, Toni Kanaan, ao perder uma corrida disse: “eu sou brasileiro, -brasileiro não desiste”.

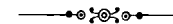
E aqui estamos em nossa terra, cheia de contradições, de alegrias e tristezas, cheia de vida, a que deveremos corresponder, com o que estiver a nosso alcance, pois - brasileiro não desiste.



TRABALHOS INÉDITOS DE
JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES,
QUE A MORTE INTERROMPEU,
EM 3 DE OUTUBRO DE 2010.



ILHA DO TEIXEIRA, GASPAR DA ROCHA E A FAMÍLIA VEIGA.



José Carlos Veiga Lopes

A ilha do Teixeira está situada na baía de Paranaguá, mais ou menos a meio caminho entre as cidades de Paranaguá e Antonina.

Esta ilha sempre teve fascinação na família Veiga de Paranaguá. Nela morou Gaspar da Rocha, que foi seu proprietário, ancestral da mesma. Era com orgulho que seus descendentes honravam a memória do local e seus personagens. Nhanhá (Carmem) dizia que *a ilha tinha até piano*. Rosina que *vovó era cabocla da ilha do Teixeira*. Amália que descendia de Gaspar da Rocha. E assim por diante.

Queremos contar aqui alguma coisa da história da ilha, de Gaspar da Rocha e da origem da família Veiga.

Infelizmente a documentação de Paranaguá dos séculos XVI e XVII está quase toda perdida, tanto civil, judicial como religiosa. Existem muitas lacunas que prejudicaram a nossa pesquisa.

1. Primórdios da região da ilha do Teixeira.

Não existem muitos dados sobre as origens do povoamento da ilha. Ermelino de Leão disse que ficava situada na baía de Paranaguá na enseada de Guarapiracaba e que os documentos antigos davam à ilha o nome de Francisco Teixeira, embora em outras informações ele diga que o nome primitivo era ilha de Guarapiracaba.

As primeiras sesmarias e escrituras da região parecem excluir a ilha, pois dizem que estavam em terras fronteiras à ilha de Guarapiracaba.

Em 28 de setembro de 1673 a viúva Maria da Pinha vendeu para Cristóvão de Leão uma légua de terras que da banda do norte entestava com a enseada de Guarapiracaba. Estas terras haviam sido de Antônio de Leão, que as obtivera por carta de sesmaria em 1649.

Em 3 de outubro de 1649 Gabriel de Lara passou carta de sesmaria a Pedro de Uzeda e Manuel Duarte, meia légua de terras em quadra a cada um de per si, em face a de Guarapiracaba, partindo com Antônio Leão, a qual medição correria pela costa caminho norte pouco mais ou menos.

No mapa da baía de Paranaguá atribuído a Francisco Teixeira de Albernaz, o neto, com data provável de 1653, aparece a *ilha de Guarapiracaba*, mas situada do outro lado da baía. Nas proximidades onde atualmente estão as ilhas do Teixeira e das Pedras está o nome da *ilha de Ibirarema*, estando escrito no continente *daqui começam as minas*. Aparecem também algumas ilhotas sem nome, provavelmente uma delas seria a ilha do Teixeira.

A sesmaria de Pedro de Uzeda foi vendida em 28 de dezembro de 1662 a Manuel da Costa Veloso, que passou a seu filho Antônio da Costa Veloso e a seu neto Manuel Francisco, e foi medida em 1710, dizendo que começava de uma ponta de terra alta, fronteira à ilha de Guarapiracaba correndo rumo oeste.

Como vimos, as sesmarias excluíram a ilha do Teixeira, não sabemos quem era seu dono.

* * *

Alguns autores, baseados em informações de Francisco Negrão, dizem que a ilha do Teixeira poderia estar incluída na sesmaria concedida a Bartolomeu de Torales e seus herdeiros. Bartolomeu de Torales, morador na nova povoação de Paranaguá, disse que ele tinha cuidado a sustentar e povoar com sua pessoa e fazenda, descobrindo muitas minas de ouro nos recôncavos dele, tudo à sua custa, que tudo podia resultar acrescentamento da Real Fazenda de Sua Majestade e seus quintos que lhe pertenciam, e porquanto ele suplicante era casado e tinha filhos e uma irmã e dois filhos e uma sobrinha que tinha a seu cargo e não tinha terras para fazer lavouras e de sua família e obrigação para ter gado e criações de que pensasse, sendo dos primeiros povoadores, pelo que pediu lhe mandasse dar para ele e a sobre dita família três léguas e meia de terras onde tinha sua fazenda e sítio, começando do seu sítio para o mar largo e uma légua e meia com sua quadra; e do dito sítio para o Cubatão acima e outra légua e meia, e a meia légua que faltava na Barra do Itaipava, a mão direita em um mato virgem da terra firme que buscava o rio, tudo com suas quadras e serventias na forma da sesmaria.

No dia 20 de junho de 1648, Manuel Pereira Lobo, capitão-mor e governador da capitania de São Vicente deu ao suplicante meia légua de terra e aos mais que em sua petição apontava, a meia légua de terras a cada uma das pessoas, nas paragens que o suplicante apontava e com suas confrontações, entradas e saídas e o mais que na dita petição pedia.

Esta carta de data foi concedida ao capitão-mor Gaspar Teixeira de Azevedo por ter comprado as ditas com dinheiro, conforme lançamento em 26 de março de 1708. No testamento de Gaspar Teixeira de Azevedo, realizado em 12 de março de 1712, declarou que possuía em Paranaguá um sítio onde morava, três léguas de terra, de que tinha escritura e título dela.

Segundo Negrão estas terras ficaram para a filha de Gaspar, Maria da Assunção, que foi casada com o coronel regente Anastácio de Freitas Trancoso, e por morte destes a seus filhos padre Gaspar de Freitas Trancoso e Maria da Conceição de Freitas Trancoso, casada com o capitão-mor Antônio Ferreira Matoso, e por morte destes à sua filha Dorotea Luísa Monteiro de Matos, que foi casada com o tenente-coronel Francisco Gonçalves Cordeiro. Antônio Ferreira Matoso, que faleceu em 23 de agosto de 1791, e Maria da Conceição tinham mais os filhos Anastácio de Freitas Trancoso, José Joaquim Pinto do Vale e Antônio Ferreira Matoso. Dorotea faleceu em 10 de janeiro de 1837.

Como veremos no capítulo 2, já em 1776 a ilha do Teixeira pertencia a Dona Jerônima Maria de Jesus, então não seriam as terras que foram de Gaspar Teixeira de Azevedo, embora o sobrenome Teixeira possa sugerir que a ilha tinha este nome por causa dele.

* * *

Em 1719 Bartolomeu Pais de Abreu explorou a costa da América do Sul desde Santos até Buenos Aires e deixou uma série de mapas sobre a mesma, no trabalho denominado *Demonstração da costa desde Buenos Ayres até a Villa de Santos – de Bertholomeu Pays de Abreu – Era - 1719*. No intitulado *Demonstração da Barra de Pernaguá e sua Costa do Sul e do Norte no meio do Rio do Cubatão* (baía de Antonina) está desenhada a *I do Teixeira*. É o documento mais antigo em que encontramos a Ilha do Teixeira.

Veríssimo Gomes da Silva, morador em Paranaguá obteve sesmaria na paragem do rio chamado Furalles (Torales ou Jacareí, em 12 de junho

de 1743, conforme Marina Ritter), rio acima donde acabavam as terras de Manuel Gonçalves Carreira, como também a ilha de terra que fazia o rio, fronteiras místicas à declarada terra, e teria menos de meia légua de comprido e menos de 4 de largo (segundo Marina, também obteve a ilha que ficava defronte ao rio, a ilha das Pedras). As terras de Veríssimo ficaram para seu genro José Carneiro dos Santos e filha Maria Angélica Gomes de França. Como sempre, excluía a Ilha do Teixeira.

2. Dona Jerônima Teresa de Jesus.

Na ilha do Teixeira morou dona Jerônima Teresa de Jesus, na lista de 1805 está dito que era natural da Ilha de Santa Catarina, em outras, que era ilhoa, nascida mais ou menos em 1730, já viúva em 1776, às vezes aparece como Jerônima Gonçalves de Carvalho ou Jerônima Maria de Jesus; não sabemos se era ilhoa da Ilha do Teixeira, onde morava, da Ilha de Santa Catarina, ou das ilhas do Atlântico Norte (Açores ou Madeira) e após sua morte em 1808 ou 1809, a ilha do Teixeira ficou para seu genro Gaspar da Rocha. No registro do batizado de sua neta Francisca, aparece como Jerônima Teixeira, casada com Antônio Correia. A lista de 1767 apresenta apenas o nome dos homens, sem citar as esposas, talvez ela fosse filha ou neta do Francisco Teixeira citado por Ermelino de Leão.

Por carta régia de 17 de janeiro de 1765 foi restaurada a capitania de São Paulo, tendo sido nomeado para governador Dom Luís Antônio Botelho de Souza Mourão, o morgado de Mateus. Um de seus objetivos era organizar as companhias de ordenanças, grupos de 100 a 250 homens, recrutados junto aos habitantes do sexo masculino entre 16 e 60 anos, e que, compostos de civis sem remuneração, constituíam as milícias locais, encarregadas da defesa das vilas ou cidades. Para isto foram elaboradas diversas *listas de ordenanças*, também conhecidas por *maços de população*, a primeira em 1766.

Lista de ordenança da vila de Paranaguá de 1767

Na 2ª companhia, bairro de Tiripiagara (?) encontramos o cabo Antônio Correia de Souza, casado, 46 anos.

No Rio das Pedras, entre outros, moravam Salvador Teixeira com 58 anos e Vicente Teixeira, com 40 anos, talvez irmãos de Jerônima.

Observamos que nesta lista relacionaram apenas os homens.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1772

Não encontramos nem Antônio Correia nem dona Jerônima nesta lista.

Lista de ordenanças de 1775

Encontramos Ângelo Correia, 6 meses, filho de Antônio Correia.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1776

Rio das Pedras

Jerônima Gonçalves de Carvalho, viúva, 41 anos

Joaquim, 12 anos

Maria, 20 anos

Ana, 16 anos

Escravos: Joaquim, Ângelo, Custódia, Juliana, Marcela,

Ana, Felipe, Miguel, Maurícia, Pedro.

Antônio Pereira, 22 anos

Isabel Antônia, 16 anos

Maria, 1 ano

Escravo João, 18 anos.

Miguel Gomes, 32

Ana Maria, 30

Escravas Francisca e Benedita, ambas com 8 anos.

Mateus Gomes da Silva, 45

Domingas de Souza, 25

Filhos José, Ambrósio, Joaquim, Teresa e Escolástica, 5 escravos.

Mateus Alves.

Listas de ordenanças da vila de Paranaguá de 1772 a 1776

Não está citada a ilha do Teixeira.

Lista de ordenança da vila de Paranaguá de 1777

Esta a ilha do Teixeira e moravam nela as famílias de Antônio Pereira, Mateus Alves e Jerônima Maria de Jesus, esta futura sogra de Gaspar da Rocha.

Jerônima Maria de Jesus, 46 anos, viúva, branca, 46 anos.

Com as filhas Maria de 20 anos e Ana de 18 anos, os enjeitados Joaquim e Faustino de 2 anos ambos, e os escravos Joaquim, Felipe, Miguel, Pedro, Águeda, Marcela, Juliana, Custódio e Maurícia.

Agregados: Maria, 46 e Francisco, 2

Antônio Pereira, 40

Isabel Cordeira, mulher, 16.

Maria, filha, 2

João, escravo, 3

Mateus Álvares, 60

Inácia Cordeira, 40

Antônio, enjeitado, 5 anos

Maria, escrava, 28

Ana, escrava, 7

Agregados Margarida, 30

Ana, 3

Gertrudes, 60

A presença de Dona Jerônima está nas listas do capítulo seguinte.

3. Gaspar Gonçalves da Rocha.

Gaspar Gonçalves da Rocha era filho de Luís da Rocha e Catarina da Veiga, conforme batizado de sua filha Francisca.

Este casal, segundo Negrão, teve os filhos: Maria Joaquina da Rocha (apenas informação do citado autor, falecida em 8 de dezembro de 1801, que teria declarado em seu testamento sua filiação, conforme cartório de órfãos de Curitiba), Francisco da Rocha e Gaspar da Rocha.

Não encontramos Luís da Rocha e Catarina da Veiga nas listas de ordenanças da vila de Paranaguá, provavelmente moravam em outra localidade do Brasil ou de Portugal. Gaspar da Rocha somente aparece nas listas de Paranaguá após seu casamento, talvez tenha vindo de Portugal, embora nas listas posteriores está dito que era natural da vila de Paranaguá.

Lista de ordenança da vila de Paranaguá de 1767

Rua do Bom Jesus da vila de Paranaguá há um Gaspar da Rocha, casado, 43 anos. (não é o mesmo).

Na rua do Barranqueiro encontramos Luís da Rocha Martins, 73 anos, com os filhos Domingos da Rocha, 22 anos e José da Rocha, 18 anos (não é o pai de Gaspar da Rocha, pois na lista de 1776 era casado com Maria Martins e não com Catarina da Veiga).

Listas de ordenanças da vila de Paranaguá de 1772 a 1776

Não conseguimos localizar Gaspar da Rocha.

Na de 1776 aparece Luís da Rocha Martins, casado com Maria Muniz.

Gaspar da Rocha casou mais ou menos em 1778 com Ana Antônia da Cruz, filha de Antônio Correia e Jerônima Teixeira (Jerônima Teresa de Jesus). Em informação de Francisco Negrão, que diz tirada do testamento de Francisca Antônia da Cruz, a esposa de Gaspar está com o nome de Ana Gonçalves Soares, filha de Manuel Soares e Maria das Neves Paes; há um erro grave do citado autor, pois vimos o testamento e ela declarou ser filha de Gaspar da Rocha e de Ana Antônia da Cruz.

Gaspar e Ana tiveram os filhos:

Romana, nascida mais ou menos em 1779, casada em primeiras núpcias com Antônio Marques Mendonça e em segundas com Manuel Gonçalves.

Vitoriana, nascida mais ou menos em 1780, casada com Manuel (ou Miguel) Nunes Barbosa.

Inês Antônia da Rocha, nascida mais ou menos em 1783, casada com Bernardo José Cordeiro, natural de Antonina, filho de Domingos Cordeiro e de Isabel de Oliveira.

Joaquina, nascida mais ou menos em 1790, casada com Antônio Luís Cordeiro.

Matias, nascido mais ou menos em 1792.

Rosa, nascida mais ou menos em 1793, casada com Luciano Nunes.

Pedro Gonçalves da Rocha, nascido mais ou menos em 1794.

Josefa, nascida mais ou menos em 1796, casada com José Pedro Rocha.

Maria da Rocha, nascida mais ou menos em 1798, casada em primeiras núpcias com Manuel Afonso e em segundas com Luís Antônio.

Francisca Antônia da Cruz, nascida mais ou menos em 1800, casada com João Rodrigues Moreira.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1779

Ilha do Teixeira

Gaspar da Rocha – 30 anos

Ana Correa, mulher – 23 anos

Escravos

Ana, 14 anos e Felipe, 10 anos.

Jerônima Teresa de Jesus, viúva, 48

Maria, filha, 20

Escravos: Ângela, Marcela, Joaquim, Pedro, Juliana, Custódia, Miguel.

Agregados; Maria, 30, Francisco, 3 e Joaquim, 2.

Encontramos também na ilha do Teixeira as casas de Antônio Pereira e Mateus Alves.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1782

Ilha do Teixeira

Gaspar da Rocha – 40 anos.

Ana Antônia, mulher – 20 anos.

Romana, filha – 4 anos.

Vitoriana, filha – 2 anos.

Escravos Manuel – 50 anos, Felipe -10 anos, Feliciano – 18 anos, Ana- 18 anos.

Também encontramos na Ilha do Teixeira as casas de Jerônima

Teresa de Jesus e de Inácia Correa.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1783

2ª companhia – Ilha do Teixeira

Gaspar da Rocha – 41 anos.

Ana Antônia, mulher – 29 anos.

Romana, filha – 5 anos.

Vitoriana, filha – 3 anos.

Escravos Manuel – 51 anos, Felipe -11 anos, Feliciano – 19 anos, Ana- 19 anos.

Permaneciam ali as casas de dona Jerônima e Inácia Correa.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1785

Ilha do Teixeira

Gaspar da Rocha – 48 anos.

Ana Antônia, mulher – 28 anos.

Romana, filha – 9 anos.

Vitoriana, filha – 6 anos.

Escravos Aniceto – 40 anos, Manuel – 60 anos, Felipe – (ilegível), Ana- 20 anos.

Ana, agregada – 12 anos.

Encontramos também as casas de Jerônima Teresa de Jesus,

Manuel Soares e Inácia Correa.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1786

Ilha do Teixeira (2ª companhia).

Gaspar da Rocha – 40 anos.

Ana Antônia, mulher – 30 anos.

Romana, filha – 10 anos.

Vitoriana, filha – 6 anos.

Inês – 3 anos.

Escravos Aniceto – 40 anos, Felipe -14 anos, Ana- 25 anos.

Jerônima Maria de Jesus, 50.

Manuel, filho, 30 anos.

Escravos Juliana, 22, Maurícia, 20 e Martinha, 7.

Inácia Correa, 50.

Escravos Maria, 30 e Ana, 17.

Lista de ordenanças de Paranaguá de 1799

2ª companhia de ordenanças

Gaspar da Rocha 54 anos

Ana, sua mulher – 55 anos

Joaquina – 9 anos

Matias – 7 anos

Rosa - 6 anos

Pedro- 5 anos

Josefa – 3 anos

Maria 1 ano

8 escravos

É roceiro, planta mandioca e ano por ano diz que vendeu 80 alqueires de farinha e 150 de arroz

Escravos Aniceto, Inácia, Felipe, Rosa, Inácio, Felisberto, Francisco e Bernardo.

Jerônima Teresa, viúva, roceira e vendeu, uns anos por outros, 50 alqueires de farinha e 20 @ de fumo.

Manuel, filho, 21 e Inês agregada 13 (era sua neta).

Escravos: Inocência, Juliana, Elias, Brígida, Paula, Anacleto.

Agregado: Tomé.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1803

2ª companhia – Bairro de Tamburutaca

Gaspar Gonçalves – 53 anos.

Ana, mulher – 52 anos.

Filhos: Pedro, 7 anos; Matias, 13 anos; Joaquina, 15 anos; Rosa, 12 anos; Maria, 4 anos; Josefa, 5 anos; Francisca – 2 anos.

Plantava mandioca, arroz e cana.

Escravos: Felipe, 29 anos, solteiro, pardo; Anastácio, 30 anos, solteiro, pardo; Inácia, 50 anos, solteira, negra; Rosa, 40 anos, solteira, parda; Tomásia, 20 anos, solteira, negra; Francisca, 6 anos, solteira, negra; Felisberto, 8 anos, solteiro, negro; Bernardo, 4 anos, solteiro, pardo.

Jerônima Teixeira, 62 anos, viúva, branca, plantava para sustentar-se.

Inês, filha, 30 anos, solteira, branca.

Escravos: Juliana, Elias, Paula e Brígida, todos solteiros e negros.

Manuel da Cruz, (talvez filho de dona Jerônima), 52 anos, viúvo, pardo, plantava para seu sustento; tinha o escravo Inácio, 31 anos, solteiro, negro.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1804

2ª Companhia Ilha do Teixeira

Gaspar da Rocha, natural desta vila, 52 anos

Ana, mulher, 50 anos

Filhos: Joaquina, 14 anos; Matias, 12 anos; Rosa, 10 anos; Josefa, 8 anos; Maria, 56 anos; Francisca, 4 anos.

Agricultor, vende 50 alqueires de arroz e 25 alqueires de farinha.

Escravos: Inácia, Anastácio, Felipe, Rosa, Caetana, Francisca e Bernardo.

Jerônima Teresa, 68 anos, viúva, branca, plantava para consumo.

Inês, neta, 22 anos, Escravos: Juliana, 60, Paula, 8, Elias, 9

e Anacleto, 5, todos solteiros e negros.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1805

Encontramos na Ilha do Teixeira

Cabo Gaspar da Rocha, natural desta vila (Paranaguá) com 54 anos.

Ana sua mulher, com 52 anos.

Filhos Matias, Joaquina, Rosa, Josefa, Maria e Francisca

Agricultor, vendeu 60 alqueires de arroz e 20 alqueires de farinha.

Escravos: Inácio, Anastácio, Felipe, Rosa, Caetana, Francisca, Bernardo, todos solteiros e negros.

Jerônima Teresa, natural da Ilha de Santa Catarina, 70 anos, viúva, branca.

Inês, neta, 24 anos, solteira, branca.

Escravos: Juliana, Paula, Elias, Anacleto.

Agricultora, vendeu 20 alqueires de arroz.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1806

2ª companhia – Ilha do Teixeira

Gaspar da Rocha, natural desta vila, 55 anos.

Ana Antônia da Cruz, natural desta vila, 53 anos.

Filhos solteiros, todos naturais desta vila: Inês, 25 anos; Rosa, 13 anos;

Joaquina, 17 anos; Maria, 9 anos; Francisca, 7 anos.

Vive de sua lavoura, vende 40 alqueires de arroz e 30 alqueires de farinha

Escravos: Felipe, Anastácio, Inácia, Rosa, Felisberto, Luísa, Tomásia, Francisca, Bernardo, João.

Jerônima Teresa, ilhoa, 75 anos, viúva, planta para consumo.

A neta Inês está em companhia dos pais como se vê.

Escravo Elias, natural desta vila, 12 anos, solteiro, negro.

Escrava Brígida, natural desta vila, 9 anos, solteira, negra

Juliana, agregada, 63 anos, solteira, negra.

Maria, liberta, agregada, 48 anos, solteira, parda.

Antônia, agregada, 55 anos, solteira, parda.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1807

2ª Companhia – Ilha do Coral e Ilha do Teixeira

Gaspar da Rocha, 56 anos.

Ana Antônia da Cruz, 54 anos.

Filhos: Inês, 26, Rosa, 14, Joaquina, 18, Josefa, 12, Maria, 10 e Francisca, 8.

Vive de sua lavoura, ficou-lhe líquido 5\$000

Escravos: Felipe, Anastácio, Inácia, Rosa, Felisberto, Luísa, Tomásia, Francisca, Bernardo e João.

Jerônima Teresa, ilhoa, 72 anos, viúva.

Plantava para comer, nada lhe sobrava. Escravos Elias e Brígida.

Agregados Juliana, Maria e Antônia.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1808

Ilha do Teixeira

Gaspar da Rocha, 57.

Ana Antônia, mulher – 55.

Filhos: Inês, Rosa, Joaquina, Josefa, Maria e Francisca, 9 anos.

Vive de sua lavoura e ficou-lhe líquido 5\$000.
 Escravos: Felipe, Anastácio, Rosa, Felisberto, Luísa, Tomásia, Francisca, Bernardo, João.
 Jerônima Teresa, ilhoa, 73 anos, viúva.
 Vive de sua lavoura, nada lhe sobrou.
 Escravos, todos naturais da de Paranaguá:
 Elias, 14 anos, solteiro, negro.
 Brígida, 11 anos, solteira, negra.
 Juliana agregada, 65 anos, solteira, negra.
 Maria, agregada, 50 anos, solteira, parda.
 Antônia, agregada, 57 anos, solteira, parda.
 Pela morte da sogra, em 1808 ou 1809, Gaspar da Rocha herdou a ilha do Teixeira e também a escrava Juliana.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1809

2ª companhia
 Gaspar da Rocha, 58 anos, natural desta vila (Paranaguá).
 Ana Antônia, 56 anos, natural desta vila.
 Filhas: Rosa, 16, Joaquina, 20, Josefa, 14, Maria, 12 e Francisca, 10.
 Escravos: Felipe, 28, Inocêncio, 45, Felisberto, 25, Inácio, 64, Rosa, 26, Luísa, 23, Tomásia, 21, Francisca, 12, João, 8, Juliana, 66, solteira, negra.
 Agregada: Maria, 51 anos, provavelmente sua cunhada.
 Vive de suas lavouras, ficou líquido 50\$000.
 Casou sua filha Inês, foi para Antonina.
 Deu o escravo Bernardo (provavelmente de dote a Inês)
 e também comprou o escravo Inocêncio de 45 anos.
 Falta justamente neste bairro Jerônima Teresa que faleceu aos 73 anos;
 Elias escravo que deu a João José Tinoco; Brígida escrava coube ao filho Manuel da Cruz nesta vila; Juliana escrava coube ao genro Gaspar da Rocha.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1810

Ilha do Teixeira
 Gaspar da Rocha, 59.
 Ana Antônia, 57.
 Filhas: Rosa, Joaquina, Josefa, Maria e Francisca.
 Vive de sua lavoura, ficou líquido 60\$000.
 Escravos: Felipe, Inocêncio, Felisberto, Inácio, Rosa, Luísa, Tomásia, Francisca, João, Juliana.
 Maria agregada.

Inácia Teixeira, natural desta vila, 68 anos, viúva, branca,
 com as escravas Maria, 51 anos e Ana, 49 anos.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1811

Ilha do Teixeira
 Gaspar da Rocha.
 Ana Antônia.
 Filhos: Rosa, Joaquina, Josefa, Maria e Francisca.
 Escravos e agregados.
 Vive de lavoura, rendimento líquido 100\$000. Comprou o escravo Gonçalo.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1812

Gaspar da Rocha, 61.
 Ana Antônia, 59.
 Filhos: Rosa, Joaquina, Josefa, Maria e Francisca.
 Vive de lavoura, renda líquida de 100\$000.
 Escravos: Inocêncio, Gonçalo (31), Felisberto, Inácia, Rosa, Luísa, Tomásia, Francisca, João, Juliana.
 Agregada Maria.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1813

Ilha do Teixeira
 Gaspar da Rocha.
 Ana Antônia.
 Filhos: Rosa, Joaquina, Josefa, Maria e Francisca.
 Vive de lavoura, nada lucrou.
 Escravos: Inácio, Gonçalo, Felisberto, Inácia, Tosa, Luísa, Tomásia, Francisca, João, Juliana.
 Agregada Maria.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1815

Ilha do Teixeira
 Gaspar da Rocha, 64
 Ana Antônia, 60
 Filhas: Rosa, 22, Joaquina, 21, Josefa, 20, Maria, 18 e Francisca, 11.
 Vive de lavouras, fez 160 alqueires de farinha, que gastou.
 Vendeu 250 alqueires de arroz, 8 de feijão e 400 mãos de milho.
 Ficou-lhe lucro de 80\$000.

Escravos: Inocência, Gonçalo, Felisberto, Inácia, Rosa, Luísa, Tomásia, Francisca, João, Juliana.

Agregada Maria.

Inácia Teixeira, natural deste distrito, viúva, 73 anos, branca.

Vive de lavoura, fez 20 alqueires de farinha que gastou.

Escravos Maria, 56 anos e Ana, 50 anos.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1816

Rio das Pedras

Gaspar da Rocha, 65

Ana Antônia, 60

Filhas Rosa, Joaquina, Maria e Francisca, 16 anos.

Vive de lavouras, gastou 150 alqueires de farinha, 20 de milho e

40 de feijão. Vendeu 180 alqueires de arroz, 25 de milho e 10 de feijão.

Escravos: Inocência, Gonçalo, Felisberto, Inácia, Rosa, Luísa, Tomásia, Francisca, João, Juliana

Agregada Maria.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1817

5º esquadrão – Rio das Pedras

Gaspar da Rocha, 66.

Ana Antônia, 64.

Filhas Maria, 19, Francisca, 17 e Joaquina, 22.

Vive de lavouras, consumiu 160 alqueires de farinha, vendeu 400 alqueires de arroz, 10 de milho e 8 de feijão.

Escravos: Inácio, Gonçalo, Felisberto, Inácia, Rosa, Luísa, Tomásia, Francisca e João.

Mais os escravos crioulos: Anastácio, 40 anos, casado, negro; Tomásia, 30 anos, casada, parda; Gervásio, 30 anos, casado, negro; Alvina, 15 anos, solteira, negra.

Agregados: Maria, 58 anos e Inácia, 60 anos.

Luciano Barbosa.

Rosa da Rocha.

Antônio, escravo crioulo, 16 anos, solteiro, negro.

Vive de sua lavoura, consumiu 30 alqueires de farinha.

Inácia Teixeira, 74 anos, viúva, branca.

Escravas Ana crioula, 51 anos, solteira, negra.

No registro de terras da lei régia de 21 de outubro de 1817, entregue em 11 de junho de 1818, encontramos na 2ª companhia da vila de Paranaguá o imóvel *Ilha do Teixeira*, assim descrito: *Sítio de Gaspar Gonçalves da Rocha, com 500 braças de testada e 300 de fundos, possui por herança, está em culturas, reside na dita ilha.*

A partir desta lista colocamos o genro João Rodrigues Moreira, casado com sua filha Francisca, no capítulo seguinte.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1822

2ª companhia- Ilha do Teixeira

Gaspar Gonçalves da Rocha, 74 anos.

Ana Antônia da Cruz, 68 anos.

Maria do Terço, filha viúva, 25 anos.

Escravos;

Lavoura. Gastou 140 alqueires de farinha, vendeu 400 alqueires de arroz, 30 alqueires de feijão, 345 mãos de milho.

Escravos: Anastácio, 50, Rosa, 40, Gonçalo, 50, Luísa, 35, Felisberto, 30, Tomásia, 25, João, 17, Domingos, 12, Ana, 7, Germano, 3, Inocência, 50, Benedito, 1.

Luciano Nunes, 30 anos, natural de Paranaguá.

Rosa Maria, 27 anos.

José filho, 5 anos.

Antônio escravo, 19 anos.

Lavoura, gastou 40 alqueires e vendeu 30 alqueires de farinha, vendeu 20 alqueires de arroz e 18 de milho.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1825

Gaspar Gonçalves Rocha – 87.

Ana Antônia – 61.

Vive de lavoura; fez 150 alqueires de farinha, que gastou; 80 moios de cal, que vendeu, assim como 12 alqueires de feijão, que gastou.

Escravos; Anastácio, 62 anos, solteiro, negro; Gonçalo, 50 anos, casado, negro; Felisberto, 42 anos, casado, negro; João, 21 anos, solteiro, pardo; Domingos, 13 anos, solteiro, negro; Germano, 4 anos, solteiro, negro; Rosa, 72 anos, casada, negra; Luísa, 66 anos, casada, negra; Tomásia, 42 anos, casada, parda; Catarina, 30 anos, solteira, negra; Joaquina, 20 anos, solteira, negra.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1827

2ª companhia – Rio das Pedras

Gaspar Moreira da Rocha – 89 anos.

Ana Antônia da Cruz, mulher – 63 anos.

Lavoura. 120 alqueires de farinha, vendeu 50 consumiu 70; fez caieiras de cal, também vende lenha em Santos.

Escravos: Gonçalo, Anastácio, Felisberto, João, Domingos, Germano, Joaquim, Crispim, Luísa, Rosa, Tomásia, Ana, Cipriana.

Luciano Nunes, natural desta vila, 29 anos, casado, branco, lavoura para o seu gasto, vendeu 20 moios de cal.

Rosa Maria, 32 anos.

Filhos José, 7 e Maria, 2.

1ª Companhia (vila)

José Pedro da Rocha, natural do Porto, 40 anos, vive de sua venda.

Josefa de Ramos, sua mulher, 30 anos.

Filhos João de 10 anos e Manuel de 4.

Escravos Francisco, 35 anos e Maria 25 anos.

Lista de ordenanças de vila de Paranaguá de 1828.

2ª Companhia, no Rio das Pedras.

Gaspar Gonçalves da Rocha, desta vila, 70 anos, vive de lavoura, fez 20 alqueires de farinha e tudo consumiu. Cal, vendeu 50 moios. 13 escravos.

Luciano Nunes, desta vila, 30, lavoura para seu gasto, vendeu 20 moios de cal.

Rosa Maria, 33 os filhos José e Maria.

Na 1ª Companhia

José Pedro da Rocha, viúvo, 41 anos, tem venda

Filhos João e Manuel, 2 escravos.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1829.

Gaspar Gonçalves, natural desta, 91 anos, gastou 120 alqueires de farinha de sua lavoura e vendeu cal.

Ana Antônia, 65 anos

13 escravos

Luciano Nunes, vendeu 20 molhos de cal e gastou 20 alqueires de farinha.

Rosa Maria

Filhos José e Maria.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1830

Rio das Pedras

Gaspar Gonçalves – 94 anos.

Ana Antônia – 81 anos.

Neta Maria – 6 anos.

Planta para gasto, vende cal, comprou 160 alqueires de farinha.

Escravos: Anastácio, Felisberto, João, Domingos, Germâncio, Joaquim, Rosa, Luísa, Tomásia, Ana, Joaquina, Teresa, Antônia.

Gaspar da Rocha faleceu em 28 de julho de 1831 (Negrão dá também a data de 25 de julho). Ana Antônia da Cruz estava viva em 20 de maio de 1834, quando foi madrinha de batizado de sua neta Arminda Amália, e em 1842, quando doou terreno no rio das Pedras para a filha Francisca, casada com João Rodrigues Moreira (a menos que a escritura fosse transcrição de dação anterior, não vimos a mesma, apenas sua citação no índice do tabelionato de Paranaguá).

4. João Rodrigues Moreira

João Rodrigues Moreira, segundo informações suas, era natural e batizado na matriz da vila de Chão (?) do Monte, bispado de Viseu, filho de Manuel Rodrigues e de Maria Antônia. Dedicou-se à arte marítima, isto é, deveria ter sido marinheiro, e vindo a Paranaguá decidiu casar com Josefa Antônia da Cruz, filha de Gaspar da Rocha.

Pelas listas de ordenanças cremos que Josefa nasceu no ano de 1800, mas na habilitação matrimonial está assim o seu atestado de batismo: A oito de dezembro de 1808 batizei e pus os santos óleos a Francisca, filha de Gaspar Gonçalves da Rocha e de Ana Antônia da Cruz, moradores na Ilha do Teixeira, neta paterna de Luiz da Rocha e de Caterina da Veiga, e pela materna de Antônio Correa e Jerônima Teixeira; foram padrinhos o sargento-mor Caetano José d'Almeida e Silva, casado, natural do Porto, e Engrácia Maria, mulher de Joaquim Munhoz, todos desta paróquia.

Como João Rodrigues Moreira era de fora, não possuindo certidão de batismo, necessitou provar que era batizado e solteiro. No dia 8 de abril de 1820 entrou com dois pedidos, sendo as testemunhas as mesmas para os dois processos, companheiros seus de arte marítima. Vejamos quem eram:

João Antônio de Melo, natural da Ilha do Faial, e de presente nesta vila de Paranaguá, que vive de arte marítima, que idade que disse ter vinte e dois anos pouco mais ou menos;

Gabriel Cardoso, solteiro, natural desta vila (Paranaguá), e de presente nela, que vive de arte marítima, de idade que disse ter vinte e três anos pouco mais ou menos.

Antônio Machado, solteiro, natural da cidade do Porto e de presente nesta vila de Paranaguá, que vive de arte marítima, de idade que disse ser trinta e dois anos pouco mais ou menos.

Os dois autos foram realizados no mesmo dia, 8 de abril de 1820, em casa de morada do reverendo vigário da vara Joaquim Júlio da Ressurreição Leal.

Primeiro os autos de justificação de batismo a favor do justificante José Rodrigues Moreira, onde as testemunhas confirmaram as declarações do justificante por terem ouvido dizer.

Depois os autos para justificar que era solteiro, livre e desimpedido.

No pedido, entre outras coisas, João Rodrigues Moreira disse que ele se achava justo e contratado para casar na vila de Paranaguá, para o que precisava justificar que era solteiro, livre e desimpedido.

Nas declarações disse que era o próprio João Rodrigues Moréia e que era natural da vila de Chão do Monte, bispado de Viseu, e filho legítimo de Manuel Rodrigues e Maria Antônia, e que tinha de idade trinta anos, e que nunca teve ordem alguma e finalmente que era solteiro, livre e desimpedido.

Neste autos as testemunhas disseram que sabiam por terem navegado juntos, o primeiro *há muitos anos*, o segundo *em outro tempo* e o terceiro *alguns anos*.

João Rodrigues Moreira, filho de Manuel Rodrigues e Maria Antônia, foi batizado na matriz da vila de Chão (Xan) do Monte. A primeira letra está um pouco confusa, poderia ser Val do Monte ou Ras do Monte ou Van do Monte, do bispado de Viseu, Portugal, não consta o ano, cremos que foi em 1787 ou 1788; verificando os nomes das localidades do distrito de Viseu, encontramos a de Vale da Murta, no concelho de Penedono., que poderia ser Valdemurta.

Segundo informação na cúria de São Paulo, Francisca foi batizada no dia 8 de dezembro de 1808 (deve haver algum engano, pois na lista de 1799 não era nascida e na de 1803 tinha 2 anos, cremos que nasceu em 1800), filha de Gaspar Gonçalves da Rocha e Ana Antônia da Cruz, moradores na ilha do Teixeira, neta paterna de Luís da Rocha e Catarina da Veiga e neta materna de Antônio Correia e Jerônima Teixeira.

O casal teve os filhos:

Maria, casada com Bernardo Gonçalves Elvas.

Antônio Moreira

Pedro Moreira

Ana Moreira, casada com José Pereira de Azevedo, natural de Portugal.

Gertrudes, casada com José Luís do Nascimento.

Isabel Moreira.

Arminda Amália Moreira, casada com Miguel José Gomes Veiga.

Francisca Teresa Moreira, casada com José da Silveira Borges, natural de Portugal.

José Moreira.

Virgínia, casada com Manuel de Souza Azevedo.

Em 1821 João Rodrigues Moreira vendeu uma casa na rua do Terço para Higino Antônio da Silva.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1822

2ª companhia- Ilha do Teixeira

João Rodrigues, natural de Lisboa, 34 anos, casado, branco.

Francisca Maria, 19 anos.

Filhos Maria, 3 anos e Antônio, 1 ano.

Escravos Albino, 20 anos, Joaquina, 27 anos e Quelemência, 9 anos,

Lavoura. Gasta 60 alqueires de farinha, vendeu 16 alqueires

de feijão e 125 de arroz.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1827

2ª companhia – Rio das Pedras

João Moreira. Lavoura, produziu 150 alqueires de farinha, vendeu 100 e consumiu 50.

Francisca Gonçalves, mulher

Filhos: Antônio, 6 anos

Pedro, 1 anos

Maria, 7 anos

Ana, 3 anos

Gertrudes, 2 anos.

Escravos, todos negros: Albino, 24, natural da vila, Antônio, 50, natural da Vila, Marcelo, 6, natural da vila, Mariana, 30, da Costa

e Joaquina, 24, da Costa.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1828

No Rio das Pedras

João Rodrigues, natural do Porto, 47 anos, vive de lavoura, fez 150 alqueires de farinha, vendeu 100 e gastou 50.

Francisca Gonçalves, natural desta vila (Paranaguá), 31 anos

Os mesmos filhos e escravos do ano anterior.

Lista de ordenanças da vila de Paranaguá de 1829.

No Rio das Pedras

João Rodrigues, 48, vendeu 100 alqueires de farinha e gastou 50.

Francisca Gonçalves.

Os mesmos filhos e escravos da relação anterior.

Na relação de 1837 encontramos no 17º quarteirão, do Rio das Pedras, João Rodrigues Moreira, português, 50 anos, branco, casado, sabia ler e escrever, atividade caieiras.

Na relação de 1842 encontramos João Rodrigues Moreira no 8º quarteirão. Na lista de cidadãos votantes e elegíveis encontramos no 8º quarteirão João Rodrigues Moreira, votante e elegível.

Em 1842 Ana Antônia da Cruz doou para sua filha Francisca, mulher de João Rodrigues Moreira, terras no Rio das Pedras.

João Rodrigues Moreira tinha uma lancha chamada Conceição Feliz, que em 1850 hipotecou a José da Cunha Mendes Guimarães, em 1851 vendeu para Genoveva Gonçalves do Nascimento, e em 1852 foi lavrada uma escritura de liquidação com José da Cunha Mendes Guimarães.

Informações de Antônio Vieira dos Santos em sua *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município*:

A ilha do Teixeira que é a maior onde há grandes plantações de cana, milho e mandioca, e até produz ótimas parreiras dando belos cachos d'uvas; e onde houve e ainda tem grandes montes de ostras.

A ilha do Teixeira foi de propriedade do falecido Gaspar da Rocha; e hoje de João Rodrigues Moreira, é mui fértil de feijão, cana e mandioca – nela tem uma fábrica de aguardente; e uma riqueza inesgotável de grande sambaquis de cascas d'ostras, onde se tem feito milhares de moios de cal.

Registros de terras oriundos da lei nº 601, de 18 de março de 1850, regulamentada pelo decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854.

João Rodrigues Moreira, morador e freguês desta paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, declara que é possuidor da Ilha do Teixeira, cuja ilha houve por herança de seu finado sogro Gaspar Gonçalves da Rocha. Declarado em Paranaguá no dia 10 de fevereiro de 1855.

João Rodrigues Moreira declara que é possuidor de uma sorte de terras, sitas entre a ilha do Teixeira e o Rio das Pedras, cujas possui por morte de sua sogra Ana Antônia da Cruz, confinando com Inês Antônia da Cruz pelo sul, e pelo oeste com os herdeiros da falecida Ana Rita de tal. Cadastrado em 3 de março de 1856.

Inês Antônia da Cruz, moradora no rio das Pedras, primeiro distrito desta cidade de Paranaguá de Nossa Senhora do Rosário, província do Paraná, declara possuir uma sorte de terras no dito rio, correndo o seu rumo de sul a norte, do lado do riacho se divide com terras dos herdeiros da finada dona Josefa, e do lado de cima com o mesmo rio; faz fundo com terras de João Rodrigues, assim como no mesmo lugar compreendido nas mesmas terras uma ilha que obteve pelo inventário de seu finado marido, tanto as terras como a ilha. A declaração foi feita em 19 de abril de 1856 pelo seu filho Manuel Antônio Cordeiro (Inês era filha de Gaspar da Rocha, viúva de Bernardo Cordeiro).

João Rodrigues Moreira faleceu no dia 31 de outubro de 1861 de um ataque apoplético, idade de 66 anos mais ou menos, natural de Portugal e morador na ilha do Teixeira, casado com Francisca Antônia da Cruz. Foi seu corpo recomendado solenemente pelo vigário com assistência de outro sacerdote, e teve missa de corpo presente, e jazia em uma sepultura do cemitério da igreja matriz da cidade de Paranaguá.

No seu inventário eram herdeiros:

Francisca Antônia da Cruz Moreira, viúva inventariante.

Filhos

1. Maria Moreira, casada com Bernardo Gonçalves Elvas, residentes no município de Antonina no lugar denominado rio Cassatu (não seria Cacatu?).
2. Ana Moreira, casada com José Pereira de Azevedo.
3. Gertrudes Moreira, casada com José Luís do Nascimento.
4. Arminda Moreira, casada com Miguel José Gomes Veiga.
5. Isabel Moreira, solteira, de idade de 30 anos.
6. Francisca Moreira, solteira, de idade de 24 anos.
7. Virgínia Moreira, solteira, idade 20 anos.

8. José Moreira, idade 22 anos, ausente na província do Rio Grande do Sul, consta que anda embarcado na cabotagem do Rio Adentro.
9. Pedro Moreira, ausente há mais de 13 anos e ignora-se o lugar de sua residência, e se ainda vive.
10. Antônio Moreira, ausente há mais de 11 anos, ignora-se o lugar de sua residência, e se vivo ou morto.

Termo de avaliação

Escravos

Escravo crioulo de nome Alberto, com 60 anos, por 400\$000.

Escravo de nome Manuel, de nação, 45 anos, por 700\$000.

Escravo Francisco, 47 anos, 800\$000.

Escravo Joaquim, 46 anos, 900\$000.

Escravo Camilo, mulato, 13 anos, por 900\$000.

Escravo Marcelo crioulo, 40 anos, por 1:000\$000.

Escravo Aniceto, 20 anos, por 1:000\$000.

Escravo Benedito, crioulo, 16 anos, por 1:000\$000

Um escravo de nome Antônio de nação, muito velho e doente, o qual sendo visto e examinado julgamos nada valer, e por isso nada vale por inepto e incapaz de enfrentar serviço algum.

Uma canoa velha por 10\$000

Duas vacas por 30\$000

Bens de raiz

Uma casa velha com casa de farinha, roda, prensa e fornos de cobre, por 60\$000.

Uma ilha denominada Teixeira, por 1:500\$000.

Uma sorte de terras em frente à mesma ilha do Teixeira, por 100\$000.

Uma morada de casas térreas sitas na rua Direita desta cidade (Paranaguá), com duas janelas e uma porta de frente, sob nº 42, que de um lado se divide com casas de Joaquim Américo Guimarães e de outro lado com casa de Manuel Alves da Silva, pelo valor de 1:000\$000.

A Ilha do Teixeira ficou inteiramente para a viúva.

Pagamento ao herdeiro Miguel José Gomes Veiga por cabeça de sua mulher dona Arminda e da oitava parte da metade dos quinhões e pertencentes aos herdeiros Pedro e Antônio, na forma do despacho da declaração de partilha 498\$200:

Haverá seu pagamento na casa da cidade em seu valor pela quantia de 1:000\$000.

Haverá em seu pagamento no que deve expor o herdeiro José Moreira proveniente dos quinhões dos herdeiros Pedro e Antônio em a quantia de 55\$355.

Total de 1:055\$355

Repasse para os credores a quantia de 557\$155

5. Dona Francisca Antônia da Cruz

Em 7 de agosto de 1872 dona Francisca Antônia da Cruz relacionou os seus escravos. Possuía três, todos pretos, de filiação ignorada, aptos para o trabalho e de profissão da lavoura: Francisco, 61 anos, solteiro, de nação; Marcelo, 50 anos, solteiro, natural de Paranaguá; Albino, 75 anos, viúvo, natural de Paranaguá. Está dito que estes escravos moravam na Ilha do Teixeira, em sítio da proprietária.

Em 9 de novembro de 1878 Francisca fez testamento em casa de seu genro Miguel José Gomes Veiga. Disse ser filha legítima de Gaspar da Rocha e de Ana Antônia da Cruz, que fora casada com João Rodrigues Moreira, de cujo matrimônio teve dez filhos, dos quais dois eram falecidos e existiam oito, de nome Maria, Ana, Arminda, Gertrudes, Virgínia, Isabel, Francisca e José; declarou que todos eram casados com exceção de Virgínia e Isabel. Beneficiou as filhas solteiras com a terça.

Faleceu às nove horas da noite do dia 1º de dezembro de 1882 e seu testamento foi aberto no dia seguinte. Foi inventariante seu genro José da Silveira Borges.

Eram herdeiros:

Maria da Conceição, casada com Bernardo Gonçalves Elvas, residentes em Antonina.

Gertrudes Moreira, viúva, residente no Arraial Queimado, distrito de Curitiba.

Isabel Cândida Moreira, solteira, de idade de 40 anos, residente em Paranaguá.

Arminda Moreira Veiga, viúva, residente em Paranaguá.

Ana Pereira Azevedo, viúva, residente em Paranaguá (temos dúvida, pois seu marido José Pereira de Azevedo aparece em documentos posteriores).

Francisca Moreira Borges, casada com o inventariante.

José Rodrigues Moreira, casado, residente na Laguna, província de Santa Catarina.

Virgínia Moreira, solteira, 30 anos, residente em Paranaguá.

Bens de raiz: Ilha denominada Teixeira com 1000 braças de frente mais ou menos de mão a mão, a mil réis a braça, por 1:000\$000; uma morada de casa coberta de telhas situada nos terrenos acima descritos, por 200\$000; uma sorte de terras com seiscentas braças de frente sita entre a ilha acima descrita e o rio das Pedras e parte em um sambaqui nas mesmas terras, por 250\$000. Móveis: uma canoa grande por 2\$000; uma fábrica de fazer farinha, usada, com todos os seus pertences, por 50\$000; umas mesas velhas por 2\$000; uma cama e uma marquesa usadas por 6\$000; 6 cadeiras usadas de palhinha por 9\$000. Semoventes: um escravo de nome Marcelo, preto, 50 anos, por 300\$000.

A ilha do Teixeira com sua casa ficou para José da Silveira Borges. Arminda herdou uma parte na fábrica de farinha no valor de 12\$123 e na sorte de terras a parte de um sambaqui no valor de 31\$250.

Posteriormente Virgínia casou com Manuel de Souza Azevedo.

Em 11 de junho de 1884 José da Silveira Borges e sua mulher Francisca Moreira Borges venderam para José Pereira de Azevedo uma ilha denominada Teixeira, com 1000 braças de frente mais ou menos de mão a mão, obtida no inventário da falecida dona Francisca Antônia da Cruz.

No registro de terras oriundos da lei nº 68 de 20 de dezembro de 1892 e respectivo regulamento aprovado pelo decreto nº 1 de 8 de abril de 1893 encontramos a declaração de José Pereira de Azevedo:

Eu, abaixo assinado, declaro que sou possuidor de uma ilha denominada Teixeira, situada neste distrito, a qual possuo por compra que fiz a José da Silveira Borges e sua mulher por escritura pública passada em onze de julho de mil oitocentos e oitenta e quatro. A referida ilha contém cem mil braças de frente e fundos mais ou menos, de mar a mar, com casa de vivenda e mais benfeitorias, como sejam, plantações de mandioca para fazer farinha, e mais cercas diversas que são destinadas ao mercado desta cidade, aonde são vendidos, sem pesarem sobre a dita ilha ônus ou hipotecas de espécie alguma. Paranaguá, três de setembro de mil oitocentos e noventa e quatro.

(José da Silveira Borges era concunhado de José Pereira de Azevedo, mas parece que este já havia falecido, conforme inventário da sua sogra). A medida de cem mil braças está exagerada.

6. Miguel José Gomes Veiga

Miguel José Gomes Veiga veio de Portugal para o Brasil em 1839, e para Paranaguá provavelmente em 1843, onde estabeleceu-se com casa de comércio.

Miguel comprou imóvel em Paranaguá, conforme escritura lavrada à folha 88-V do livro 56 do 1º tabelionato de Curitiba:

Saibam quanto este público instrumento de escritura virem que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinqüenta e cinco, aos vinte e três de fevereiro do dito ano, nesta cidade de Curitiba, em meu cartório compareceram presentes as partes havidas e contratadas, de uma como vendedor Simão José Henrique Deslandes, morador nesta cidade, e de outro como comprador Miguel José Gomes Veiga, morador na cidade de Paranaguá, reconhecidos por mim que dou fé, e pelo vendedor me foi dito em presença de duas testemunhas no diante nomeadas e assinadas, que ele entre os bens que possui é bem assim senhor e possuidor de uma morada de casas por acabar sitas no lugar denominado Alto, na cidade de Paranaguá, com duzentos palmos de frente, compreendendo quintal, arvoredos e fundos correspondentes, a qual possui livre e desembargada de qualquer função ou hipoteca, e da mesma maneira que possuía, vendia, e como de fato vendido tinha ao comprador pelo preço e quantia de quatrocentos mil réis, que ao fazer desta havia recebido de mão dito comprador em moeda corrente e por haver recebido dava plena e geral quitação e transpassava toda pose, jus e domínio que na dita propriedade tinha na pessoa dele comprador, para que goze e desfrute como sua propriedade que fica sendo de hoje em diante. Pelo comprador foi dito aceitava a presente escritura na forma com que vai estipulada.

Em 1857, desejando casar com Arminda Amália Moreira, e como não trouxera certidão de batismo, entrou com processo de habilitação matrimonial

Arminda Amália Moreira, filha de João Rodrigues Moreira, natural da vila de CHão do Monte, bispado de Viseu, e de Francisca Antônia da Cruz, natural da freguesia de Paranaguá, moradores na Ilha do Teixeira, nasceu em 7 de abril de 1834, e foi batizada em 20 de maio de 1834 na matriz de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, sendo padrinho Pedro Gonçalves da Rocha, por procuração cometida ao ajudante Vicente Ferreira Pinheiro, desta vila do

Teixeira, e madrinha Ana Antônia da Cruz, freguesa da paróquia. Era conhecida pelo apelido carinhoso de Mindoca.

No dia 21 de janeiro de 1857 Miguel entrou com o pedido, conforme abaixo:

Diz Miguel José Gomes Veiga, filho de Domingos José Gomes e de Maria Josefa Gomes, natural da freguesia de Santa Maria de Lamas, Arcebispado de Braga, que ele suplicante, desejando contrair o laço do matrimônio, é preciso justificar seu estado livre, idade e religião, por isso vem declarar:

1º que é filho legítimo dos pais que nomeou.

2º que sua idade é de 40 anos, que reside no Brasil há 18 anos, e que é solteiro.

3º finalmente que a sua religião é a Católica Apostólica Romana e que não prometeu esponsais a pessoa alguma, nem fez voto de castidade, que foi batizado na sobredita freguesia de Santa Maria de Lamas.

No dia 22 de janeiro, em casa de morada do reverendo Albino José da Cruz, ocorreu o auto de justificação de estado livre a favor de Miguel José Gomes Veiga.

Depoimento do orador:

Disse em 1º quesito chamar-se Miguel José Gomes Veiga, natural da freguesia de Santa Maria de Lamas, Arcebispado de Braga, filho legítimo de Domingos José Gomes e de Maria Josefa, que não tem certidão de batismo, porque quando saiu de sua terra julgara desnecessário.

Disse em 2º quesito que tem de idade 40 anos e está no Brasil há 18, vivendo sempre de seu negócio, e que nas terras do Brasil e mesmo em Portugal, não prometeu esponsais a pessoa alguma, nem tem feito voto de castidade.

Disse finalmente no terceiro quesito que professa a religião católica, porque é a religião de seus pais, que não tem feito voto de entrar em religião aprovada, mais de que a dona Arminda Amália Rodrigues, com quem se quer unir em matrimônio.

Foram ouvidas ter testemunhas.

1ª Luiz Machado da Silva, natural da cidade de Braga, casado, morador nesta cidade de Paranaguá, vive de seu negócio, idade que disse ser 38 anos. Disse, entre outras coisas, que o justificante é o próprio Miguel José Gomes Veiga, que é natural da freguesia de Santa Maria de Lamas, mas que não conhece seus pais senão por ouvir dizer.

2ª Caetano Gomes Henrique, natural do bispado do Porto, residente nesta cidade (Paranaguá), vive de seus negócios, idade que disse ser 36 anos, solteiro. Disse, entre outras coisas, que conhece o justificante há 15 para 16 anos, e que é solteiro; que não conhece os pais do justificante, mas ouve dizer que é natural do Arcebispado de Braga.

3ª Manuel Soares Gomes, natural da cidade do Porto, casado, morador nesta cidade (Paranaguá), vive de seu negócio, idade que disse ter 28 anos. Disse, entre outras coisas, que conhece o justificante ser o próprio, que é natural do Arcebispado de Braga no Reino de Portugal, porém ignora quem sejam seus pais.

Os autos foram conclusos no dia 22 de janeiro de 1857

Em 29 de janeiro de 1857, na igreja da Ordem Terceira de São Francisco, filial da matriz da cidade de Paranaguá, onde os contraentes eram moradores, dispensados dos proclamas por provisão do muito reverendo vigário da vara, e sem impedimento, tendo cumprido o preceito da quaresma, na presença do vigário colado Gregório José Lopes Nunes e das testemunhas Comendador Manuel Antônio Guimarães e Francisco Gonçalves de Araújo, casados, e pessoas conhecidas, pelas seis horas da manhã *in face ecclesiae* se casou solenemente por palavras de presente e mútuo consentimento, Miguel José Gomes Veiga, filho legítimo de Domingos José Gomes e Maria Josefa Gomes, com dona Arminda Amália Moreira, de idade de 23 anos, filha legítima de João Rodrigues Moreira e Francisca Antônia da Cruz. O contraente natural e batizado na freguesia de Santa Maria de Lamas, arcebispado de Braga, no reino de Portugal, como constava de justificação feita na vara eclesiástica da comarca de Paranaguá, e a contraente natural e batizada na freguesia de Paranaguá. E logo o dito vigário lhes conferiu as bênçãos nupciais na forma do rito da Santa Igreja.

Temos informação de que Miguel José Gomes Veiga nasceu em 2 de novembro de 1816, natural da freguesia de Santa Maria de Lamas, filho de Domingos José Gomes Veiga e Maria Josefa, naturais do arcebispado de Braga, mas não confirmamos a data em fonte primária.

Veio para o Brasil e estabeleceu-se em Paranaguá no ano de 1843, com casa de comércio.

Em pesquisa na Internet, existe em Portugal uma freguesia de Santa Maria de Lamas, que fica no distrito de Aveiro, este é diocese desde 12 de abril de 1774.

A localidade de Santa Maria de Lamas beneficiou-se do foral da Feira e Terra de Santa Maria, concedido pelo rei D. Manuel I em Lisboa em 10 de fevereiro de 1514, sendo que nesse documento consta com a denominação de *Lama*. Posteriormente viria ainda a adotar a denominação de Lamas da Feira, que manteve até 19 de agosto de 1952, data em que por decreto-lei passou a chamar-se Santa Maria de Lamas em homenagem à sua padroeira.

Cremos que a terra onde Miguel nasceu era outra localidade. Ou então Miguel ali nasceu e seus pais é que eram da arquidiocese de Braga.

O casal teve os filhos Alberto, Minelvina Cândida, Silfredo, Carmem, Randolpho, Weimar Henrique, Manuel, Maria Madalena e José Maria.

Em 1859 Miguel comprou de Manuel Bento Gonçalves Cordeiro, terreno na rua da Ordem.

Em 20 de setembro de 1859 Ricardo Gonçalves Cordeiro e sua mulher dona Ana Antônia Pereira venderam para Miguel José Gomes Veiga três braças e um décimo de terreno de Marinha na rua da Praia da cidade de Paranaguá.

Em 16 de novembro de 1862 Miguel José Gomes Veiga encaminhou ofício ao presidente da província enviando documento com número de braças do terreno no Cubatão de Guaratuba, conforme lhe foi pedido.

Em 1863 comprou de Manuel Bento Gonçalves Cordeiro, 53 palmos de terreno na Marinha.

Miguel José Gomes Veiga faleceu no dia 30 de junho de 1881 sem testamento. Os autos de inventário e juramento foram em 30 de julho de 1881.

Eram herdeiros, além da viúva Arminda Moreira da Veiga, os filhos, todos solteiros e residentes em Paranaguá:

Alberto Gomes Veiga –

Minelvina Cândida Veiga, 18 anos.

Silfredo Gomes Veiga, 17 anos.

Carma Moreira Veiga, 15 anos.

Randolpho Gomes Veiga, 14 anos.

Weimar Gomes Veiga, 12 anos.

Manuel Gomes Veiga, 12 anos.

Maria Magdalena Veiga, 8 anos

José, 4 anos.

O filho Alberto Gomes Veiga foi nomeado em 30 de junho de 1881 tutor dos seus irmãos e assinou o termo no mesmo dia.

De bens de raiz foram avaliados:

Uma morada de casas sita à rua do Imperador, com 7 portas de frente, dividindo por um lado com o quintal da casa pertencente a José Antônio Pereira Alves e de outro lado com a casa dos herdeiros do finado Joaquim Gonçalves Cordeiro, por 3:000\$000.

Dois sobrados em construção sitos à rua da Praia e com 7 portas de frente, dividindo-se por um lado com a casa de José Bento de Lacerda e por outro com José Antônio Pereira Alves, por 6:000\$000.

Uns terrenos com paredes levantadas sitos à rua da Independência da cidade de Paranaguá, dividindo-se por um lado com terrenos de José de Matos Ferreira, fazendo esquina para o Campo Grande, por 300\$000.

Foi avaliado o escravo de nome Miguel de 23 anos de idade, solteiro, de cor fula, por 1:4000\$000.

Móveis: Uma mobília, sendo um sofá, uma mesa redonda, dois consolos, duas cadeiras de braços, doze de palhinha, tudo por 120\$000; um lavatório por 10\$000; duas mesas cumoidas (?) usadas, por 25\$000; uma mesa de jantar por 10\$000; um guarda-louça por 10\$000, um relógio velho por 5\$000.

Foram avaliado os gêneros de negócios (todo o estoque da loja):

43 grelhas estanhadas a 16\$000; 412 fechaduras sortidas a 60\$000; 29 serrotes a 25\$000; 32 machados a 48\$000; 288 verrumas sortidas a 20\$000; 114 pincéis a 26\$500; 29 colheres para pedreiro a 14\$500; 17 freios a 10\$000; 534 colheres a 52\$000; 293 freios sortidos a 52\$000; 75 escápulas de latão sortidas a 11\$250; 441 aldravas sortidas a 36\$000; 36 compassos a 21\$000; 4 jogos de rodízio metal a 8\$000; 2 dúzias de tranquetas a 4\$000; 46 caixilhos a 18\$400; 22 dúzias de argolas a 4\$400; 2 moinhos a 8\$000; 28 pratos de folha a 2\$000; 5900 parafusos a 98\$200; 70 cadeados sortidos a 10\$000; 60 tornis sortidos a 14\$000; 7 maçanetas a 2\$800; 5 machados a 2\$500; 36 borboletas de ferro a 7\$200; 4 molas para porta a 3\$500; 5 ancinhos a 2\$000; 10 almofaças a 1\$800; 23 foicinhas a 5\$000; 750 gramas de fio de sapateiro a 1\$000; 6 e meia dúzias de caixas lamparinas a 6\$000; 9 e meia libras de linho em novelos a 6\$300; um pacote de fio francês a \$080; 113 ganchos de metal a 4\$320; 264 argolas para quadro a 4\$400; 53 pregos cabeça de latão a 1\$060; 4 dúzias entradas de madreperla a 3\$200; 6 florões de metal a 1\$200; 135 tramelas a 5\$400; 3 espoletinhas a 2\$400; 13 lacotões a 2\$600; 3 trincos de conchas a 3\$000; 350 argolinhas a 1\$750; 38 chapas de latão a \$760; 62 sacatrapos a 2\$480; 324 pares de dobradiças a 32\$400; 12 puxadores de vidro a 1\$600; 8 escalas métricas a 2\$400; 23 entradas de aço e latão a \$520; 27 correntes de latão a 2\$700; 3 trenas a 3\$000; 31 pares de borboletas metálicas a 1\$400; 12 cabides de metal a 2\$000; 6 algemas de latão a \$240; 57 arcos latão a 22\$800; 3 espiladeiras de latão a 5\$000; 3 serrilhas de latão a 3\$000; 8 carretilhas a \$800; 50 argolas de metal a

\$400; 2 maços taxas de latão para baú a \$400; 16 pares de pivôs a 1\$600; 218 puxadeiras sortidas para janela a 9\$700; 17 caixas de obreia a \$800; 56 entradas de mogno e jacarandá a \$560; 36 grosas de colchetes a 6\$600; 7 torquesas de ferro as 7\$000; 11 correntes com mola a 2\$500; 10 cabides de ferro a 1\$000; 33 compassos sortidos a 13\$000; 23 chaves para parafuso a 4\$600; 8 sacarrolhas a 3\$200; 4 espaKchins (sic) a 2\$000; 4 travaduras a \$800; 7 maçanetas a 1\$500; 4 prumos de metal a 2\$000; 24 alicates redondos a 4\$800; 6 arruelas a 3\$000; 5 compassos a 1\$000; 6 ferros de encrespar a 1\$200; 8 pares punha para serra a 1\$200; 6 trincos com maçaneta a 1\$500; 7 ferros de juntravo a \$600; 8 enxós a 16\$000; 9 martelos a 3\$400; 6 travadeiras polidas a 1\$500; 8 tiradores de rolha a 1\$000; 8 caixas de lápis de pedra a 1\$500; 4 campainhas a 1\$000; 6 espanadores de pena a 4\$000; um pacote de papel de lixa a 25\$000; 2 serrilhas de aço a 1\$000; 28 traços de mão para pua a 15\$000; 7 espanetadeiras de ferro a 1\$000; 6 pedras para afiar ferramenta a 5\$000; 3 pedras para afiar navalhas a 1\$500; 3 alicates de cortar a 1\$500; 8 martelos a 5\$000; 6 trincos e ferro a 2\$000; 7 pares de tornos a 1\$500; 2 dúzias de torques a 2\$400; 10 trincos a \$300; 3 tornos de mão a 1\$500; 4 raspadeiras a 1\$500; 3 sutes (instrumentos com se marcam ângulos num terreno) a 1\$700; 19 fiores para Guilhein a 3\$000; 412 limas sortidas a 84\$000; 166 facas sortidas a 38\$840; 11 cadeados de metal a 1\$800; 15 canivetes a 7\$500; 15 tesouras a 4\$500; 33 cepos a 38\$000; 2 kg de magnésia a 2\$000; 4 latas de maná a 6\$000; 6800 gramas a 13\$600; mais 10 kg de cola 20\$000; 2 pacotes de palha a 3\$000; 800 g de sândalo a \$400; 2 kg de quina a 3\$200; 4 kg de goma laca a 8\$000; 2 libras de fio de algodão a 1\$800; 500g de alcaçuz a \$500; 2 kg de capa rosa a \$600; 8800g de terra de sene a 13\$200; 4 kg de potassa a \$800; 4 kg de sândalo a 2\$000; 23 kg de verde composto a 6\$900; 1500 g de goma arábica a 1\$500; 47 kg de vermelhão sapateiro a 4\$750; 12 kg de pimenta do reino a 6\$000; um kg de poaia a 5\$000; 2 kg de linhaça a 1\$000; 10 kg de canela a 10\$000; 1500g de quina a 3\$000; 500g de cominho a \$400; 150g de esponja a 1000; 1 kg de genciana a 1\$000; 10 kg de pedra ume a 4\$000; 25 cepos sortidos carpinteiro a 50\$000; 78kg de gesso a 6\$800; 26 pacotes de cunte branco por 10\$400; 16 kg de pimenta a 9\$600; 50g de valeriana a \$800; 500g de grama a \$600; 15 kg de sal amargo a 3\$000; 5 kg de goma laca a 10\$000; 600 g de brazia carnarina a \$900; 2 kg de roxo ruz a 1\$000; 1 kg de trincel a 2\$000; 3 kg de tornos a 2\$000; 169 formões a 50\$700; 11 martelos a 3\$000; 5 fogareiros para espírito a 2\$500; 6 puas a 6\$000; 2 kg barbante a 3\$000; 28 trados a 20\$000; 10 castiçais a 5\$000; 5 chumbeiros a 3\$000; 7 escovas a 1\$000; 1300gramas a 1\$500; 6 sacarrolhas a 4\$000; 19 pares de arcas a 3\$000; 104 cabos de formão a 3\$000; 75 pares de borboletas a 7\$500; 5 esquadros a 4\$500; 5 dúzias de latas de graxa a 3\$500; uma dúzia de espumadeiras a 2\$000; 11 raspilhas a 20\$000; 8 ratoeiras

a 1\$500; 15 caldeirões a 25\$000; 14 caçarolas de ferro a 14\$000; 10 chaleiras a 15\$000; 10 garrações Liray a 10\$000; 2 caixas de mercúrio a 3\$500; 3 vidros de pronto alívio a 1\$500; 13 vidros de água flor coranga a 2\$600; um vidro de nitrato de bismuto a 6\$000; 3 garrafas de goma de Laroche a 3\$000; um kg de cromo a 2\$000; 2 vidros de magnésia a 1\$500; 6 vidros de xarope a 1\$600; 6 vidros de magnésia a 3\$000; 3 vidros de bicarbonato de sódio a 1\$000; 2 vidros de essência de anis a 2\$000; 38 caixas de pílulas a 14\$000; 6 vidros de ruibarbo a 1\$800; 2 vidros de quintelo a \$500; uma grosa de dedais a 2\$000; 4 caixas de pena Malet a 3\$000; 3 grosas de carretel de linha a 20\$000; 2 dúzias de bocetas de rapé a 3\$000; 2 dúzias de lápis de cor a 1\$500; 10 dúzias de canetas e lápis; 5 dúzias de pente a 10\$000; 6 peças de lenços a 3\$000; 16 peças de cadarço a 3\$000; 5 vidros de carmim a 2\$000; 26 dúzias de trancelins sortidos a 8\$000; 4 sapólios a 5\$000; 18 caixinhas de raiz a 2\$000; 44 maços de trancelim a 7\$000; 14 navalhas e lancetas a 7\$000; 87 pacotes de composição a 26\$000; 4 resmas de papel sortidos a 12\$000; 71 maços de palito a 7\$000; 25 lotes de rapé a 12\$500; 14 vidros de sal refinado a 3\$200; 22 garrafas de conhaque a 13\$000; 55 copos de vidro a 10\$000; 10 frascos de genebra a 3\$000; 25 dúzias de bombas a 6\$000; 18 kg de corda a 15\$000; 20 kg de cera a 24\$000; 16 libras de pão de prata a 5\$000; 115 garrafas de vinho a 30\$000; uma resma de papel sortido a 5\$000; 98 manteigueiras sortidas a 18\$000; 5 bacias a 3\$500; 8 bules a 5\$000; 10 tigelas a 15\$000; 36 pares de ferro a 20\$000; 14 enxadões a 7\$000; uma caixa de massa a 8\$000; uma caixa de fogos da China a 5\$000; 40 kg de giz a 3\$000; 7 kg de tabaco a 5\$000; 18 serras a 6\$000; 20 roldanas de latão a 5\$500; 20 kg de prego de cobre a 30\$000; 78 maços de pontas paris a 37\$000; 17 kg de chá a 40\$000; 120 garrafas espírito a 20\$000; 38 kg de verniz a 35\$000; uma caixa de vidros para vidraça a 12\$000; 3 latas de tinta a 12\$000; 30 kg de alvaiade a 30\$000; 30 kg de alpieste a 5\$000; um rebolo a 20\$000; 20kg de pó de sapateiro a 5\$000; 18 kg de zarcão a 20\$000; 8 gunetos de vinho a 15\$000; 5 (?) de vinagre nacional a 50\$000; 10 kg de verde paris a 12\$000; 9 kg de óleo de rícino a 6\$000; uma balança de latão a 10\$000; um terno de pesos 12\$000; um terno de medidas a 3\$000; um armação simples a 50\$000.

7. Alberto Gomes Veiga

Alberto foi o primeiro filho do casal Miguel José Gomes Veiga e Arminda Amália Moreira Veiga. Nascido em 3 de fevereiro de 1858, foi batizado no dia 31 de outubro de 1858 na igreja de São Francisco da Penitência, que então servia de matriz à paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de

Paranaguá, filho legítimo de Miguel José Gomes Veiga e de sua mulher dona Arminda Amália Moreira da Veiga, neto por parte paterna de Domingos José Gomes e de dona Maria Josefa, naturais e moradores de Portugal e pela materna de João Rodrigues Moreira e dona Antônia Francisca da Cruz (Freancisca Antônia da Cruz), moradores e fregueses da dita paróquia; foram padrinhos o mesmo avô materno João Rodrigues Moreira e sua filha dona Francisca Teresa Moreira, solteira.

Alberto fez seus estudos primários na escola do professor Honório Décio da Costa Lobo. No dia 15 de janeiro de 1869, procederam-se os exames na aula da terceira cadeira do sexo masculino da cidade de Paranaguá, em casa especial do dito professor, sendo aí presentes o sub-inspetor das escolas da cidade de Paranaguá, Inácio José Caetano da Silva, sob a sua presidência, sendo examinadores o professor da 2ª cadeira José Cleto da Silva, por designação do mesmo sub-inspetor das escolas e o supra dito professor respectivo, nos termos do artigo 18 do Regulamento de 8 de abril de 1857, obtiveram aprovação nos exames gerais do ensino primário os seguintes alunos: Antônio Ricardo do Nascimento, Alberto Gomes Veiga, José Ricardo de Oliveira e Narciso Pereira de Azevedo, plenamente, Antônio Júlio dos Santos, simplesmente, e José Correia de Freitas com menção honrosa, examinados e aprovados de conformidade com o artigo 26 do Regulamento referido de 8 de abril de 1857 e as instruções de 28 de novembro de 1859; para constar lavrou-se ata, assinada pelos três membros da comissão examinadora.

Quando jovem trabalhou na firma de seu pai. Após a morte deste, em 30 de junho de 1881, montou firma individual, no mesmo local e no mesmo ramo.

No dia 22 de março de 1882, pelo juiz de órfãos de Paranaguá, Joaquim Guedes Alcofarado, Alberto Gomes Veiga foi nomeado tutor de seus irmãos menores Minelvina, Silfredo, Carmem, Raldolpho, Weimar, Manuel, Maria e José, sendo obrigado a administrar escrupulosamente seus bens arrecadados e dar útil emprego aos rendimentos que lhe pudessem produzir, tratando da educação e das pessoas dos ditos órfãos, como (duas palavras ilegíveis) pai de família, conforme as posses dos mesmos, defendendo em juízo e fora dele, dando contas nos devidos tempos, de conformidade da lei, e obrigado a fazer a inscrição de hipoteca legal. Esta hipoteca legal, dos bens presentes e futuros de Alberto Gomes Veiga, para garantir as legítimas dos tutelados, foi inscrita no dia 19 de agosto de 1882.

Em 1883 Alberto Gomes Veiga comprou de Antônia Mariana de Siqueira parte de um sobrado na rua da Praia.

Casou em Montevidéu no dia 4 de junho de 1896 com Dolores Varese, nascida nessa cidade em 4 de junho de 1872, filha de Luigi Varese e Caterina Bussio, naturais da Itália. Tiveram os filhos Silfredo, Luiz, Maria Esther, Elvira, Alberto (Albertito), Alba, Raul, Laura (Lolita), Rosina, Maria Helena e Amália.

Arminda Antônia Moreira Veiga faleceu em 18 de setembro de 1927. Alberto Gomes Veiga faleceu no dia 13 de novembro de 1931 e Dolores Varese Veiga no dia 31 de janeiro de 1951.

Sobre os outros filhos de Miguel José e Arminda e os filhos de Alberto e Dolores ver mais detalhes no livro *Veiga* de autoria de Rachel Veiga Lopes Lagos.

FONTES DE CONSULTA

Documentos manuscritos

Autos de inventário de Francisca Antônia da Cruz – Museu da Justiça.

Autos de inventário de João Rodrigues Moreira – Museu da Justiça.

Autos de inventário de Miguel José Gomes Veiga – Museu da Justiça.

Correspondências aos presidentes da província do Paraná – Arquivo Público do Paraná.

Demonstração da costa desde Buenos Ayres até a Villa de Santos – de Bertholomeu Pays de Abreu – Era - 1719.

Habilitações matrimoniais – Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva (São Paulo).

Listas de ordenanças da vila de Paranaguá.

Livro índice do tabelionato de Paranaguá.

Livros do 1º tabelionato de Curitiba.

Livros de notas do tabelionato de Paranaguá.

Livros da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá – Mitra diocesana.

Livros de registros de terras oriundos da lei nº 601, de 18 de março de 1850, regulamentada pelo decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854.

Livros de registros de terras oriundos da lei nº 68 de 20 de dezembro de 1892 e respectivo regulamento aprovado pelo decreto nº 1 de 8 de abril de 1893.

Relação dos bens rurais, 1818, lei régia de 21 de outubro de 1817

– Arquivo do Estado de São Paulo.

Livros e artigos

Lagos, Rachel Veiga Lopes – *Veiga*

Leão, Ermelino Agostinho de – *Antonina, factos e homens*

Leão, Ermelino Agostinho de – *Dicionário Histórico e Geográfico Paranaense.*

Lopes, José Carlos Veiga – *Icatuporangatuba- Subsídios para a história de Piraquara.*

Negrão, Francisco – *Genealogia Paranaense.*

Repertório das Sesmarias.

Santos, Antônio Vieira dos – *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município.*

Tramuja, Joaquim – *Alberto Gomes Veiga*

ANEXO

Genealogia de Gaspar Gonçalves da Rocha e Ana Antônia da Cruz

Gaspar Gonçalves da Rocha, filho de Luís da Rocha e de Catarina da Veiga casou mais ou menos em 1778 com Ana Antônia da Cruz, filha de Antônio Correia e Jerônima Teixeira.

1-Romana, nascida mais ou menos em 1779, casada em primeiras núpcias com Antônio Marques Mendonça e em segundas com Manuel Gonçalves.

2-Vitoriana Antônia da Cruz, nascida mais ou menos em 1780, casada com Miguel (ou Manuel) Nunes Barbosa.

2.1 Norberto Nunes Barbosa, casado em 8 de abril de 1831 com Rita de Oliveira Ribas.

2.1.1 João Crisóstomo Barbosa Ribas

2.1.2 Mariano Nunes Barbosa

2.1.3 Antônio Firmino Barbosa, casado com Ana Maria do Carmo Ribas

2.1.3.1 Elias Justino Barbosa Ribas, casado em primeiras núpcias com Eugênia de Sá Ribas e em segundas com Francisca de Paula Ribas.

2.1.3.1.1 Helena de Sá Ribas

2.1.3.1.2 Eugênia de Sá Ribas

2.1.3.1.3 Clotilde Ribas de Paula

2.1.3.2 Eliseu Justino Barbosa Ribas, casado com Joaquina da Cunha Ribas.

2.1.3.2.1 Etelvina Ribas

2.1.3.2.2 Ernesto da Cunha Ribas

2.1.3.2.3 Genésio da Cunha Ribas

2.1.3.2.4 Manuel

2.1.3.2.5 Sezinando da Cunha Ribas

2.1.3.2.6 Elísio da Cunha Ribas Júnior

2.1.3.2.7 Euclides da Cunha Ribas

2.1.3.2.8 Ondina

2.1.3.2.9 Juvelina

2.1.3.2.10 Olinda

2.1.3.2.11 Epaminondas

2.1.3.2.12 Euclides

2.1.3.2.13 Paulo

2.1.3.3 Francisca de Azevedo Ribas, casada com Custódio Matoso

2.1.3.4 João de Azevedo Barbosa Ribas, casado em primeiras núpcias com Maria da Luz Sotto-Maior Ribas e em segundas com Carolina Daledone Sem filhos do primeiro casamento

2.1.3.4.1 José Maria

2.1.3.4.2 Maria de Lourdes

2.1.3.5 Joaquim Barbosa Ribas, casado em primeiras núpcias com Luísa Machado Ribas e em segundas com Maria Joana da Costa Ribas e em terceiras com Reinalda da Costa Teve do primeiro casamento

2.1.3.5.1 Juvenal Machado Ribas

2.1.3.5.2 Joaquim Machado Ribas

2.1.3.5.3 Manuel Machado Ribas

Teve do segundo matrimônio

2.1.3.5.4 Judith

2.1.3.5.5 Maria Lídia

2.1.3.5.6 Helena

2.1.3.5.7 Maria

2.1.3.5.8 Raul

Teve do terceiro casamento

2.1.3.5.9 Izauro

2.1.3.5.10 Joel

2.1.3.6 Alzira Azevedo Ribas Sampaio, casada com Urbano José Sampaio.

2.1.3.6.1 Abnel

2.1.3.7 Misael Barbosa Ribas, casado com Maria da Conceição Ferreira Ribas.

2.1.3.7.1 João Vidal Ribas

2.1.3.7.2 Euclides

2.1.3.7.3 Nair

- 2.1.3.7.4 Julieta
- 2.1.3.7.5 Antônio
- 2.1.3.7.6 Nair
- 2.1.3.7.7 Waldomiro
- 2.1.3.7.8 Avani
- 2.1.3.7.9 Waldevino
- 2.1.3.7.10 Norberto
- 2.1.3.7.11 Antônio
- 2.1.3.8 Alfredina Ribas de Oliveira, casada com Augusto Flávio de Oliveira.
- 2.1.3.8.1 Nair
- 2.1.3.8.2 Avani
- 2.1.3.8.3 Gelci
- 2.1.3.8.4 Osvaldo
- 2.1.3.8.5 Julina
- 2.1.3.8.6 Deuscelia
- 2.1.3.8.7 Maria
- 2.1.3.8.8 Augusto
- 2.1.3.8.9 Levi
- 2.1.3.8.10 Benjamim
- 2.1.3.8.11 Norberto
- 2.1.3.8.12 Euclides
- 2.1.3.9 Norberto
- 2.1.3.10 Benjamim Barbosa Ribas, casado com Jaquelina de Oliveira Ribas.
- 2.1.3.10.1 Vidalvina
- 2.1.3.10.2 Ana

- 2.1.4 João Batista Barbosa Ribas, casado com Honorina Ribas
- 2.1.4.1 João Batista Barbosa Ribas Filho, casado com Júlia Ribas.
- 2.1.4.2 Alfredo
- 2.1.4.3 Alfredo
- 2.1.4.4 Álvaro
- 2.1.4.5 Narciso
- 2.1.4.6 Joaquim
- 2.1.4.7 Júlia
- 2.1.4.8 Honorina Ribas, casada com Manuel Gomes Veiga

3-Inês Antônia da Rocha, nascida mais ou menos em 1783, casada entre 1808 e 1809 com Bernardo José Cordeiro, natural de Antonina, filho de Domingos Cordeiro e de Isabel de Oliveira.

3.1 Manuel Antônio Cordeiro, casado com Maria Cândida dos Santos Cordeiro.

- 3.1.1 Manuel Antônio Cordeiro, casado em primeiras núpcias com Idália Pereira e em segundas com Guilhermina Montenegro.
- Do primeiro casamento teve
- 3.1.1.1 Aguiar Cordeiro, casado com Rosa Rodrigues
- 3.1.1.1.1 Idália
- 3.1.1.2 Gastão Cordeiro
- 3.1.1.3 Glauco Cordeiro, casado com Sara Rodrigues
- 3.1.1.3.1 Inês
- 3.1.1.4 Maria da Luz Cordeiro de Lacerda, casada com Raul Suplicy de Lacerda.
- 3.1.1.5 Lauro Cordeiro
- 3.1.1.6 Ormuz
- 3.1.1.7 Maria de Nazaré
- Do segundo casamento teve
- 3.1.1.8 Guilherme
- 3.1.1.9 Maria de Lourdes
- 3.1.1.10 Eunice
- 3.1.1.11 Guinoel

3.1.2 Alcides dos Santos Cordeiro, casado com Semíramis da Cruz Moreira.

- 3.1.3 Durval dos Santos Cordeiro, casado com Maria Emília Pinto Cordeiro.
- 3.1.3.1 Durval Pinto Cordeiro
- 3.1.3.2 Mário Pinto Cordeiro
- 3.1.3.3 Antônio
- 3.1.3.4 Mozart Cordeiro
- 3.1.3.5 Maria Rita
- 3.1.3.6 Saul

3.1.4 Francisca dos Santos Cordeiro

- 3.1.5 Maria Cândida Cordeiro, casada com Alberto Pereira Jorge
- 3.1.5.1 Bianor Cordeiro Pereira Jorge
- 3.1.5.2 Maria Leopoldina, casada com Pedro Branco Ribas
- 3.1.5.3 Nilza Pereira Jorge
- 3.1.5.4 Maria de Lourdes
- 3.1.5.5 Airton Pereira Jorge
- 3.1.5.6 Lafayette Pereira Jorge
- 3.1.5.7 Dorival Pereira Jorge
- 3.1.5.8 Odilon Pereira Jorge
- 3.1.5.9 Cid Pereira Jorge
- 3.1.5.10 Luís Pereira Jorge

3.1.5.11 Alceu
3.1.5.12 Manuel

3.2 Ana Gonçalves Cordeiro, faleceu solteira

3.3 Maria Gonçalves Cordeiro, faleceu solteira

3.4 Inácia Cordeiro de Miranda, casada com Manuel Liberato de Miranda.

4. Joaquina, nascida mais ou menos em 1790, casada entre 1818 e 1822 com Antônio Luís Cordeiro.

5. Matias, nascido mais ou menos em 1792.

6. Rosa Maria, nascida mais ou menos em 1793, falecida entre 1827 e 1828, casada entre 1816 e 1817 com Luciano Nunes, natural de Paranaguá.

6.1 José, nascido mais ou menos em 1800.

6.2 Maria, nascida mais ou menos em 1822.

7. Pedro Gonçalves da Rocha, nascido mais ou menos em 1794.

8. Josefa de Ramos, nascida mais ou menos em 1796, casada entre 1815 e 1816 com José Pedro da Rocha, natural do Porto, tinha venda em Paranaguá.

8.1 João, nascido mais ou menos em 1817

8.2 Manuel, nascido mais ou menos em 1823

9. Maria da Rocha, nascida mais ou menos em 1798, casada em primeiras núpcias com Manuel Afonso e em segundas com Luís Antônio. Em 1817 morava com os pais e na lista de 1822 morava em casa de Gaspar da Rocha a filha viúva Maria do Terço com 25 anos; em 1825 não morava mais com os pais, deve ter casado novamente.

10. Francisca Antônia da Cruz, nascida mais ou menos em 1800, casada mais ou menos em 1818 com João Rodrigues Moreira, filho de Manuel Rodrigues e Maria Antônia.

10.1 Maria Moreira, nascida mais ou menos em 1819, casada com Bernardo Gonçalves Elvas, residentes no município de Antonina no lugar denominado rio Cassatu (não seria Cacatu?).

10.1.1 Adelaide, casada com Francisco Pinto.

10.1.1.1 Maria Adelaide (Maricota), casada com seu primo Randolpho Veiga (10.6.5).

10.1.2 Maria Amélia, casada com Vitoriano Correia.

10.1.3 Francisca.

10.1.4 Celina.

10.1.5 Clarimundo

10.1.6 José

10.1.6.1 Bernardo

10.1.7 Edmundo

10.1.8 Manuel.

10.2 Antônio Moreira, nascido mais ou menos em 1821, ausentou-se da vila de Paranaguá antes de 1850.

10.3 Pedro Moreira, nascido mais ou menos em 1826. Ausentou-se da vila de Paranaguá antes de 1848.

10.4 Ana Moreira, nascida mais ou menos em 1824, casada com José Pereira de Azevedo.

10.4.1 Manuel.

10.4.2 José.

10.4.3 Izidoro Pereira de Azevedo, casado com Domitila Pereira Alves de Azevedo.

10.4.3.1 Rosa de Azevedo Goulin, casada com Adriano Gustavo Goulin

10.4.3.1.1 Rachel Goulin.

10.4.3.2. Maria Pereira de Azevedo, casada com Romão Vidal.

10.4.3.2.1 Jader

10.4.3.2.2 Ernani

10.4.3.2.3 Augusto.

10.4.3.3 Laura Pereira de Azevedo, casada com José Fonseca Lobo.

10.4.3.3.1 Maria Domitila.

10.4.3.3.2 Nelly

10.4.3.3.3 Eglê

10.4.3.3.4 José (ou Jorge)

10.4.3.3.5 Ivone

10.4.4 Narciso Pereira Azevedo, casado com Ana Viana de Azevedo.

10.4.4.1 Sara de Azevedo Mendes, casada com José Barbosa Mendes

10.4.4.1.1 Ana de Azevedo Mendes

10.4.4.1.2 Luís de Azevedo Mendes

10.4.4.1.3 Maria de Azevedo Mendes

10.4.4.1.4 Narciso de Azevedo Mendes

10.4.4.2 Maria Júlia de Azevedo Guimarães,

casada com João Alencar Guimarães.

10.4.4.2.1 Narciso Azevedo Guimarães

10.4.4.2.2 Diva Guimarães Mäder
 10.4.4.2.3 Manuel Alencar Guimarães
 10.4.4.2.4 João Azevedo Guimarães
 10.4.4.2.5 Nei Azevedo Guimarães.
 10.4.4.2.6 Eyalf
 10.4.4.2.7 Mahil Azevedo Guimarães
 10.4.4.2.8 Nazaré Azevedo Guimarães
 10.4.4.3 José Narciso de Azevedo,
 casado com Gabriela Branco de Azevedo.
 10.4.4.3.1 José Maria de Azevedo
 10.4.4.3.2 Sebastião
 10.4.4.4 Esther
 10.4.4.5 Joaquim Narciso de Azevedo,
 casado com Cecília Barreto de Azevedo.
 10.4.4.5.1 Murilo Barreto de Azevedo
 10.4.4.5.2 Maria Dora Barreto de Azevedo

10.5 Gertrudes Moreira, nascida mais ou menos em 1825,
 casada com José Luís do Nascimento.

10.5.1 Lídia do Nascimento, casada com Antônio Ricardo dos Santos
 Sobrinho

10.5.1.1 Artur dos Santos, casado com Carolina Joslin dos Santos.

10.5.1.1.1 César Augusto

10.5.1.1.2 Artur

10.5.1.1.3 Tarquínio

10.5.1.1.4 Alberto

10.5.1.1.5 Jaime

10.5.1.1.6 Maria Elisa

10.5.1.1.7 Maria Augusta

10.5.1.1.8 Clodoaldo

10.5.1.1.9 Lídia

10.5.1.1.10 Ester

10.5.1.1.11 Celmira

10.5.1.1.12 Albetina

10.5.1.1.13 Newton

10.5.1.1.14 Adiaíl

10.5.1.1.15 Judith

10.5.1.2 Zulmira dos Santos Azevedo,
 casada com Antônio de Souza Azevedo

10.5.1.2.1 Maria da Luz

10.5.1.2.2 Aníbal

10.5.1.2.3 Elisa

10.5.1.2.4 Plínio Azevedo

10.5.1.2.5 Heitor Azevedo

10.5.1.2.6 Arnaldo Azevedo

10.5.1.2.7 Ari

10.5.1.2.8 Armênio

10.5.1.2.9 Darci

10.5.1.2.10 Carlos Augusto

10.5.1.2.1. Odete

10.5.1.2.2 Zei

10.5.1.3 Jaime dos Santos, casado em primeiras núpcias com Permínia
 Agner dos Santos e em segundas com Anália Agner

10.5.1.3.1 Aírlide

10.5.1.3.2 Permínia

10.5.1.3.3 Nelson

10.5.1.3.4 Alceu.

10.5.1.3.5 Luci

10.5.1.4 Ester

10.5.1.5 Elisa dos Santos Withers, casada com Henrique C. Withers

10.5.1.5.1 Eduardo Oscar

10.5.1.5.2 Carmen Withers

10.5.1.5.3 Elvira

10.5.1.5.4 Sidney

10.5.1.5.5 Henrique

10.5.1.5.6 Alba

10.5.1.6 Maria Augusta dos Santos Jouve, casada com André Jouve

10.5.1.6.1 Nair Jouve de Carvalho

10.5.1.6.2 Elvira Jouve Künzert

10.5.1.6.3 Emílio

10.5.1.7 Tarquínio dos Santos, casado com Maria das Dores Soares

10.5.1.7.1 Adiaír

10.5.1.7.2 Aline

10.5.1.7.3 Nilde

10.5.1.7.4 Manuel

10.5.1.7.5 Antônio Ricardo Neto

10.5.1.7.6 Cenira

10.5.1.7.7 Acir

10.5.1.8 Celmira

10.5.1.9 Carlos dos Santos, casado com Albertina Gonçalves.

10.5.2 Amélia, casada com Jardim.

10.5.2.1 Maricota

10.5.3 Eurídice, casada com Agostinho

10.5.4 Ismália.

10.6 Arminda Moreira, nascida em 1834, casada com Miguel José Gomes Veiga, natural de Portugal, filho de Domingos José Gomes Veiga e Maria Josefa.

10.6.1 Alberto Gomes Veiga, casado com Dolores Varese Veiga

10.6.1.1 Silfredo Veiga, casado com Nair Accioly Veiga

10.6.1.1.1 Roberto Accioly Veiga

10.6.1.1.2 Renato Accioly Veiga

10.6.1.1.3 Alberto Accioly Veiga

10.6.1.1.4 Marisa Accioly Veiga

10.6.1.2 Luiz Varese Veiga, casado com Nair Silva Veiga

10.6.1.2.1 Luiz Aberto Silva Veiga

10.6.1.2.2 Lourdes Silva Veiga

10.6.1.2.3 Ruth Silva Veiga

10.6.1.3 Maria Esther Veiga.

10.6.1.4 Elvira Veiga Silva, casada com Carlos Silva.

10.6.1.4.1 Carlos Alberto Silva Veiga

10.6.1.4.2 João Luiz Silva Veiga

10.6.1.4.3 Regina Veiga Silva

10.6.1.5 Alberto Veiga Filho, casado com Olga Wild Veiga

10.6.1.5.1 Alberto Wild Veiga

10.6.1.5.2 Carlos Eduardo Wild Veiga

10.6.1.6 Alba Veiga Ribeiro, casada com João Ribeiro

10.6.1.7.1 Fernando Veiga Ribeiro

10.6.1.7.2 Gabriel Veiga Ribeiro

10.6.1.7 Raul Veiga, casado com Déa Fonseca Veiga.

10.6.1.7.1 Líliliana Célia Fonseca Veiga

10.6.1.8 Laura Veiga

10.6.1.9 Rosina Veiga Lopes, casada com Ângelo Ferrário Lopes

10.6.1.9.1 Rachel Veiga Lopes

10.6.1.9.2 José Carlos Veiga Lopes

10.6.1.9.3 Luiz Eduardo Veiga Lopes

10.6.1.10 Maria Helena Veiga Lobato, casada com Wilson Portugal Lobato.

10.6.1.11 Amália Veiga

10.6.2 Minelvina, casada com Francisco Souza

10.6.2.1 Maria Augusta, faleceu criança

10.6.3 Silfredo Gomes Veiga, casado com Luiza Varese

10.6.3.1 Ofélia, casada com Manoel Rodrigues Mojica.

10.6.3.1.1 René Raquel Rodrigues Veiga

10.6.3.1.2 Senen Silfredo Rodrigues Veiga

10.6.3.1.3 Jorge Rodrigues Veiga

10.6.3.1.4 Walter Henrique Rodrigues Veiga

10.6.4 Carmen Veiga Carneiro,

casada com Benjamim César Carneiro, sem filhos.

10.6.5 Randolpho Veiga, casado com Maria Adelaide Pinto.

10.6.5.1 René, casado com Laura Sacchi

10.6.5.1.1 René José Veiga

10.6.5.1.2 Juracy

10.6.5.2 Nina, casada com Otávio Veríssimo de Matos.

10.6.5.2.1 Eduardo

10.6.5.2.2 Maria de Lourdes

10.6.5.2.3 José

10.6.5.2.4 Célia

10.6.5.3 Yolanda, casada com Tapyr Lopes.

10.6.5.3.1 Maria Ângela Veiga Lopes

10.6.5.3.2 Ceci Veiga Lopes

10.6.5.3.3 Rui Antônio Lopes

10.6.5.4 Nair, casada com Arnaldo Mazza.

10.6.5.4.1 Néilson

10.6.5.4.2 Luiz Geraldo Mazza

10.6.5.4.3 Arnaldo Mazza Filho

10.6.5.4.4 Marlene Veiga Mazza

10.6.5.4.5 Maria Thereza Veiga Mazza

10.6.5.4.6 Randolpho

10.6.5.4.7 Celso Tadeo Mazza

10.6.5.4.8 Carlos Fernando Mazza

10.6.5.4.9 Alba

10.6.5.5 Celina, casada com Alfredo Mazza.

10.6.5.5.1 Terezinha de Jesus

10.6.5.5.2 Carmen

10.6.5.6 Jofre, casado com Florentina Bassani.

10.6.5.6.1 Amauri Geraldo

10.6.5.6.2 Yara Soeli

10.6.6 Henrique Weimar, casado com Zulmira da Silva, filha de Manuel Caetano da Silva e Emília Maria da Silva.

10.6.6.1 Maria Madalena

10.6.6.2 Emília, casada com Manoel Arantes Júnior

10.6.6.2.1 Enoel Veiga Arantes

10.6.6.3 Arminda

10.6.6.4 Carmem.

10.6.7 Manoel Gomes Veiga, casado com Elvira Biscayart

10.6.7.1 Armando

10.6.7.2 Miguel Oscar

10.6.7.3 Elvira, casada com Martin de Ulmann

10.6.7.4 Zaira, casada com Romeu Balster

10.6.7.4.1 Madalena

10.6.7.5 Alicia

10.6.7.6 Amalia

10.6.7.7 Olga

10.6.8 Maria Magdalena, casada com Carlos Christoffel

10.6.8.1 Carlos Alberto Veiga Christoffel, casou com Francisca Pujak

10.6.8.1.1 Maria Magdalena Christoffel

10.6.8.1.2 João Carlos Christoffel

10.6.9 José Maria Gomes Veiga, casou em primeiras núpcias com Nina Faria Lemos e em segundas com Guaraciaba Borba Carneiro. Sem filhos.

10.7 Isabel Moreira, solteira, de idade de 30 anos em 1861, faleceu em 10 de outubro de 1909 (ou 1910).

10.8 Francisca Teresa Moreira, solteira em 1861 com a idade de 24 anos, casou com José Silveira Borges.

10.8.1 Maria Isabel C. Borges, casado com Aníbal Guimarães Carneiro

10.8.1.1 Aiza, faleceu criança

10.8.1.2 Aline Carneiro Machado, casada com Aurélio Machado.

10.8.1.2.1 Alírio

10.8.1.3 Arésio, faleceu solteiro.

10.8.1.4 Air Carneiro Franco da Cunha, casada com Berthelot Franco da Cunha.

10.8.1.4.1 Ivan

10.8.1.4.2 Celso

10.8.1.4.3 Ivanda

10.8.1.4.4 Ozail.

10.8.1.5 Manuel Alírio Carneiro, casado com Ione Gusmão Carneiro

10.8.1.5.1 Atos

10.8.1.6 Aimée, faleceu solteira.

10.8.1.7 Delfica Carneiro Bond, casada com Darwin Bond

10.8.1.7.1 Darwin Roberto Carneiro Bond.

10.8.1.7.2 Dyonil Ruben Carneiro Bond

10.8.1.7.3 Dizabel Ruth Carneiro Bond

10.8.1.7.4 Dauro Rivadávia Carneiro Bond

10.8.1.8 Francisca Carneiro Muniz, casada com Álvaro Muniz

10.8.1.8.1 Orizon

10.8.1.9 Aníbal Borges Carneiro, casado com Odette Bond

10.8.1.9.1 Odebal Bond Carneiro.

10.8.1.9.2 Aníbal Bond Carneiro

10.8.1.9.3 Odete Bond Carneiro.

10.8.1.10 Alda Borges Carneiro, casada com Rui Vital Brasil

10.8.1.10.1 Álvaro

10.8.1.10.2 Tirso

10.8.1.10.3 Alda

10.8.1.10.4 Selma

10.8.1.10.5. Vera

10.8.1.11 Alaíde Borges Carneiro, casada com José Rodrigues Vieira Neto.

10.8.1.11.1 Cecília

10.8.1.11.2 Maria Ermínia

10.8.1.11.3 Lígia

10.8.1.12 Abdon José Borges Carneiro, casado com Luli Branco

10.8.1.12.1 Maria Isabel

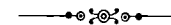
10.9 José Moreira, idade 22 anos em 1861, quando estava ausente na província do Rio Grande do Sul, constava que andava embarcado na cabotagem do Rio Adentro.

10.10. Virgínia Moreira, solteira e com idade 20 anos em 1861, depois casou com Manuel de Souza Azevedo.





SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



José Carlos Veiga Lopes

As minas de ouro de Arraial Grande, nas encostas da serra do mar, deram origem ao povoamento da região, havendo um povoado habitado por mineiros, muito florescente no final do século XVII e início do XVIII; havia uma picada, denominada do Arraial, que ligava o planalto ao litoral. Entre os mineiros que ali lavraram, citamos João Veloso da Costa, Zacarias Dias Cortes, Manuel Soares da Silva, Manuel Duarte Camacho, Francisco Xavier dos Reis e Pedro Dias Cortes.

Também colaborou para o povoamento da região do atual município de São José dos Pinhais a edificação de uma capela em 1690, sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Perdões, pelo padre João da Veiga Coutinho, cônego da catedral do Rio de Janeiro, que tendo vindo como visitador, erigiu a referida capela, e em 7 de agosto de 1696 doou, por escritura lavrada em Curitiba, à dita capela de todos os seus bens móveis e imóveis, sendo estes duas fazendas de criar, a do Capucu e a das Águas Belas, estando nesta última a citada igrejinha.

O padre João da Veiga Coutinho era filho de Manuel Fernandes de Cassere e de Maria de Souza Coutinho, da nobre família dos Botafogo do Rio de Janeiro. Sua mãe contraiu segundas núpcias com Antônio de Almeida ou Antônio Pompeu Taques; pouco depois do casamento teve uma questão com uma senhora do Rio de Janeiro e os amigos desta receando algum excesso por parte de Antônio Pompeu Taques, dotado de gênio exaltado, resolveram assassiná-lo; alta noite bateram à porta da casa de Pompeu, que mandou abri-la e então os inimigos embuçados invadiram o seu lar e o assassinaram com a esposa, a tiros de bacamarte no próprio leito em que dormiam. Instaurada a devassa ficou plenamente provada a autoria do crime e os réus foram condenados à pena última; apelaram para a relação do estado e também trataram de obter perdão dos filhos João da Veiga e Maria de Cácere, mas os esforços foram em vão. Apelaram então ao pároco de Nossa Senhora da Candelária, e este, depois de celebrar a missa, paramentado, vestindo sobrepeliz e levando o crucifixo da igreja foi procurar o

seminarista João da Veiga Coutinho para solicitar-lhe o perdão em nome de Cristo Crucificado. O seminarista concedeu o perdão e induziu a irmã a concedê-lo, mas antes de lavrar a escritura declarou que queria ficar com a imagem do Senhor Bom Jesus.

O padre Veiga residiu no atual estado do Paraná de 1691 a 1699, tendo servido como um dos primeiros capelães da igreja que fundou; seu antecessor foi o padre José de Souto (1688-1691), clérigo do hábito de São Pedro e capelão curado da igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Perdões. Frei Antônio da Assunção, padre João da Veiga Coutinho (1691-1699), Sebastião Álvares de Abreu (1704-1712), Gregório Mendes Barbuda (1714 a 1727), exerceram a capelania de Bom Jesus, que servia de matriz até que foi reconstruída a igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba em 1714; alguns desses capelães foram também vigários de Curitiba.

Em 8 de setembro de 1704 o capitão-mor João Rodrigues França concedeu sesmarias, dizendo que *Sebastião Félix Bicudo e Francisco Xavier de Siqueira e Manuel Bicudo e João Bicudo se me fez petição em que diziam eram moradores no campo de São José na freguesia do Senhor Bom Jesus do Perdão, eles ditos suplicantes não tinham terras para se agasalharem e fazerem suas lavouras para se sustentar e pagarem dízimos a Deus, portanto me pediam que como capitão-mor e sesmeiro lhes concedesse duas léguas de terras de testada, que vem a ser meia légua a cada um, que começam do caminho das minas do Arraial Grande rumo direito até o caminho do capitão Antônio Bueno, à beira do campo, com seu sertão para as cabeceiras da Garatuba e recebem mercê.*

Sebastião Félix Bicudo, morador na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, que ele suplicante no distrito de São José há doze anos está situado, possuindo e cultivando umas terras maninhas por devolutas, sem contradição alguma até o presente e como não tem carta delas, portanto nos pedia em fim a conclusão de sua petição lhe fizéssemos mercê conceder de sesmaria na dita parte duas léguas de terra, começando da barra do ribeiro da auguada (aguada) a rumo de sudoeste até o ribeirão de Guiramiranguaba e para o sertão correndo a leste correndo até as cabeceiras de Guaratiba, com todas as entradas e saídas e logradouros. Obteve a carta de sesmaria em 25 de abril de 1709.

Manuel do Vale Porto solicitou sesmaria onde tinha suas terras no distrito de Curitiba e como não possuía pastos seus em que pudesse trazer o dito gado e mais criações, pediu por serem devolutas umas campinas sitas em o distrito de Coreutaba (Curitiba), uma que chamava Piracoara, que ficava entre o rio e rio Piracoara e outra campina onde o suplicante tinha sua

fazenda entre rio Itaqui e rio Pequeno, com suas entradas e saídas, bem assim meia légua de terras matos maninhos para sua lavoura, com as madeiras e mais misteres para a fábrica das ditas fazendas, começando do córrego que estava junto à tapera do alferes Bernardo da Silva, correndo beira campo com a quadra para o rio Pequeno (a primeira campina estava no atual município de Piraquara); obteve a carta em 22 de julho de 1710.

Em 1712 Manuel Picão de Carvalho comprou de Baltazar Teixeira Lima e sua mulher Maria da Candelária uma légua de terras...do rio Grande, de frente do seu sítio de Tingüiquera (de Baltazar).

Em 16 de novembro de 1712 Gabriel Alves de Araújo, homem morador na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais havia 8 para 9 anos, e se achava situado nas mesmas terras e sítios, onde tinha criações de gado, novilhas e cavalgaduras, obteve sesmaria de uma légua de terras da quadra de Sebastião Félix Bicudo, correndo para as bandas da serra do Mar até Jassenguy, com os campos e campinas e com o mato que se achava de uma a outra banda.

Manuel Veloso da Costa parece que foi o primeiro proprietário do curral de gado chamado Eytaqui (Itaqui); em 1698 ele era camarista na vila de Paranaguá. Vendeu as terras para o capitão Diogo Dias de Moura; Ermelino disse que o capitão Diogo Dias de Moura fundou no começo século XVIII um estabelecimento pastoril.

O capitão Diogo Dias de Moura e sua mulher Leonor Gonçalves eram donos de duas léguas de terras, no distrito da vila de Curitiba, que haviam obtido por compra que dela fizeram ao capitão Manuel Veloso da Costa, na paragem onde o dito Manuel Veloso tinha o seu curral de gado chamado Itaqui (Eytaqui), que partia de uma banda com o rio Pequeno e de outra com o rio Itaqui, que constava de campos e matos grossos, e tinham consertado vender o dito sítio do Itaqui ao capitão Manuel do Vale Porto e ao capitão Manuel Picão de Carvalho. Em março de 1713 venderam para o capitão Manuel do Vale Porto, morador em Paranaguá, uma sorte de terras na mesma paragem sobre dita, começando de um córrego que estava pegado à tapera que foi do alferes Bernardo da Silva, aonde antigamente teve uma cancela, tudo de campo e mato que se achassem até a Borda do Campo da parte do mar, com a quadra para o rio Pequeno até um rio e da outra parte até o rio Itaqui partindo com terras do comprador, sem outra benfeitoria nenhuma mais que campos e matos. No dia 11 de março de 1713 venderam a outra parte ao capitão Manuel Picão de Carvalho, morador na vila de Nossa Senhora da Luz, começando de um córrego que estava pegado à tapera que foi do alferes Bernardo da Silva, aonde antigamente estava uma cancela, todo o campo e

matos que se achassem hoje, a entestar ao Rio Grande correndo rio abaixo da parte do campo de São José e da outra parte até o rio Itaquí, sem outra benfeitoria nenhuma, mais que campo e mato.

Em 1712 Manuel Picão de Carvalho comprou de Baltazar Teixeira Lima e sua mulher Maria da Candelária uma légua de terras...do rio Grande, de frente do seu sítio de Tingüiquera (de Baltazar), começando a dita medição de um Itambé junto ao morro grande rio acima (palavra danificada) medição do dito ribeirão Rio Grande; era na região do atual município de Araucária.

Em 1727 Manuel Picão de Carvalho e sua mulher Maria Leme da Silva venderam para José do Amaral Gurgel uma sorte de terras e campos que tinham na paragem chamada Itaquí, começando a testada dela de um córrego das Roseiras que estava pego à tapera que foi do alferes Bernardo da Silva, onde antigamente estava uma cancela, e dos campos e matos que se achassem até o rio Grande, que seria uma légua pouco mais ou menos, correndo rio abaixo da parte do campo de São José e de outra parte até o rio chamado Itaquí, com todo o gado vacuum que se achasse nos ditos campos. Por este documento, a paragem chamada Itaquí estaria no atual município de São José dos Pinhais e não no de Piraquara, como disseram alguns autores.

Não se sabe quando foi criada freguesia. Como vimos acima, em 8 de setembro de 1704 foi concedida uma sesmaria, onde está dito que os requerentes *eram moradores no campo de São José na freguesia do Senhor Bom Jesus do Perdão*. Dado interessante encontramos no pedido de sesmaria de Gabriel Alves de Araújo, onde ele diz ser morador na vila de Curitiba, na freguesia do Senhor Bom Jesus do Perdão; disse que havia quatro anos possuía na dita freguesia uns campos onde tinha toda a casta de gado vacuum, os quais campos tinham uma légua e meia em quadra, que começavam da testada de Sebastião Félix Bicudo pelo rio Pequeno até o rio Grande por uma parte, e pela outra parte correndo pelo rio de Guramiringuaba até o dito rio Grande, ele servia os ditos rios de rumo e repartição; obteve a carta de sesmaria no dia 16 de janeiro de 1716. No dia 22 de abril de 1717, na freguesia do Senhor Bom Jesus do Perdão, em as pousadas do capitão Gabriel Alves de Araújo, este e sua mulher Catarina Martins, moradores na freguesia do Senhor Bom Jesus do Perdão, venderam para Isabel Antunes Fernandes (parece ser), dona viúva, umas terras no bairro do Senhor Bom Jesus do Perdão, partindo com Francisco Teixeira de Azevedo principiavam da demarcação do dito Francisco Teixeira de Azevedo, correndo rumo de sueste até a testada de Sebastião Félix Bicudo fazendo quadra rumo de sudoeste até o rio Guramiringuaba e pela outra parte a rumo de nordeste até o córrego abaixo até fazer barra no rio que

saía do capão das Carniças correndo pelo dito córrego que ia até fazer barra no rio Pequeno. No dia 21 de abril de 1717 Gabriel e sua mulher venderam para Francisco Teixeira de Azevedo terras no mesmo bairro, partindo com os vendedores, que principiavam da testada dos vendedores que ficava da cancela do capitão Manuel da Cunha como constava por um marco de pedra para a sua repartição, correndo para o sul 800 braças e no fim delas um pau por sua divisa chamado o pau grande e ao longo dela um marco de pedra com assim fora pedido pelo comprador.

Em 9 de julho de 1719 o capitão Diogo Dias de Moura vendeu para Antônio Leme de Miranda terreno que de uma ribeira que costeava o sítio do vendedor abaixo até fazer barra no rio Grande e rio acima até as cabeceiras dele mesmo, cortando direito até o ribeirão da Sra. Isabel Antunes, correndo o sertão rio abaixo até o rio Guramiringuava e do rio de Guramiringuava rio abaixo a fazer barra no rio Grande, e daí rio Grande acima até a barra do primeiro ribeiro.

Antônio Bueno da Veiga, morador no termo da vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, disse que tinha situado três fazendas de gado havia tempo de vinte e cinco anos na paragem chamada Goramiringuaba e queria possuir por sesmaria na quantidade e extensão de duas léguas de terra em quadra que se achavam inclusas as ditas fazendas, fazendo pião na fazenda do meio chamada Ribeirão de Goramirongava pequeno, e começando da testada de Sebastião Félix Bicudo que era o espigão das cabeceiras dos córregos que vertiam para o dito Goramirongava, e dali do dito espigão correndo pelos pastos das mesmas fazendas para a parte do sul. Obteve a carta de sesmaria no dia 9 de dezembro de 1719.

Nos provimentos da vila de Paranaguá, de 29 de julho de 1721, o ouvidor Pardinho disse que 5 léguas para a parte do sul da vila de Curitiba havia uma freguesia de São José e Senhor Bom Jesus do Perdão.

A freguesia de São José é citada várias vezes nos provimentos do ouvidor Pardinho para a vila de Curitiba, datados de 20 de janeiro de 1721. No 4º determinou que os juizes e oficias da câmara fizessem que mais moradores freqüentassem o culto divino na matriz (de Curitiba) como na freguesia de São José. No 8º que as irmandades, confrarias e sacerdotes pagassem dízimos de frutos e criações que tivessem em suas fazendas e gados, e que já houvera um sacerdote que não queria pagar dízimos do gado que tinha pedido para a capela de São José e Senhor Bom Jesus do Perdão. No 13º limitou o distrito a companhia da vila e a freguesia de São José. No 38º que a câmara daria chãos junto à igreja e freguesia de São José aos vizinhos que ali quisessem

fabricar para assistirem aos officios divinos. No 48º que os juizes e officiais da câmara convocassem o povo da vila e da freguesia de São José para que fizessem uma ponte sobre o Rio Grande. No 55º que os officiais da câmara mandassem abrir e limpar o caminho da Serra que havia para a freguesia de São José. No 60 º que o escrivão da freguesia de São José arrecadasse subsídios. No 73º proveu que vista a distância que da vila ficava a freguesia de São José, os juizes e officiais da câmara todos os anos no princípio do mês de janeiro elegeriam um homem bom da dita freguesia, o qual servisse de juiz do distrito da dita freguesia, o qual poderia determinar as contendias que entre aqueles moradores houvesse até a valia de quatrocentos réis, prender os réus e criminosos que nela achasse, que traria logo para a cadeia da vila. No 74º que elegeriam na dita freguesia uma pessoa capaz que servisse de escrivão dos testamentos, o qual teria um caderno para nele escrever os testamentos das pessoas que estivessem doentes de cama.

Atendendo aos provimentos, em sessão de 26 de fevereiro de 1721, a câmara de Curitiba elegeu para juiz da freguesia de São José a Antônio Ribeiro Leme e para escrivão Pantaleão Rodrigues da Silva, para servirem na dita freguesia de São José nesse ano.

Em venda realizada pelo capitão Antônio Leme de Miranda e sua mulher Maria Pedrosa para Francisco Teixeira, entre 1721 e 1722, está dito *um sítio na freguesia de São José, distrito desta vila* (Curitiba), *na paragem chamada Apirucaya*, mais cinqüenta cabeças de gado entre grandes e pequenas assim machos como fêmeas e os mantimentos que no dito sítio se achassem nas duas roças.

Em 1º de junho de 1724 foi batizado na matriz de Nossa Senhora da Luz o inocente Pedro, estando dito que todos eram moradores na freguesia do Senhor Bom Jesus do Perdão, tendo o vigário de Curitiba anotado que por falta de pároco *desta se recorreram* (freguesia de Nossa Senhora da Luz).

Em correição feita em 9 de outubro de 1726 pelo juiz ordinário e órfãos da vila de Paranaguá, está escrito *bairro de São José* e não mais freguesia.

O livro nº 2 de batizados da paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba (que inclui também alguns óbitos) contém principalmente registros de moradores do bairro de São José, com assentos de 1728 a 1772, embora não contínuos. Um dos primeiros, no dia 9 de julho de 1728, diz *nesta igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, freguesia da vila de Curitiba...batizei...João, filho de João Martins e Ana Tavares de Miranda, fregueses dessa capela do Senhor Bom Jesus do Perdão*. Outro diz fregueses da capela do Senhor Bom Jesus do Perdão e a maioria diz que a criança e os pais eram moradores no bairro de São José. Um óbito em 15

de dezembro de 1754 diz que o inocente Vitorino *foi sepultado no adro da capela de São José*.

Em 1727 Manuel Picão de Carvalho e sua mulher Maria Leme da Silva venderam para José E. Gurgel uma sorte de terras e campos que tinham na paragem chamada Itaqui, começando a testada dela de um córrego das Roseiras que estava pego à tapera que foi do alferes Bernardo da Silva, onde antigamente estava uma cancela, e dos campos e matos que se achassem até o rio Grande, que seria uma légua pouco mais ou menos, correndo rio abaixo da parte do campo de São José e de outra parte até o rio chamado Itaqui, com todo o gado vacuum que se achasse nos ditos campos. Por este documento, a paragem chamada Itaqui estaria em São José e não em Piraquara, sendo que atualmente o rio Itaqui serve de divisa entre os municípios de São José dos Pinhais e Piraquara.

Depois da morte do padre Veiga os seus herdeiros passaram a administrar a capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, nomeando capelães e procuradores. Em 1728 era capelão o padre Manuel (alguns dizem Antônio) do Vale Porto, sobrinho do instituidor. Em 22 de novembro de 1728, por procuração passada no Rio de Janeiro, o padre Dr. Antônio Cardoso de Souza Coutinho, presbítero do hábito de São Pedro, herdeiro do cônego Coutinho, incumbiu da administração da capela e dos seus bens ao padre Antônio de Andrade. Em 7 de abril de 1731 o padre Antônio de Andrade recebeu do alferes Gaspar Carrasco dos Reis a quantia de cinco mil cruzados pertencente à capela do Senhor Bom Jesus. O padre Andrade foi destituído do cargo a 9 de fevereiro de 1737 pelo padre Souza Coutinho, que nomeou para substituí-lo o padre Francisco de Meira Calaça.

O afluxo de pessoas à região continuou, sendo que em 1741, Balthazar Veloso da Silva e Salvador Albuquerque ainda exploravam as minas de ouro de Arraial Grande.

No dia 31 de outubro de 1737 o sargento-mor Jerônimo da Veiga Cunha e sua mulher Ana da Cunha de Abreu, em seu sítio na paragem chamada Roseira (Rozeria) venderam para Manuel da Silva Costa uma sorte de terras com seus campos na paragem chamada a Roseira pegadas ao Campo Largo, as quais terras e campos da parte do nascente com a paragem chamada Ponta Grande com a ressaca de José de Aguiar que começava a dita Ponta Grande partindo com as ditas terras de José de Aguiar, correndo para a parte do poente a rumo de oeste a miticar com o sítio de Antônio de Souza Pereira, servindo de divisa um rio chamado Cotiy e fazia o dito campo demarcação e testada por um rio chamado do Campo Largo com seus fundos para outro

ribeirão chamado Cotiy, com seu sertão a rumo do nascente para onde os ditos vendedores tinham suas roças em as quais terras e campos estavam os outorgantes morando e cultivando, como também tinham no mesmo sítio 18 cavalgadas fêmeas, a saber, 12 éguas de ventre e seis de ano e dois anos, como também 18 cabeças de gado vacum entre machos e fêmeas de dois anos para cima, em que entravam dois bois carreiros, como também sítio e casas e suas senzalas, valos, benfeitorias; declararam mais que tinham bastante gado, amontado que era bravo nos matos de Taxasucoara e logo a grande e em todos os seus arredores. Estas terras são o Campo Largo da Roseira.

Em (12 de outubro) de 1738 Manuel Pinto Ribeiro e sua mulher Maria Leme da Silva, possuidores por herança de seus pais de campos e terras que tinham na paragem chamada Capão Grande, com suas campinas, venderam para o alferes Manuel Pereira do Vale, as quais terras começavam donde acabavam as terras dos órfãos do defunto Gabriel Alves, entre cujo correndo pelo caminho das minas do Arraial Grande até entestar (miticar) com um córrego que estava na encruzilhada do caminho velho que ia para o Conchal, que constava desde da dita encruzilhada e o córrego por ele, incluindo campinas, fazendo repartimento para as ditas campinas, córregos e restingas.

O capitão Antônio Bueno da Veiga e sua mulher Maria de Aguiar possuíam lavras e minas de ouro na paragem do Arraial Grande. Em 5 de fevereiro de 1739, na paragem chamada ribeirão das minas do Arraial Grande, em casa de morada do capitão Antônio da Veiga Bueno, eles que possuíam umas datas de terra nesse ribeirão, das quais minas tinham cartas de data e tinham tomado posse judicialmente, e tinham feito sociedade com o capitão Pedro Carvalho Pinto, venderam-nas para este.

Em 1741 o padre Francisco de Meira Calassa foi capelão do Senhor Bom Jesus dos Perdões, no caráter de administrador do vínculo.

Em 5 de janeiro de 1741 Baltazar Veloso da Silva e sua mulher Antônia de Souza disseram que possuíam um serviço de água e provisão, com o qual lavrava umas terras nos arraiais no ribeirão do Arraial Grande e que este serviço era de três sócios, a saber, ele outorgante, o alferes Gaspar Carrasco dos Reis e o capitão Salvador de Albuquerque, e ele outorgante estava encabeçado no dito serviço, o qual serviço, por consentimento dos ditos seus sócios estava contratado e aprestado a venda a Manuel Soares da Silva e ao tenente-coronel Brás Domingues Veloso.

No dia 19 de setembro de 1741 o ajudante Manuel Pinto Ribeiro e sua mulher Maria Leme de Lima, em escritura lavrada em casas de morada

de Paulo da Rocha no bairro de São José, venderam para Narciso Rodrigues uma sorte de terras na paragem chamada Currallinho, distrito da vila de Curitiba e também na venda entravam 62 cabeças de gado vacum, em qual número entravam 50 fêmeas e 12 machos, ou o que na verdade se achassem no dito gado de marca deles outorgantes, o qual gado estava nos mesmos campos das terras do Currallinho; as quais terras com seus campos principiavam no córrego que partia com o alferes Manuel Pereira do Vale, donde repartia o caminho velho do Conchal, com o caminho novo por onde então se ia às minas do Arraial Grande até onde findassem os ditos campos pelo rio Grande mirim (ou Aguaspimirim ou Guaramirim) acima de uma contraparte fazendo testada para o mato que ia findar para as serras do mar; vendiam como herdeiros do defunto Sebastião Félix, de quem herdaram as ditas terras e campos.

Em 19 de agosto de 1748 o vigário de Curitiba, Manuel Domingues Leitão, vendeu para Antônio José Pinto um sítio com sua morada de casas cobertas de telhas e mais benfeitorias, com 4.300 braças de terra de testada, no bairro de São José, o qual sítio e terra foram do defunto Manuel Pinto Ribeiro, que o dito defunto houvera de seu sogro Sebastião Félix Bicudo e que foi arrematado em praça pública da vila de Curitiba por execução que fizera ao mesmo dito defunto o sargento-mor Domingos Cardoso Lima, morador na vila de Paranaguá e então pertencente ao vendedor. Os terrenos arrematados estavam no contorno da vila e começava a testada das ditas terras do ribeirão que fazia...das terras e campos de Capruara, correndo rumo de sudoeste a confinar com o rio de Guaramiringuava, fazendo sertão a rumo de sueste, com seus campos da banda da capela de São José, como declarou no inventário que se fez por morte do dito Sebastião Félix, sogro do dito Manuel Pinto Ribeiro e de entre as ditas terras se achava o sítio com suas moradas de casas cobertas de telha.

No dia 27 de fevereiro de 1749 Antônio Gonçalves da Cruz e sua mulher Isabel Pereira de Araújo venderam para Simão Gonçalves de Andrade uma sorte de terras e campos e matos e sítio chamado Currallinho, com seus ranchos de palha, as quais terras corriam do ribeirão do Capão Grosso aonde acabavam e findavam as terras dos herdeiros de Gabriel Álvares de Araújo até o córrego do Conchal, aonde partiam com Felipe Pereira de Magalhães, com seu sertão correndo até o rio de Guaramiringuaba, as quais terras de campo e mato tinham na dita paragem de Currallinho em 50 cabeças de gado vacum, a saber, 45 fêmeas, 12 delas com suas crias recém nascidas e 5 machos, tudo tinham herdado em dote de casamento que lhes deu o pai dela

vendedora e sogro dele vendedor, o alferes Manuel Pereira do Vale e então tinha o que lhe tocou por folha de inventário por morte e falecimento da mãe dela vendedora e sogra dele vendedor Natália Alves de Araújo, mulher que foi do dito seu pai e sogro alferes Manuel Pereira do Vale (Manuel e Simão eram cunhados).

No dia 8 de agosto de 1749 Antônio José Pinto e sua mulher Maria Pereira do Carmo venderam para Manuel Pinto Ribeiro, o moço, todos moradores no bairro de São José, um sítio no mesmo bairro de São José chamado o sítio do Cupim, que foi do pai e da mãe do comprador, Manuel Pinto Ribeiro, já falecido, e Maria Lema, que constava de uma morada de casas de telha com suas tacanicas e mais campos, terras, matos, árvores, logradouros e benfeitorias, que houveram por título de compra que dele fizeram ao reverendo vigário Manuel Domingues Leitão, por lhe pertencer por título de arrematação que dele fizera em praça pública na vila de Curitiba.

No dia 7 de abril de 1750 o capitão João Carvalho de Assunção e sua mulher Maria Bueno da Rocha, genro e filha do capitão Amador Bueno da Veiga, venderam a seu genro Antônio João da Costa, a sesmaria obtida por Amador em 1719. Umas campinas com seus matos e terras lavradas na paragem chamada umas campinas, pegada a Goramirongabuçu, onde tiveram até o fazer dessa, gado e criações de porcos, correndo ditas terras lavradas do ribeirão Goramirongamirim até sair no campo da Saracura, que era campo do dito comprador, reservando as terras do alferes Miguel de Miranda, que corriam do mesmo campo para a parte do Goramirongabuçu, servindo de testada e divisa o espigão que se achava entremeio, que era onde o dito alferes Miguel de Miranda tivera uma roça de milho.

No dia 17 de junho de 1751 Simão Gonçalves de Andrade e sua mulher Escolástica Soares do Vale venderam para Domingos Ribeiro da Cunha um sítio com suas terras lavradas em a paragem chamada Currallinho, no caminho que ia da vila de Curitiba às minas do Arraial Grande, com todos os campos a ele pertencentes, que possuíam por compra que lhes vendera Antônio Gonçalves da Cruz; as divisas partindo de uma parte com o ribeirão chamado do Capão Grosso, que partia com as terras dos herdeiros do defunto Gabriel Alves de Araújo e de outra parte com terras de Felipe Pereira de Magalhães, fazendo sertão até o rio de Guramirungava. Esta escritura foi destrutada em 16 de julho de 1751.

No dia 11 de março de 1753 Miguel de Miranda Coutinho e sua mulher Isabel da Silva de Jesus, moradores na vila de Paranaguá, dizendo se acharem uns campos pedaços de matos maninhos e terras lavradas, que

ficavam entre os dois sítios do dito Antônio João chamados um Avinhuaíba (?) e outro chamado Campinas, pegados com o sítio de Guaramirongabuçu, do qual possuíam por título de dote de casamento que lhes havia dado seu sogro e pai o capitão João Carvalho de Assunção, cujo pedaço de matos e terras com seus logradouros de campo, entradas e saídas, novos e velhos e antigos, e tudo o mais a ele pertencentes, que teria meia légua pouco mais ou menos, venderam os mesmos a seu cunhado Antônio João da Costa.

Sendo muito pequena a capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões e se achando em mau estado, os moradores pediram ao bispo provisão para erigir a igreja de São José dos Pinhais, fazendo uma representação pedindo a criação da freguesia, mantendo-a à sua custa e pagando conhecença ao vigário.

Os sucessores do padre Antônio Cardoso na administração do vínculo não tomaram muito interesse, que passou a ser administrado por profanos; em 1756 era procurador da capela Bernardo Martins, que foi intimado pelo visitador geral a mandar consertar a capela, sob pena de interdição e a não retirar dela os paramentos, como desejava, para serem usados na igreja de São José dos Pinhais que os moradores estavam erigindo. Esta igreja estava sendo construída em terreno do Patrimônio de São José, contíguo ao da fazenda das Águas Belas.

A partir de 20 de março de 1757 a freguesia de São José foi dividida da de Curitiba, segundo o assento do batizado que se lavrou pelo vigário da primeira, o padre José Rodrigues França. Nos livros da paróquia os assentos mais antigos são os dos casamentos, sendo o primeiro o de 22 de maio de 1757; os de óbitos o primeiro é de 26 de junho de 1757 e o primeiro livro tombo é de 16 de agosto de 1759. Chamavam-na de freguesia de São José do Patrocínio ou Patrocínio de São José.

Quanto às suas divisas com a freguesia de Curitiba, baseados nas listas de ordenanças, verificamos que o bairro de Piraquara ficou pertencendo à freguesia do Patrocínio de São José e os bairros do Palmital e da Borda do Campo (que compreendiam terras hoje pertencentes aos municípios e Pinhais e Quatro Barras) à de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, servindo de confrontação os rios Iraí e Grande (Iguaçu), provavelmente até a barra do rio Tabaúna e por este acima, ficando os moradores dos campos da Lapa pertencendo a Curitiba, conforme vemos na lista de ordenanças de 1766. A divisa entre os bairros do Palmital e Piraquara era pelo rio Iraí e entre os bairros de Piraquara e da Borda do Campo pelo rio Currallinho.

No dia 30 de maio de 1757 os moradores da freguesia de São José

deram procuração para demanda sobre os bens do Senhor Bom Jesus; na edificação da igreja da freguesia de São José, que pretendiam fazer, e sua liquidação dela e de doação que fizera o cônego João da Veiga Coutinho sobre si, sendo os bens do Senhor Bom Jesus das esmolas que lhes dera os fiéis.

Em 12 de julho de 1759 Faustino Xavier do Prado, pároco presidente do Colégio da Vila de Santos, visitou pessoalmente a capela do Senhor Bom Jesus do Perdão, a qual interinamente estava servindo de matriz paroquial com o título de Patrocínio de São José.

Em 19 de dezembro de 1759, o padre José Rodrigues França, capelão da nova freguesia do Patrocínio de São José, enviou ofício à câmara da vila de Curitiba dizendo que a ele não precisava saber de licença de sua majestade para ereção do templo que na dita freguesia se achava principiado, por estar essa propensão da parte do bispo da diocese, por quem estava encomendado, além de que notório era como antes ter havia tempos o bairro a prerrogativa de ser freguesia.

Em vereança de 15 de março de 1760 a câmara da vila de Curitiba mandou passar mandado para serem notificados os mestres pedreiros do bairro de São José para não continuarem as obras da igreja que os moradores mandavam fazer sem determinação de sua majestade.

Em carta de 1º de maio de 1760 endereçada à câmara de Curitiba, pelo bispo de São Paulo, está dito que antigamente São José (dos Pinhais) pertencia à freguesia de Bom Jesus dos Perdões, com sede na fazenda de Águas Belas, e que essa paróquia ficou anexa à de Nossa Senhora da Luz de Curitiba durante o vicariato do padre Gregório Mendes Barbuda (1714-1727) (não sabemos se a notícia final é da carta ou de Ermelino de Leão).

Na visita em 17 de outubro de 1762, do mesmo Faustino Xavier do Prado, agora cônego da Santa Sé Catedral da cidade de São Paulo, a capela do Senhor Bom Jesus do Perdão ainda interinamente servia de matriz com o título de Patrocínio de São José. Na visita em 20 de novembro de 1765 de Manuel Francisco Vilela, vigário da vara da comarca de Santos, cita *igreja da freguesia de Patrocínio de São José*.

Na lista de 1765 da vila de Curitiba encontramos na freguesia de São José o capitão Manuel Gonçalves de Sampaio, o alferes Antônio dos Santos Teixeira e mais um grande número de moradores.

Na relação de fazendas de 1772 encontramos: a fazenda do Senhor Bom Jesus dos Perdões, onde era fazendeiro Pedro de Lima, com 119 vacas (que produziam por ano 50 crias), 26 touros, 150 novilhas, 86 novilhos, uma junta de bois carreiros, 30 éguas (que produziam por ano 15 crias), 2

pastores. A fazenda do capitão Antônio João da Costa, morador no Campo Largo, caminho dos campos de Ambrósio, onde a dita fazenda, distante da vila de Curitiba 12 léguas. A fazenda do capitão Manuel Gonçalves de Sampaio, distante da freguesia 4 léguas, tinha 130 vacas que produziam 20 crias por ano, 100 novilhas, 8 touros, uma junta de bois carreiros. Fazenda da Roseira do alferes Policarpo Elói da Silva, fazendeiro Manuel Teixeira, com 30 vacas, 30 novilhas e 20 novilhos capados e culhudos, grandes e pequenos. Manuel Teixeira possuía fazenda distando 4 léguas da freguesia, com 40 vacas que produziam 16 crias por ano, 30 novilhas, 5 touros, uma junta de bois carreiros, 3 cavalos mansos, 1 égua mansa, uma dita brava, plantava trigo, milho e feijão. Fazenda de Mateus de Souza, Campo Largo, distante da freguesia 3 léguas, tinha 30 vacas que produziam 10 crias por ano, 3 touros, 6 bois capados, 2 ditos carreiros, 7 éguas mansas e bravas, 10 ovelhas que produziam 5 crias por ano, um pastor, plantava milho, feijão e trigo.

Na lista de ordenanças de 1772 encontramos morando na vila de Curitiba ao capitão Manuel Gonçalves de Sampaio, que possuía um sítio das partes da freguesia de São José com 230 vacas entre pequenas e grandes, 8 touros e 2 carreiros.

Em documento datado de 29 de dezembro de 1775, da freguesia de São José, disseram Antônio Bueno da Rocha, Manuel Bueno da Rocha, Isabel Bueno da Rocha e Paulo da Rocha Dantas, marido de Maria Bueno da Rocha, herdeiros do capitão Amador Bueno da Rocha que venderam e entregaram ao tenente Narciso Pereira de Oliveira uns campestres com todos os seus fundos, logradouros e terras lavradas, cujos campestres partiam com a fazenda dos mesmos herdeiros, cuja divisa era o córrego de Jovaimirim, e correndo para cima com Ana de França, ficando-lhe pertencendo de uma outra divisa até entestar com o ribeirão do Aleivoso, que fazia barra no Miringuavaimirim. No dia 13 de março de 1779 os mesmos herdeiros acima venderam para o mesmo tenente uns campestres com todos os seus fundos e logradouros e terras lavradas, cujos campestres partiam de uma parte com a fazenda de Goramiringuava dos mesmos herdeiros, que fazia sua divisa no córrego Sovaymirim, correndo rio acima, e partindo da outra parte com Ana de França, ficando-lhe pertencendo de uma e outra parte até entestar com o ribeirão do Aleivoso, que fazia barra no Miringuamirim.

Em 25 de setembro de 1777 Gregório Alves Bicudo disse que era verdade que dera a sua afilhada Bárbara, com outorga de sua mulher Madalena Correia de Oliveira, uma campina que fosse cercada com o campo da paragem chamada Currallinho, cuja campina lhe chamavam o Potreirinho,

cujo repartia um ribeiro que corria para a estrada do sertão e para uma parte partia com Lourenço Alves e para a outra parte partia com João Alves Furtado, com todas as vertentes que ficassem entre um e outro.

No dia 15 de março de 1779 Antônio Bueno da Rocha vendeu para seu cunhado Paulo da Rocha Dantas a terça parte dos campos do Currallinho, assim mais o sítio do Campo Largo e parte que tinha nas terras lavradas do mesmo sítio e o campo chamado o Campo Largo, tudo na forma a que possuía por herança que lhe coube nas folhas de partilhas de sua mãe e seu pai e missas que mandou dizer, como dos inventários ditos constasse, cujos bens tinha o dito vendedor obrigados no cofre dos órfãos da vila de Curitiba pela quantia que era a dever aos herdeiros do defunto Miguel Gonçalves Lima e ao presente os vendera ao dito seu cunhado. No dia 7 de junho de 1779 Paulo da Rocha Dantas e sua mulher Maria Buena da Rocha venderam para Maria de Aguiar um pedaço de campo na paragem de Guaramiringuaba, que possuíam por falecimento dos pais da vendedora e sogros do vendedor, o capitão Amador Bueno da Rocha.

Em 4 de fevereiro de 1788 Paulo da Rocha Dantas e sua mulher Maria Bueno da Rocha venderam para Antônio Gonçalves de Moraes uns campos na freguesia de São José na paragem chamada o Campo Largo, que para a parte do sul divisava com o charco, que vinha quase à estrada, defronte outro que desaguava para a parte de Antônio da Veiga e correndo pela estrada abaixo até uma lagoa seca que só tinha água quando chovia, e ficava fronteiro a um capão pequeno, que ficava servindo de baliza com a dita lagoa para correr a rumo da quadra, e da lagoa cortando para o rio da Roseira ao rumo direito que vinha da baliza acima declarada.

No dia 9 de março de 1789 Paulo da Rocha Dantas e sua mulher Maria Buena da Rocha venderam para Antônio Gonçalves de Moraes uns campos na paragem chamada Campo Largo, cujos campos corriam da parte do campestre de Antônio da Veiga Godói, para a parte do norte com o tenente Mateus de Souza e da parte do este com o dito comprador.

No dia 1º de janeiro de 1792 Paulo da Rocha Dantas e sua mulher Maria Buena da Rocha venderam para o capitão-mor João Pereira Lima, morador na vila do Rio de São Francisco, uma terça parte de uns campos nos campos de Ambrósio, na paragem chamada o Currallinho, que partiam de uma parte com os mesmos campos pertencentes a José da Rocha Dantas, fazendo divisa com um córrego que desaguava no rio da Contenda, e para a parte do sueste partia com Manuel Bueno da Rocha e da outra parte por um charco que passava por detrás da casa da mesma fazenda, da qual também

faziam venda ao comprador, e da outra parte fazia divisa com os campos do capitão Antônio João da Costa, ficando um rio por divisa, mais 35 vacas e ventre de ano para cima.

No dia 1º de janeiro de 1792 Isabel Fernandes da Rocha vendeu para José da Rocha Dantas a terça parte dos campos do Currallinho, na paragem Campos de Ambrósio, cujos campos partiam da parte do sul com o capitão João Pereira Leme e da parte do noroeste fazia divisa com o rio de Una e para o este por um rio abaixo que fazia barra no rio de Una, e da outra parte com o capitão Antônio João da Rocha.

No dia 1º de janeiro de 1792 Paulo da Rocha Dantas e sua mulher Maria Buena da Rocha disseram que eram senhores e possuidores de duas partes do campo do Currallinho, do qual tinham vendido uma para o capitão-mor João Pereira Lima e outra faziam venda a Manuel Bueno da Rocha, o qual partia da parte do este com o capitão-mor João Pereira Lima, fazendo divisa por um charco acima que fazia cabeceira com o córrego da aguada do dito capitão-mor, correndo pelo córrego abaixo até o rio da Contenda, e para a parte do sul com dona Maria dos Santos.

No dia 24 de julho de 1793 Diogo Bueno Barbosa e sua mulher Ana Gonçalves Soares venderam para o alferes Manuel José Barbosa um campo chamado a Lagoinha, no campo de Ambrósio, em cujos campos consistiam várias pargas (sic) como era o campo da Antinha e outros pedaços de campo pelo caminho do rio Negro adiante campestres, até conquistar com matos lavrados para o sertão dentro, divisando com os campos de uma com o campo chamado a Contenda por um ribeirão que partia pelo meio destes correndo por ele acima sem fazer menção de um braço que dividia a Lagoinha e o dito campo da Antinha, procurando o rumo da roça de Francisco Luís Gouveia, e na entrada do campo da Lagoinha de parte direita corria o dito ribeirão do qual também dividia o campo chamado do Nicolau, pertencente ao alferes Francisco Teixeira de Azevedo e do dito ribeirão onde dividia os ditos campos do Nicolau cortando ao rumo.

No dia 12 de agosto de 1793 Francisco Bueno de Lacerda e sua mulher Maria Bueno da Rocha disseram que possuíam um campo chamado o Largo nos campos de Ambrósio, que houveram por legítima de seu falecido pai e sogro João Gonçalves Teixeira, que de uma parte partia com o campo que pertencia a seu irmão Francisco Teixeira, servindo de divisa um ribeironete que dividia o dito Largo e de outra parte partia com o campo chamado da Palha, cujo pertencia a um órfão filho de Salvador Correia de Lacerda; que também lhe pertencia a metade do campo chamado a Contenda na mesma

paragem, cujo partia com o dito já dito Largo, e também partia com o dito órfão filho do mesmo, que também eles vendedores herdaram uma outra parte do dito seu pai e sogro; e venderam os ditos campos para o alferes Manuel José Barbosa.

Em 11 de março de 1794 Antônio Bueno da Rocha vendeu para o tenente Nazário Teixeira de Oliveira campestre e terras lavradas partindo com a fazenda que era então de Manuel João, cuja divisa era o córrego Jovaimirim, correndo por um ribeirão acima até entestar com Ana de França, ficando-lhe pertencendo de uma e outra divisa até entestar com o ribeirão do Aleivoso, que fazia barra com o Miringuavamirim.

Em 2 de junho de 1795 Manuel Bueno da Rocha vendeu para Miguel José Arcângelo umas terras lavradas divisando com o tenente Narciso Pereira do último córrego de Sabaçupumerim (?) até as cabeceiras e daí a rumo direito até o ribeirão da Saboya, que partia com Francisco Bueno da Cunha, ficando dentro desta venda campos, matos queimados, terras lavradas e mais logradouros e uma sorte de terras do rio Miringuava para a outra banda.

Em 11 de maio de 1797 Ana da Cruz, viúva do falecido Caetano Moreira, vendeu para o capitão Manuel Gonçalves Guimarães umas campinas no bairro do Campo Largo da freguesia de São José, que de um lado partia com Manuel da Costa Leme por um ribeirão e de outro lado por outro ribeirão que dividia com a viúva do falecido Antônio da Veiga de Godoy e de outro lado dividia por um brejal que fazia entre esta outra campina que se dizia estar penhorada pelo capitão-mor José Carneiro dos Santos; possuíam por compra que haviam feito a seu cunhado Antônio Ribeiro. Em 6 de agosto de 1799 o tenente-coronel Manuel Gonçalves Guimarães e sua mulher Maria Madalena de Lima venderam para Manuel da Costa Leme umas campinas no distrito da freguesia de São José na paragem denominada Campo Largo.

Somente em 2 de julho de 1799 o vigário da freguesia de São José lançou no livro de tombo nº 2 as divisas da freguesia, como veremos a seguir, atualizando a linguagem: *Por determinação de Sua Excelência reverendíssima declaro que aos vinte dias de mês de março de mil setecentos e cinqüenta e sete segundo o primeiro assento de batizado que se lavrou nesta freguesia pelo reverendo vigário dela José Rodrigues França, foi dividida da vila de Curitiba esta freguesia, servindo de marco o rio Grande, que principiando da Borda do Campo da fazenda do coronel Francisco Gonçalves Cordeiro e do caminho que vai da vila de Curitiba para o Cubatão, entre este caminho e fazenda principia a divisão desta freguesia, correndo pelo rio abaixo até um ribeirão chamado Tabaúna, que vem da serra do Mar e deságua no rio Grande,*

que também este serve de divisa desta freguesia para a de Santo Antônio da Lapa; e da banda do mar serve a mesma serra do Mar, ficando pertencente a esta freguesia todos os habitantes que existirem dentro destas divisas. Esta foi a divisão que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Antônio da Madre de Deus Galvão, de saudosa memória, bispo desta diocese, por uma provisão que mandou para este fim, mas como o reverendo vigário que existia não a lançou em um dos livros de sua freguesia, agora o faço neste por assim mandar Sua Excelência Reverendíssima nos capítulos de sua visita. Por verdade fiz e assinei hoje dois de julho de mil setecentos e noventa e nove. O vigário Teodoro José de Freitas Costa.

O documento transcrito não é de 1757, pois nessa época não havia a freguesia de Santo Antônio da Lapa, criada em 1769, e o coronel Francisco Gonçalves Cordeiro somente possuiu a sua parte da fazenda da Borda do Campo em 1791, quando da morte do avô de sua mulher. Dom Frei Antônio da Madre de Deus Galvão foi bispo de São Paulo de 1750 a 1764. A freguesia de Santo Antônio da Lapa foi ereta no dia 13 de junho de 1769. O primeiro vigário foi o padre João da Silva Reis, nomeado por Dom Frei Manuel da Ressurreição, que tomou posse a 15 de junho de 1769, quando feita a medição judicial do patrimônio. O vigário padre Reis faleceu em 21 de fevereiro de 1785 e ficou como vigário interino frei Ângelo da Trindade, carmelita do Tamanduá; nesse mesmo ano de 1785 foi designado vigário o padre Antônio Gonçalves Pereira Cordeiro. O padre Cordeiro no dia 14 de junho de 1785 registrou que o distrito da freguesia da Lapa começava do ribeirão chamado de Isabel Alves, que estava junto à lagoa das Almas, e a dividia da freguesia de São José e terminava na Estiva, que estava no meio do sertão que se estendia para a vila de Lajes; da freguesia de Curitiba a dividia o rio do Registo (sic), e dali todo o terreno ainda inculto que ia até as serras do mar, até perder-se; eram ali os seus limites, assim na extensão como na circunferência, deles estava de posse desde a sua ereção.

Examinando as confrontações da freguesia de Santo Antônio da Lapa e as da freguesia de São José, observa-se uma divergência, na primeira a divisa era pelo rio Isabel Alves e na segunda pelo rio Tabaúna, ambos afluentes do rio Grande, o segundo abaixo do primeiro. Quando criada a freguesia de São José ainda não havia a de Santo Antônio da Lapa, e a divisa com a freguesia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba deveria ser pelo rio Tabaúna, pois na lista de 1766 os moradores da Lapa não estavam relacionados na freguesia de São José. As divisas do município da Lapa, inicialmente com São José dos Pinhais e depois com Araucária, e as divisas deste com o depois criado município de Contenda, sempre foram pelo rio Isabel Alves.

No dia 25 de novembro de 1800 foi lavrada uma escritura de declaração onde Paulo da Rocha Dantas e sua mulher declararam que haviam vendido ao capitão Antônio Gonçalves de Moraes, por escritura, dois pedaços de campo unidos aos que haviam possuído por haverem pagado o que ficara devendo o falecido capitão Amador Bueno da Rocha, sogro e pai deles declarantes, o qual tinha possuído por herança dos seus falecidos pais Amador Bueno e Isabel Fernandes, e que estes sendo senhores de todo o Campo Largo, desde Guaramiranguava até o sítio onde se achavam eles declarantes, e deram em dote a metade dos ditos campos ao capitão João Carvalho de Assunção e outra ficara pertencendo ao referido sogro e pai deles declarantes, os quais disseram que esta dita metade que lhes havia pertencido na forma dita era a mesma que tinham vendido ao aceitante, com exclusão somente das terras lavradas do sítio em que moravam e um pedaço de campo onde existia o mesmo sítio. Confinava para o nascente com Francisco Bueno da Cunha por um córrego que is fazer barra no ribeirão que ao mesmo Bueno servia de aguada, para o noroeste ou norte com o capitão Miguel de Miranda Coutinho, genro do dito capitão João Carvalho, e para o sudoeste ou sul com a fazenda da Roseira, pertencente ao mesmo aceitante, e que todo o mais que ia para o noroeste ou norte e dentro destes limites, eram os campos que realmente tinham possuído e vendido a ele aceitante.

Mais ou menos em 1779 o zelador da capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, Francisco Inácio Guimarães, por ordem do administrador padre Antônio do Vale Porto, então no Rio de Janeiro, demoliu a capela que estava a cair, com o fim de reedificá-la, o que não realizou por falta de operários. A imagem do Senhor Bom Jesus dos Perdões foi remetida ao Rio de Janeiro para ser encarnada. A capela do Senhor Bom Jesus serviu por algum tempo de matriz e no dia 17 de novembro de 1808 foi benta nova matriz, no local onde hoje se encontra a atual. Originalmente era chamada apenas de São José, às vezes de São José do Patrocínio ou Patrocínio de São José e finalmente São José dos Pinhais.

Com relação às fazendas Capucu e Águas Belas, com a extinção dos vínculos, como bens de mão morta, foram incorporadas à fazenda nacional

Na vereança de 14 de fevereiro de 1810 da câmara de Paranaguá, a mesma fez publicar um edital, por ordem da Real Junta da Fazenda, que, as fazendas denominadas do Bom Jesus e do Capucu, pertencentes à capela do Senhor Bom Jesus na freguesia de São José, distrito da vila de Curitiba, e incorporadas na Real Coroa, que iam ser vendidas em praça a quem por elas mais dessem em seu lanço. Colocadas em praça pelo Tribunal da Junta da

Real Fazenda de São Paulo, foram arrematadas pelo coronel Manuel Mendes Leitão. Em 5 de março de 1811 foi lavrada uma escritura de aforamento da fazenda Águas Belas, onde como aforador o alferes Manuel de Mendes Leitão e de outra parte como aceitantes Mariana de Barros e seu filho Manuel Alves Pereira, estes moradores na freguesia de São José; o outorgante era possuidor de uma fazenda de criar na freguesia de São José por compra que dela fizera no Tribunal da Junta da Real Fazenda da capitania de São Paulo, e como nos campos da mesma fazenda se achavam morando sem título algum a dita Mariana de Barros e seu filho Manuel Alves Pereira, e que por não saíssem de seus alojamentos nem perdessem as suas benfeitorias, aforavam o mesmo lugar da casa e esterqueiras somente como por esse aforamento, com a condição de eles aceitantes pagarem anualmente uma cabeça de gado de marca a seu contento e, outrossim, não abrissem passos que devassassem os campos da mesma fazenda e nem queimassem campo sem autoridade dele outorgante. Na relação de 1818 encontramos a fazenda Águas Belas, pertencente ao alferes Manuel Mendes Leitão, morador na mesma, medindo 1500x3000 braças, obtida por compra.

Na relação de 1818 encontramos a Fazenda da Borda do Campo, pertencente a Antônio José da Costa, morador na mesma, medindo 1500x3000 braças. Em 1830 Antônio José da Costa e sua mulher Maria Isabel venderam para o capitão Francisco da Silva e Abreu e seu filho José Ricardo da Silva uma fazenda de criar na paragem Borda do Campo, sita em Piraquara, distrito da freguesia de São José, que houveram por herança e compra de seu falecido sogro e sogra, pai e mãe de sua mulher, que possuíam casas, quintais, campos, gado vacuum, matos competentes e tudo o mais pastagens pertencentes à mesma fazenda, bem entendido que só vendiam do Lagoão para dentro, seguindo pelo córrego do dito Lagoão acima até as cabeceiras e dali corria a rumo direito até o rio Pequeno acima até a barra do rio Purgatório que dividia com Manuel de Bastos e de outra banda pelo mesmo córrego do Lagoão abaixo até fazer barra no rio de Itaquí e por ele acima até a mesma divisa com que vendeu para Manuel de Bastos pelas divisas declaradas. Em 30 de outubro de 1841 Antônio José da Costa e sua mulher Maria Isabel dos Santos venderam para Joaquim Gaspar uns campos e matos maninhos e faxinais que possuíam por título de sesmaria no lugar denominado bairro de Piraquara, fazendo as divisas seguintes: por um lado do Itaquí até o barranco do rio Pequeno, dividindo com José Ricardo da Silva e Antônio Luís Cordeiro, subindo pelo Lagoão acima aonde se acabava o arroio e daí a rumo do Agulhão até o rio Pequeno, com Antônio Cordeiro pelo

arroio da Tapera que ia dar água no rio de Itaqui, ficando a frente do campo livre pertencente ao mesmo comprador, seguindo as escrituras que passou a Francisco da Silva e Abreu.

Em 15 de outubro de 1827 foi criado o distrito judiciário de São José dos Pinhais (*).

Em 1834 foi feita uma estatística resumida das populações e divisão judicial da 5ª comarca. Estava dividida em municípios, freguesias e distritos. No município de Curitiba a freguesia de São José constituía um distrito.

Pela lei nº 436 de 16 de julho de 1852 (lei nº10 de 1852) ficou elevada à categoria de vila de São José dos Pinhais a freguesia do mesmo nome da comarca de Curitiba; as divisas da nova vila seriam as mesmas que tinha a freguesia. A instalação se deu em 08 de janeiro de 1853.

Em 21 de dezembro de 1853 o chefe da Polícia comunicou por ofício ao presidente da província que São José dos Pinhais era o 2º distrito do termo de Curitiba.

No dia 30 de maio de 1855 Manuel Mendes Leitão cadastrou uma fazenda de criar denominada Águas Belas que constava de uma légua de campo em quadra pouco mais ou menos, cujas divisas eram por um lado o rio de Iguaçu, por outro o rio Pequeno e o ribeirão do Maciel, por outro o charco da Cerca Velha até onde desaguava no ribeirão da pedreira, daí a procurar as vertentes do córrego do Cabral, e por este abaixo até entrar no Iguaçu, cuja fazenda possuía pela arrematação no Tribunal da Junta da Real Fazenda de São Paulo, como melhor constava do termo de arrematação.

João Batista Ferreira cadastrou em 4 de março de 1856 uma sorte de terras com campo no lugar denominado Rio Pequeno, por herança dos seus avós, principiando da demarcação de Francisco Teixeira de Azevedo a rumo de sueste até a testada de Sebastião Félix Bicudo, fazendo quadra o rumo de sudoeste até o rio de Miringuava, e pela outra parte a rumo de nordeste até o córrego que saía do capão das Corujas, e correndo pelo dito córrego abaixo até fazer barra no rio Pequeno, sua extensão regulava em 1500 braças mais ou menos.

Pela lei nº 62 de 26 de março de 1860 o governo mandaria desapropriar, desde então, conforme a legislação em vigor, a área de terreno pedida pela câmara municipal de São José dos Pinhais para rossio da sua povoação, pelas divisas que a mesma indicasse; as despesas seriam feitas pela caixa provincial, como empréstimo à respectiva câmara.

Por portaria de 31 de dezembro de 1866 foi criado o termo de São José dos Pinhais, tendo em vista haver mais de 50 jurados. Foi instalado em 17 de novembro de 1868

Pela lei nº de 29 de março de 1871 o município de São José dos Pinhais compreenderia o quarteirão de Umbará.

Pela lei nº 359 de 18 de abril de 1873 ficou criada uma comarca com a denominação de São José e Campo Largo, compreendendo os termos destes nomes, desanexados da comarca da capital.

Pela lei nº 439 de 11 de maio de 1875 a comarca de Campo Largo e São José dos Pinhais teria a denominação de Campo Largo; ficou desligado da referida comarca o termo de São José dos Pinhais, o qual seria anexado à comarca da capital.

Pela lei nº 474 de 5 de março de 1877 ficou desanexado da comarca da capital o território do termo de São José dos Pinhais e elevado à categoria de comarca.

Em abril de 1878 foi fundada a colônia Murici, com área de 875,5ha dividida em 73 lotes, iniciada com imigrantes poloneses e depois também italianos. Várias outras colônias foram fundadas, como a Inspetor Carvalho e a Zacarias, com imigrantes poloneses e italianos.

Através da lei nº 474, de 05 de abril de 1877, ficou desanexado da comarca da capital o território do termo de São José dos Pinhais e elevado à categoria de comarca, com suas então divisas.

Pela lei nº 614 de 21 de abril de 1880 ficou criada uma capela com a invocação de São João Batista na vila de São José dos Pinhais e ficou o governo autorizado a despender a quantia de um conto de réis para auxiliar os trabalhos de construção.

Pelo decreto nº 2 de 6 de junho de 1891 o estado do Paraná ficou dividido em 8 comarcas e 17 termos, estando entre os termos o de São José dos Pinhais, que deixou de ser comarca. Pelo artigo 12 da lei nº 15 de 21 de maio de 1892 o estado do Paraná ficou dividido em 14 comarcas e 20 termos, sendo São José dos Pinhais uma das comarcas, instalada em 5 de junho de 1892.

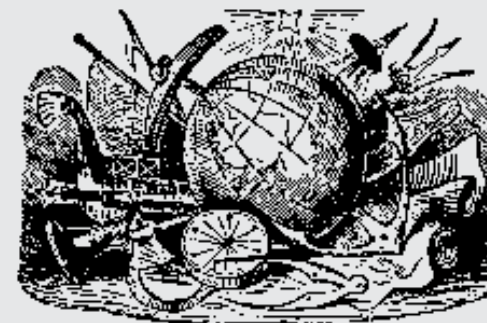
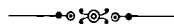
Em 8 de outubro de 1895 a câmara municipal da vila de São José dos Pinhais, por seu procurador cidadão Domingos Luís de Souza, registrou uns terrenos de campos e matos, cujo perímetro era o seguinte: *começa na cabeceira do ribeirão Cabral e descendo por este até a vargem do rio Iguaçu, sobe por este até uma vertente, por esta acima até encontrar com as divisas do potreiro do finado Manuel Mendes Machado, e seguindo por estas até encontrar as divisas da 'ressaca' e por estas até o rio da pedreira, subindo por esta ao passo denominado Pedreira, atravessa a estrada de Piraquara e segue até chegar às divisas do terreno do capitão Francisco Machado Ferreira Chaves, segue por estas até a estrada que se dirige ao Campo Largo, atravessa e segue a rumo direito até a cabeceira do ribeirão do Cabral, onde principiou. A área*

era de 503.528 braças quadradas e havia lotes, casas e mais benfeitorias, pertencentes aos foreiros e de ônus era sujeita ao foro perpétuo.

Pela lei nº 259 de 27 de dezembro de 1897 ficou elevada à categoria de cidade a vila de São José dos Pinhais, com a mesma denominação e divisas de então.

A lei nº 1.908 de 19 de abril de 1919 em seu artigo nº 251 disse que ficou anexado o termo de Araucária à comarca de São José dos Pinhais e transferida para a vila de Araucária a sede da referida comarca, que continuaria com a mesma denominação; pelo artigo nº 252 ficou criado o termo de São José dos Pinhais, compreendendo o município do mesmo nome; pelo artigo nº 253 ficou anexado à comarca de Curitiba o município de Deodoro; pelo artigo nº 254 o então ofício do registro de imóveis de São José dos Pinhais passaria a funcionar em a nova sede, salvo se optasse pela sua permanência na cidade de São José dos Pinhais, sem as funções do Registro de Imóveis, que, neste caso, passaria a pertencer ao então tabelionato de Araucária. Pelo artigo 2º da lei nº 1983 de 5 de abril de 1920 a comarca de São José dos Pinhais passou a denominar-se Comarca de Araucária, com sede na atual vila deste nome, ficando mantido para o termo de São José dos Pinhais, com sede na cidade deste nome, a sua atual denominação. Pela lei nº 2.085 de 2 de abril de 1921 foram revogados a lei nº 1706 de 30 de março de 1917, os artigos 251 a 254 da lei nº 1908 de 19 de abril de 1919 e o artigo 2º da lei nº 1983 de 5 de abril de 1920; reinstalada a comarca de São José dos Pinhais em 21 de abril de 1921.

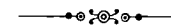
Pela bula *Quo plenius consuleretur* do papa Bento XVI, de 6 de dezembro de 2006, foi criada a diocese de São José dos Pinhais, instalada em 19 de março de 2007.



PROSA



SERIAM ESSES ADVOGADOS BANDIDOS?



Albino de Brito Freire

Uma hecatombe aterradora estava em curso no Rio de Janeiro. Imagens revoltantes. Ônibus e carros incendiados nas ruas e avenidas. Crianças chorando, outras sendo atingidas por balas perdidas, outras baleadas por se negarem a ajudar os bandidos a cometerem crimes. Tanques de guerra e outros veículos militares subindo o morro. Incêndios aqui e acolá. Pessoas correndo, como formigas desorientadas. Cenário de uma guerra trágica e tardia.

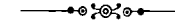
Bandidos maltrapilhos, calçando chinelos, mas fortemente armados, resistiam. Com suas motos, suas carroças ou mesmo a pé. Eles não tinham, nem têm, nada a perder. Fazem parte da arraia miúda que protege e alimenta os tubarões que, ou estão no exterior aproveitando o dinheiro do tráfico, ou confinados em presídios de segurança máxima (?), de onde vêm comandando todas essas ações criminosas contra a sociedade. Enquanto escrevia este artigo, o comandante da operação oficial de resgate do território dava um prazo para que os bandidos se rendessem, sob pena de haver um massacre de proporções imprevisíveis. No ar, uma sensação de angústia, na incerteza do resultado daquela ação militar.

A questão é: como é que esses bandidos, de dentro dos presídios, vêm conseguindo comunicar-se com tamanha precisão com as facções sob seu comando, durante todo esse tempo? De onde vêm os celulares, de onde vêm as armas de grosso calibre?

O que me espanta, a mim que sou leigo no assunto, e não um estrategista, é que os serviços de inteligência demoraram todos esses anos para descobrir a resposta. Quanta gente vem sendo brutalmente assassinada, quanto prejuízo material e moral vem sendo causado à sociedade!

Enquanto isso, nosso sistema paternalista e hipócrita continua patrocinando a esses criminosos presos toda a comodidade possível: visitas íntimas, visitas de advogados sem monitoramento. Continuam sendo tratados como vítimas do sistema... E não me venham com essa estória de

A TRANSFIGURAÇÃO QUÂNTICA DOS SIGNIFICADOS



Antonio Celso Mendes

Assim como ocorre no campo da física nuclear, na qual são necessários saltos quantitativos de energia (os *quanta*, segundo MAX PLANCK) para dar origem a diferentes fenômenos, a transfiguração quântica dos significados diz respeito aos processos criativos de nossa inteligência, que insiste em obter novos sentidos e relações a partir de tudo que observa.

Pois qualquer análise superficial ou profunda do Cosmos e da Natureza está sempre a denunciar a enorme complexidade que envolve a transformação das coisas, de início eivadas de contradições e aporias, mas sempre se superando, de forma a manter constante o processo criador. Este chamado para a coerência de tudo se coloca justamente no sentido de permitir que as dicotomias contraditórias não se destruam autofágica, mas se superem multissignificadamente. Vejamos alguns exemplos:

Ser / não-ser > vir a ser
Certeza / dúvida > crença
Nascer / morrer > eternizar
Bem / mal > valor, ética
Variedade / unicidade > singularidade
Pessimismo / otimismo > esperança
Positivo / negativo > energia e criação
Sensação / intuição > simbolismo
Fato / interpretação > ideologia...

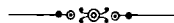
Assim, nossa inteligência percebe que os fenômenos do Mundo encontram-se permeados pela ocorrência constante de, pelo menos, três

privacidade! Aqui, vamos ter de escolher: a privacidade deles ou a paz da sociedade, nosso direito de viver condignamente. Quando será que essa gente vai entender que os direitos individuais devem ceder perante os direitos coletivos? Por que será que, nos aeroportos, os doutores se sujeitam à revista pessoal sem reclamar, mas se negam a ser revistados para entrar em presídios de segurança máxima? Agora, eu lhes pergunto: Como será que entram ali os celulares? A questão me soa quase como uma piada de mau gosto. Um escárnio, um acinte à inteligência dos cidadãos de bem!

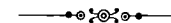
Diante de todo esse cenário caótico, vem-me outra pergunta: Quem foram os grandes responsáveis por todos esses crimes que vêm sendo cometidos contra a sociedade, como assassinatos, tentativas de homicídio, depredação do patrimônio público e particular, incêndios provocados e outros atos de terrorismo? Foram aquelas duas advogadas e aquele advogado que serviam de ponte entre seus clientes bandidos e os respectivos comandados.

Escutei representantes da OAB falarem sobre o assunto, de maneira excessivamente lacônica, tímida e complacente, preocupando-se quase que exclusivamente com a exclusão deles da OAB. Ora, meus senhores! Estamos aqui falando de crimes hediondos, de lesa-pátria, de terrorismo, e não de reles apropriação indébita de honorários. Sem corporativismo! Seriam eles bandidos? Não. Mais do que bandidos, são os conselheiros dos bandidos e o correio deles. A “longa manus” da criminalidade.

Tais bachareis, que advogados não são, mas desprezíveis marginais, que enxovalham e envergonham a nobre classe dos primeiros, devem responder por todos esses crimes que vêm sendo praticados com sua efetiva participação e cumplicidade. E com todas as agravantes previstas na lei penal e no Estatuto da Ordem!



OS BUCHMANN Fragmentos da história



Ernani Buchmann

Ao contrário do que se imagina, Buchmann não é tradução de homem do livro (buch), mas de homem da faia (buche), espécie de madeira.

Existem na Alemanha inúmeros ramos da família, como também os há na Suíça e em outros países europeus. Desconhecemos se a origem é comum, mas sabemos que as primeiras referências ao sobrenome remontam ao século XIII. Em 1290, foi registrado na localidade de Reischach o falecimento de dois irmãos: Cuonrat e Hainrinch, com o sobrenome Buchmanne. Em 1360, um certo Johann Bokeman viveu em Greifswald.

O mais remoto parente de que temos notícia é Valentin Buchmann, nascido em torno de 1607 em Naunhof, localidade próxima a Leipzig, reino da Saxônia, e falecido no dia 11 de julho de 1679. Este nosso distante avô foi casado com Elizabetha, de quem não se sabe o sobrenome, nascida também por volta de 1607 e falecida em 5 de janeiro de 1682.

Ao contrário do que era comum na época, do casal só se conhece um filho, Martin. Não deve ter sido o único, já que diversas razões faziam com que as famílias fossem vastas. Em primeiro lugar, a questão religiosa, valorizando a fertilidade como ato cristão. Depois, a pressão existente dentro das comunidades, a discriminar casais que demonstrassem dificuldades de procriação. Também a situação econômica era fator determinante, exigindo a mão de obra dos filhos para poder garantir o sustento familiar. Por último, a alta taxa de mortalidade infantil fazia com que os casais não quisessem correr risco, tendo poucos filhos, de não poder repor os descendentes mortos de doenças então comuns.

Martin Buchmann, talvez por tudo isso, não perdeu tempo. Nascido em Naunhof, Leipzig, em torno de 1629 e falecido no mesmo local, em 30 de agosto de 1720, com mais de 90 anos, foi, de todos os nossos ancestrais, o mais fértil. Com sua mulher Maria Hoenicke, nascida por volta de 1644, gerou treze filhos num espaço de 33 anos, entre 1667 e 1700.

elementos, três fatores ou três momentos que ora se identificam, ora se imiscuem, ora se superam, sem deixar de serem mutuamente dependentes.

É como o Espírito de uma Trindade em ação.

Sem dúvida, essas oposições dicotômicas induzem-nos à sua constante superação, de forma que possamos compreendê-las em sua complementariedade, permitindo assim o surgimento de novas essências e novos significados. Dessa forma, nos processos de conhecimento, fica demonstrado que a ênfase a ser dada aos conceitos não são mais suas contradições dualistas, mas sim como elas se complementam em sua polaridade.

Em representação semiótica, algo unitário (tese, fig 1) se opõe a si mesmo (antítese, fig 2), que por sua vez gera um terceiro (síntese, fig 3), igual ao primeiro, incluindo agora o 1 e o 2.

Como se observa, o momento dois se mostra invertido para demonstrar a oposição dualista imposta pela contradição do um. Este é triangular por, desde o início, implicar o seu contrário e a sua transformação.



Seu quarto filho, Andreas, nascido ainda em Naunhof, em 4 de julho de 1684, não ficou muito atrás do pai. Teve dez filhos com Anna Maria Voigtlaender, nascida em 1 de março de 1698 e falecida em 26 de novembro de 1757. Depois do nascimento de todos os filhos, transferiu-se para Brandis, também no entorno de Leipzig, onde morreu em 26 de julho de 1757.

Johann Adam, terceiro filho de Andreas, nascido em 27 de abril de 1721, casou duas vezes. A primeira mulher, Eva Maria Schoettler, nascida em torno de 1723 e com quem casou em 1741, lhe deu seis filhos. Viúvo, Johann Adam voltou a casar em 1770, tendo com Maria Dorothea Neuhaus mais dois filhos: Johann Gottlob e Johann Adam. Johann Adam pai faleceu com 90 anos, no dia 25 de agosto de 1811, em Brandis.

Não sabemos se esse ramo é a origem daquele do qual faz parte minha família. Sabe-se, isso sim, que o mais antigo ancestral Buchmann da família a viver na Alemanha antes da imigração era vidraceiro, nascido em torno de 1760. Seu nome não era conhecido, assim como o de sua mulher, não se tendo também notícia de seus filhos. Talvez esse vidraceiro seja Carl Gottlob Buchmann. Não há nenhuma referência maior em relação a ele, a não ser que nasceu em Brandis, em 21 de outubro de 1759. Foi o quinto dos filhos de Johann Adam e Eva Maria.

Via dedução podemos chegar a suposições plausíveis. A proximidade da data de nascimento de Carl Gottlob com aquela mencionada nas crônicas familiares como a do nascimento do vidraceiro é pista importante. Além disso, há o fato de Carl Gottlob ter tido um irmão, muito mais moço, do segundo casamento paterno, chamado Johann Gottlob. Nada mais natural que o homenageasse. O primeiro Johann Gottlob tinha 18 anos quando nasceu o sobrinho homônimo, único descendente direto conhecido de Carl Gottlob. E este segundo Johann Gottlob teve um filho chamado Carl, outro indício da sua filiação.

A repetição de nomes era então comum nas famílias. Entre nossos antigos parentes, os nomes Johann, Friedrich e Wilhelm, e seus correspondentes femininos, se sucedem. Também o costume saxão de batizar os filhos com diversos prenomes confunde os pesquisadores.

Segundo o registro obtido por Daniel Buchmann junto à Igreja Luterana de Clausthal, Hanover, nosso vidraceiro ancestral seria Friedrich Wilhelm. Mas nada impede que fosse Carl Friedrich Wilhelm Gottlob Buchmann. Ou Friedrich Carl Gottlob Wilhelm. Além de tudo, era normal chamar um filho pelo segundo

ou terceiro nome. E ao efetuarem os registros de seus descendentes, nem sempre o nome completo do pai era fornecido.

Outro fator importante na suposição de que o vidraceiro era Carl Gottlob vem do fato dos descendentes de Valentin Buchmann formarem a única família Buchmann da região de Leipzig, segundo os registros disponíveis. Era também de religião protestante, como aqueles que vieram para o Brasil. A conversão dos Buchmann para a Igreja Católica Apostólica Romana passou a acontecer apenas a partir do momento em que se deu à miscigenação com brasileiros católicos. Outros ramos Buchmann na Alemanha, no entanto, professavam, desde muitos séculos, a fé católica.

Aqui há outro ponto a ser esclarecido. No Brasil, a família sempre registrou o vidraceiro como natural de Krostevitz, também no entorno de Leipzig. Não há, no entanto, em nenhum ramo Buchmann na Alemanha, referência a esta localidade como local de nascimento, batismo, crisma, casamento ou falecimento de alguém com nosso sobrenome. Krostevitz, segundo dados obtidos por Eduardo Costa Pereira, descendente Buchmann radicado na Bélgica, era um centro de mineração. A cidade acabou perdendo boa parte de sua área na extração do minério, inclusive as igrejas onde constavam os registros familiares. Nossos parentes poderiam referir-se a ela como seu berço, mas os registros disponíveis talvez tenham preferido fazer constar o vilarejo maior.

Interessante ainda é a profissão de Friedrich Wilhelm, suposto Carl Gottlob. Segundo a correspondência de Clausthal recebida por Daniel Buchmann, nosso vidraceiro era glasermeister. Isso significa não exatamente vidraceiro, fabricante de vidros planos, mas mestre em vidros. Provavelmente, era o homem que dava forma, pelo sopro, a vidros de diferentes desenhos e texturas. Uma profissão mais próxima do artístico do que do artesanal.

O que sabemos, com certeza, é que o pedreiro Johann Gottlob Buchmann, ou Johann Gottlieb, como grafado na correspondência alemã – nascido em 1793, resolveu migrar. Não uma, mas duas vezes. Primeiro foi para Clausthal, onde nasceu pelo menos um de seus filhos, Carl Christian Friedrich. Depois, já viúvo, fez a travessia do Atlântico no navio Louise Friedrike, desembarcando em São Francisco do Sul em 2 de novembro de 1860. Radicou-se em Joinville, onde morreu em 5 de março de 1868.

Johann Gottlob foi casado com Johanna Philippine Bar, tendo com ela os seguintes filhos: Johann Heinrich, nascido em 1814, patriarca dos

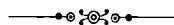
Buchmann de Guaratuba; Georg, nascido em 1828, do qual não se tem notícia; Carl Christian Friedrich, nascido em 1830; Louis, nascido em 1836, cujo paradeiro também é desconhecido; e Friederika, nascida em 1840, também sem que se saiba o destino.

Johann Heinrich ou apenas Heinrich ou John Heinrich Wilhelm – como consta dos registros da Igreja Luterana de Joinville – ou ainda José Henrique, como era conhecido por seus filhos e netos – casou com Marie Elise Severin – também grafada como Marie Elizabeth, no registro de casamento de um de seus filhos – gerando John Philip Wilhelm, Maria, Caroline e Otto Victor. Veio para o Brasil com 32 anos, no navio Linda, chegando a São Francisco em 23 de junho de 1854. Trouxe consigo a mulher e os três filhos mais velhos, à época, com 5, 3 e 1 ano de idade, respectivamente.

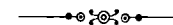
Seu irmão Carl Christian Friedrich, também citado como Friedrich Wilhelm, iniciou os Buchmann de Campo Alegre e Santos. Chegou ao Brasil ainda solteiro, a bordo do navio Emily, desembarcando em São Francisco em 6 de outubro de 1854. Casou em Joinville, alguns anos depois, com Ana Barbara Keller, ou simplesmente Barbara, nascida em Sieblingen, na Suíça, tendo com ela sete filhos: Louis; John, falecido com um ano de idade; Friedrich, do qual nada se sabe; Augusta, nascida em 1871, de sobrenome Maia após o casamento; Ida Johanna, nascida em 1864 e falecida em Santos em 1918; Johann Julius Friedrich, nascido em 1868 e morto aos nove meses; finalmente, um bebê natimorto, em 1870.

Carl Christian viveu também em Guaratuba, onde nasceu seu filho Louis Buchmann, em 24 de março de 1857, morto em Rio Negrinho, Santa Catarina, em 10 de setembro de 1937. Era açougueiro e também sapateiro. Com a mulher, Marie Louise Reinhardt, nascida em Curitiba em 16 de maio de 1864 e falecida em Campo Alegre em 20 de julho de 1907, teve 12 filhos, dos quais onze cresceram e procriaram.

Hoje, depois de 156 anos do desembarque em terras brasileiras, os Buchmann espalharam-se, destino de resto comum às famílias. No Paraná é nome bastante conhecido, com representantes em inúmeros segmentos da sociedade.



ANÁLISE DO PLANO REAL E DAS PRIVATIZAÇÕES DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



Léo de Almeida Neves

(Ex-deputado federal, ex-diretor do Banco do Brasil,
atual Presidente do Conselho de Administração da Copel.)

No próximo dia 1º de dezembro de 2010, quarta-feira, estarei lançando no Espaço Cultural do BRDE, no Palacete dos Leões, Av. João Gualberto nº 570, Curitiba, a partir das 18:30 horas, meu novo livro PRIVATIZAÇÕES DE FHC, A ERA VARGAS CONTINUA.

A obra tem o prefácio de Jorge Miguel Samek, diretor-geral de Itaipu, e a orelha de 1ª capa assinada por Valmor Stedile, do diretório Nacional do PDT.

PRIVATIZAÇÕES DE FHC, A ERA VARGAS CONTINUA destaca no capítulo inicial que Fernando Henrique Cardoso entrará na história como autor e consolidador do Plano Real, que acabou com o flagelo da inflação no Brasil. Mas, também registra que a obsessão de FHC pelas privatizações marcará negativamente sua biografia.

É analisada em profundidade a perda do monopólio da Petrobras, a venda de 31,72% de suas ações com direito a voto na Bolsa de Valores de Nova York e a tentativa de mudança de nome para Petrobrax.

Longo capítulo focaliza a saga da privatização da Cia. Vale do Rio Doce pelo ridículo valor de R\$ 3,3 bilhões, incompatível com suas imensas reservas minerais.

A obra mostra que as hidrelétricas Furnas, Chesf, Eletronorte e Copel escaparam por pouco da fúria privatizante.

Reproduzo o discurso de despedida de Fernando Henrique Cardoso do Senado, quando se referiu ao fim da Era Vargas, e enfatizo até no título que a Era Vargas Continua.

O livro aborda outros temas, além das privatizações, como a abertura ilimitada do território nacional brasileiro às compras de terras por estrangeiros.

A Lei 5.709/71, sancionada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, limitava em cinco mil hectares a aquisição de terras por pessoas físicas ou jurídicas alienígenas. A lei continha outras regras regulamentadoras, e obrigava o controle centralizado de todas as escrituras lavradas por não nacionais.

Em 1998, o presidente Fernando Henrique aprovou parecer da Advocacia Geral da União (AGU) dizendo que essa lei não tinha sido recepcionada pela Constituição Federal de 05 de maio de 1988, liberando geral as fronteiras brasileiras para a entrada de gente de fora ou de pessoas jurídicas.

Essa situação de abertura total perdurou até 22 de agosto de 2010, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou outro parecer da Advocacia Geral da União com 37 páginas asseverando que a Lei do presidente Médici fora sim agasalhada pela atual Constituição Federal e, portanto, estavam valendo as medidas acauteladoras adotadas pelo regime militar.

Na minha visão a invasão estrangeira é visível nas indústrias de processamento de cana de açúcar, donas de vastas extensões de terra, onde já predominam em 23% do setor. O grande risco é a invasão chinesa, japonesa ou da Índia, países com problemas de excesso de população e de falta de alimentos e de matéria prima. Os Estados Unidos também preocupam pelo caráter imperialista de suas corporações.

O assunto deve ser analisado em maior profundidade, verificando-se a possibilidade de impor regras ainda mais restritivas, inclusive quanto ao aproveitamento das áreas, vedando-se aquisições que visem apenas reserva de mercado, sem exploração agropecuária, isto é mera especulação imobiliária. A desnacionalização da produção agrícola, como ocorre em diversos segmentos industriais tem que ser combatida com vigor.

A Lei 5.709/71 determina que os Cartórios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial, em livro auxiliar, de terras adquiridas por estrangeiros, que deverão ser comunicadas trimestralmente às corregedorias de Justiça dos Estados. A Lei estabelece ainda que pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias em cada município de mais de 40% do limite fixado de no máximo $\frac{1}{4}$ da superfície de cada município.

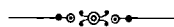
Com a interrupção do processo de controle desde 1998, aprovada por Fernando Henrique Cardoso, não se sabe a dimensão do volume de terras

ocupadas por estrangeiros, mas chama a atenção o aumento em 95% do registro de imóveis de pessoas jurídicas brasileiras entre 1998 e 2008, das quais a maioria pode ser de companhias de fora.

Nos registros oficiais do governo, em 2010 havia 34.371 propriedades rurais com titularidade de estrangeiros e não se sabe qual a extensão das áreas. Os dados são do jornal Valor, SP, de 23.08.2010. Daqui para frente, o Incra vai dispor de informações precisas sobre a invasão estrangeira em terras nacionais.

A grande verdade é que a globalização dos dias presentes exige esforço redobrado para manter protegidos os interesses nacionais, bastando atentar para o derrame de US\$ 600 bilhões pelos Estados Unidos e a artificial manutenção pela China do Yuan desvalorizado.

SEGREDOS DA DITADURA DE 64



Léo de Almeida Neves

Pela primeira vez no Brasil estará sendo divulgada na íntegra uma Ata do Conselho de Segurança Nacional de cassação de mandato, a de 13 de março de 1969, em reunião presidida pelo presidente Arthur da Costa e Silva, presentes o vice e todo o ministério.

Essa Ata consta no livro **Segredos da Ditadura de 64**, Editora Paz e Terra/SP, 356 páginas, com prefácio de Roberto Requião e orelha assinada pelo presidente da Academia Paranaense de Letras, José Carlos Veiga Lopes, que estarei lançando no próximo dia 07 de junho, segunda-feira, a partir das 18:30 horas, no Palacete dos Leões, espaço cultural do BRDE, à Av. João Gualberto, 570, Curitiba.

Por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 05 de março de 2009 ficaram liberadas para o público as Atas Secretas do Conselho de Segurança Nacional. Sou o primeiro deputado federal cassado, e com direitos políticos suspensos por 10 anos, que divulga os dados reunidos pelo regime. Faço-o em homenagem ao povo paranaense que me elegeu e em reverência à história.

Vou focalizar em quatro capítulos do livro o que considero as principais justificativas para minha cassação:

- 1 - Acusação de comunista.
- 2 - Apoio à minha provável candidatura a governador do Paraná pela Suprema Irmandade, por ordem do então maior empresário brasileiro, senador José Ermírio de Moraes.
- 3 - Ingresso na Frente Ampla formada pelas três maiores lideranças civis do país, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart.
- 4 - Discurso dizendo que o General Macedo Soares é que deveria ser demitido do Ministério da Indústria e Comércio ao invés do presidente do IBC, Horácio Sabino Coimbra.

Faço a constatação no Capítulo I de que o DOPS – desde a eclosão da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética em 1947 – estabeleceu vínculos estreitos com a CIA (Central de Inteligência Americana), fichando como “comunista” todos aqueles que se opunham à política militar ou econômica da América do Norte. O DOPS não teve escrúpulo de acoimar Getúlio Vargas e Jânio Quadros de comunistas e vigiou minuciosamente as atividades de João Goulart no tempo em que exerceu o cargo de Ministro do Trabalho, na presidência Getúlio Vargas em 1953 e 1954.

Registro nesse mesmo capítulo a íntegra do Projeto de Lei aprovado pela Comissão de Desnacionalização da Câmara dos Deputados por mim presidida, que disciplinava os investimentos diretos de capitais estrangeiros no Brasil, priorizando os de alta tecnologia e os direcionados aos setores de exportação, bem diferente da política econômica praticada de fechar os olhos à aquisição de empresas brasileiras voltadas ao mercado interno, inclusive estatais privatizadas.

Sobre a Frente Ampla, divulgo Nota Conjunta de João Goulart e de Carlos Lacerda, relatando o encontro de Montevideu entre os dois líderes, e analiso como a história do Brasil teria curso diferente se tivesse havido a restauração da democracia, e a eleição para Presidente da República de Carlos Lacerda, com os votos do eleitorado de Jango e de Juscelino.

Outro ponto alto da obra é a publicação (Capítulo IV) em primeira mão dos Relatórios da Missão Econômica Pioneira na República Popular da China, empreendida em 1971 pelo empresário Horácio Sabino Coimbra, acompanhado do cônsul brasileiro em Hong Kong, então possessão inglesa, Geraldo Holanda Cavalcanti. Nessa época, a China de Mao Tse Tung estava totalmente isolada e o seu comunismo revolucionário era temido no Ocidente. No golpe de 64, foram presos e maltratados alguns chineses que a convite do governo João Goulart estavam no Rio de Janeiro tratando de comércio entre os dois países.

No Brasil, o presidente Médici chefiava o período mais repressor da ditadura, e Horácio Coimbra conseguiu romper todas as barreiras, obtendo secretamente autorização para a viagem, junto com o cônsul como assessor pessoal. Essa missão abriu caminho para iniciativas semelhantes e abreviou o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com o colosso populacional comunista no governo Ernesto Geisel em 1975.

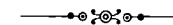
No ano passado, a China suplantou os Estados Unidos como o maior

mercado para produtos brasileiros, confirmando a visão profética de Horácio Coimbra.

No capítulo V sintetizo minha Atuação Parlamentar e no VI faço rápida análise dos erros e acertos do regime militar. No capítulo VII, elenco troca de correspondências com líderes militares e no VIII abordo a personalidade do estadista João Goulart, e no capítulo IX discorro sobre os extraordinários feitos de Getúlio Vargas.

Imagino estar contribuindo para melhor conhecimento dos fatos daquele tenebroso período.

A CRÍTICA DO MATERIALISMO HISTÓRICO



Noel Nascimento

Impõe-se a necessidade de uma crítica do materialismo histórico que não seja contrária aos ideais da democracia, do socialismo e à liberdade relativa de todos os homens.

No Gênesis, o primeiro livro bíblico, lê-se:

“No princípio Deus criou o céu e a terra.”

Após as origens do mundo, da natureza, é que narra as origens do gênero humano:

“Disse também Deus: Produza a terra animais vivos segundo a sua espécie, animais domésticos, e répteis e animais selváticos, segundo a sua espécie. Viu Deus que isto era bom e disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança e presida aos peixes do mar, e às aves do céu, aos animais selváticos, e a toda terra, e a todos os répteis que se movem sobre a terra.”

Eis também a origem do humanismo histórico.

Até mesmo na Bíblia se encontra a afirmativa de que o céu e a terra precedem o homem, produto da natureza.

Fora o jovem Marx um discípulo de Hegel, idealista como este, do qual adotou o método dialético para interpretação dos fenômenos naturais e sociais. Mas na primeira metade do século XIX, veio a lume a “Essência do Cristianismo”, de Luiz Feuerbach, influenciando-o decisivamente e a Friederich Engels, fornecendo-lhes, com pensamento semelhante ao bíblico – sem nada de novo debaixo do sol – uma base “materialista” para suas ideias acerca do desenvolvimento da história.

Contribuíram para uma atitude anti-religiosa as posições reacionárias das igrejas, aliadas que eram das classes dominantes.

Idealistas e materialistas discutiam sobre religião. Para Hegel, idealista, a natureza não seria mais que a “exteriorização” em forma

secundária da “ideia absoluta”, enquanto para materialistas seria a natureza a única realidade. Foi a tese de Feuerbach, aceita com entusiasmo por Marx e Engels, o marco inicial do materialismo histórico:

“A Natureza existe de forma independente de toda filosofia; é o solo sobre o qual nós, homens, produtos nós mesmos da natureza, brotamos e crescemos. Fora da natureza e dos homens nada existe, e os seres superiores, criados por nossa fantasia religiosa não são senão o reflexo fantástico de nosso próprio ser.”

Dominava a época ainda a visão menor e mais estreita da vida e do mundo, a qual justificava enunciados aparentemente óbvios e lógicos. A razão e a ciência permaneceriam impotentes para desvendar o Universo.

A natureza não é apenas o solo sobre o qual brotamos e crescemos, não é só o planeta Terra, ponto minúsculo na Via Láctea. Fora deste solo e destes seres humanos – isto sim é óbvio – muitas coisas fantásticas existem. Mas a ciência e a razão também avançam para dotarem os homens de uma visão cósmica. Esta lhes dará consciência da força criadora que move o cosmos, nele presente, de sua própria evolução e da sociedade.

O materialismo histórico, ao preocupar-se em negar a Deus, nega o homem como pessoa, vendo-o como produto das forças econômicas, sem vontade própria, razão e dignidade.

Marx adotou a dialética de Hegel e a concepção de Feuerbach. Ao eleger causas econômicas como primeiras, unívocas, das transformações sociais, chegou à conclusão de que a história, não é mais que a história da luta de classes, proposição fundamental do materialismo histórico.

Afirma:

“O conjunto das relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, base verdadeira sobre a qual se edifica a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de pensamento social. O modo de produção da vida material determina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual, não é a maneira de pensar dos homens que lhes determina o modo de viver. É pelo contrário, a maneira de viver que determina a maneira de pensar.”

O que se deve destacar, desde logo, é que para corresponder à realidade, torna-se necessário substituir na tese o conceito de determinação pelo de influência ou de relativo condicionamento.

São muitas as formas de pensamento social neste ou naquele

regime, parece-nos óbvio. O progresso material possibilita o desenvolvimento da vida social, política e intelectual, não é a maneira de viver que determina o modo de pensar, e sim a maneira de pensar que determina o modo de viver. Considere-se, todavia, a influência de interesses, o relativo condicionamento pelos mesmos.

No prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política”, após considerar que os homens se iniciam na produção social independentemente da própria vontade, omite o porquê, como se nada os movesse ao trabalho. Pois a causa da produção social reside na vontade dos homens, provocada pelas necessidades da vida. Inverte os fatos ao considerar efeito da economia a vontade, o que significa a consciência.

Apenas em certos casos o modo de viver pode ser determinado pela troca de mercadorias e o consumo, porém de um modo geral a pessoa não sofre alteridade pela profissão que exerça, pelo lugar na sociedade.

Não podendo negar a consciência, a vontade, os seus seguidores chegam a admitir a ação dos homens na história, com ressalva de que os propósitos têm caráter secundário, determinados pelas forças econômicas.

Subestimam-lhes a inteligência, vendo-os como joguetes, autômatos, sem poder de escolha e decisão. Reduzem o mundo a uma máquina de economia, caixa registrando tudo que é humano como lucros ou perdas e danos das lutas entre as classes.

Marx e Engels tentam salvar a base de sua teoria, e para que não a percebam inconsistente declaram:

“Os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes, as formas jurídicas (...), teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas, - exercem igualmente uma ação sobre o curso das lutas históricas e em muitos casos determinam-lhe, de modo preponderante a forma. Há a ação e reação entre todos esses fatores (...).”

Percebendo a contradição em que incorrem, socorrem-se de uma das leis da dialética descoberta por Hegel – a de que todos os aspectos da realidade prendem-se por laços necessários e recíprocos – para admitir que em muitos casos e de forma preponderante as idéias determinam a forma das lutas históricas.

Então com o mesmo argumento e maior segurança os idealistas podem afirmar o inverso: que em muitos casos e de forma preponderante os fatores econômicos determinam a forma das lutas históricas.

A discussão passa ao sexo dos anjos, à origem primeira do ovo ou da galinha, se a maneira de pensar determina o viver ou vice-versa.

É falsa a ideia-chave do materialismo histórico, de que “a vida material da sociedade é uma realidade objetiva que existe independente da consciência e da vontade, não somente dos indivíduos, mas do homem em geral”.

Enfatiza que as mudanças ocorrem na história sem que aqueles que a suscitam, ou dela participam, tenham consciência ou hajam querido. Isto é a negação do que todos os reformadores ou os revolucionários pregaram, inclusive os próprios líderes da doutrina.

A natureza existe independentemente da nossa vontade e consciência, é anterior à nossa existência, à nossa aparição sobre ela. O mar, a floresta, o ar, os rios, os campos, as montanhas, antecederam-nos.

Mas o barco singrando as águas, as ondas; o balão, o avião no ar e a astronave no espaço; a estrada, a ponte, o prédio, a cidade; a lavoura, o arado, o veículo, o moinho, a fábrica, as usinas; tudo isto não existe independentemente da consciência dos indivíduos e do homem em geral.

É o homem que por sua vontade inventa instrumentos, cria valores, e vive em família, em grupo, em tribo, em nação, organiza-se em estado, reconhece direitos, impõe deveres, faz leis. É pessoa.

Se o indivíduo nasce numa sociedade que o antecede, esta foi organizada pelos que o precederam, mas que continua a evoluir.

Outra afirmativa imprecisa é a de que em épocas diferentes os homens tiveram desejos e idéias diferentes como eram as suas relações econômicas. Dão ênfase à indagação: Por que tal ou qual ideia apareceu em nossos dias e não na antiguidade?

– “Não há nada de novo debaixo do sol.” O ideal humano tem o mesmo conteúdo em qualquer época. Uma idéia nova não passa de uma adaptação da antiga como o canhão é a versão da catapulta, o navio da piroga, ou o avião das asas de Ícaro. Os desejos são os mesmos, quanto são as mesmas as expressões artísticas, apenas com as adaptações possibilitadas pelo progresso material. O desejo mais profundo é o de felicidade, e sentimento – o de solidariedade, estes na origem das teorias éticas, religiosas ou políticas.

Antes da era cristã, a teoria do direito natural e depois as lembranças da Idade de Ouro significavam o desejo de volta à natureza e à igualdade. Pode-se dizer que inexistiu? O ideal de Licurgo ou de Platão é pelo menos

semelhante ao de pensadores de outras épocas. As leis de opressão não têm algo de draconianas?

Idéias de antanho apresentam-se de roupagem nova. São presentes nas sociedades modernas o epicurismo e o estoicismo. Discussões pré-socráticas têm o seu curso nos tempos. Religião, fome, crime e dúvidas são antigas como os macacos.

Houve também um proletariado no império romano e nenhum filósofo teria elaborado uma doutrina comunista. No entanto, Max Beer diz textualmente na “História do Socialismo e das Lutas Sociais”: “O proletariado romano não criou nenhuma doutrina comunista precisamente porque o cristianismo foi o comunismo do proletariado romano.”

Quanto à afirmativa de não poderem os homens prever as conseqüências das idéias, que dizer de Leonardo da Vinci, Julio Verne, Santos Dumond, Lomosov, Lenin, dos cientistas e filósofos?

As ideias, os desejos, as aspirações, os sentimentos, não são de raças ou de classes, e sim humanos.

Não é a primeira vez que, na história, se tenta criar um quadro completo do mundo por meio da extensão das leis de uma das ciências concretas aos fenômenos da natureza e da sociedade. No século XVIII, os filósofos estendiam as leis da mecânica a todos os fenômenos da natureza e tentaram também interpretar, por meio delas, os fenômenos sociais. Há, em voga, o darwinismo social. E até a psicanálise procura explicar o homem e os fenômenos sociais tomando como causa a libido.

A obra humana, suas instituições, não são uma simples conseqüência da economia, porém possibilitadas por ela. O próprio desenvolvimento da economia quanto da sociedade depende da ação do homem. As intenções não mudam: na estrada erige a cruz; na aldeia, a capela; na cidade, a Catedral.

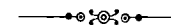
Há contradições sobre o homem no materialismo histórico. O pensamento de Hegel, embora idealista, porém adotado por Marx, é contrário ao de Rousseau. Diz ele: “Acredita-se que o homem é naturalmente bom, mas olvida-se que se diz uma verdade maior ainda com estas palavras: o homem é naturalmente mau.” Conceituam-no como “metade anjo, metade demônio”. Por fim, pretendem que sua essência seja “o reflexo do conjunto das relações sociais”. Arrancam-lhe a alma e o coração, a natureza íntima e até a herança hereditária.

Assinale-se que para o materialismo histórico o mal é a força motriz

do desenvolvimento. A luta das classes seria movida por más-paixões, ciúme, inveja, ambições, ódios. O bem e o mal passam a ser considerados conceitos de classe, e a justiça o direito de uma dominar e esmagar a outra.

Mas os próprios autores favoráveis a ditaduras contradizem em suas obras a teoria do mal moral. Quando Gorki, Erhemburg, Polevói e tantos outros exaltavam como heróis e benfeitores os chefes e líderes revolucionários, e de bondade o regime, escreviam o contrário os dissidentes.

O ROMANCE DO BRASIL (A propósito de Arcabuzes)



Noel Nascimento

O Romance do Brasil ainda não foi escrito. Talvez tivesse sido, se Machado de Assis houvesse nascido e morado no Paraná.

Não tivemos “Guerra e Paz”, “Os Miseráveis”, ou obras menos ricas de argumento como “David Coperfield”, “E o Vento Levou”, e tantas outras, todas porém retratando um país, o povo, o caráter.

Existem autores - Howard Fast, Morris West, Pearl S. Buck, entre outros - capazes de retratarem países e civilizações que não os seus.

Percebe-se a lacuna na literatura nacional. De inegável riqueza, com romance sulino ou nordestino, urbano ou rural, suscita a construção, na qual se espelhe - o rosto e coração - por inteiro a Pátria. Há, por exemplo, uma concepção brasileira do mundo e da vida, nitidamente humanista. Mas sem a devida expressão na literatura, podem perder-se no passado os mais caros valores nacionais.

Certos romances, a exemplo de “Marco Zero”, de Osvald de Andrade, procuram retratar estados como São Paulo, Minas e outros, com fundo ideológico muito frágil, sem sucesso. Apesar dos bons escritores realistas, do sentimento de brasilidade, da “Semana de 22”, nacionalismo - busca temática nos motivos e folclores da terra -, marxismo, concretismo, e das incursões no campo lingüístico, a isolarem ainda mais o português, separando o país em regiões, - não temos a literatura independente. Faz falta obra de idéias e de realismo social em movimento, realismo histórico. A nação corre o risco de ver o povo desligar-se de suas próprias raízes.

O romance brasileiro reproduz aspectos e situações da realidade, cuja totalidade desconhece. Os autores mostram quadros estáticos ou fragmentários, detalhes, nunca o todo nacional ou que dele dê idéia. Entre eles, também ensaístas, sociólogos e historiadores, a começar pelos da

grandeza de Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Oliveira Viana, Sílvio Romero, Caio Prado Jr. ou Nelson Werneck Sodré. Permanece uma visão falsa, deformada e pessimista de uma terra tropical, com gente melancólica, impotente, de raças fracas ou tristes, agora miserável, e - no dizer de Paulo Prado em "O Retrato do Brasil" - dormindo preguiçosamente "o sono colonial".

A situação parece agravar-se e tornar mais difícil a construção, com a atualidade de artes sem pé nem cabeça, temática vazia e sem argumento.

O Romance do Brasil teria de ser, necessariamente, de idéias, expressando o homem e a sociedade, a sua história. Uma demonstração romanesca. Estética é também filosofia e sociologia.

Com união indissolúvel do enredo novelístico ao histórico, só assim um autor poderia realizá-lo. O realismo é condição fundamental num país de conteúdo riquíssimo, inexplorado e desconhecido de seus próprios habitantes. De psicologia social, mas também com traços subjetivos, não poderia disfigurar-se com historietas e exaltações de histerias, violências e erotismo.

Nas grandes obras universais de ficção as ações são motivadas em lutas dos povos, à luz de filosofias. Dura séculos a influência dos enciclopedistas, e um Vítor Hugo ainda investe contra o sistema de penas, defendendo as idéias de Cesare Beccaria. Dostoiévski penetra na alma humana com as lentes do determinismo, da psicologia, da biotipologia, da frenologia e até da fisionomia, - com pleno conhecimento da realidade social de seu país -, numa genial demonstração romanesca da justeza do pensamento de Cesare Lombroso e da Escola Positiva. Tolstói, Sartre e tantos outros, eles próprios são filósofos. Quando não o são, têm o conhecimento dos grandes fatos de seus países. Excepcionalmente, citarei "Doutor Jivago", de Boris Pasternack, para dizer que encerra um período de obscurantismo partidário político, de após Gorki, na antiga URSS, e seguido noutros países.

A base para a construção de um Romance do Brasil é o principal acontecimento de sua história. O período áureo em que, constituído o povo - as classes urbanas em ascensão - ocorre a sua revolução, o poder político desloca-se do campo para a cidade. O clímax é o da abolição da escravatura, o da queda da monarquia, da proclamação e consolidação da República. Então eclode uma guerra civil, conseqüência da contra-revolução.

É naquela sucessão de crises e episódios dramáticos que se evidenciam os valores individuais e coletivos do brasileiro. É um renascimento da pátria, com o rosto alegre, o coração amoroso e cheio de fé. Tudo que lhe faz o

corpo e o tamanho surge naquele tempo, os construtores da nacionalidade, a devoção sertaneja e o fanatismo que rebela as massas, o folclore, as festas alegres na praça, as bandas, a música nova de batuque e até o carnaval. Acentua-se o desenvolvimento econômico, indústrias em capitais, formam-se companhias, sociedades anônimas. Prospera o comércio, crescem cidades e vilarejos pouco distantes do litoral. Aumenta a imigração, e o caboclo urbano ou rural aparece como o cerne humano da unidade nacional. No dia-a-dia expressam-se a bondade natural do índio e do negro, e as esperanças dos imigrantes, a fé e a generosidade do povo. A sociedade civil se organiza e se fortalece, fundam-se clubes, associações, sindicatos. A imprensa tem oficinas por todo o país, as prisões das fortalezas não contém o idealismo dos jornalistas.

Afinal, a verdade é que, vitoriosa a revolução republicana, consolidou-se a Pátria.

O veio de ouro é inesgotável para a literatura nacional. Corre por bibliotecas, institutos, academias, círculos de estudos, arquivos públicos, simpósios, museus. Trata-se de vastíssima crônica de milhares de autores, um repetindo o outro - ano após ano. Fazem parte periódicos, biografias, monografias, diários, relatos, registros e documentos os mais diversos.

No fogo das lutas emancipadoras, com esperança de paz e de um mundo melhor, temperou-se o caráter humanista do país.

A oposição crítica a romance de enredo histórico tem em vista a dificuldade de construção. O maior desafio seria a adaptação da vida real na imaginária. O real pode ser apresentado apenas como cenário do romance. É o que explica a frustração de romances históricos sem vida literária, sem significação psicológica ou social, sem construção novelística. Para que tal não suceda, é preciso evitar o relato, a monotonia, apenas apoiando-se na documentação social e humana. Em suma: o documento deve ser o material da obra, nunca a sua construção.

A técnica deve consistir em fazer o dramático, o psicológico, as paixões humanas predominarem sobre o informativo. Mantendo-se a expectativa, jogando-se com o imprevisto, dizendo-se o novo sem perder de vista os conflitos humanos, os temas eternos, não existe o problema.

Ainda mais que as idéias serão os móveis das ações dos personagens, com os sentimentos encarnados neles, mostrados como seres vivos.

Betina Lin (in Yale Review, Winster, 1943) previra que o romancista

do futuro seria mais intérprete que repórter, um exegeta, participante e moralista. Sérgio Miliet, comentando idéia semelhante de Ana Seghers (in New Masses, dez. 19, 1944), ressalta que “todo artista e escritor deve firmar em cada leitor as raízes sólidas da dignidade humana”.

Álvaro Lins reconhece que documentação social com idéias “só farão contribuir para o enriquecimento de um gênero que tornou ilimitadas e incontrolláveis as suas possibilidades”. [1] Para ele, o jogo das idéias torna mais intensa a sensação de verossimilhança, advertindo contra a simples tendência de exposição de idéias, sem os requisitos de ordem literária, e contra representação de documentação social sem realização estética.

Numa visão particular, literária, não crítica, inexistem aqui os problemas. Se a distância de um século dificulta o diálogo, suscita os essenciais e uma narrativa rica de representações, com sucessão de episódios, quadros e ações significativas, inclusive com cenas subentendidas e imaginadas pelo leitor. Homens comuns ou incomuns daqueles últimos decênios do século passado, personagens reais, parecem ficção. Muitos são de outro mundo, lendários e legendários. Num romance nem é fácil diferenciá-los e evitar o surrealismo. Facilitam o entrosamento do real com o imaginário ao invés de dificultá-lo.

Veja-se, por exemplo, o mundo da época da erva-mate no Paraná, que realidade fantástica. O mundo brasileiro. O mundo que deve refletir um Romance do Brasil.

[1] Jornal de Crítica, 3ª série, pág. 108, 1944 (Livraria Olympio Editora).

MORRER VIVENDO

Oriovisto Guimarães

As flores, as árvores, os animais, os homens e mesmo as estrelas nascem, vivem e morrem.

Apenas nós, os homens, deixamo-nos atormentar por este mar misterioso onde desaguam todos os rios da vida.

Dois mil anos atrás, Lucio Aneu Sêneca nos ensinou:

“Deve-se aprender a viver por toda a vida e, por mais que tu talvez te espantes, a vida toda é um aprender a morrer”.

Aprender a viver e a morrer, essa é a grande missão que cada homem deve ser capaz de cumprir, na mais profunda solidão, exatamente naquela solidão insuperável que nos torna únicos.

Vida e morte, dentro de cada um de nós. Todo o tempo, nascem e morrem ilusões, sentimentos, descobertas, crenças, agonias... Impossível vida interior, sem morte interior.

Viver é morrer. Morrer, todos os dias um pouco, é viver. Esta infindável sucessão dialética de morte e vida, sempre presente, dentro de nós, alarga nossa compreensão da vida e de seu fim.

Aquele que não se desencanta é porque nunca se encantou. O conhecido morre diante do desconhecido. O canto dos pássaros mata o silêncio. O saber é a morte da ignorância. Impossível viver a magia sem deixar de viver o real.

Sem paixão, sem vontade, para que serve a razão? Nossos desequilíbrios são sempre provocados pela morte temporária de uma dessas três senhoras.

A noite, o sono e o descanso são uma espécie de morte diária, assim como o dia e o despertar anunciam o fim do repouso.

Alguém já disse: “ Não se vive sem respirar, mas não se vive apenas para respirar”.

Viver como as plantas ou os animais é pouco.

O humano é exatamente aquilo que escapa das leis da Física, da Química, da Biologia e mesmo da Economia. O humano é a consciência do universo que nasce, cresce, vive e ao silêncio do mistério retorna.

É triste o espetáculo encenado pelos mortos vivos (zumbis ?), incapazes de sonhar e dar vida ao humano por medo da morte.

Não sabem os tolos, que imaginam se preservar, que é impossível a vida sem a morte, que o medo em excesso impossibilita o pleno viver.

Unir o sentir, o pensar e o fazer. Amar as grandes perguntas é grande prazer para o homem humano, mas constitui-se em verdadeiro tormento para os homens zumbis.

Burocratas do impossível de ser normatizado, oportunistas sem ideal. Respiram para viver e tristemente vivem para respirar.

João Guimarães Rosa descreve muito bem o homem de alma pequena:

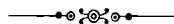
“ Ali tinha carrapato...que é que chupavam, para seu miudinho viver?”.

Fernando Pessoa mostra o caminho para a autoconstrução do humano:

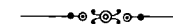
“Deus ao mar o perigo e o abismo deu, mas nele é que espelhou o céu”.

Morte ou vida, em vida! Opção de cada um?

Para os que ousam escalar a montanha, o horizonte é o prêmio. Do alto se pode ver mais longe, observar a planície, respirar o ar puro, aceitar e compreender todas as mortes que suportam a vida e, finalmente, morrer com um sorriso nos lábios. Haverá prêmio maior?



SERÁ O FIM DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS?



Rui Cavallin Pinto

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGBR foi fundado em 21 de outubro de 1838, nascido no bojo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e inspirado no modelo do Institut Historique de Paris. Na ocasião, o país se libertara do legado colonial de mais de 300 anos e enfrentava o desafio da redefinição de sua nacionalidade, agora voltada para a construção da sua própria identidade e a preservação da unidade política.

Então, 27 personalidades representativas da vida política e social do Rio de Janeiro se reuniram em assembléia numa das salas do Museu Nacional, com o objetivo de fundar um instituto destinado a promover os estudos histórico-geográficos do país e preservar, interpretar e divulgar os documentos de sua formação histórica. A novel agremiação se propunha promover a historiografia nacional, mediante a exaltação dos vultos proeminentes de sua história, para, no dizer do cônego Januário da Cunha Barbosa, seu secretário, “não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever a nossa história”.

Constituída a agremiação, já na primeira sessão o imperador D. Pedro II foi feito seu patrono e protetor, que, por sua vez, dela se tornou seu permanente provedor e incentivador durante todo o seu reinado. A partir de 1840 as reuniões têm lugar numa das salas do próprio Paço Imperial, quando o monarca passa freqüentá-las assiduamente, inclusive presidindo suas reuniões por mais de 500 vezes e só se ausentando em caso de viagem. E era tanta a reverência que o Imperador despertava entre seus membros, que até a data comemorativa do aniversário da entidade foi transferida para 15 de dezembro, para fazê-la coincidir com o primeiro dia que o imperador passou a freqüentar suas sessões ordinárias. As reuniões se sucediam quinzenalmente, nos domingos pela manhã, e obedeciam a um prévio e longo ritual em que, além da apresentação dos temas do seu trabalho, eram sempre prolongadas

com manifestações laudatórias ao patronato e às virtudes do Imperador. Por vezes essas sessões de tornavam tão fastidiosas, que houve casos em que, no curso delas, o próprio Imperador se retirou aparentemente enfadado. Além disso, a partir de 1839 o Instituto também passou a contribuir com a publicação de uma revista trimestral, editada sob seus temas, cuja edição ainda hoje é mantida e considerada uma das mais antigas revistas de história do ocidente, devido a sua periodicidade.

Porém, a intenção de produzir uma historiográfica nacional e oficial, levou o IHGBR a contribuir ainda para a coleta de documentos, a realização de concursos e congressos, além da promoção de expedições para o interior do país e o estrangeiro. Assim, em 1844 o Instituto propôs um concurso público, premiando com duzentos mil-réis o melhor projeto de como escrever a História do Brasil. A ele concorreu o naturalista alemão Von Martius, cujo trabalho resultou premiado e hoje é considerado o primeiro deles a destacar o papel de cada uma das 3 raças que compõe nossa formação étnica e sua contribuição no nosso desenvolvimento. E o trabalho agradou tanto ao relator do concurso, que até acabou por elegê-lo de modelo para quem, no futuro, se propusesse a escrever a história completa deste país.

Embora a maioria dos seus membros não tivesse formação específica em história, até 1862 o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil se manteve sozinho como nosso único expoente do saber histórico e geográfico, e essa hegemonia só veio a ser disputada parcialmente com a fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (1862), de marcados traços regionalistas. Seria ele o segundo Instituto Histórico do Brasil e o primeiro do Nordeste. Depois deles, outros viriam, com traços e identidades locais, como o de Alagoas (1869), do Ceará (1887), Bahia (1894), São Paulo (1894), Santa Catarina (1896), Paraná (1900), (Minas Gerais (1907), Rio Grande do Sul (1920), e assim gradativamente se multiplicando pelas capitais estaduais e suas principais cidades.

A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná foi fundado em 24 de maio de 1900, ao ensejo das comemorações do quarto centenário da

descoberta do Brasil. Sua fundação se insere na crista de uma emergente literatura histórico-regional que, entre outras obras de menor tomo, já contava com o “Esboço Geográfico da Província do Paraná”, de Sebastião Paraná e sua alentada “Corografia do Paraná”. Romário Martins editara no ano anterior sua clássica “História do Paraná”, cuja publicação definitiva sairia em 1937, e, nosso maior historiador Rocha Pombo, um dos patronos da memória nacional, oferecia o seu “O Paraná no Centenário” para celebrar a data centenária e exaltar a prosperidade do Estado.

A iniciativa da fundação do Instituto coube a um moço de 25 anos, Alfredo Romário Martins, ex-tipógrafo, já iniciado como poeta e consagrado como historiador, que fez publicar no jornal A República uma longa exortação, convocando pessoalmente intelectuais e figuras públicas da cidade para uma reunião na sala da biblioteca do Clube Curitibano, destinada à fundação de um Instituto Histórico e Geográfico. Dizia a proclamação que, mediante a criação do Instituto e com a exaltação dos seus melhores filhos e memoráveis sucessos, o Estado haveria de produzir luz e resolver os grandes problemas de sua história e geografia.

Ocorre, porém, que apesar da repercussão que o convite ganhou na imprensa local, só seis dos convocados atenderam ao chamado. Apesar disso, Sebastião Paraná assumiu a presidência da assembléia, secretariada por Ermelino de Leão, ocasião em que Camilo Vanzolini propôs que, nas circunstâncias, fosse escolhida uma diretoria interina para formalizar a criação da entidade, o que se fez por aclamação, com a escolha de Romário Martins, Sebastião Paraná e Ermelino de Leão, como diretores provisórios. Ao mesmo tempo, a assembléia compôs uma comissão incumbida da redação do estatuto da sociedade, que passou a ser integrada por Camilo Vanzolini, Dario Veloso e Romário Martins.

Embora fosse marcada uma nova reunião para o dia 27 seguinte, com a indicação da mesma hora e local, ela só veio a se realizar em 03 de junho seguinte, constando que ela se cingiu à aprovação dos estatutos, quando corre versão, até mesmo oficiosa, de que, na ocasião, foi composta a primeira diretoria do Instituto, figurando como presidente o general José Bernardino Bormann, seguido do vice Sebastião Paraná; secretário Romário Martins; orador Emiliano Pernetta e tesoureiro Manoel F. Ferreira Correia. Quanto ao mais, consta do livro de atas a realização de quatro outras reuniões da diretoria; a primeira sem menção da data, presidida pelo general José Bernardino Bormann,

seguida de outras 3, em 11 de novembro, 6 e 12 de dezembro de 1.900, figurando, simplesmente, que se houve a apreciar a escolha de sócios beneméritos e auxiliares do Instituto; isto é, distinguidos em razão da prestação de serviços relevantes, por se oferecerem para colaborar com a sociedade ou por terem feito doações valiosas.

NOVA TENTATIVA

Na sequência, porém, não se tem mais notícia do Instituto naquele ano, nem nos subseqüentes cinco que se seguiram, senão em 1906, na mesma data do aniversário sua fundação, ainda por iniciativa de Romário Martins. A convocação chegou a surtir efeito e reuniu um número bem expressivo de associados na sala da Biblioteca Pública, demonstrando o propósito comum de reorganizarem o Instituto, mediante a promessa de uma “nova e resoluta concentração de esforços”. O resultado foi então a composição de sua diretoria, confiada a presidência a Joaquim Procópio Chichorro Júnior; Alcides Munhoz e Alcebíades Plaisant para 1º e 2º secretários; João Pernetta orador e Brasilino Moura tesoureiro. Além disso, foram providos os cargos das Comissões Permanentes da entidade.

Mesmo assim, porém, o Instituto ainda não recobrou vida e voltou à condição latente anterior, da qual só vai despertar após o interregno de outros cinco anos, seja em 30 de setembro de 1911, com a eleição de uma nova diretoria, da qual, no entanto, só existe o registro de sua nova composição, assumindo a frente, como presidente, Romário Martins, seu pertinaz idealizador. Também, depois disso, recaiu o Instituto novamente na sua intermitente letargia, aguardando a passagem de outro quinquênio, só interrompido pela nova reunião realizada à noite, em 23 de julho de 1916, na casa de residência de Romário Martins, animada pelo persistente propósito de reorganizar o Instituto.

O resultado foi a eleição de nova diretoria, contando com a presidência de Marins Alves de Camargo e de Romário Martins na 1ª vice, preenchidos também os demais cargos do seu quadro diretor, inclusive das comissões. Na ocasião, foi também aprovada a publicação da revista do Instituto, delegada sua redação a uma comissão integrada por Romário Martins, Sebastião Paraná, Euclides Bandeira e Francisco Negrão. A solenidade de posse da nova

diretoria ocorreu em 31 de julho seguinte, na sala da biblioteca do Clube Curitibano, durante a qual, entre outras manifestações, o consócio Francisco Negrão, a pretexto de associar o Instituto às comemorações nacionais relativas ao centenário da nossa independência, apresentou indicação no sentido da criação do Parque Nacional do Iguaçu, “ligando, por meio de uma avenida, a assombrosa “Sete Quedas”, no rio Paraná, à majestosa catarata de “Santa Maria”, no rio Iguaçu, genial idéia do grande André Rebouças, glória da engenharia brasileira”. Complementando a indicação Romário Martins propôs e foi aprovado que, ao invés de “Parque Nacional”, a área fosse denominada “Parque Internacional do Iguaçu”. Com a indicação, foram aprovados também expedientes ao governo da União, do Estado e Municípios, bem como ao próprio povo, concitando-os a doarem recursos para a construção “de boas vias de comunicações”, para que a solenidade de inauguração do Parque fosse feita “com magnificência a sete de setembro de 1922”.

Porém, embora essa renascença fosse atribuída à conta de uma “nova corrente de entusiasmo”, Romário Martins, seu padrinho, acabou confessando as dificuldades que a esse tempo ainda comprometiam a implantação do Instituto no Estado, pois mesmo com “o entusiasmo motivado pela sua criação e mais de uma vez repetido em tentativas de reorganização, tendia sempre a arrefecer, parecendo que o meio senão era hostil ao empreendimento, não lhe podia ainda dar, contudo, as necessárias condições de viabilidade”.

Assim, na sequência, vamos nos deparar apenas com o registro vago de que, na sessão seguinte, datada de 15 de agosto, a comissão do Instituto, composta do seu presidente Marins Camargo, desembargador Emygdio Westphalen e Dario Velloso, comunicou que, na ocasião, esteve com o presidente do Estado, agradecendo a iniciativa do governo de reservar terras junto aos saltos, para a implantação do Parque, além de ter posto a gráfica da Penitenciária do Ahú à disposição do Instituto, para a impressão da revista. O histórico da entidade registra, porém, o aparecimento, a esse tempo, de divergências pessoais entre dois dos principais consócios, o que contribuiu para esmorecer o espírito associativo da entidade, provocadas pelo acordo entre o Paraná com Santa Catarina, levando à pacificação da disputa territorial entre os dois estados.

O PRIMEIRO EXEMPLAR DO BOLETIM

Apesar de todas essas dificuldades e do desânimo produzido, a ocasião marca um momento especial: a edição do primeiro exemplar do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, datado de 1918, mas editado realmente em 1919, assinalando o início de uma publicação que, apesar dos seus longos intervalos das primeiras décadas e mesmo depois, passou posteriormente a manter certa constância anual, alcançando atualmente 60 números. O exemplar traz o nome do presidente Marins Alves de Camargo e do Diretor do Boletim, contendo 168 páginas e apresentando os 12 primeiros trabalhos.

Depois disso, porém, o Instituto cai infelizmente na mesma vida latente, só recobrando ânimo seis anos depois, com dois outros exemplares sucessivos do Boletim, datados de 1925, sob a presidência de João Moreira Garcez e redação atribuída à própria secretaria. O primeiro se propõe a cobrir o período de 1919 a 1925 e trazem escritos sobre temas regionais. O segundo corresponde a uma tiragem especial, com data de dois de dezembro do mesmo ano, comemorativa do centenário de nascimento de D. Pedro II, oferecendo uma resenha de sua vida e o relato de sua visita ao Estado em 1880.

Depois disso, a instituição volta a cair em um novo período de letargia, da qual só se refaz com a notícia da reunião de 24 de maio de 1946, realizada na própria residência de Romário Martins, na Rua Cruz Machado 269, e presidida por ele, mas já em nome de um Conselho Acadêmico e na condição de ser esta a primeira reunião, conforme se lavrou ata em livro próprio. Na ocasião foi proposta a reforma do Conselho (art. 7º e alínea b, do Estatuto), restringindo o número de Conselheiros e dividindo-os em duas ordens: sócios fundadores e admitidos até 1906, data da reorganização do Instituto: Alcibiades Plaisant, Joaquim Macedo, Euclides Bandeira, Ricardo Negrão Filho, Arthur Martins Franco e José Pinheiro Lima Júnior, todos com a condição de sócios permanentes. Do outro lado se situavam os sócios membros da Administração, de caráter temporário, enquanto participassem do período correspondente à administração da entidade. Na mesma reunião foi concedido o título de “Presidente Perpétuo” a Romário Martins, cuja homenagem ficou depois representada por uma medalha oferecida aos associados. Na oportunidade Romário ainda foi eleito presidente para o período de 1946-1947.

Depois disso, as reuniões vão prosseguir mais vezes ainda na casa de Romário Martins, ocasião em que o sodalício incorporou o núcleo curitibano da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a pedido destes, e a etnografia passou a constituir também objeto do Instituto, figurando no nome da própria instituição e no título do Boletim, até o seu número 50 deste. Romário Martins ainda voltaria a ser reconduzido na presidência da entidade em 1948 e o Instituto passa a discutir a adoção de seu novo estatuto, que apesar disso ainda restou pendente.

Em dez de setembro de 1948 ocorreu, porém, o seu falecimento, produzindo grande consternação e diversas manifestações de pesar da parte da entidade, associados e admiradores, registradas nas atas de 1º, 10 e 8 de dezembro de 1948, que incluíram a palestra proferida pelo Dr. Loureiro Fernandes no salão de conferência do Circulo de Estudos Bandeirantes, depois publicada no volume IV do Boletim de janeiro de 1950. Houve grande presença e homenagens no enterro, na missa fúnebre e romarias no cemitério.

O seu falecimento levou à eleição de Aluizio França para a presidência no ano seguinte (1949). Em janeiro de 1950, o Instituto lança do volume IV do Boletim, já com o título de Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. O novo Boletim aparece reunindo quatro fascículos, um deles dedicado à memória de Romário Martins, enquanto o outro presta homenagem ao Visconde de Guarapuava; os dois outros enfim, foram destinados à comemoração do cinquentenário da fundação do Instituto e a lembrar o centenário do incidente histórico do Cormorão.

O esforço de reestruturação do Instituto, produto da tenacidade de Romário Martins e seus companheiros, vai realmente revitalizar e dar sustentação própria à casa histórica, cujas reuniões já passaram a ser realizadas numa das salas do Circulo de Estudos Bandeirantes. Ao mesmo tempo o Instituto dá continuidade à edição dos seus boletins, mesmo espaçadamente. Com o falecimento de Romário e sob a presidência interina de Aluizio França o Instituto passa a se estabelecer numa das dependências do Circulo de Estudos Bandeirantes, na Rua XV de novembro n. 1.050, onde desde então passa a se reunir regularmente. Na mesma ocasião, em nove de junho de 1949, partindo da interpretação do art. 34 do Estatuto, de que a eleição do quadro diretor era da competência do Conselho Acadêmico (após denominado Conselho da Presidência), o associado Aluizio França foi escolhido

presidente do IHGEP, por unanimidade, para o biênio 1949-1951, na vaga de Romário Martins. Na sequência, ao completar essa nova gestão, em sessão de 24 de maio de 1951, a escolha do novo presidente recaiu na pessoa do professor José Loureiro Fernandes. Ocorre que a sua eleição foi feita durante sua ausência e à sua revelia, razão pela qual, na sessão seguinte se fez presente e, reiterando o que já havia dito em carta dirigida à presidência, sustentou oralmente a impossibilidade de poder assumir o cargo, devido, entre outros, aos múltiplos compromissos que lhe foram delegados, como membro da comissão central incumbida do programa de festejos do centenário da emancipação do Estado, no ano de 1953, sugerindo, enfim, que se procedesse a uma nova eleição e que essa escolha recaísse na pessoa do professor Arthur Martins Franco, para o biênio seguinte 51-53.

Após alguma relutância, o professor acabou por aceitar sua indicação e a eleição foi realizada mediante consagração geral. Porém, ainda na sequência, assim que completou seu primeiro mandato, Arthur Franco voltou à chefia da instituição, em eleição que lhe deu 4 votos contra 3 outros a seu concorrente Aluísio França. Completado o novo período de gestão, em 28 de maio de 1954, o Conselho da Presidência promoveu a eleição para o biênio subsequente (1954-56), ocasião em que o professor Aluísio França voltou a ser eleito, por unanimidade, para a presidência do Instituto, cujo mandato tornou a renovar outras vezes, nas gestões que se seguiram, até sua morte, ocorrida em 06 de junho de 1964, enquanto ainda vigia seu mandato.

Com o seu falecimento e na falta de previsão estatutária, foi levado à presidência o vice Oswaldo Pilotto, durante cuja permanência no cargo foram prestadas homenagens ao presidente falecido, a quem se atribuiu como maior feito a construção da sede do IHGB, uma das maiores aspiração da entidade, razão porque foi deliberado mandar confeccionar um baixo relevo, em bronze, com os dizeres “Aluísio França – Consolidador e Presidente 1955-1964”, a ser inaugurado no salão nobre da sede do Instituto. O presidente interino ainda permaneceu à frente da Instituição até 16 de outubro de 1965, data em que se realizou a reunião do Conselho da Presidência e foi eleito o professor Arthur Martins Franco, para completar o mandato do presidente falecido, cuja gestão devia prevalecer até 24 de maio de 1966.

Logo após a eleição, porém, Arthur Franco se dirigiu por carta ao Conselho renunciando ao cargo, sob alegação de estar com uma idade muito avançada, situação que, entretanto, acabou solucionada com a permanência do renunciante, a instâncias dos demais membros e a

dispensa da responsabilidade dos maiores encargos da presidência, que seriam assumidos pelo 1º vice Carlos Stellfeld. Também, na oportunidade, foi proposta a concessão a Arthur Martins Franco do título de “Presidente Emérito do Instituto”, pelos seus inestimáveis serviços, cujo título deveria ser consignado no Estatuto, conforme deliberação da Assembléia-Geral.

Prosseguindo nas suas atividades, em data de 17 de maio de 1967, foi eleito presidente o consócio Newton Nascimento, em Assembléia-Geral, para a gestão do Instituto no biênio 1967-1969.

A CONQUISTA DA SEDE PRÓPRIA



Aluísio França mereceu o título de Consolidador do IHGP, porque, por seu empenho e participação, ao lado dos companheiros de diretoria, - especialmente de Loureiro Fernandes, lograram dotar o Instituto de sua maior aspiração, seja a de contar com sua sede própria, hoje situada na Rua José Loureiro, 43.

Em meados de 1951, servindo-se da proximidade da data histórica da emancipação do nosso Estado, Loureiro Fernandes, então na condição de vereador da capital, conseguiu fazer aprovar o projeto de sua autoria, autorizando a municipalidade a doar um terreno de sua propriedade, no centro da cidade, para sediar o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Após as primeiras dificuldade de localização, a área destinada ficou situada na confluência da Rua José Loureiro com a Dr. Murici, para que tivesse início sua sede social. Feito isso, a diretoria se empenhou junto à Assembléia Legislativa no sentido de obter um empréstimo do Estado, no montante de Cr.\$1.000.000,00, com que deu início à obra, confiada sua execução à construtora Hugo Peretti.

Iniciada a edificação em fins de 1952, o prédio só foi concluído e inaugurado no primeiro semestre de 1959, devido a necessidade da suplementação de verbas e aos atrasos que o desembaraço de recursos provocou. A sede é hoje representada por um prédio de três pavimentos,

situado confluência da Rua Dr. Murici e José Loureiro, com cerca de 600,00m². O rés-do-chão tem o hall de entrada e abriga lojas locadas pelo Instituto, que lhe garantem receita própria. O primeiro pavimento superior contém o salão nobre, secretaria, salão de reuniões e toalete. O último pavimento sedia a sala de leitura e duas outras salas onde estão instaladas as bibliotecas e toaletes.

OS ANOS MAIS RECENTES

Após a renúncia de Arthur Franco e o exercício da presidência pelo 1º vice Carlos Stellfeld (que completou o mandato), em 17 de maio de 1967 foi realizada a escolha da nova diretoria para a sucessão do novo biênio, de 1967-1969, ocasião em que foi eleito o consócio Newton Isaac da Silva Carneiro para a presidência, que depois ainda voltou reeleito para a gestão seguinte de 1969-1971, valendo destacar que, nesse segundo mandato, de janeiro de 1970 a março de 1971, a presidência foi exercida pelo 3º vice Ernani Straube, em virtude de Newton Carneiro ter assumido a presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e tanto o 1º como o 2º vice se recusaram a assumir a vaga.

Dando continuidade à vida do Instituto, em maio de 1971 foi promovida nova eleição para a composição da diretoria referente à gestão de 1971-1973, tendo sido eleito presidente Luiz Carlos Pereira Tourinho, que vai cumprir na presidência o mais longo período de gestão, cerca de 27 anos, correspondentes a sucessivas reeleições desde 1971 a 31.05.1998, data que corresponde a do seu falecimento. Porém, além de representar o mais longo período contínuo de mandato, a presidência de Luiz Carlos Tourinho não foi, porém, só um tempo maior que o dos outros, porém, mais que isso, correspondeu a um período de duradoura estabilidade, que favoreceu a regularidade e o incremento das atividades de pesquisas e de memória à nossa história e seus vultos.

Com a morte de Tourinho, o cumprimento do seu mandato foi confiado ao consócio Ernani Straube, seu 3º vice-presidente. Na continuidade, foi realizada a eleição de uma nova diretoria, para o biênio 1998-1999, ocupando a presidência Lauro Grein Filho, para um período que se alonga até 2009, e que se caracteriza igualmente pela regularidade dos seus trabalhos, além do seu empenho em favorecer uma maior participação popular. Vencido seu

tempo, a sucessão de Lauro Grein foi feita por eleição, com a escolha de Ernani Straube na presidência de uma nova diretoria, incumbida da gestão de 2009 a 2011.

A COMUNIDADE HISTÓRICA PARANAENSE

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense foi fruto do idealismo e da pertinácia de uns poucos intelectuais curitibanos, com merecimento maior para Romário Martins, a quem coube a idéia de propô-la e incentivá-la, chegando até a oferecer sua própria residência para sediar as primeiras reuniões de fundação e reestruturação do nosso grêmio histórico.

Porém, nos primeiros tempos as dificuldades foram tantas e persistiram por tantos anos, que chegaram até a produzir desalento no próprio Romário, que chegou a admitir que o meio era tão acanhado e a sociedade tão despojada de motivação cultural, que, a se manter assim, não reunia condições para dar vida e sobrevivência à nova entidade. Vencidas, porém, as primeiras décadas, o Instituto Histórico iria se converter, na verdade, num verdadeiro centro de convergência dos valores culturais mais representativos da sociedade paranaense. Assim, entre seus freqüentadores assíduos e correspondentes, se incluíam historiadores, escritores, políticos e pessoas representativas das mais diversas atividades locais e mesmo nacionais, como os historiadores da terra e do porte de Rocha Pombo, Romário Martins, Sebastião Paraná, Ermelino de Leão, Francisco Negrão, David Carneiro, Brasil Pinheiro Machado, Luiz Carlos Tourinho, Ruy Wachowsky, Cecília Maria Westphalen, Edilberto Trevisan, Erasmo Pilotto e tantos outros mais, presentes aos eventos e até participando pessoalmente das atividades próprias da instituição.

Assim, nos anos que se seguiram, o Instituto contou com a presença, entre outras, de Affonso d'Escagnolle Taunay, Pedro Calmon, Alfredo Ellis Júnior, Luiz Câmara Cascudo, Clóvis Beviláqua, Bento de Faria, Marechal Cândido Rondon, Carlos Tasso de Saxa-Coburgo e Bragança, Adhemar de Barros, nossos ex-governadores Caetano Munhoz da Rocha e Bento Munhoz da Rocha Neto, e tantos mais. E, em todo curso do tempo, nosso instituto confirmou seu papel cultural e sua destinação fundamental no sentido de contribuir para o resgate, interpretação e divulgação da história paranaense e a exaltação dos seus vultos mais eminentes. E, por este lado, os trabalhos

publicados pelos boletins confirmam o caráter regionalista predominante, imprimido por seus membros e colaboradores, convertendo seus boletins e revistas numa fonte útil e autorizada de informações sobre o nosso passado; e uma referência do maior proveito para os nossos pesquisadores.

A propósito, porém, convém observar que embora esta concentração regionalista seja proveitosa, na verdade, ela tem sofrido uma redução maior, seja a de privilegiar a banda da fronteira tradicional de ocupação do território paranaense, desde o garimpo do ouro, à expansão campeira que se seguiu e a conquista da emancipação política, com seus consectários. Por outro lado, seus historiadores têm revelado menor interesse (e até bem pouco mesmo), pelos capítulos posteriores e mais recentes de nossa herança histórica; mas não menos rico e sugestivos que os dos primeiros tempos.

E esse lapso, a nosso ver, não é simplesmente casual, decorrente de mera escolha ou preferência, porque, a ver bem, essa redução comprova também que o Paraná não alcançou ainda sua unidade político-social, através da integração de suas três fronteiras de ocupação, cada uma delas com características e motivações bem distintas. Acrescente-se, entretanto, que seus anais sempre registraram comemorações promovidas pelo Instituto e alusivas a datas históricas da nossa formação e desenvolvimento, como o centenário de nascimento do senador Honório Hermeto Carneiro de Leão, depois Marquês do Paraná, a quem se atribui importante co-patrocinio na criação da Província e até a escolha do nome da nova unidade política.

Em 1971 o IHGP comemorou o centenário da imigração polonesa, e, em 1973, igual data foi lembrada pela inauguração da Estrada da Graciosa, em solenidade realizada no Palácio Rio Branco, com palestra do presidente Luiz Carlos Tourinho. Homenageou também, com edição especial do Boletim, o sesquicentenário de D. Pedro II e sua visita à Província em 1880. O cinquentenário da catedral de Curitiba também foi rememorado e homenagem especial foi prestada a Romário Martins, nosso Presidente Perpétuo, pelo transcurso dos seus 100 anos de nascimento; além das homenagens centenárias ao Museu Paranaense, a Ernesto Luiz de Oliveira, ao coronel João Gualberto, nosso herói do Irani, e ao prof. Nilo Cairo, um dos patronos da Universidade Federal.

A fim de estimular a historiografia paranaense e enriquecer seus arquivos com documentos relativos ao território do Paraná, o Instituto contratou a senhora Luiza da Fonseca, funcionária da Torre do Tombo, em Portugal, para que passasse a promover o levantamento fotográfico dos

arquivos do Arquivo Colonial de Lisboa, na Torre do Tombo e na Biblioteca de Ajuda, relativos ao território paranaense. Assim, nesse período o Instituto logrou recuperar importantes documentos sobre Eleodoro Ébano Pereira e Miguel Vaz, que divulgou no seu Boletim n. XII, de 1971. Participando dos festejos oficiais pela passagem do centenário da criação da Província do Paraná, nosso grêmio histórico promoveu, com êxito, em sua sede social, de 16 a 23 de dezembro de 1953, o III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná, de cuja pauta constou a História da Província e do Estado e ainda se fez incluir tema livre; seguido do I Simpósio de História da Autonomia da 5ª Comarca de Curitiba e sobre a História da Província do Paraná, reunindo historiadores do Estado e dos nossos vizinhos.

O I Congresso já tinha sido realizado pelo Instituto Histórico de Paranaguá, em 1948, para celebrar o tricentenário da fundação da cidade; e o segundo em dezembro de 1955, versando sobre a História da Medicina. Em 1972, sob os auspícios da Universidade Federal do Paraná, o Instituto publicou o livro “Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba, à Luz de Novos Documentos”, do prof. Júlio Estrella Moreira, em que o historiador paranaense refez a localização do local a que se atribui a origem da primeira povoação de Curitiba, à margem do rio Atuba, mediante pesquisa documental e reconhecimento topográfico, posteriormente convertido no Parque Histórico de Curitiba. Criada em 1967, por ocasião do traslado dos restos mortais de Rocha Pombo, e regulamentada em 1999, a “Medalha Rocha Pombo” foi instituída para homenagear associados ou não, reconhecidos como de excepcional merecimento, e, entre as 20 pessoas e entidades já contempladas, distinguimos nomes como os de Pedro Calmon, José Honório Rodrigues, Júlio Moreira, Newton Carneiro, Luiz Carlos Tourinho, José Cândido de Andrade Muricy, além do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O IHGP de hoje conta também com um rico patrimônio bibliográfico, de acesso ao público, que inclui em seu acervo obras valiosas, da especialidade histórica e de outras áreas de interesse cultural, como a coleção completa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outras revistas de instituições congêneres, como também dispõe de estante própria para a rica “Biblioteca Paranista”, constituída de 1.049 obras, com títulos sobre história paranaense, resultado de doação testamentária, concedida mediante encargo, por seu proprietário, o historiador Júlio Estrella Moreira; a que se soma ainda a Estante Paranista, atualmente com 50 títulos, criada para reunir obras de autores paranaenses com registros da nossa memória e

efemérides. O Instituto possui também mapoteca, um acervo cartográfico com exemplares do Brasil e dos Estados, principalmente do Paraná; e, seu patrimônio cultural também se completa com peças de valor histórico e telas a óleo, além de ilustrações de eventos e retratos de personagens que emolduram nosso passado como representantes da vida cultural superior do país e de sua liderança social.

O DESTINO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS

Instalado em prédio próprio e amplo, o IHGP vem cumprindo, mesmo modestamente, seu papel de guardião do saber histórico e da memória paranaense, contando apenas com a receita modesta da locação de duas lojas comerciais no pavimento térreo de sua sede, renda com a qual complementa o que recebe do pagamento da anuidade dos seus associados. Merece destaque, porém, seu perfil social-econômico teve sempre constituição diferente do modelo histórico que caracterizou a formação dos Institutos mais antigos, inclusive o nacional, compostos com predominância de representantes da aristocracia agrária e da liderança social e política local, responsáveis pela linha conservadora e regionalista que sempre conservou.

Assim, ao contrário dos primeiros, o grêmio paranaense foi fundado por jornalistas, historiadores, intelectuais, professores, representantes da classe média, e, mais recentemente sua composição ainda vem alcançando expressão popular. O ensino superior e oficial da História surgiu no país em 1934, com a criação da USP pelo governo de São Paulo. No nosso Estado, ele vai aparecer em 1938, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e, em 1942, foram diplomados nossos cinco primeiros bacharéis em Geografia e História. Estas novas instituições e a geração de outros centros de competência cultural, vão atrair e concentrar nossas melhores vocações históricas, além de absorver a maior soma de recursos públicos, relegando nossas tradicionais agremiações históricas a um desempenho secundário, sempre baldas de recursos públicos e próprios, e reféns da generosidade dos seus simpatizantes. Consta que a princípio 75% do orçamento do Instituto Histórico do Brasil era suprido por verba do governo imperial, e que, a partir de 1840, esses recursos passaram a ser providos diretamente pela bolsa generosa do próprio imperador Dom Pedro II.

Ocorre, porém, que com a proclamação da República esses recursos cessaram, de um lado com a queda da Monarquia e do consequente exílio do imperador e, de outro, porque os ingressos públicos se tornaram ainda mais escassos, visto que o governo passou a destinar a maior parte de suas disponibilidades para as entidades culturais oficiais e de formação profissional. Com o tempo, então, o quadro predominante nos institutos brasileiros passou a ser o de pobreza generalizada, caracterizado pela carência de recursos para atender até despesas correntes de manutenção. Mas o dilema não foi só de ordem financeira. Essa carência gerou seqüelas ainda mais mutiladoras: com o tempo os historiadores propriamente ditos, debandaram para outras áreas de formação e ensino universitário e centros superiores de pesquisas, fazendo com que a produção literária e científica fosse diminuindo gradativamente a partir dos anos 30.

Para tentar vencer o apuro financeiro o Instituto Histórico de São Paulo iniciou uma romaria para caçar colaboradores. Criou a Sociedade Amigos do Instituto e a professora Nelly Candeias se destacou no esforço de ativar contatos e promover sua divulgação junto ao povo e jovens estudantes. O educador Samuel Pfromm Netto lamentou: “Em outros países, as instituições que preservam as raízes da cultura nacional são beneficiadas com recursos. No Japão, cada cidadezinha do interior em uma dúzia de museus que funcionam com recursos públicos, doações e fundos de todos os governos. Aqui é “zero mil” de recursos”. Até para as despesas básicas, concluiu. De Pernambuco se ouviu igual clamor desolado: “O IHGP é um abandono e está longe de ter uma atuação decente na produção historiográfica. Sua documentação está amontoada e perdida”.

Na década de 60 nosso Instituto também se ressentiu de igual desamparo e, a pretexto de garantir sua sobrevivência e preservar seu patrimônio, manteve entendimentos com a reitoria da UFP, para se incorporar à Universidade e se converter num dos seus institutos complementares. A proposta chegou a ser aprovada pelo plenário, com a promessa de que essa conversão iria lhe assegurar duração ilimitada, maiores recursos e a realização dos seus objetivos com maior facilidade e alcance. A proposta, porém, não vingou, pela oposição encontrada por parte de alguns dos outros consócios, como a historiadora Maria Cecília Westphalen. Na verdade, a solução pacificadora foi adiar a decisão (como até agora vem sendo feito!...), embora na ocasião chegasse a contar com defensores do porte de José Loureiro Fernandes e Brasil Pinheiro Machado, convencidos de que num futuro próximo não haveria mais espaço para os Institutos Históricos.

Seriam todos assimilados pela cultura universitária. A questão foi deixada em aberto, esperando que o futuro indicasse se havia alguma vantagem nessa incorporação.

Ora, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná é uma entidade que conta hoje com mais de um século de fundação. Na verdade, cento e dez anos. Foi obra do idealismo e da persistência de uma plêiade de homens de letras e filhos ilustres deste Estado, que até hoje vêm contribuindo para mantê-la viva e atuante. Porém, sua consolidação só foi alcançada após vencer a longo tempo de inófia do nosso meio e a tibieza de muitos que deixaram de assumi-la. Quanto a ela, entretanto, ostenta atualmente um rico patrimônio cultural, representado por uma biblioteca valiosa, seu arquivo histórico e um belo acervo artístico, abertos o conhecimento e à pesquisa dos interessados. É uma instituição que vem cumprindo seu papel de guarda da memória paranaense e tem contribuído regularmente para o enriquecimento da historiografia paranaense através da contribuição dos seus associados, com a edição periódica do seu boletim e sua estante paranista.

Certamente há ainda muito que fazer para o resgate da documentação, o estudo e a divulgação da história do nosso país e, sobretudo, do nosso estado. Cecília Westphalen já teve a oportunidade de denunciar a carência desoladora das nossas fontes históricas. E é ela quem confirma que nada, ou quase nada, nos resta da documentação relativa ao século XVII e outro pouco tampouco subsiste do século XIX. O que conservamos do século XIX além de ser escasso é fragmentário. Mas isso só quanto ao Paraná tradicional, o do ouro de lavagem, da sociedade campeira, do tempo dos tropeiros e da erva-mate. E o que dizer, então, do Paraná moderno, pergunta ela? “Do Paraná do Norte, com os pioneiros do café? Do Paraná do Sudoeste, com os excedentes populacionais vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina?” E então conclui: ...“tudo que diz respeito à ocupação do Paraná moderno, por conveniência, negligência ou ignorância se está perdendo”.

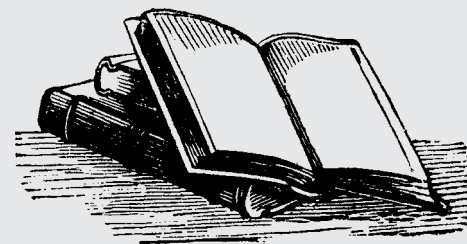
Assim, diante de um espaço agora confiado à pesquisa e à historiografia de instituições maiores e de pretensão nacional, porque não reservar nosso próprio espaço para completar a obra histórica nacional, à luz de nossa experiência e identidade. A bem de ver, o Paraná ainda não se completou, nem no plano histórico nem no sociológico. Proviemos de três fontes distintas, de diferentes origens e composição; cada uma dirigida para seu próprio destino. O que está faltando é que se integrem e se filtrem. Para Honório Rodrigues foram os Institutos Históricos que deram os primeiros passos para o projeto

da nossa história e fizeram dela elemento de coesão social e legitimação da nacionalidade. Diante da história geral a história regional foi muitas vezes desqualificada como uma história menor, secundária e subsidiária. O fato histórico, porém, é sempre local na origem e só depois ganha o alcance e se incorpora ao geral. Se o enriquecemos na origem, o proveito que resulta disso tanto favorece a compreensão do particular como do geral ao mesmo tempo.

Posto isso, se os Institutos não têm hoje o prestígio dos tempos em que exerciam o papel exclusivo de guardiões da história oficial, e, pelo contrário, se hoje seus historiadores e seu espaço constituem contingente e domínio dos grandes centros universitários, que absorvem a quase totalidade dos orçamentos públicos da cultura e doações particulares, é justo então que os Institutos guardem seu próprio espaço de origem e se sirvam dele para seguir suprimindo a história geral, diante da importância que o conhecimento particular assume nas generalizações, e, em particular, pela riqueza e segurança que emprestam às visões gerais. Essa é a tarefa que hoje desafia a sobrevivência dos nossos augustos e venerandos Institutos Históricos de todo o país. E aonde isso nos leva, a final? ... Só o futuro dirá...

BIBLIOGRAFIA

- SCHWARCZ, Lília Moritz, O Espetáculo das Raças – Os Institutos Históricos e Geográficos, pp. 99 a 140, Companhia das Letras. 2005. São Paulo;
 POMBO, José Francisco da Rocha Pombo, O Paraná no Centenário, 2ª Ed., Secretaria de Cultura e Esporte do Paraná, J. Olympio, 1980, Curitiba;
 RODRIGUES, José Honório, Teoria da História do Brasil, 3ª Ed., Comp. Editora Nacional, 1969, São Paulo;
 FERNANDES, José Loureiro Fernandes, Homenagem a Romário Martins, Boletim n. IV janeiro de 1950, fasc. 1, do IHGEPR, Editora Guaíra, Curitiba;
 Prof. Aluísio França, Boletim do IHGEPR. Vol. XII, 1970, Curitiba;
 PILOTTO, Osvaldo, Sinopse Histórica do Instituto Histórico, Rev. Do IHGEPR, 1963, Curitiba;
 Revista Pesquisa FAPESP, ed. 102, agosto 2.004, São Paulo;
 FRANCO, Arthur Martins, Discurso, Boletim do IHGEPR, vol. VI, 1953, Papeleria Requião, Curitiba;
 ATAS DO IHGEPR n. 1 (24.06.1900), (agosto/1947 e junho/1950); vol. II (maio/1951 a maio/1967); vol. III – Conselho da Presidência (maio/1946 a abril/1967); vol. IV, Diretoria (setembro/1951 a junho/1971); vol. V (junho/1971 a maio/1975); ATAS DA DIRETORIA (maio/1975 a abril/1977, (outubro/1977 a maio/1989) e agosto/1990 a dezembro/1999).
 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, vol. LXXIV, pp. 282-3, 1991.



POESIA





Variações, em sol maior,
sobre um só tema: olhos, olhos.

JOÃO MANUEL SIMÕES

*For where is any poet in the world
teaches such beauty as a woman's eye?*

Shakespeare

Teu olhar e o firmamento
se completam, quem diria.
Estrelas piscam de noite?
Teus olhos brilham de dia.

Brilham de dia e de noite,
luzem sempre, sem parar.
Existirá luz mais pura
do que a luz do teu olhar?

Existem olhos iguais?
Quem os possui? Quem os tem?
Olhos assim, olhos tais,
só os teus, de mais ninguém.

Mente quem diz que as estrelas
são de beleza sem par.
Conheço duas mais belas
brilhando no teu olhar.
Mais do que estrelas, são sóis
de cujo brilho me inundo.
E eu não trocaria os dois
por todo o ouro do mundo.

Olhos de mágico encanto,
são minha vida, não nego.
Talvez por amá-los tanto,
sem sua luz fico cego.

Teus olhos mudos, embora,
são professores sem par:
ensinam, a qualquer hora,
o próprio sol a brilhar.

Quanto dano, quanto estrago,
fazem no mar os escolhos.
Tal e qual quando naufrago
nos abismos dos teus olhos.

Se os olhos fechas, de tarde,
a luz do sol se abrevia.
Mas quando os abres, de noite,
a noite se torna dia.

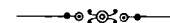
Como um barco, em mar aberto,
quer chova, quer faça sol,
eu busco o Éden. Por certo,
teus olhos são meu farol.

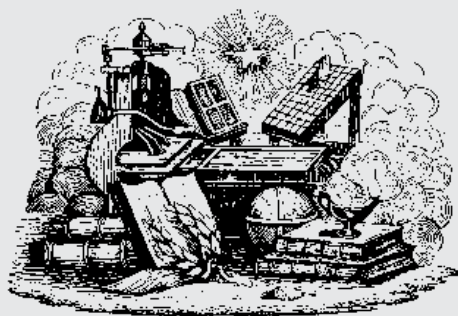
Erra quem pensa que é mudo
o teu puríssimo olhar.
Ele, em silêncio, diz tudo,
quando começa a falar.

Teus olhos murmuram, falam,
mentem, dizem a verdade,
riem, choram, gritam, calam.
(Compreendê-los quem há de?)

Verdes, azuis ou de cor
castanha, lilás, violeta,
olhos pedem um pintor.
E mais ainda – um poeta...

Se muito além do que em mim
existe, existo entre muros,
é porque sei que o meu fim
começa em teus olhos puros.





ENSAIOS DE SOCIOLOGIA E HISTÓRIA INTELECTUAL DO PARANÁ

Márcio de Oliveira/José Szwako (orgs.). /Ed. UFPR, Curitiba, 2009.

O trabalho reúne um conjunto de 17 ensaios, de doutores e professores da Universidade Federal do Paraná, desdobrados em quatro sessões, procurando oferecer uma visão crítica e descentrada das manifestações da nossa história intelectual e sua vida social, em relação às transformações regionais e locais da nossa história. Sua leitura abrange sociologia e história, com a advertência inicial, porém, de que o Paraná é sociologicamente pouco estudado e menos ainda conhecido. O tema histórico explora a visão simbólica proposta por “Um Brasil Diferente” ou pelo “Paraná Vivo”, de Wilson Martins e Temístocles Linhares, igual à figura da “Maria polaca” ou a “mãe loura” de Munhoz da Rocha, a partir de quando o imigrante europeu passou a figurar como paradigma do homem paranaense. Imaginário que o autor já identifica em Romário Martins e data da década de 20, a partir de quando o sociedade meridional brasileira passa a destoar da “cultura luso-tropical” freyriana e perde o tom brônzeado das “três raças”, para se converter em ariana e monocromática. Os ensaios passam também pela geração simbolista (de Dario Vellozo, Júlio Pernetta, Rocha Pombo, Emiliano Pernetta...), seguido do movimento paranista (de Romário Martins, Sebastião Paraná, Euclides Bandeira, João Turin...), à procura de uma afirmação regional diferenciada. Num deles, Curitiba passa a simbolizar a matriz parisiense, com seu clima e relevo ondulado; noutro, nossos artistas constroem figuras míticas – a gralha azul, a erva-mate e o pinheiro para simbolizar nossa nova identidade. Também os irmãos Rebouças figuram dos ensaios (sobretudo André), com projetos para fazer do Paraná uma província estratégica para a realização de um conjunto de reformas econômicas e sociais, de dimensões geopolíticas, em que as ferrovias e a navegação fluvial exerceriam um papel central de modernização. O trajeto ensaístico ainda inclui a literatura paranaense para, de princípio, estranhar que estados de menor tradição literária no cenário nacional já tinham feito sua história literária (História da Literatura Catarinense, História da Literatura do Mato Grosso), enquanto o Paraná continuava reduzido a uma simples Introdução à Literatura Paranaense (Marilda Samways). Para a explicação do professor de literatura da UFPR, se essa ausência e falta de articulação pudesse ser resumida deveria ser

atribuída à nossa própria consciência provinciana e a um processo histórico descontínuo, representando apenas por momentos diferentes, que, no conjunto, vão impedir que obras e autores ganhem uma representação maior e guardem semelhança. Os ensaios também reconstituem a imprensa republicana no Paraná, no último quartel do século XIX, através da biografia coletiva (prosopografia) dos seus principais redatores: Rocha Pombo, Vicente Machado, Manoel Correia de Freitas, Leôncio Correia. Metade deles era paranaguense e, a outra metade quase todos provinham dos campos gerais; exceção de Justiniano de Mello e Silva e Eduardo Gonçalves. Nesse comenos Paranaguá foi o centro da vida cultural da província, e também o berço do movimento republicano do Paraná. A obra ainda enfrenta outros temas de nossa formação social e cultural de igual relevância. É, na verdade, trabalho denso e amplo que provoca e multiplica interrogações. Serve de matriz para descobrirmos o caminho e as respostas para muitas indagações da nossa formação e presença atual.

UMA CRÔNICA - Curitiba e sua História

Eddy Franciosi, 580 p, Editora Esplendor, Curitiba, 2009.

Eddy Franciosi, nom de plume de Antonio Franciosi, morreu em 18 de setembro de 1990. Melhor: teve o crânio esmagado, no interior do seu apartamento no centro de Curitiba, por um garoto de programa. E, nesse sentido, todos devem saber que Curitiba apresenta um quadro de grave contradição sociológica: embora destacada nacionalmente por sua imagem de progresso urbano e civilização, tem registrado a presença alarmante de homófobos e a prática de um alto índice de assassinatos de homossexuais, em geral consumados com extrema crueldade. Temos dados de 1975 a 2002, que registram a morte de 92 deles, e talvez existam mais ainda, porque as estatísticas não revelam os hábitos sexuais das vítimas. Pessoalmente, porém, Eddy foi jornalista de prestígio, cronista, assessor da FIEP, diretor premiado e autor de cinco peças de teatro. Contam que possuía um perfil italiano, porte sarado, com formação humanista superior e vestia sempre talhe de alfaiate. No mais era discreto, como certamente convinha à sua condição reprimida.

Porém, morto em 1990, só recentemente foi editado seu “Uma Crônica – Curitiba e sua História”, um livro basto, de quase 600 páginas, furto de cinco anos de pesquisas histórica e interpretação sociológica da cidade de Curitiba e que inclui até testemunho oral. Datado de 1988, datilografado e encadernado em dois volumes, com sua morte o livro foi mantido inédito por mais de 20 anos, até que alguém o confiasse à Esplendor Brasil, que o editou em 2.009. É claro que o livro traz a lacuna dos dois decênios mais recentes, que deixou de cobrir e são, na verdade, os mais ricos e expressivos do perfil da nossa cidade. Mas tudo o que tem já é bem rico e expressivo... São eles quadros que compõem um amplo painel cronológico da história da cidade, desdobrados em nove partes e com cem subtítulos. Ao invés do modelo oficial, sua memória não obedece a linha tradicional de periodização e das narrativas históricas. Constituem crônicas que, por escolha do autor, reproduzem cenas e personagens da vida urbana da Curitiba. Assim, você tem a presença d’Escragnolle Taunay, o presidente que fez do charco do rio Belém o Passeio Público de hoje, e expulsou os animais que costumavam pastar no potreiro imundo do largo da matriz. Canalizou o rio Ivo e iniciou a abertura da Rua da Imperatriz (hoje das Flores). Embelezou a cidade. Joseph Hauer veio da colônia Dona Francisca e se instalou como seleiro na Rua do Assungui e fez fortuna Foi dono de uma das mais belas mansões da cidade (hoje Colégio Divina Providência), onde promovia reuniões culturais e saraus musicais. Foi ele que construiu a primeira usina de força elétrica, movida a lenha, que substituiu os lampiões a gás da cidade por lâmpadas elétricas. O Teatro Hauer foi construído com seus recursos e era provido de palco giratório e platéia móvel, e, com a demolição do São Teodoro (1891), passou a ser a única casa de espetáculos da cidade. Com Franciosi, em 1880, você se senta à mesa da casa do polonês Francisco Woss, na colônia Santa Candida, e divide com D. Pedro II uma broa de centeio e um cálice de parati. Há também páginas que são ensaios, como as que enfrentam a participação do negro na composição trípica do homem paranaense e seu temperamento. Enfim, é uma Curitiba rica de imagens e de memórias. Arrisco-me a dizer, entretanto que, se o autor dispusesse de mais tempo, teria dado, talvez, tratamento mais enxuto ao texto, contendo alguns arroubos literários e umas poucas repetições, mas naturalmente corrigiria Ractliff para Ratcliff que, apesar da divergência, é a grafia que consta do decreto imperial e do acórdão que o condenou à forca. Do mesmo modo dataria a Confederação do Equador próxima da Independência e não da República, como fez. Enfim,

disse o historiador Peter Gay, da Universidade de Yale que, infelizmente, a maioria dos que hoje fazem história não tem sequer um vago domínio da arte de escrever; e assim a história vem perdendo seu domínio literário. Eis aí, portanto, o que torna “Uma Crônica – Curitiba e sua História” uma leitura agradável e proveitosa, e que é capaz, inclusive, de dar à ciência da história um gosto bem popular.

A PALAVRA DO SUL - Cem anos de Gilberto Freyre,

Cecília Maria Westphalen, 112 p., CD, Curitiba, 2000.

A obra foi concebida para celebrar o centenário do nascimento de Gilberto Freyre e reúne manifestações, conferências, comunicações e escritos oferecidos em diferentes datas e publicações, em homenagem ao autor de Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos. Mas a coletânea não reproduz apenas o fascínio da nossa conterrânea pela obra reveladora do pensador de Apicucos, cujas leituras remontam aos primeiros anos de sua vida acadêmica, mas servem, sob a fé de historiadora, para sustentar que a interpretação da sociedade brasileira dada pela Casa Grande do nordeste canavieiro, com seu modelo patriarcal, latifundiário e escravocrata, em nada difere, na verdade, das estruturas sociais e econômicas que respondem pela formação do nosso Paraná tradicional. E o tema central que anima esses trabalhos, é o mesmo que ainda agora, mais recentemente, vem servindo para o confronto da imagem simbolizada pela Mãe Preta, nutriz do passado tropical luso-brasileiro, e aquela da mãe loira, da versão sulina, ou então a Maria polaca, da mancha loira descrita por Munhoz da Rocha e defendida pelos patronos da nossa pretensão europeizante. Louvada nas crônicas e narrativas dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, principalmente as que fizeram Augusto Saint Hilaire (1820) e o engenheiro inglês Bigg Whiter (1872), nossa historiadora Cecília Westphalen procura demonstrar que o modelo histórico e o cotidiano das casas rurais dos nossos campos gerais, como os da Fazenda Jaguariaíva (do poderoso coronel Luciano Carneiro);

da Caxambu; Carambei; Carrapatos e da Fazenda Fortaleza, não diferem muito daqueles que animam os personagens e os hábitos de vida da casa grande da Fazenda Noruega e do engenho Monjope, da descrição gilbertiana e da reprodução artística deixada por Cicero Dias. Trata-se, portanto, de um ingrediente importante para a compreensão dos primeiros tempos de nossa formação econômico-social, e tem servido para alimentar o debate recorrente de nossa identidade regional e a tentativa de tantos outros, de nos diferenciar de nossos irmãos de nacionalidade e até de nos desmembrar do modelo tradicional do restante do país. Embora represente uma pequena coletânea avulsa e seja produto de ocasião, vai ter que passar por ela quem quiser acompanhar e compreender a trajetória de nossa quota-parte na história e formação do continente brasileiro.



RELAÇÃO DAS CADEIRAS

PATRONOS

FUNDADORES

OCUPANTES

CADEIRA N.º 1

PATRONO

Antônio **Vieira dos Santos** (1784-1854)

FUNDADOR

José Francisco da **Rocha Pombo** (1857-1933)

1.º OCUPANTE

Valfrido Pilotto (1903-2006)

2.º OCUPANTE

Dante José Mendonça (1951)

CADEIRA N.º 2

PATRONO

Cândido Martins Lopes (1803-1871)

FUNDADOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938)

1.º OCUPANTE

Francisco Ribeiro de **Azevedo Macedo** (1872-1955)

2.º OCUPANTE

Osvaldo Pilotto (1901-1993)

3.º OCUPANTE

Luiz Romaguera Netto (1935-2004)

4.º OCUPANTE

Ernani Lopes Buchmann (1948)

CADEIRA N.º 3

PATRONO

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)

FUNDADOR

Moysés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)

1.º OCUPANTE

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968)

2.º OCUPANTE

Newton Isaac da Silva **Carneiro** (1914-1987)

3.º OCUPANTE

René Ariel Dotti (1934)

CADEIRA N.º 4

PATRONO

Dr. José Cândido da Silva Murici (1827-1879)

FUNDADOR

José Cândido da **Silva Muricy** (1863-1943)

1.º OCUPANTE

José Cândido de **Andrade Muricy** (1895-1984)

2.º OCUPANTE

Eduardo Rocha Virmond (1929)

CADEIRA N.º 5

PATRONO

Fernando Amaro de Miranda (1831-1857)

FUNDADOR

Manoel de Azevedo da **Silveira Neto** (1872-1942)

1.º OCUPANTE

Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)

2.º OCUPANTE

Leopoldo Scherner (1919-2011)

CADEIRA N.º 6

PATRONO

Senador Manoel Francisco **Correia Neto** (1831-1905)

FUNDADOR

Nestor Víctor dos Santos (1868-1932)

1.º OCUPANTE

Ulysses Falcão Vieira (1885-1942)

2.º OCUPANTE

Ernani Guarita Cartaxo (1900-1967)

3.º OCUPANTE

Francisco Raitani (1897-1971)

4.º OCUPANTE

Felício Raitani Neto (1917 - 2000)

5.º OCUPANTE

Harley Clóvis Stocchero (1926-2005)

6.º OCUPANTE

Oriovisto Guimarães (1945)

CADEIRA N.º 7

PATRONO

Bento **Fernandes de Barros** (1834-1903)

FUNDADOR

João **Pamphilo d'Assumpção** (1865-1945)

1.º OCUPANTE

Oscar Martins Gomes (1893-1977)

2.º OCUPANTE

Marino Bueno Brandão **Braga** (1920-2010)

3.º OCUPANTE

Ney José de Freitas (1953)

CADEIRA N.º 8

PATRONO

Francisco Antônio **Monteiro Tourinho** (1837-1885)

FUNDADOR

Jaime Ballão (1869-1930)

1.º OCUPANTE

Ildefonso Serro Azul (1888-1949)

(Ildefonso Pereira Correia)

2.º OCUPANTE

Jaime Ballão Júnior (1891-1968)

3.º OCUPANTE

Elias Karam (1902-1975)

4.º OCUPANTE

Luiz Carlos Pereira **Tourinho** (1913-1998)

5.º OCUPANTE

Rafael Valdomiro **Greca** de Macedo (1956)

CADEIRA N.º 9

PATRONO

Manoel **Euphrasio Correia** (1839-1888)

FUNDADOR

Leôncio Correia (1865-1950)

1.º OCUPANTE

Vasco José Taborda Ribas (1909-1997)

2.º OCUPANTE

Ário Taborda **Dergint** de Rawicz (1931)

CADEIRA N.º 10

PATRONO

Telêmaco Augusto Enéas Morocines **Borba** (1840-1919)

FUNDADOR

Ermelino Agostinho **de Leão** (1871-1932)

1.º OCUPANTE

Francisco de Paula Dias **Negrão** (1871-1937)

2.º OCUPANTE

Arthur Martins Franco (1876-1979)

3.º OCUPANTE

Ruy Christovam **Wachowicz** (1939-2000)

4.º OCUPANTE

Raymundo Maximiano **Negrão** Torres (1925-2006)

5.º OCUPANTE

Flora Camargo **Munhoz da Rocha** (1911)

CADEIRA N.º 11

PATRONO

Alfredo Caetano **Munhoz** (1845-1921)

FUNDADOR

Alcides Munhoz (1873-1930)

1.º OCUPANTE

Laertes de Macedo **Munhoz** (1900-1967)

2.º OCUPANTE

João Manuel Simões (1939)

CADEIRA N.º 12

PATRONO

Ubaldo do Amaral Fontoura (1842-1920)

FUNDADOR

Euclides da Motta **Bandeira e Silva** (1877-1947)

1.º OCUPANTE

José de **Sá Nunes** (1893-1954)

2.º OCUPANTE

Faris Antônio Salomão **Michaele** (1911-1977)

3.º OCUPANTE

Ernani Costa **Straube** (1929)

CADEIRA N.º 13

PATRONO

Generoso Marques dos Santos (1844-1928)

FUNDADOR

Enéas Marques dos Santos (1883-1961)

1.º OCUPANTE

Manoel de Oliveira **Franco Sobrinho** (1916-2002)

2.º OCUPANTE

Rui Cavallin **Pinto** (1928)

CADEIRA N.º 14

PATRONO

José **Bernardino Bormann** (1844-1919)

FUNDADOR

Dídio Iratim Affonso da **Costa** (1881-1953)

1.º OCUPANTE

Júlio Estrella **Moreira** (1899-1975)

2.º OCUPANTE

José Carlos **Veiga Lopes** (1939-2010)

CADEIRA N.º 15

PATRONO

Dr. João José **Pedrosa** (1844-1882)

FUNDADOR

Clemente Ritz (1888-1935)

1.º OCUPANTE

Virgílio Moreira (1900-1973)

2.º OCUPANTE

Christovam **Colombo de Souza** (1920-1991)

3.º OCUPANTE

Adélia Maria Woellner (1940)

CADEIRA N.º 16

PATRONO

Brasílio Itiberê da Cunha (1846-1913)

FUNDADOR

Paulo Ildephonso **d'Assumpção** (1868-1928)

1.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos (1878-1957)

2.º OCUPANTE

Bento João d'Albuquerque **Mossurunga** (1879-1970)

3.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos Filho (1914-1987)

4.º OCUPANTE

Alceo Ariosto **Bocchino** (1918)

CADEIRA N.º 17

PATRONO

Eusébio **Silveira da Motta** (1847-1909)

FUNDADOR

Dario Persiano de Castro **Vellozo** (1869-1937)

1.º OCUPANTE

Dicesar Plaisant (1894-1969)

2.º OCUPANTE

Flávio Suplicy de **Lacerda** (1903-1983)

3.º OCUPANTE

Euro Brandão (1924-2000)

4.º OCUPANTE

Clemente Ivo **Juliatto** (1940)

CADEIRA N.º 18

PATRONO

Joaquim de Almeida **Faria Sobrinho** (1847-1909)

FUNDADOR

Hypólito Pacheco Alves de **Araújo** (1969-1946)

1.º OCUPANTE

Manoel de **Lacerda Pinto** (1893-1974)

2.º OCUPANTE

Francisco da **Cunha Pereira Filho** (1926-2009)

3.º OCUPANTE

José **Laurentino Gomes** (1956)

CADEIRA N.º 19

PATRONO

José **Gonçalves de Moraes** (1849-1909)

FUNDADOR

José Gelbecke (1879-1960)

1.º OCUPANTE

Arildo José de **Albuquerque** (1914-1974)

2.º OCUPANTE

Joaquim Carvalho (1910-1974)

3.º OCUPANTE

Carlos Alberto Sanches (1941)

CADEIRA N.º 20

PATRONO

Albino José **Silva** (1845-1905)

FUNDADOR

José **Niepcé da Silva** (1876-1935)

1.º OCUPANTE

Ciro Silva (1883-1968)

2.º OCUPANTE

Francisco **Pereira da Silva** (1909-1974)

3.º OCUPANTE

Samuel Guimarães da Costa (1917-1997)

4.º OCUPANTE

Luiz Geraldo Mazza (1931)

CADEIRA N.º 21

PATRONO

João Evangelista Braga (1850-1913)

FUNDADOR

Leônidas Moura de **Loyola** (1892-1938)

1.º OCUPANTE

Milton Ericksen **Carneiro** (1902-1975)

2.º OCUPANTE

Ernani Simas **Alves** (1914-2000)

3.º OCUPANTE

Albino de Brito **Freire** (1941)

CADEIRA N.º 22

PATRONO

Monsenhor Manoel Vicente Montepoliciano da Silva (1851-1909)

FUNDADOR

Bispo Dom Alberto José Gonçalves (1859-1945)

1.º OCUPANTE

Carlos Stellfeld (1900-1970)

2.º OCUPANTE

Metry Bacila (1922)

CADEIRA N.º 23

PATRONO

Fernando Machado **Simas** (1851-1916)

FUNDADOR

Ernesto Luiz de **Oliveira** (1874-1938)

1.º OCUPANTE

Hugo Gutierrez **Simas** (1883-1941)

2.º OCUPANTE

Arthur Ferreira dos **Santos** (1894-1972)

3.º OCUPANTE

Odilon **Túlio Vargas** (1929-2008)

4.º OCUPANTE

Jeorling Joely Cordeiro **Cleve** (1932)

CADEIRA.º 24

PATRONO

Luiz Ferreira **França** (1853-1921)

FUNDADOR

Serafim França (1888-1967)

1.º OCUPANTE

Assad Amadeu Yassim (1935-1985)

2.º OCUPANTE

Chloris Casagrande **Justen** (1923)

CADEIRA N.º 25

PATRONO

Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)

FUNDADOR

João Cândido Ferreira (1864-1948)

1.º OCUPANTE

Bento **Munhoz da Rocha** Neto (1905-1973)

2.º OCUPANTE

Ruy Noronha **Miranda** (1914-2010)

3.º OCUPANTE

Paulo Vítola (1947)



CADEIRA N.º 26

PATRONO

Joaquim **Dias da Rocha Filho** (1862-1895)

FUNDADOR

Francisco Heráclito Ferreira **Leite** (1889-1982)

1.º OCUPANTE

Wilson da Silva **Bóia** (1927-2005)

2º OCUPANTE

Leo de Almeida Neves (1932)

CADEIRA N.º 27

PATRONO

Domingos Virgílio do **Nascimento** (1862-1915)

FUNDADOR

Omar **Gonçalves da Motta** (1910-1972)

1.º OCUPANTE

Noel Nascimento (1925)

CADEIRA N.º 28

PATRONO

Francisco Carvalho de Oliveira (1863-1927)

FUNDADOR

Rodrigo Júnior (1887-1964)

(João Baptista Carvalho de Oliveira)

1.º OCUPANTE

Leonardo Henke (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Helena Kolody (1912-2004)

3º OCUPANTE

Belmiro Valverde Jobim **Castor** (1942)

CADEIRA N.º 29

PATRONO

Leônidas Fernandes de **Barros** (1865-1926)

FUNDADOR

Adolpho Jansen **Werneck** de Capistrano (1879-1932)

1.º OCUPANTE

Alcindo Lima (1902-1935)

2.º OCUPANTE

Carlos Alberto Teixeira **Coelho Júnior** (1894-1969)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

4º OCUPANTE

Leonilda Hilgenberg Justus (1923)

CADEIRA N.º 30

PATRONO

Emiliano David **Perneta** (1866-1921)

FUNDADOR

José Henrique de **Santa Ritta** (1872-1944)

1.º OCUPANTE

Octávio **De Sá Barreto** (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Oldemar Justus (1922-2006)

3º OCUPANTE

Adherbal Fortes de Sá Júnior (1938)

CADEIRA N.º 31

PATRONO

Emílio Correia **de Menezes** (1866-1918)

FUNDADOR

Helvídio da **Silva** Pereira (1883-19?)

1.º OCUPANTE

Lauro Grein Filho (1921)

CADEIRA N.º 32

PATRONO

Joaquim Procópio Pinto **Chichorro Júnior** (1866-1926)

FUNDADOR

Alceu Chichorro (1896-1977)

1.º OCUPANTE

Emílio Leão de Mattos **Sounis** (1913-1999)

2º OCUPANTE

José Wanderlei Miranda de **Resende** (1938)

CADEIRA N.º 33

PATRONO

Nestor Pereira **de Castro** (1867-1906)

FUNDADOR

Samuel César de Oliveira (1895-1934)

1.º OCUPANTE

Alfredo **Romário Martins** (1874-1948)

2.º OCUPANTE

José **Loureiro** Ascensão **Fernandes** (1903-1977)

3.º OCUPANTE

Edwino Donato **Tempski** (1913-1995)

4.º OCUPANTE

Edilberto Trevisan (1923-2010)

5º OCUPANTE

Roberto Mugliatti (1937)

CADEIRA N.º 34

PATRONO

Júlio David Pernetá (1869-1921)

FUNDADOR

João David Pernetá (1874-1933)

1.º OCUPANTE

Raul Rodrigues Gomes (1889-1975)

2.º OCUPANTE

Antônio Celso Mendes (1934)

CADEIRA N.º 35

PATRONO

Nilo Cairo da Silva (1874-1928)

FUNDADOR

José **Pereira de Macedo** (1883-1965)

1.º OCUPANTE

Mário Braga de Abreu (1906-1981)

2.º OCUPANTE

Moysés Goldstein Paciornik (1914-2008)

3.º OCUPANTE

Ricardo Pasquini (1938)

CADEIRA N.º 36

PATRONO

Ricardo Pereira de Lemos (1871-1932)

FUNDADOR

Heitor Stockler de França (1888-1975)

1.º OCUPANTE

Apollo Taborda França (1926)

CADEIRA N.º 37

PATRONO

Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926)

FUNDADOR

Vicente Montepoliciano **Nascimento Júnior** (1880-1958)

1.º OCUPANTE

José Augusto Gummy (1889-1971)

2.º OCUPANTE

Dario Nogueira dos Santos (1899-1980)

3.º OCUPANTE

Pompília Lopes dos Santos (1900-1993)

4.º OCUPANTE

Hellé Vellozo Fernandes (1925-2008)

5.º OCUPANTE

Clotilde de Lourdes Branco **Germiniani** (1938)

CADEIRA N.º 38

PATRONO

Reinaldino Antônio **Scharffenberg de Quadros** (1878-1929)

FUNDADOR

Durval Borges de Macedo (1895-1984)

1.º OCUPANTE

Mário Marcondes de Albuquerque (1915-1998)

2.º OCUPANTE

Carlos Roberto Antunes dos Santos (1945)

CADEIRA N.º 39

PATRONO

Aristides de Paula **França** (1879-1910)

FUNDADOR

José Antônio Fernandes **Cadilhe** (1881-1942)

1.º OCUPANTE

José Farani **Mansur Guérios** (1906-1943)

2.º OCUPANTE

Rosário Farani **Mansur Guérios** (1907-1984)

3.º OCUPANTE

Francisco Filipak (1924-2010)

4.º OCUPANTE

Cecília Helm (1937)

CADEIRA N.º 40

PATRONO

Cícero Marcondes **França** (1884-1908)

FUNDADOR

Generoso Borges de Macedo (1875-1945)

1.º OCUPANTE

Ângelo Guarinello (1876-1959)

2.º OCUPANTE

Alvir Riesemberg (1907-1975)

3.º OCUPANTE

Valério Hoerner Júnior (1943)



ENDEREÇO DOS ACADÊMICOS

Adélia Maria Woellner adeliamaria@hotmail.com	Rua Maria Valenga, 257 Piraquara – PR 83305-085	(41) 3673-2384
Adherbal Fortes de Sá Júnior afortesjr@uol.com.br	Rua Ivo Leão, 702/103 Curitiba - PR 80030-180	(41) 3252-2035
Albino de Brito Freire abfreire2007@onda.com.br	Al. Júlia da Costa 941/902 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3015-7214
Alceo Bocchino	Rua Santa Clara, 303/303 Rio de Janeiro – RJ 22041-010	(21) 2255-3762
Antônio Celso Mendes antcmendes@gmail.com	Av. Anita Garibaldi, 31/1102 Curitiba – PR 80540-180	(41) 3253-2645
Apollo Taborda França apolloversos@hotmail.com	Rua Visc. Guarapuava 1535/122 Curitiba – PR 80060-060	(41) 3363-5199
Ário Taborda Dergint ligiamad@ig.com.br	Rua Des. Otávio Amaral, 770/3 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3335-9727
Belmiro Valverde Jobin Castor belmirocastor@gmail.com	Rua Manuel Eufrásio 235/31 Curitiba - PR 80030-440	(41) 3252-7756
Carlos Alberto Sanches cepsanches@gmail.com	Av. Iguaçu, 3000/ 501 Curitiba – PR 80240-031	(41) 3244-9279

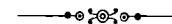
Carlos Roberto Antunes dos Santos robertunes@terra.com.br carlos@ufpr.br	Rua Pres. Epitácio Pessoa 275 Curitiba – PR 82530-270	(41) 3262-9680
Cecília Helm ceciliah@onda.com.br	Rua Camões, 1790 - ap.101 Curitiba - PR 80040-180	(41) 3254-1914
Chloris Casagrande Justen ccjusten@onda.com.br	Rua Des. Otávio Amaral, 557/142 Curitiba-PR 80730-400	(41) 3018-1127
Clemente Ivo Juliatto reitor@pucpr.br	Rua Imaculada Conceição, 1155 Reitoria PUC-PR Curitiba - PR 80215-901	(41) 3271-1505
Clotilde Branco Germiniani frankgerminiani@uol.com.br	Rua Buenos Aires, 611/201 Curitiba - PR 80250-070	(41) 3233-7941
Dante Mendonça mendoncadante@hotmail.com	Rua Augusto Stelfeld 873, Ap. 203 Curitiba - PR 80430-140	
Eduardo Rocha Virmond erv@ervirmond.com.br	Rua Lamenha Lins, 940 Curitiba – PR 80250-020	(41) 3222-0348
Ernani Costa Straube ernanic@fae.edu	Av. Paraná, 775/ 06 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-4767

Ernani Lopes Buchmann ernani@seujoao.com	Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 1720 Ap 2303 Curitiba - PR 81200-110	(41) 3279-1270
Flora Camargo Munhoz da Rocha	Praça General Osório, 225 Apto. 801 Curitiba - PR 80020-010	(41) 3222-7316
Jeorling J.C. Cleve dircecleve@onda.com.br	Rua Deputado Mário de Barros, 944 Curitiba - PR 80530-280	(41) 3253-4539
João Manoel Simões	Rua Tibagi, 137/ 142 Curitiba – PR 80060-110	(41) 3222-9988
José Wanderlei Resende jwresende@pop.com.br	Al. Júlia da Costa, 879 Ap52 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3222-4730
Laurentino Gomes lgomes@laurentinogomes.com.br	Rua Vinte e Um, 51 Condomínio Vila Real de Itu Itu-SP 13312-393	(11) 9626-7252
Lauro Grein Filho igrein@hotmail.com	Rua Vicente Machado, 1310 Curitiba – PR 80420-011	(41) 3232-6622 (41) 3242-7299
Léo de Almeida Neves leoneves@cafepele.com.br	Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3900 1º andar, cj 101 São Paulo SP 04538-132	(11)2175-2707

Leonilda H. Justus	Rua 15 de Novembro, 551 Ponta Grossa – PR 84010-020	(41) 3224-2153
Luiz Geraldo Mazza	Av. Paraná, 775/01 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-8504
Metry Bacila	Av. Silva Jardim, 1875/002 Curitiba – PR 80250-200	(41) 3242-1330
Noel Nascimento beatrizleme@terra.com.br	Rua Cabral, 246/ 131 Curitiba – PR 80410-210	(41) 3225-6819
Oriovisto Guimarães vbarros@positivo.com.br eladir@positivo.com.br	Av. Cândido Hartmann, 1400 Curitiba – PR 80710-570	(41) 3336-3838
Paulo Vítola paulovitola@paulovitola.com.br	Rua Pe. Agostinho, 1415 Curitiba - PR 80710-000	
Rafael Greca de Macedo rafaelgreca@sul.com.br	Rua Ébano Pereira, 11-14º andar Curitiba – PR 80410-901	(41) 3324-4000
René Ariel Dotti rene.dotti@onda.com.br	Av. N.S. da Luz, 2625 Curitiba – PR 82530-010	(41) 3263-3843

Ricardo Pasquini pasquini@hc.ufpr.br	Rua Mendelsson, 50 Curitiba – PR 80420-011	(41) 3338-6312
Rui Cavallin Pinto rpullus@turbo.com.br	Av. Vicente Machado, 1171/402 Curitiba - PR 80420-011	(41) 3232-8767
Roberto Muggiati muggiati@infolink.com.br	Rua Real Grandeza, 82 Casa 3 22281-034	(21) 2537-4900 7174-5088
Valério Hoerner Jr. vhoerner@terra.com.br	Rua Teodorico Bittencourt, 40 Curitiba – PR 82520-480	(41) 3779-3309

SUMÁRIO



SAUDADE HOMENAGEM PÓSTUMA	4
O exemplo de José Carlos Veiga Lopes Eduardo Rocha Virmond	5
José Carlos Veiga Lopes – Uma vida encontra seu destino Antonio Celso Mendes	7
A imortalidade de José Carlos Veiga Lopes Chloris Casagrande Justen	8
À memória de José Carlos Veiga Lopes Clotilde de Lourdes Branco Germiniani	10
Evocação muito breve de um amigo muito Querido..... João Manuel Simões	12
Homenagem póstuma ao Conselheiro José Carlos Veiga Lopes Secretaria de Estado da Cultura/PR	15
Homenagem póstuma ao Professor Leopoldo Scherner Albino de Brito Freire	16
Nos oitenta anos de Francisco Filipak João Manuel Simões	20

SOLENIDADES DE POSSE DE NOVOS ACADÊMICOS	21
Laurentino Gomes	
Clotilde de Lourdes Branco Germiniani	
Dante Mendonça	
 SOLENIDADE DE POSSE DA DIRETORIA	 69
Discursos proferidos	
Chloris Casagrande Justen	71
René Ariel Dotti	77
Eduardo Rocha Virmond	84
 TRABALHOS INÉDITOS DE JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES	 93
Ilha do Teixeira, Gaspar da Rocha e a Família Veiga	95
São José dos Pinhais	141
 PROSA	 163
Albino de Brito Freire	
Seriam esses advogados bandidos?	165
Antonio Celso Mendes	
A transfiguração quântica dos significados	167
Ernani Buchmann	
Os Buchmann , fragmentos da história.....	169
Léo de Almeida Neves	
Análise do Plano Real e das privatizações de Fernando Henrique Cardoso.....	173
Segredos da ditadura de 64	176

Noel Nascimento

A crítica do materialismo histórico	179
O romance do Brasil (a propósito de Arcabuzes).....	185

Oriovisto Guimarães

Morrer vivendo	189
----------------------	-----

Rui Cavallin Pinto

Será o fim dos Institutos Históricos?	191
---	-----

POESIA 209

João Manuel Simões

Variações, em sol maior, sobre um só tema: olhos.....	211
---	-----

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS 214

Rui Cavallin Pinto

Ensaio de Sociologia e História intelectual do Paraná	215
Márcio de Oliveira/José Szwako	

Uma crônica – Curitiba e sua história	216
Eddy Franciosi	

A palavra do sul – cem anos de Gilberto Freire.....	218
Cecília Maria Westphalen	

RELAÇÃO DAS CADEIRAS	220
Ocupantes	

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS	232
--------------------------------	-----

